CONTRARREFORMAS E EXPROPRIAÇÃO DE DIREITOS NO TERRENO DA ORTODOXIA LIBERAL:
perspectivas críticas para a análise da realidade brasileira

Larissa Dahmer Pereira e Douglas Ribeiro Barboza
Organizadores

Contrarreformas e expropriação de direitos no terreno da ortodoxia liberal: perspectivas críticas para a análise da realidade brasileira

Larissa Dahmer Pereira e Douglas Ribeiro Barboza
Organizadores

Contrarreformas e expropriação de direitos no terreno da ortodoxia liberal: perspectivas críticas para a análise da realidade brasileira

1ª Edição Eletrônica

Uberlândia / Minas Gerais
Navegando Publicações
2023

www.editoranavegando.com
editoranavegando@gmail.com
Uberlândia – MG,
Brasil

Direção Editorial: Navegando Publicações
Projeto gráfico e diagramação: Lurdes Lucena
Arte da Capa: Alberto Ponte Preta
Imagem Capa: Os comedores de batatas – Van Gogh

Livro publicado com apoio da FAPERJ e distribuído gratuitamente

C7642 – PEREIRA, Larissa Dahmer; BARBOZA, Douglas Ribeiro (Orgs.). Contrarreformas e expropriação de direitos no terreno da ortodoxia liberal: perspectivas críticas para a análise da realidade brasileira. Uberlândia: Navegando Publicações, 2023.

ISBN: 978-65-6070-027-7

DOI -10.29388/978-65-6070-027-7-0

Vários Autores

1. Neoliberalismo 2. Realidade Brasileira 3. Direitos Humanos. I. Larissa Dahmer Pereira e Douglas Ribeiro Barboza. II. Navegando Publicações. Título.

CDD – 360

Índice para catálogo sistemático

Serviço Social 360

Navegando Publicações
www.editoranavegando.com
editoranavegando@gmail.com
Uberlândia – MG
Brasil

SUMÁRIO

PREFÁCIO

> Em nossa época o cientista precisa tomar consciência da utilidade social e do destino prático reservado às suas descobertas (Florestan Fernandes).
>
> [...] tudo isso põe à frente o ideal de uma universidade aberta e democrática, fundida aos interesses da maioria, isto é, da massa da população pobre e trabalhadora. Esse é o desafio do fim do século 20 e da transição para o século 21 (Florestan Fernandes).

Oriundo da produção docente e de egressos/as do PPGSSDR, o livro que o leitor tem em mãos nos convida a apreciar os principais temas presentes no debate da profissão e da área das ciências humanas e sociais aplicadas.

Composto por dez capítulos, retrata a qualidade e a direção social do conhecimento que a pós-graduação em Serviço Social brasileira tem produzido, com destaque para temas candentes e inéditos que demandam uma análise rigorosa e crítica na perspectiva de subsidiar o trabalho profissional no âmbito das diversas políticas sociais e de diferentes espaços sócio-ocupacionais. Demonstra não apenas o quanto o Serviço Social, com sua formação generalista e crítica, vem aportando subsídios ao adensamento de temas relevantes a toda a sociedade, mas, sobretudo, quanto o PPGSSDR, nos seus tenros 10 anos de existência, tem contribuído para o amadurecimento desses debates, o que o coloca hoje numa posição de destaque e de reconhecimento regional e nacional no que tange à produção qualificada, inserção social e impacto na formação profissional, reconhecimento este expresso na elevação de sua nota na última avaliação da CAPES (2017-2020).

É notória a articulação entre a estrutura da obra e as linhas de pesquisa do Programa: 1) Desenvolvimento Capitalista e Formação Social Brasileira e 2) Serviço Social, Políticas Públicas e Formação Profissional, ao abordar os sujeitos sociais individuais e coletivos a quem se dirige o trabalho profissional, suas lutas e suas particularidades (estudantes, trabalhadores/as, mulheres, população negra, pessoas que estão nas ruas, movimentos sociais); os espaços sócio-ocupacionais mais representativos no mercado de trabalho; as políticas sociais atentando para a diversidade das populações atendidas como expressão da diversidade humana, à luz da Teoria Social de Marx e da tradição marxista. São temas totalmente sintonizados com os dilemas e desafios da sociedade brasileira em vários âmbitos da vida social.

O primeiro conjunto de temas coloca no centro os desafios no campo da educação, que reflete os projetos de pesquisa do Programa, com temas atuais e impostergáveis e nos

coloca a necessidade de pensar, tal como nos incita Fernandes, sobre qual é o destino prático (e político) reservado às nossas descobertas.

A educação brasileira, a pesquisa e a pós-graduação receberam o mais detonador golpe de todos os tempos com a ascensão de Michel Temer[1] como presidente ilegítimo, pós-golpe parlamentar-judiciário-midiático e, em seguida, com a eleição de Jair Bolsonaro. Isso não significa, conforme mostra o primeiro bloco de textos da coletânea, que nos governos do Partido dos Trabalhadores as políticas neoliberais tenham sido secundárias. Contudo, nos últimos anos, especialmente pós-golpe, a educação foi objeto de desmonte e descaracterização, ferida na sua essência e o seu desfinanciamento abriu o caminho da inviabilização da universidade pública, gratuita e de qualidade.[2] O fato é que os sistemáticos cortes na Ciência e na Tecnologia, o congelamento do número de bolsas e a ausência de verba para as políticas de permanência, como nos mostra o capítulo I da Coletânea, que conta com a *expertise* do grande pesquisador e intelectual professor Valdemar Sguissardi, ameaçam a pesquisa e a produção científica qualificadas e a formação de pesquisadores no Brasil. Nele, o autor problematiza de forma crítica e criativa, dentre outras análises importantíssimas, o processo de construção deste que é o mais desenvolvido projeto neoliberal para a educação, sua lógica e intencionalidade política, o Future-se, e o relaciona ao Modelo Multidimensional de Avaliação da CAPES, indicando o desmonte do sistema de produção científica e de formação de pesquisadores no país. Revela a lógica que permeia a formação pós-graduada à medida que as instituições universitárias e de pesquisa se convertem em empresas produtoras de valor e o saber em mercadoria ou *commodity*.

Os demais capítulos se orientam por essa lógica, expondo com excelente fundamentação, baseada nos clássicos do pensamento social, em especial Florestan Fernandes, Caio Prado Junior, Octavio Ianni e Antonio Candido, as características particulares da nossa formação econômico-social, política e cultural: o padrão dual de expropriação do excedente econômico, o padrão compósito de hegemonia burguesa que aqui se configurou, a particular inserção capitalista dependente do Brasil na economia mundial, sua trajetória periférica, colonial, escravista, com enfoque no trabalho assalariado e na superexploração da força de trabalho na condição de bases que conformam nossas

---

1 A reportagem da rede Brasil de 20/08/2016 problematiza que com apenas 100 dias já se contempla o que este governo projeta para a educação. Disponível em: https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/em-100-dias-temer-coloca-a-educacao-em-patamares-de-100-anos-atras-9014/. Acesso em: 05 mar. 2023.

2 Em nota no dia 2 de agosto de 2018, o Jornal Esquerda Diário anuncia que a CAPES lançou um ofício expondo que "[...] em razão do financiamento previsto para o ano de 2019 [ainda menor que para o ano de 2018], aprovado na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), haverá corte de centenas de milhares de bolsas de pós-graduação no ano que vem. Disponível em: https://esquerdadiario.com/URGENTE-segundo-CAPES-os-cortes-de-Temer-extinguirao-bolsas-de-pos-graduacao. Acesso em: 18 abr. 2023.

classes sociais e os tomam como fundamentos explicativos da atual configuração das expressões do que nossa literatura denomina "questão social". São estes os fundamentos que estruturam e explicam a sociedade brasileira, que constituem as distintas e interessantes hipóteses que orientam a Coletânea. São esses traços peculiares ao Brasil que atravessam todo o livro, estruturando cada um dos seus capítulos e dando à Coletânea sua unidade, como síntese de múltiplas determinações.

Nessa direção, os textos nos mostram determinações particulares que constituem o modo de ser da sociedade brasileira. As relações de dominação mercantil, colonialista e imperialista que articulam nosso projeto de nação e o papel do Estado burguês e suas formas autocráticas de poder, as quais se expressam no modelo de financeirização que aqui se constitui, refratando-se nas políticas públicas, com destaque para a educação. O capítulo II, de autoria de Abrahão, Pereira e Ferreira, analisa, a partir das características do processo de financeirização brasileiro, que se relaciona com a apropriação do fundo público, a expansão dos conglomerados que exploram o setor de Ensino à Distância (EaD), enfatizando os desafios à formação em Serviço Social, cuja contribuição na perspectiva de fornecer dados concretos ao debate coletivo das entidades, dos cursos e pesquisadores/as sobre os impactos e desafios da financeirização da educação na nossa formação profissional, é inquestionável.

O capítulo III, de autoria de Barboza, Cruz, Ferreira e dos Santos, analisa a utilização estratégica e política da coerção estatal no modo de produção capitalista e a sua característica substancial no caráter dependente estrutural dos países latino-americanos. O trabalho nos possibilita apreender, na formação social brasileira, quais as mediações históricas para compreendermos o processo de fascistização que se potencializou no cenário brasileiro a partir do golpe de 2016.

Na mesma direção, percorrendo os traços que caracterizam a dominação burguesa e seus procedimentos autocráticos, o capítulo IV, de autoria de Lima, Paquiella e Queiroz, enfrenta uma temática urgente. Analisa e denuncia o processo de fascistização e militarização das estruturas de poder da sociedade, que recebeu reforço no governo de Jair Bolsonaro. Ainda sob a ótica de Florestan Fernandes, analisam a militarização da vida nacional incidindo na política de educação, com a expansão das escolas cívico-militares que fazem parte de um projeto de educação que vem avançando e se fortalecendo sistematicamente, que encontra eco na sociedade brasileira, corroendo por dentro qualquer perspectiva de uma educação emancipada e emancipadora.

Ao considerar fenômenos histórico-sociais de longa duração, autores e autoras dão contemporaneidade aos traços que marcam a nossa tradição econômica e político-cultural, explicitando interesses e forças sociais que fazem parte desse determinado modo de desenvolvimento capitalista: o capitalismo periférico, dependente, selvagem: "[...] um capitalismo que associa luxo, poder e riqueza, de um lado, à extrema miséria, opróbrio e opressão de outro" (Fernandes, 1976, p. 304).

Nessa direção se situa o capítulo V, de autoria de Rodrigues e Pereira, cujo foco é problematizar a ética peculiar do trabalho que no Brasil é marcada pela racialização, pela violência, pela dominação externa e pelo coronelismo, o que lhes permite questionar o que denominam de "naturalização e a ontologização do trabalho", como forma de obnubilar sua subsunção ao capital.

É *mister* considerar que todos os textos evidenciam a dialética entre passado/presente, arcaico/moderno, desenvolvimento desigual e combinado, como o movimento dialético constituinte e constitutivo da sociedade brasileira, através do qual os traços tradicionais da nossa formação se mesclam com as determinações do modelo hegemônico de capitalismo na atualidade.

Mostram o Brasil tal como é: "[...] uma vasta fábrica das desigualdades e antagonismos que constituem a questão social" (Ianni, 1992, p. 92), que se expressa na divisão social, sexual e racial do trabalho debatida em vários capítulos que tratam a diferença salarial entre homens e mulheres, entre negros e não negros, definindo, assim, o lugar ou o não lugar da mulher na sociedade e no espaço urbano, conforme aborda o capítulo VI de autoria de Novaes, Helfreich e Petrone.

Nesta relação entre passado-presente, o capitalismo dependente e subordinado, para manter a exclusão da maioria da população, apela para as mais diversas formas de violência física e espiritual, produzindo amplas e diversas formas de opressão, discriminação e preconceitos.

O processo de "neoliberalização" econômico-social brasileiro, os ajustes macroeconômicos, o novo regime fiscal instituído pela EC 95, que impõem limites aos gastos públicos, somados aos antigos traços próprios de um capitalismo dependente e de um Estado autocrático, reverberam em todas as políticas sociais, incidindo sobre a ampliação do contingente de trabalhadores e desempregados que se situam abaixo da linha de pobreza. Decorre daí o drástico aumento da população em situação de rua, que não é nem um epifenômeno (posto que necessita ser recorrentemente ocultado por políticos e gestores públicos) nem mesmo um fenômeno oriundo do período pandêmico ou pós-

pandêmico, mas resultado do antagonismo inerente às relações sociais das sociedades em que a riqueza social é apropriada privadamente. Como mostra o capítulo VII, de autoria de Mauriel, Silva e Silva, a reprodução dessa população é "componente estrutural da sociedade capitalista". A criminalização dos pobres e a sua eliminação, não apenas pela via da "política de extermínio", mas muitas vezes pela opção de deixá-los a cargo de si, seguem como tendência das relações sociais determinadas pelas contradições da relação capital x trabalho, que requisitam um complexo processo de reprodução da vida social, no qual as políticas públicas sociais ocupam lugar estratégico. Contudo, cabe precisar qual é o modelo de políticas sociais que aqui se configura: focalizada, meritocrática, fragmentada, seletiva sem qualquer traço de universalidade, com inequívoco caráter clientelista, de favor e de apadrinhamento, características próprias da nossa formação socioeconômica e da cultura política do país, que as aprisionam, notadamente, a Política de Assistência Social. Esta, espaço privilegiado do trabalho profissional, tem sido palco de profundas transformações no que diz respeito ao seu *modus operandi*, dentre elas, a tendência a requisitar intervenções desespecializadas e desprofissionalizadas, especialmente no período emergencial no qual, diante de um apelo humanitário, todos/as deveriam ser responsáveis por tudo. Contudo, esta tendência de desespecialização, acompanhada da tecnologização do trabalho profissional (Guerra, 2016), não nasce com a pandemia, mas resulta das transformações no trabalho oriundas da combinação entre a reestruturação produtiva, financeirização do capital e ajustes neoliberais, de modo que é preciso contrarrestar esse argumento e buscar as estratégias coletivas de enfrentamento do que Oliveira e Ramos, no capítulo VIII, questionam como requisições indevidas (im)postas às assistentes sociais.

Na perspectiva de manter o processo de produção capitalista, o Estado autocrático burguês instrumentalizado pela burguesia, formula um conjunto de leis que se originam da base real que são as relações sociais de produção, tornando hegemônicas noções de direito e justiça que sejam funcionais à reprodução do capital. Este é o cerne do capítulo IX, de autoria de Oliveira, Sousa e Oliveira, que busca apreender na produção da categoria profissional os conteúdos das noções de direito e justiça dentre as assistentes sociais que atuam nas instituições sociojurídicas, identificando a prevalência de uma concepção positivada que expressa na profissão o avanço de um conservadorismo reacionário.

O capítulo X também problematiza, na atual fase do capitalismo, o crescimento de perspectivas ultraconservadoras e sua afinidade com a lógica da reprodução material e ideológica da sociedade burguesa, indicando a relação intrínseca entre neoliberalismo, ascensão da extrema direita e neofascismo. Analisando a produção teórica da profissão, as

autoras Farage e Dias identificam lacunas no que se refere à articulação teórico-prática junto aos movimentos sociais e à ausência de debates sobre educação popular, desafios que em tempos ultraconservadores são inadiáveis, requisitando atenção dos vários segmentos da categoria profissional e das nossas entidades organizativas.

Embora todos os textos da coletânea tenham indicado de maneira mais ou menos direta as estratégias de resistência, entendemos que os debates e embates aqui travados, pelo seu caráter ontológico de ir aos fundamentos e sua perspectiva crítica radical, os convertem em instrumento, em meio imprescindível àqueles que fazem da crítica seu modo de indignação e de denúncia (Marx, 2010), tendo como horizonte estratégico fornecer subsídios às lutas anticapitalista, antirracista, antissexista, anticapacitista, antietarista, antiLGBTQIA+fóbica, o que torna a Coletânea uma leitura necessária.

Ao findar estas breves considerações, não poderia deixar de consignar minha gratidão pelo privilégio dessa interlocução e de poder partilhar do PPGSSDR como um rico espaço de trabalho intelectual, estendendo meus agradecimentos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro/FAPERJ, que me concedeu Bolsa de Pesquisadora Visitante, à minha supervisora, grande estimuladora, professora Larissa Dahmer Pereira e, evidentemente, às queridas alunas que me acompanharam neste agradável percurso.

Rio de Janeiro, 16 de novembro de 2023.

Yolanda Guerra
Pesquisadora Visitante do PPGSSDR/UFF
Bolsista da FAPERJ 2022-2024

Referências

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro, Zahar editores, 1975.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976.

GUERRA, Y. Transformações societárias, Serviço Social e cultura profissional: mediações sócio-históricas e ético-políticas. In: MOTA, A. E.; AMARAL, A (Orgs.). **Cenários**: contradições e pelejas do Serviço Social brasileiro. São Paulo: Cortez, 2016.

MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel; e Introdução**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

APRESENTAÇÃO

Larissa Dahmer Pereira[1]
Douglas Ribeiro Barboza

O Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense completou, em 2022, uma década de existência, com diversas comemorações organizadas por seus 8 (oito) Núcleos de Pesquisa e Extensão[2] e por esta Coordenação. Esse livro, ora apresentado ao público, faz parte dessas comemorações.

A comemorar, destacamos, na última Avaliação Quadrienal da CAPES (2017-2020), a passagem do Programa para o conceito 4 (quatro) e a decisão do Colegiado de Curso de propor a abertura de um Doutorado em Serviço Social e Desenvolvimento Regional junto à CAPES.[3]

A elevação do conceito, sem dúvida, relaciona-se com um amadurecimento e trabalho coletivos de uma equipe docente relativamente jovem do ponto de vista acadêmico e que desenvolve diversas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, articuladas tanto à Graduação quanto à Pós-Graduação.

Comemoramos uma década de atividades, com 83 (oitenta e três) discentes formados (egressos) e uma inserção dos mesmos muito satisfatória no que se refere à aprovação em concursos públicos como assistentes sociais, docência e, ainda, ingresso em cursos de Doutorado.

A inserção social do Programa se desdobra em inúmeras atividades, dentre elas, projetos e cursos de extensão, assessorias junto a movimentos sociais, sindicatos e Conselhos de Direitos, palestras, organização de encontros, dentre diversas ações que compõem a docência e cumprem com a função social da Universidade Pública.

Nunca é demais ressaltar a relação orgânica dos Núcleos de Pesquisa e Extensão – isto é, do PPGSSDR, com a Graduação em Serviço Social, por meio da inserção de discentes de Graduação em atividades desenvolvidas pelos mesmos, como os projetos de Iniciação Científica, por meio de bolsas do CNPq e FAPERJ.

Outro aspecto importante relacionado à formação permanente de assistentes sociais diz respeito à participação de Residentes do Hospital Universitário Antônio Pedro, vinculado

[1] Coordenadora e Vice-Coordenador, respectivamente, do PPGSSDR/UFF. Gestões 2019-2023 e 2023-2027.
[2] Cf. Núcleos de Pesquisa e Extensão do PPGSSDR/UFF em: https://ppgssdr.uff.br/?page_id=1400
[3] O projeto de Doutorado foi enviado à CAPES em janeiro de 2023, por essa Coordenação e elaborado por Comissão aprovada em Colegiado de Curso, composta pelos/as seguintes docentes: Douglas Ribeiro Barboza, Eblin Joseph Farage, Francine Helfreich Coutinho dos Santos, Kátia Regina de Souza Lima Larissa Dahmer Pereira, Tatiana Dahmer Pereira.

à UFF, em disciplinas ofertadas pelo Programa e, ainda, de assistentes sociais que participam como discentes especiais. Destarte, salientamos a organização da 4ª edição do curso de extensão Desenvolvimento Capitalista, Formação Social Brasileira e Serviço Social, voltado para possíveis interessados no Mestrado e que possibilita uma aproximação entre Programa e comunidade externa.

Como atividades de pesquisa, salientamos o desenvolvimento, em 2022/2023, na 1ª linha de Pesquisa – Desenvolvimento Capitalista e Formação Social Brasileira – de 17 (dezessete) projetos de pesquisa, sendo, desses, 5 (cinco) projetos interinstitucionais. Na 2ª linha de pesquisa - Serviço Social, Políticas Públicas e Formação Profissional – temos o desenvolvimento de 18 (dezoito) projetos de pesquisa, sendo 3 (três) interinstitucionais. Decorrente do desenvolvimento de tais projetos, as equipes docente e discente e de egressos/as, publicaram resultados parciais e conclusivos em livros e artigos.

O amadurecimento intelectual a que nos referimos anteriormente é possível de ser constatado ao analisar a evolução de publicações em livros (autorais e/ou coletâneas), capítulos de livros e artigos em periódicos ao longo da década, o que muito contribuiu para a elevação do conceito do PPGSSDR na última Avaliação da CAPES.

O salto constatado relaciona-se, sem dúvida, ao amadurecimento intelectual coletivo e, ainda, à decisão do Colegiado de Curso em implementar uma política coletiva e efetiva de captação de recursos, o que possibilitou a publicação e a tradução de livros e artigos produzidos pelos corpos docente e discente do Programa. Aqui lembramos do 1º edital que contemplou o Programa e cujos recursos foram parcialmente usados para fortalecer a produção bibliográfica de docentes, discentes e egressos/as: destaca-se a publicação da 1ª coletânea do PPGSSDR/UFF,[4] reunindo docentes, discentes e egressos/as.[5]

Em 2019 e 2020, a nova gestão – que ainda permanece no cargo, tendo sido reeleita para o quadriênio 2023-2027 – obteve mais apoio financeiro, por meio de dois novos projetos à Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), para o fortalecimento da política de publicação deliberada pelo Colegiado de Curso. Com tais recursos, o Programa teve a possibilidade de externalizar as pesquisas por nós desenvolvidas, por meio da publicação de 3 (três) livros autorais, apoiados pela FAPERJ: das

[4] Cf. RAMOS, A.; BARBOZA, D. R.; PEREIRA, L. D.; PEREIRA, T. D. Desenvolvimento, formação social brasileira e políticas públicas: subsídios analíticos para o Serviço Social. Uberlândia: Navegando, 2019. Disponível em: https://www.editoranavegando.com/livro-desenvolvimento-formacao-soci. Acesso em: 30 set. 2023.

[5] Sob a gestão das professoras Adriana Ramos (2016-2017) e Tatiana Dahmer Pereira (2018-2019), o Programa apresentou projeto junto à FAPERJ e, com esse recurso, publicou a 1ª coletânea do Programa, em 2019, em português e inglês, reforçando a perspectiva da internacionalização.

professoras Kênia Miranda,[6] Larissa Dahmer Pereira[7] e Marcela Soares.[8] Cabe ainda registrar a tradução/publicação da 1ª coletânea do Programa para a língua inglesa,[9] em 2019, e a publicação da 2ª coletânea do PPGSSDR/UFF,[10] em 2020, reunindo trabalhos de discentes, docentes e egressos/as vinculados/as aos 8 (oito) Núcleos de Pesquisa e Extensão.

Destaca-se que, além das coletâneas publicadas pela Coordenação do PPGSSDR, cada Núcleo de Pesquisa e Extensão obteve apoio financeiro – por meio do projeto enviado pela Coordenação à FAPERJ – para organizar e publicar as suas coletâneas próprias, disseminando, para um público mais amplo, as produções desenvolvidas no âmbito do Núcleo. Desse modo, os Núcleos publicaram, entre 2019 e 2023, um conjunto de 8 (oito) coletâneas.[11]

Outrossim, ressalta-se, ainda, a publicação de dois livros também com apoio da FAPERJ, obtido por meio do edital de Apoio à Editoração: o livro autoral da professora Eblin Farage[12] e a coletânea organizada pelo docente Rodrigo Lima,[13] em conjunto com demais docentes do Núcleo coordenado pelo mesmo.

Outros dois livros, apoiados pelo Edital FOPESQ/PROPPI/UFF 2022, foram produzidos: trata-se de coletânea organizada pela professora Eblin Farage[14] e de livro autoral traduzido para o espanhol, publicado pela docente Larissa Dahmer Pereira.[15] Além dos livros elencados, destacamos coletânea organizada pela docente Adriana Ramos, em 2023, com apoio da Editora da Universidade Federal de Juiz de Fora.[16]

A pujante produção intelectual – que se expressa, parcialmente, na produção bibliográfica - é um dado a se comemorar em nosso Programa e a coletânea que aqui apresentamos ilustra tal movimento: de consolidar o Programa de forma coletiva, com

---

[6] Cf. MIRANDA, K. De professoras a trabalhadoras: greves, sindicalismo e educação no Rio de Janeiro. Uberlândia: Navegando, 2023. Disponível em: https://www.editoranavegando.com/kenia Acesso em: 30 set. 2023.

[7] Cf. PEREIRA, L. D. Educação e Serviço Social: da Igreja ao empresariado. Uberlândia: Navegando, 2022. Disponível em: https://www.editoranavegando.com/larissa Acesso em: 30 set. 2023.

[8] Cf. SOARES, M. Escravidão e dependência: opressões e superexploração da força de trabalho brasileira. Marília: Lutas Anticapital, 2022. Disponível em: https://lutasanticapital.com.br/products/pdf-escravidao-e-dependencia-opressoes-e-superexploracao-da-forca-de-trabalho-brasileira?_pos=2&_sid=e88054784&_ss=r Acesso em: 30 set. 2023.

[9] Cf. RAMOS, A.; BARBOZA, D. R.; PEREIRA, L. D.; PEREIRA, T. D. *Development, brazilian social formation and public policies: analytical subsidies for social work*. Uberlândia: Navegando, 2019. Disponível em: https://www.editoranavegando.com/livro-development-brazilian-social Acesso em: 30 set. 2023.

[10] Cf. PEREIRA, L. D.; BARBOZA, D. R. (org.). Políticas regressivas e ataque aos direitos sociais no Brasil: dilemas atuais em um país de capitalismo dependente. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. Disponível em: https://www.editoranavegando.com/livro-pol%C3%ADticas-regressivas Acesso em: 30 set. 2023.

[11] Para que não fique muito extenso, indicamos que as 8 (oito) coletâneas sejam consultadas no site da Editora Navegando: todas encontram-se disponíveis gratuitamente.

[12] Cf. FARAGE, E. Estado, território e cotidiano no conjunto de favelas da Maré. Rio de Janeiro: Mórula, 2023.

[13] Cf. SANTOS, E. C.; SIMAS, F. N.; LIMA, R. S. Trinta anos do Estatuto da Criança e do Adolescente: balanço e perspectivas. 01. ed. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2022.

[14] Cf. FARAGE, E.; SANTO, A. M. O. (org.). Educação pública no conjunto de favelas da Maré: desafios e potencialidades. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2023.

[15] Livro no prelo.

[16] Cf. RAMOS, A.; ORTIZ, F. G.; PAULA, L. G. P. O trabalho profissional do/a assistente social e suas possibilidades: reflexões sobre as dimensões constitutivas do Serviço Social. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2023.

decisões colegiadas e compreendendo a importância de se fortalecer a área do Serviço Social. Tal fortalecimento da área urge, especialmente considerando os tempos sombrios pelos quais passamos[17] e, ainda, os desafios vindouros, dado o contexto de aprofundamento da mercantilização da educação superior brasileira, do uso do Ensino a Distância como estratégia de maximização de lucros e, por sua vez, de uma fragilização geral na Graduação em Serviço Social, o que traz implicações para a Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Serviço Social.

Outra conquista para o nosso Programa refere-se à aprovação de bolsa de Professora Visitante, pela FAPERJ, para a professora Yolanda Guerra, nos anos 2022, 2023 e 2024, e que muito vem contribuindo com as atividades formativas e de pesquisa em nosso Programa. Agradecemos, desde já, à docente pelo Prefácio.

O texto que abre o presente livro – cujo autor vem mantendo interlocução profícua com o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional – é de autoria do professor e pesquisador, da área de Educação, Valdemar Sguissardi. O texto expõe e problematiza, com dados relativos às duas primeiras décadas do século XXI, a contradição entre a necessária expansão do subsistema de educação superior, incluída obviamente a pós-graduação *stricto sensu*, e o desmonte do ainda precário sistema nacional de produção científica e de formação de pesquisadores no Brasil. Por fim, o autor busca relacionar as propostas para a educação superior e o modo de financiamento da mesma com o "modelo" de desenvolvimento que se ancora no neoliberalismo, que prega a necessidade de o Estado ou o Fundo Público Federal estar a serviço do mercado e da competição tanto entre empresas estritamente econômicas quanto entre instituições ou organizações estatais.

O capítulo seguinte – "Financeirização da educação superior brasileira e a expansão do EaD via setor privado-mercantil: desafios à formação em Serviço Social" – de autoria do egresso Sandhro Luiz de Almeida Abrahão, da docente Larissa Dahmer Pereira e da egressa Andreza Telles dos Santos Ferreira, analisa o processo de financeirização da educação superior no Brasil, a partir dos anos 2000, relacionando-o com o Ensino a Distância (EaD) e o impacto de tal processo na formação em Serviço Social.

O 3º capítulo, intitulado "Estado e a violência como uma potência econômica do capital: elementos históricos para a compreensão da atual escalada da extrema-direita no Brasil", de autoria do docente Douglas Barboza, da egressa Priscila Silva Leite Cruz, e das mestrandas Ana Carolina Sampaio Ferreira e Rayanne Tropiano dos Santos, analisa a utilização estratégica e política da coerção estatal no modo de produção capitalista e a sua

[17] Aqui nos referimos sobretudo ao período do golpe de 2016, à aprovação no mesmo ano da Emenda Constitucional 95/2016, que limitava o gasto social por 20 anos e, ainda, ao período de pandemia e à ascensão da extrema-direita ao governo federal, no governo Bolsonaro (2019-2022).

característica substancial no caráter dependente estrutural dos países latino-americanos. A partir desta premissa, explicita o caráter autocrático do Estado como uma característica inerente à formação social brasileira e quais as mediações históricas para compreendermos o processo de fascistização que se potencializou no cenário brasileiro a partir do golpe de 2016.

O texto seguinte - "Fascistização, militarização das estruturas de poder e escolas cívico-militares no Brasil" -, de autoria da docente Kátia Lima e das egressas Larissa de Moura Paquiella e Viviane de Queiroz, apresenta análise sobre o avanço do processo demilitarização das estruturas de poder no Brasil, particularmente no contexto pós-2019, examinando, especialmente, a organização do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares/Pecim (Decreto 10.004/19), que amplia e aprofunda a atuação de militares na gestão financeira, administrativa e político-pedagógicas das escolas públicas estaduais, municipais e distritais.

O quinto capítulo da coletânea, intitulado "Elementos constitutivos da ética peculiar do trabalho na formação social brasileira", de autoria da egressa Lana Carrijo de Felipe Rodrigues e da docente Tatiana Dahmer Pereira, trouxe elementos constitutivos da formação da sociedade brasileira, recuperando determinações que imbricam tanto a naturalização e a ontologização de uma ética peculiar do trabalho na ordem burguesa. As autoras analisam como as relações de dominação mercantil, colonialista e imperialista, que são substrato da formação social brasileira, conformam desigualdades sociais e acentuam opressões distintas na nossa sociabilidade.

O capítulo 6, "Mulheres, maternidade e cidade: uma discussão sobre a (não) presença feminina no espaço urbano", das docentes Aline Novaes e Francine Helfreich e da egressa Talíria Petrone, problematiza elementos da formação social brasileira que traduzem a forma desigual de apropriação do espaço urbano. Com base em tal discussão, realiza debate sobre as opressões de gênero e suas manifestações contemporâneas na cidade, mostrando como as mulheres, sobretudo as mães, se apropriam da cidade de forma diferenciada, considerando as opressões de gênero e investigando a presença feminina no espaço urbano como uma resistência contra as formas de desigualdades sociais.

O capítulo "Balanço sobre o crescimento e o atendimento da população em situação de rua no governo Bolsonaro", da docente Ana Paula Ornellas Mauriel, da egressa Ana Paula Cardoso da Silva e da discente Bianca Resende da Silva, analisa o crescimento da população em situação de rua no período da pandemia da COVID-19 e realiza um breve balanço das políticas de atendimento à população em situação de rua (PSR) no governo Bolsonaro, com enfoque nas duas políticas públicas consideradas linha de frente na pandemia do novo Coronavírus no país: a Saúde e a Assistência Social.

O 8º capítulo, "O trabalho de assistentes sociais na Política de Assistência Social no período pandêmico: tendência à desespecialização?", de autoria da egressa Natália Reis de Oliveira e da docente Adriana Ramos, aponta questões referentes ao trabalho de assistentes sociais no campo da Assistência Social durante o período pandêmico, identificando, nesse contexto, uma tendência à despecialização pelas demandas institucionais apresentadas. O capítulo traz dados de pesquisa documental realizada pela Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI), no sul do estado fluminense nos anos de 2013-2014 e as compara com informações mais recentes.

O capítulo seguinte – "Serviço Social, Direito e Justiça: aproximações críticas" - de autoria da egressa Grace Kelly Moura de Oliveira e das docentes Adrianyce A. Silva de Sousa e Ana Cristina Oliveira de Oliveira - retoma os fundamentos que demarcam a compreensão de Direito e de Justiça, articulando-os com a discussão sobre o projeto ético-político profissional e apresenta pesquisa bibliográfica realizada nos Anais do 10º ao 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, a fim de compreender a concepção de Direito e de Justiça referenciada pelas assistentes sociais da área sociojurídica.

Por fim, o 10º capítulo, de autoria da docente Eblin Farage e da egressa Sabrina dos Santos Dias, intitulado "Reflexões sobre formação profissional e produção teórica do Serviço Social na articulação com os debates de movimentos sociais, educação popular e questão urbana", apresenta resultados parciais de pesquisa bibliográfica, a partir de levantamento dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) dos cursos de Serviço Social das unidades de formação acadêmicas (UFA) públicas vinculadas à ABEPSS, além de artigos em periódicos da área. A pesquisa buscou compreender os avanços e as lacunas da formação profissional no que tange à vinculação com a temática e a articulação com os movimentos sociais.

Desejamos uma excelente leitura e que o presente livro possibilite o alcance de mais pessoas ao que vem sendo produzido no interior da Universidade Pública, em intensa relação com a sociedade: assistentes sociais, discentes de Graduação e Pós-Graduação, docentes e pesquisadores/as do Serviço Social e de áreas afins.

CAPÍTULO 1

EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E DESMONTE DO SISTEMA DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA E FORMAÇÃO DE PESQUISADORES NO BRASIL

Valdemar Sguissardi

> Inadmissível, incompreensível e injustificável o corte orçamentário de mais de R$ 1 bilhão que foi procedido ontem pelo governo (27/05/2022) nos orçamentos das Universidades e Institutos Federais brasileiros (ANDIFES, Nota de 28/05/2022).

Introdução

Com este texto visa-se expor e debater a contradição entre a necessária expansão do subsistema de educação superior, incluída obviamente a pós-graduação *stricto sensu*, e o desmonte do ainda precário sistema nacional de produção científica e de formação de pesquisadores no nível federal em nosso país.

O equilíbrio entre, de um lado, sólida educação básica e competente educação superior de graduação e pós-graduação, que forme docentes e pesquisadores para ambos os níveis do sistema educacional e para o desenvolvimento socioeconômico, político e cultural do país, e, de outro, um consistente sistema de produção científica em todos os campos do saber humano, foi um desafio sempre proposto e enfrentado por grandes intelectuais, entre nós, a começar por Fernando de Azevedo (1894-1974), Anísio Teixeira (1900-1971), Florestan Fernandes (1920-1995), Paulo Freire (1921-1997), Darcy Ribeiro (1922-1997) e tantos outros, ao longo dos últimos cem anos de nossa história.

A experiência brasileira tem demonstrado que esse equilíbrio, se ocorreu, foi um fenômeno parcial e raro em nosso país, muito mais como tendência, perspectiva, horizonte, do que como realidade acabada em todos os seus elementos. Nem sequer a educação básica, até nossos dias, tornou-se de fato universal. Se o ensino fundamental atingiu este grau nas últimas décadas, o ensino médio continua longe de contar com ¾ dos jovens na idade de frequentá-lo. Da educação superior de graduação pode-se afirmar que esta, no Brasil, continua com índices de matrícula abaixo da média desses índices dos demais países da América Latina. No âmbito da pós-graduação *stricto sensu*, embora o país posicione-se entre os primeiros da América Latina, essa acolhe um número ainda diminuto de graduados, de todas as idades, estando seu montante de titulados, mestres e doutores, muito aquém do dos países mais

desenvolvidos.[1] A produção científica, medida exclusivamente por número de publicações na forma de artigos, livros e capítulos de livros, embora tenha crescido significativamente nas últimas décadas, está muito defasada quanto ao "fator de impacto"[2] ou índice de citações em relação à média dos cinquenta países mais desenvolvidos neste campo e isto por diversas razões, entre as quais o próprio idioma mais usual em periódicos científicos transnacionais.

O desenvolvimento desta análise atrela-se à resposta a um conjunto de questões prévias, tais como:

1) Como sucintamente se configura o quadro de expansão de instituições e matrículas de graduação na educação superior no Brasil nas duas primeiras décadas do século XXI?
2) Como evoluíram os dados referentes a programas de pós-graduação, pós-graduandos de mestrado e doutorado, titulações e bolsas no país e no exterior?
3) Quais as propostas de reestruturação das Instituições de Educação Superior (Ifes), (*Future-se*), e da pós-graduação (modelo multidimensional de "avaliação", isto é, de regulação e controle, e proposições para o próximo Plano Nacional de Pós-Graduação)?
4) Como se tem efetuado o financiamento do CNPq, da CAPES e das Ifes ao longo das duas últimas décadas?
5) Como essas propostas e esse modo de financiamento se relacionam com o "modelo" de desenvolvimento que se ancora no neoliberalismo exacerbado que prega a necessidade de o Estado ou o Fundo Público Federal estar a serviço do mercado e da competição tanto entre empresas estritamente econômicas quanto entre instituições ou organizações estatais (do campo da educação e outros), que, segundo os neoliberais, não mais deveriam ser mantidas pelos recursos financeiros previstos constitucional e legalmente (CF-88, Art. 206, IV e LDB, Art. 55)?
6) Como resistir e evitar o desmonte da educação superior pública e do sistema nacional de produção científica e de formação de pesquisadores?

Diante deste espectro, nos limites deste texto, tomando-se como período contextual para o objeto desta análise as duas primeiras décadas do século XXI, e para responder a esse

[1] Segundo documento da CAPES que propõe um novo "modelo" de avaliação da pós-graduação no Brasil (CAPES, 2020), o país contaria com 7,6 doutores por 100 mil habitantes, índice muito inferior aos dos países desenvolvidos: Reino Unido: 41; Portugal: 39,7; EUA: 20,6.

[2] Tanto os índices de produção intelectual publicada quanto de citações dependem de levantamentos produzidos por entidades, de variada natureza, que produzem *rankings* acadêmico-científicos através do mundo, mas que se baseiam para formação desses índices em registros online, o que, dados os limites desses indicadores e a diversidade de critérios utilizados por tais agências, dificultam a comparabilidade entre instituições, programas, pesquisadores, o que os torna motivo de grandes polêmicas e divergências quanto à cientificidade de seus resultados.

rol de questões, examinar-se-ão sucintamente: a) o contexto econômico-político-social em que se dão os fenômenos e contradições a serem analisados, em que têm lugar de relevância as várias fases do neoliberalismo em vigência no país e a legislação pertinente desde o Governo Collor (1990-1992) até as reformas dos governos Temer e Bolsonaro (2016-2022), assim como alguns avanços e limites das políticas públicas neste período; b) o processo de evolução da educação superior – instituições e matrículas –, com seu viés de crescimento predominantemente privado-mercantil, mas com ênfase nas IES federais (Universidades e Institutos de Ciência e Tecnologia), estaduais e municipais; c) a trajetória da pós-graduação *stricto sensu*, considerando programas, pós-graduandos, regime de bolsas no país e no exterior, centrada especialmente nas IES estatais públicas; d) o sistema nacional de produção científica e de formação de pesquisadores, representado, especialmente, pelas agências Capes, CNPq, mais o FNDCT, sem, contudo, abordar os sistemas estaduais de apoio à pesquisa como a Fapesp, a Faperj, a Fapemig e a Fapergs, entre outras, o que demandaria uma extensão muito maior da investigação; e) o processo de desmonte do sistema de produção científica e de formação de pesquisadores, via propostas de reforma das Ifes (*Future-se*) e de regulação e controle da pós-graduação (modelo multidimensional), assim como, em especial, via drástica redução do financiamento, seja das Ifes, seja das agências nacionais de coordenação e fomento da pós-graduação e da pesquisa (Capes, CNPq e FNDCT); e f) a necessidade de – assim como se deve lutar contra a privatização e desnacionalização das grandes empresas estatais, ainda que, algumas, de economia mista (Petrobrás, Eletrobrás, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Correios etc) e pela recuperação dos direitos trabalhistas retirados via Leis da Reforma Trabalhista, da Terceirização e da Previdência Social – opor decidida resistência ao desmonte da educação superior pública e do sistema de produção científica e de formação de pesquisadores, tão imprescindíveis para o desenvolvimento nacional, para a diminuição das imensas desigualdades sociais e para a construção de uma nação democrática e soberana.

Alguns elementos do contexto econômico-político-social

Para o exame dos fenômenos e contradições acima apontados, em que têm lugar de destaque as várias fases do neoliberalismo em curso no país e a legislação delas decorrentes desde o Governo Collor (1990-1992) até as dos governos Temer e Bolsonaro (2016-2022), assim como alguns avanços e limites das políticas públicas nesse período, serão feitos breves apontamentos e algumas referências.

A racionalidade neoliberal e suas propostas de mudança na produção, nas relações de trabalho e nas funções do Estado já ultrapassam ¾ de século, desde os anos 1930. Sua aplicação na economia e no Estado remonta ao menos às experiências chilena (1973-1990), inglesa (1979-1990), norte-americana (1981-1989), alemã (1982-1998), mexicana (1982-2000) e argentina (1976-2002). No Brasil o neoliberalismo aportou na esteira do *Consenso de Washington* (1989), sendo gradativamente adotado pelos poderes do Estado e do mercado desde o governo Collor de Mello (1990-1992), implantando-se mormente no octênio de FHC (1995-2002). Persistiu, nos governos Lula (2003-2010) e Rousseff (2011-2016), embora de forma mais branda, sem privatização de empresas estatais (ação privilegiada nos anos FHC), mas com continuidade da proeminência, na macroeconomia, do setor financeiro, entre outros, ao mesmo tempo em que se privilegiaram ações de viés social-público, como o aumento real do salário-mínimo e o Programa Bolsa Família, entre outros programas e medidas.

Com o *impeachment*/golpe contra a presidente da República, em 2016, essa racionalidade neoliberal recrudesceu e aprofundou a destruição dos direitos e conquistas trabalhistas no governo usurpado de Temer (2016-2018), e, em seguida, com o exacerbado viés neoliberal do banqueiro e discípulo de Milton Friedman (*Escola de Chicago*), Paulo Guedes (Ministro da Economia), com pleno endosso do governo Bolsonaro (2019-2022). Sob o mandato de Temer, destaca-se a aprovação, poucos meses após o golpe, da Emenda Constitucional n. 95, que congela os recursos do Fundo Público para os setores sociais do Estado, entre eles os da educação e saúde.

Destaque-se que, no caso do Brasil, do *decálogo* de "mandamentos" do *Consenso de Washington,* ocorreu a mais estrita obediência àqueles que propunham a privatização das empresas estatais, a liberalização financeiro-comercial e a redução dos gastos públicos, entre outros, durante os anos 1995-2002 e um conjunto de medidas jurídico-administrativas ao longo de todo o período de 1990 a 2020.

Nesse sentido, ainda sob o governo Temer, registrou-se o retrocesso que significaram: 1) A Emenda Constitucional (EC), n. 95, que foi aprovada em dezembro de 2016, passados apenas três meses do *impeachment*/golpe, que instituiu o Novo Regime Fiscal dos Orçamentos Fiscal e de Seguridade Social da União; por esta EC, estabeleceu-se o congelamento por 20 anos das despesas primárias do Poder Executivo Federal, entre as quais as destinadas à saúde e à educação;[3] 2) A Lei n. 13.429, de 31 de março de 2017 (dia e mês do Golpe de 1964!), que

[3] Tais despesas somente podem ser reajustadas anualmente de acordo com a inflação de cada ano medida pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo). Os encargos, juros e amortizações da dívida pública com o sistema financeiro, que correspondem acerca de 40% do Orçamento da União, ficaram fora dessa camisa de força, podendo, esse percentual, ser elevado no caso de excesso eventual de arrecadação. A EC-95 inviabiliza diversas metas do Plano Nacional de Educação,

liberou a terceirização irrestrita do trabalho nas atividades essenciais, além da das atividades complementares, que já era objeto de permissão legal (Brasil, 2017a); 3) A Lei n. 13.467, de 13 de julho de 2017, a chamada Reforma Trabalhista (Brasil, 2017b), que efetuou verdadeira razia na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) alterando cerca de 100 de seus artigos e retirando um conjunto de direitos dos trabalhadores.[4]

Embora o debate se tenha iniciado durante o Governo Temer, foi sob o mandato de Bolsonaro, com início em janeiro de 2019, que foi promulgada, em 12 de novembro desse ano, a EC n. 103, da nova Previdência Social e com ela um conjunto de regras de transição. A PEC (Proposta de Emenda Constitucional) 287, de 2016, sob o Governo Temer, foi retomada pela EC 103. Tanto uma como a outra visaram substituir o modelo previdenciário solidário anterior – em que todos os trabalhadores ativos colaboram para a previdência dos que se aposentam – pelo regime que seria denominado de capitalização, em que cada trabalhador, desde sua entrada no trabalho, iria formando sua "poupança" para sua previdência futura. "Poupança" a ser administrada por bancos públicos e privados, que, como de costume, poderiam obter lucros exorbitantes, diferentemente dos trabalhadores, os empregados, que teriam correções muito pouco acima da inflação, como também ocorre com as poupanças populares no sistema financeiro. Além disso propunha-se aumento da idade mínima para aposentadoria, entre outras mudanças. Ao final dos debates, que duraram cinco meses, a EC 103 foi aprovada sem essa famigerada "capitalização", porém com grandes alterações no regime anterior que levariam, segundo cálculos do Ministro da Economia, seu principal defensor, a uma economia de R$ 800 bilhões para os cofres da União no prazo de 10 anos.

Durante os governos Temer e Bolsonaro, outras medidas têm sido tomadas ou mantidas pelo segundo que prejudicam profundamente o conjunto dos trabalhadores e dos aposentados cujos benefícios se veem atrelados ao Salário-Mínimo: entre estas destaca-se a suspensão do aumento real do poder de compra deste, que vinha ocorrendo desde o ano de 2003 (correção pela inflação mais o aumento do PIB do ano anterior) e que resultara na sua valorização real e aumento do poder de compra de cerca de 70% no período. A partir dessa suspensão, o Salário-Mínimo vem perdendo gradativamente seu poder de compra, o que, aliado às altas taxas de desemprego, que giram em torno de 12% a 13%, além das altas taxas de subemprego, faz com que em torno de metade da população brasileira esteja passando por

---

entre os quais o índice de 10% do PIB (Produto Interno Bruto) a serem destinados à educação até o ano de 2024, índice que não passaria hoje de 5% do PIB.

[4] Para maiores detalhes sobre essa legislação pós-golpe de 2016, ver SGUISSARDI, V. A educação superior e a crescente desigualdade social no Brasil em tempos neoliberais. In: PEREIRA, L. D.; BARBOZA, D. R. (orgs.). Políticas regressivas e ataques aos direitos sociais no Brasil: dilemas atuais em um país de capitalismo dependente. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020, p. 195-236; para uma seleção dos principais direitos trabalhistas destruídos por essa lei trabalhista, ver a nota de rodapé n. 3.

deficiência alimentar e problemas de sobrevivência, retornando a níveis de pobreza e miséria anteriores à criação dessas medidas de proteção social.

A exacerbação das políticas neoliberais, sob a batuta do Ministro da Economia, postas em prática pelo conjunto dos órgãos ministeriais, e outros, do Poder Executivo, revela-se igualmente no Poder Legislativo, em que, pode-se afirmar, desde o golpe de 2016, é exceção qualquer instrumento legislativo aprovado e sancionado pela presidência em benefício dos trabalhadores. A renovação do Fundeb (Lei n. 14.276, de 27/12/2021), com alguns avanços em relação à legislação anterior, é, talvez, o único exemplo conhecido publicamente, embora, em relação a ele, se tenham feito frequentes tentativas de diminuir seus recursos ou de lhes dar outro destino que não os previstos em lei.

Nos anos recentes têm tramitado no Congresso Nacional dezenas de PEC's, MP's e projetos de lei, oriundos tanto do Poder Executivo/Ministério da Economia quanto do próprio Poder Legislativo, que mostram, no dizer de Nelson C. Amaral, "A dimensão ultraliberal do grupo no poder federal", propostas e projetos que, se aprovados ainda que apenas alguns, significariam "Um desastre para as políticas sociais brasileiras" (Amaral, 2020, p. 197).[5] As decorrências da legislação já aprovada e expostas acima, somadas ao desmonte ou diminuição do poder de ação de diversos órgãos federais (Inpe, Incra e outros), assim como a extrema redução de recursos para o sistema de produção científica e de formação de pesquisadores, como se verá adiante, já estão tornando realidade esse desastre previsto por Nelson C. Amaral.

Finalmente, cabe destacar, para o que mais diretamente interessa neste texto, a redução – que se iniciou após o golpe e tem continuidade até hoje, agravada a cada ano – dos recursos financeiros para as Ifes, mormente investimento e custeio, assim como para os órgãos federais de coordenação e fomento da pesquisa e pós-graduação (vide adiante o item financiamento).

Traços marcantes da atual fase do neoliberalismo

Enfatize-se que, ao longo desse período e, em especial, na sua fase mais recente, implementa-se, no âmbito do neoliberalismo mundial e também local, o que tanto Pierre Bourdieu (1998) como Pierre Dardot e Christian Laval (2016) têm apontado como a **predominância exacerbada da competição e da concorrência**, seja na sociedade civil, seja no mercado e no Estado. Para Bourdieu, o programa neoliberal põe "*em risco todas as estruturas coletivas* capazes de resistirem à lógica do mercado puro: *nação* [...]; *grupos de trabalho* com [...]

[5] Para uma visão do conjunto dessas PEC's e, em especial, uma análise da conhecida como PEC 188/2019-Senado ou PEC do "Pacto Federativo", ver AMARAL (2020, p. 197-223).

individualização dos salários; *coletivos de defesa* dos direitos dos trabalhadores [...]" (1998, grifos do autor). Dardot e Laval, passados cerca de 10 anos das denúncias de Bourdieu, sintetizam e apontam alguns traços da razão neoliberal, dentre os quais, a *não naturalidade do mercado,* que "requer [para sua existência e fortaleza] a intervenção ativa do Estado"; a *concorrência* em lugar da troca; a submissão do Estado "[também] à norma da *concorrência*"; a *concorrência* que atingiria todos os indivíduos transformando-os em *empreendedores, pessoas jurídicas,* assim como a empresa "promovida a modelo de subjetivação", em que "cada indivíduo é uma empresa que deve se gerir e um capital que deve se fazer frutificar" (2016, p. 377-379).

(i) Instituições universitárias e de pesquisa como empresas produtoras de valor e o saber como mercadoria ou *commodity*

Na perspectiva da razão neoliberal, para as mudanças da educação superior e da produção científica, destacam-se o fator saber "como matéria prima, *commodity,* mercadoria-valor" (Sguissardi, 2020, p. 190; Bianchetti; Sguissardi, 2017) e as instituições universitárias e de pesquisa "como empresas econômicas produtoras de valor" submetidas às normas da concorrência. (Sguissardi, 2020, p. 190). Esta mutação tem no Estado seu principal agente e não seu freio (Laval, 2016, *apud* Sguissardi, 2020, p. 189).

(ii) Anti-intelectualismo e anticientificismo

A racionalidade neoliberal tem se feito acompanhar em diversos países no mundo de movimentos denominados anti-intelectualistas e anticientificistas. São movimentos que desprezam as humanidades, as ciências sociais, a pesquisa básica, e supervalorizam a pesquisa tecnológica e inovadora, isto é, aquela que se esmera na produção de *invenções seguramente e a curto prazo lucrativas para o mercado* (Oliveira, 2019).

Essa irracionalidade tem se manifestado, no caso do Brasil, especialmente durante a vigência da Pandemia da Covid-19. O movimento antivacina e anti medidas de prevenção contra o vírus, patrocinado por autoridades federais, ao lado da desqualificação de instituições científicas envolvidas com o combate à pandemia, voltou-se também para a tentativa de incriminar as instituições de educação superior (universidades e outras) estatais públicas, como focos de "balbúrdia" e esquerdismos antinacionais.

Expansão da educação superior e da formação de pesquisadores

É nesse contexto que se podem delinear sucintamente alguns dados essenciais da expansão da educação superior e do seu processo de privado-mercantilização no país, que atinge especialmente a graduação e em menor medida a pós-graduação e formação de pesquisadores, como se verá adiante.

Evolução, distribuição e privado-mercantilização da educação superior

Foi a partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9.394/96 (Brasil, 1996) e, especialmente, via decretos regulamentadores desta lei, os Decretos n. 2.207/97 (Brasil, 1997a) e 2.306/97 (Brasil, 1997b), que, de um lado, cresceu celeremente o número de instituições e de matrículas da educação superior, e, de outro, iniciou-se o processo crescente e ininterrupto de privado-mercantilização dessas instituições.

Como se pode constatar pela tabela 1 abaixo, o crescimento das IES no Brasil, de 1985 a 1998 (Governos Sarney, Collor, Itamar Franco e FHC), foi muito pouco significativo: apenas 13,3% no total e redução de 10,3% nas públicas contra aumento de 22,0% nas privadas. No caso das matrículas, o resultado foi melhor, mas as matrículas nas IES públicas cresceram 50% menos que as das IES privadas: total de 55,4% de aumento, sendo 44,3% nas públicas e 63,1% nas privadas.

Talvez o momento mais marcante desse processo de expansão, nesse período, tenha sido o do subperíodo que correspondeu ao primeiro mandato do presidente FHC – 1994-1998 – em que o número de IES públicas decresceu em 4%, enquanto o das IES privadas cresceu 20,7%; no caso matrículas, as IES públicas tiveram um aumento de 16,5% contra 36,2% de aumento das IES privadas. Até meados de 1997 nenhuma das IES privadas, que perfaziam 78,6% do total do país, tinha, oficial e legalmente, o direito de se apresentar como tendo fins lucrativos. Isto somente irá acontecer após a edição dos dois Decretos acima referidos.

Tabela 1 - Evolução do número de instituições e de matrículas de ES por categoria administrativa (público e privada) – 1985-1998

Ano	Número de Instituições					Número de Matrículas				
	Total	**Públ.**	**%**	**Priv.**	**%**	**Total (mil)**	**Públ. (mil)**	**%**	**Priv. (mil)**	**%**
1985	859	233	27,1	626	72,9	1.367	557	40,7	810	59.3
1994	851	218	25,6	633	74,4	1.661	691	41,6	970	58,4
1998	973	209	21,4	764	78,6	2.125	804	37,8	1.321	62,2
1985-1994 Δ%	**-00,9**	**-06,4**	**-**	**01,1**	**-**	**21,5**	**24,0**	**-**	**19,7**	**-**
1994-1998 Δ%	**14,3**	**-04,1**	**-**	**20,7**	**-**	**27,9**	**16,5**	**-**	**36,2**	**-**
1985-1998 Δ%	**13,3**	**-10,3**	**-**	**22,0**	**-**	**55,4**	**44,3**	**-**	**63,1**	**-**

Fonte: BRASIL. MEC/Inep. Sinopse Estatística da Educação Superior, 2010. Tabela organizada pelo autor em Sguissardi (2014).

Desde então, a distribuição entre IES públicas (federais, estaduais e municipais) e privadas sem e com fins lucrativos será gradativa e profundamente modificada, como se verá na tabela 2 abaixo. Na tabela 3, verificar-se-á fenômeno semelhante em relação às matrículas.

A existência de IES com fins lucrativos foi prevista na própria CF-88 (Brasil, 1988) e reiterada na LDB (Brasil, 1996), mas é o artigo 3º do Decreto 2.207/97 (Brasil, abril 1997) que abrirá a possibilidade prática legal de constituição de IES com fins lucrativos ao estabelecer que "*As entidades mantenedoras com fins lucrativos submetem-se à legislação que rege as sociedades mercantis, especialmente na parte relativa aos encargos fiscais, parafiscais e trabalhistas",* seguido, de modo mais explícito, pelo teor do artigo 7º do Decreto 2.306/97 (Brasil, ago. 1997):

> As instituições privadas de ensino, classificadas como particulares em sentido estrito, com finalidade lucrativa, ainda que de natureza civil, quando mantidas e administradas por pessoa física, ficam submetidas ao regime da legislação mercantil, quanto aos encargos fiscais, parafiscais e trabalhistas, como se comerciais fossem equiparados seus mantenedores e administradores ao comerciante em nome individual.

Os dados do Censo da Educação do Inep/MEC (Brasil, 2020), que mostram as decorrências desses dois Decretos, tornaram-se públicos já em 1999, quando, passado pouco mais de um ano, de um total de 1.097 IES no país, das quais 905 ou 82,5% privadas, 136 ou 12,4% já se tinham transformado em IES particulares ou privadas com fins lucrativos. As IES públicas eram apenas 192 ou 17,5% do total, havendo um relativo equilíbrio em números absolutos e percentuais entre federais, estaduais e municipais. E as IES privadas, sem fins lucrativos, ainda eram 769 ou 70,1% do total.

O salto mais significativo deu-se nos 11 anos seguintes – de 1999 a 2010 – quando o total de IES passou para 2.365, com aumento de 116,7%, as públicas crescendo 44,8% contra 132% das IES privadas. Mas o fato marcante foi o das IES privadas com fins lucrativos (CFL)

que apresentaram o índice de aumento de 696% contra apenas 48,6% das IES privadas sem fins lucrativos (SFL).

Esse crescimento expressivo no subperíodo anterior não se repetiu nos dez anos seguintes – 2010-2020: verificou-se aumento do total de IES no país de apenas 3,8%, percentual que foi de 0,7 para as IES públicas e de 4,2% para as IES privadas. Destaca-se, entretanto, mais uma vez um crescimento expressivo e destoante dos índices anteriores que foi o das IES privadas com CFL, isto é, de 36,4%, contra um índice negativo de -24,6% das IES privadas SFL. Estas compunham 70,1% do total do país em 1999; passadas duas décadas, reduziram-se a 35,0%, ao tempo em que as CFL passaram de 12,4% para 52,5% do total de IES do país.

O confronto do crescimento das IES privadas CFL com o das IES privadas SFL, assim como, com o das IES públicas é de imensa disparidade nessas cerca de duas décadas (1999 a 2020): 849,3% das IES privadas CFL, 12,1% das IES privadas SFL e 45,8% das IES públicas diante de um aumento percentual do total de IES neste período de 124,0%.

Este comportamento na evolução do número de instituições irá repetir-se com alguns dados mais inflados quando se analisa a evolução do número de matrículas no mesmo período – 1999-2020 – revelados pela tabela 3 abaixo.

O efeito desses dois Decretos de 1997 vão se fazer visíveis já em 1999. Neste ano, de um total de 2.369.945 matrículas, as IES públicas detinham 832.022 ou 35% do total; as IES privadas, 1.537.923 ou 64,9%. Destas, as IES privadas SFL, 1.342.026 ou 56,6%; e as IES privadas CFL (já) contavam com 202.596 ou 8,5%.

No subperíodo do grande salto – 1999-2010 – o total de matrículas passou para 6.379.299 ou aumento de 169,2%. As matrículas das IES públicas cresceram 97,5%, mas baixaram o percentual em relação ao total, de 35,1% para 25,7%; as das IES privadas tiveram um aumento de 207,9%, passando de 64,9% para 74,3% do total. Entre as IES privadas, as matrículas das SFL tiveram um aumento de 101%, baixando de 56,6% para 42,3% do total; enquanto as das CFL apresentaram um aumento de 919,9% passando de 8,5% para 32,4% do total do país.

Tabela 2 – Evolução do número de IES por categoria administrativa: pública (federal, estadual, municipal) privada (Com fins lucrativos – CFL; Sem fins lucrativos – SFL) e Especiais* – Brasil - 1999-2020

Ano	Número de Instituições																
	Total	Públicas								Privadas						Especiais	
		Total	%	Fed.	%	Est.	%	Mun.	%	Total	%	CFL	%	SFL	%	Qt	%
1999	**1.097**	**192**	**17,5**	60	5,4	72	6,5	60	5,4	905	**82,5**	**136**	**12,4**	**769**	**70,1**	-	-
2010	**2.365**	**278**	**11,7**	99	4,2	108	4,5	71	2,9	2.089	**88,3**	**946**	**40,0**	**1.143**	**48,3**	-	-
2020	**2.457**	**280**	**11,4**	118	4,8	129	5,2	33	2,1	2.177	**88,6**	**1.291**	**52,5**	**862**	**35,0**	24	0,9
1999-2010 Δ%	**116,7**	**44,8**	-	65,0	-	50,0	-	18,3	-	**132,0**	-	**696,0**	-	**48,6**	-	-	-
2010-2020 Δ%	**3,8**	**0,7**	-	19,2	-	19,4	-	-55,5	-	**4,2**	-	**36,4**	-	**-24,6**	-	-	-
1999-2020 Δ%	**124,0**	**45,8**	-	96,6	-	77,7	-	-45,0	-	**140,5**	-	**849,3**	-	**12,1**	-	-	-

* Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007: **Especial** (art. 242 da Constituição Federal) - instituição educacional oficial criada por lei estadual ou municipal e existente na data da promulgação da Constituição Federal, que não seja total ou preponderantemente mantida com recursos públicos, portanto não gratuita.

Fonte: Microdados do Censo da Educação Superior 1999, 2010 e 2020. Disponível em: www.inep.gov.br/microdados (Contribuição de Nelson Cardoso Amaral – PPGE/UFG)

Tabela 3 - Evolução do número de matrículas de ES por categoria administrativa: pública (federal, estadual, municipal) privada (Com fins lucrativos – CFL; Sem fins lucrativos – SFL) e Especiais* – Brasil - 1999-2020

Ano	Número de Matrículas																
	Total	Públicas								Privadas						Especiais	
		Total	%	Fed.	%	Est.	%	Mun.	%	Total	%	CFL	%	SFL	%	Qt	%
1999	**2.369.945**	**832.022**	**35,1**	442.562	**18,7**	302.380	12,7	87.080	3,7	1.537.923	**64,9**	**202.596**	**8,5**	**1.342.026**	**56.6**	-	-
2010	**6.379.299**	**1.643.298**	**25,7**	938.656	**14,7**	601.112	9,4	103.530	1,6	4.736.001	**74,3**	**2.066.473**	**32,4**	**2.697.589**	**42,3**	-	-
2020	**8.680.945**	**1.929.995**	**22,2**	1.254.088	**14,4**	623.975	7,2	51.932	0,6	6.750.950	**77,8**	**4.833.599**	**55,7**	**1.890740**	**21,8**	26.611	0,3
1999-2010 Δ%	**169,2**	**97,5**	-	112,1	-	98,8	-	18,9	-	**207,9**	-	**919,9**	-	**101.0**	-	-	-
2010-2020 Δ%	**36,1**	**17,4**	-	33,6	-	3,8	-	-49,8	-	**42,5**	-	**133,9**	-	**-29,9**	-	-	
1999-2020 Δ%	**266,3**	**131,9**	-	183,4	-	106,4	-	-40,4	-	**338,9**	-	**2.385,8**	-	**40,9**	-	-	-

* Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007: **Especial** (art. 242 da Constituição Federal) - instituição educacional oficial criada por lei estadual ou municipal e existente na data da promulgação da Constituição Federal, que não seja total ou preponderantemente mantida com recursos públicos, portanto não gratuita.

Fonte: Microdados do Censo da Educação Superior 1999, 2010 e 2020. Disponível em: www.inep.gov.br/microdados (Contribuição de Nelson Cardoso Amaral – PPGE/UFG)

Como ocorreu com o aumento do número de instituições e sua distribuição, também no caso das matrículas este subperíodo – 2010-2020 – foi de diminuto crescimento quando comparado ao do subperíodo anterior: quanto ao total de matrículas, foi de 3,6% em média por ano contra 15,5% nos 11 anos anteriores. O crescimento das matrículas das IES públicas foi de 17,4%; o das matrículas das IES privadas, 42,5% e, entre estas, as das SFL tiveram redução de 29,9% contra um aumento das matrículas das CFL de 133,9%, isto é, quase quatro vezes o percentual do aumento do total nacional.

Mais uma vez, destaque-se a enorme disparidade que se verifica quando se confrontam os diferentes índices de crescimento do total de matrículas e esses índices das IES públicas, das IES privadas SFL e das IES privadas CFL nesse período de duas décadas – 1999 a 2020: total do período: 266,3%; IES públicas: 131,9; IES privadas SFL: 40,9%; e IES privadas CFL: 2.385,8%. Neste último caso, das IES privadas CFL, o crescimento foi 8,9 vezes maior do que o da média nacional, 18,2 vezes maior do que o do aumento das IES públicas e 58,3 vezes maior do que o do aumento das IES privadas SFL.

Se no ano de 1999, a participação percentual de cada segmento no total de matrículas do país era de – 35,1% para as IES públicas, 56,6% para as IES privadas SFL e 8,5% para as IES privadas CFL –, no ano de 2020, estes índices eram assim distribuídos: 22,2% para as IES públicas; 21,8% para as IES privadas SFL; e 55,7% para as IES privadas CFL. No período, as matrículas das IES públicas perderam 12,9 pontos percentuais; as das IES Privadas SFL, 34,8 pontos percentuais; e as das IES privadas CFL ganharam 47,2 pontos percentuais.

Mediante os quatro gráficos a seguir podem ser observados, sintética e visualmente, dados essenciais da evolução do número de cada categoria administrativa de IES e suas divisões – Públicas: federais, estaduais e municipais; Privadas: com fins lucrativos e sem fins lucrativos – assim como, da evolução do número de suas respectivas matrículas, ao longo das duas primeiras décadas do Século XXI.

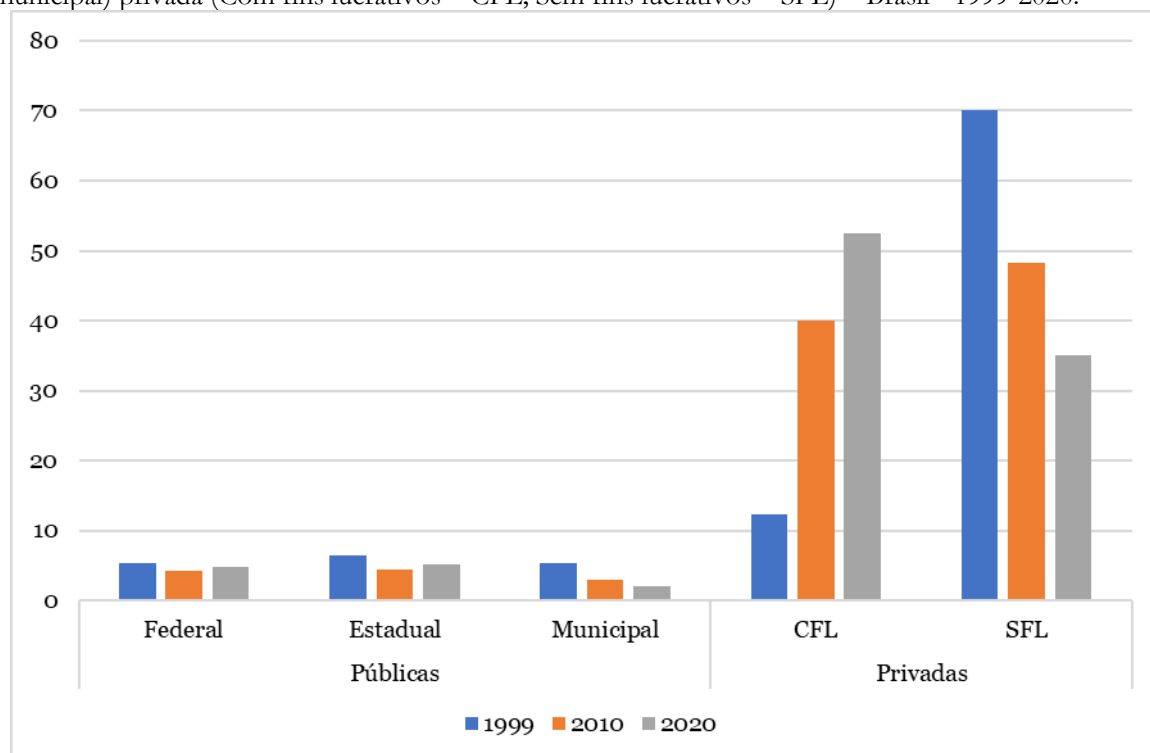
Gráfico 1a - Evolução do número de IES por categoria administrativa: pública (federal, estadual, municipal) privada (Com fins lucrativos – CFL; Sem fins lucrativos – SFL) – Brasil - 1999-2020.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da Tabela 2 acima.

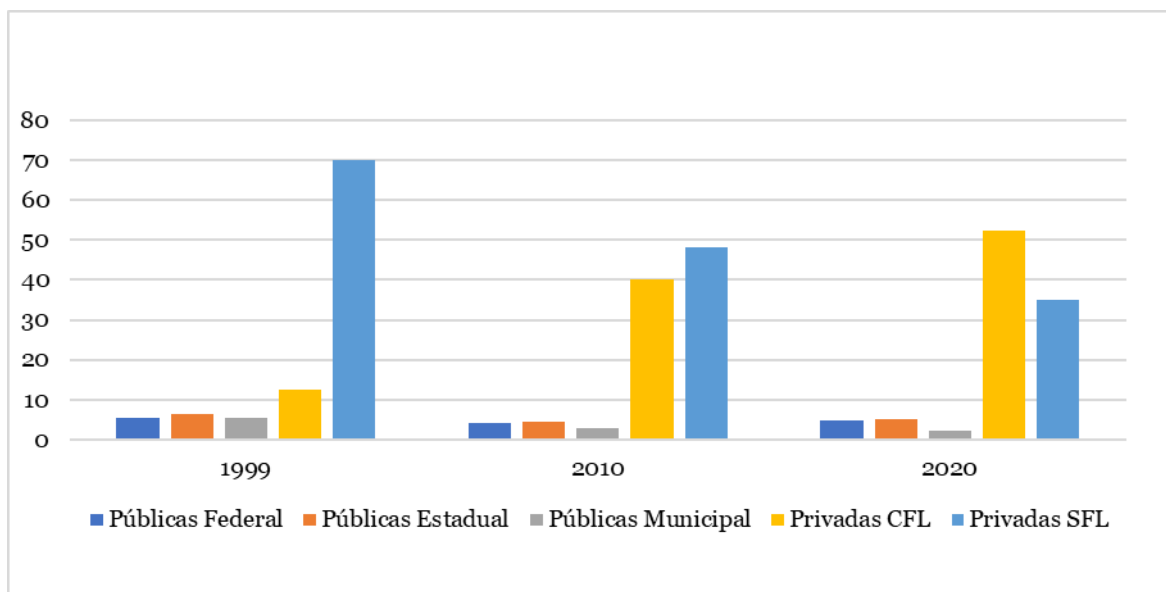
Gráfico 1b - Evolução do número de IES por categoria administrativa: pública (federal, estadual, municipal) privada (Com fins lucrativos – CFL; Sem fins lucrativos – SFL) – Brasil - 1999-2020.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da Tabela 2 acima.

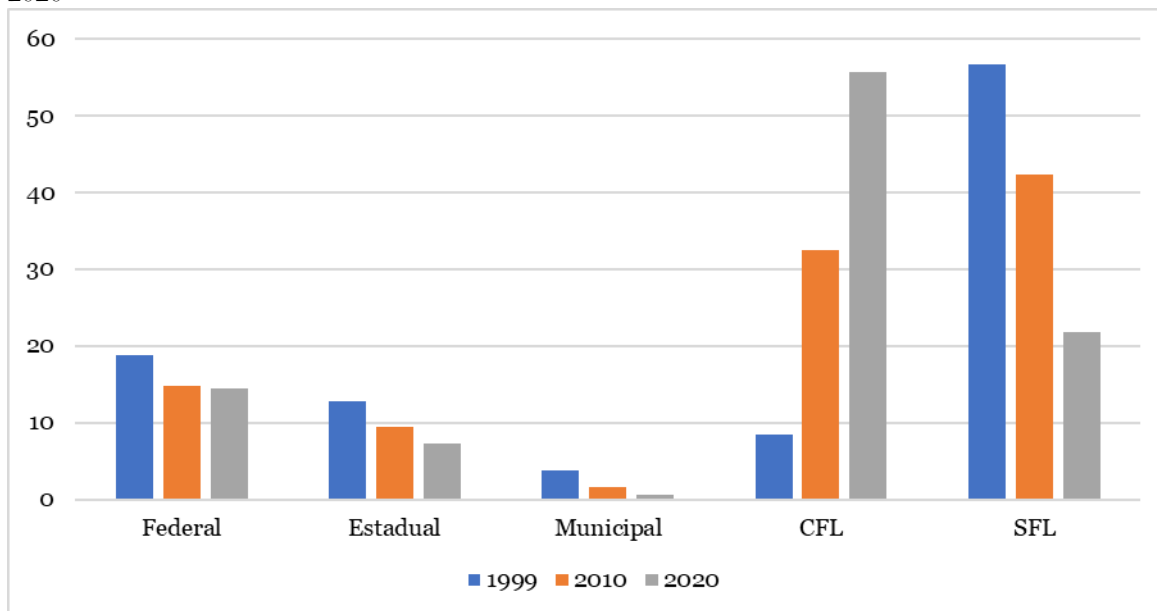
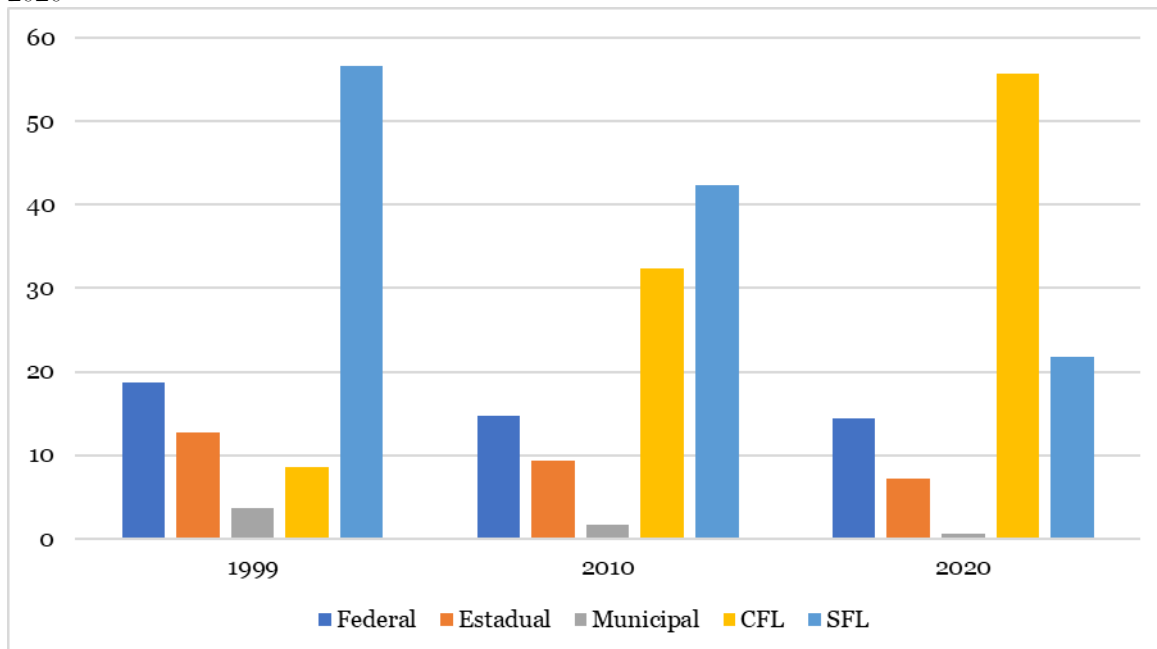
Gráfico 2a – Evolução do número de matrículas de ES por categoria administrativa: pública (federal, estadual, municipal) privada (Com fins lucrativos – CFL; Sem fins lucrativos – SFL) – Brasil - 1999-2020

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da Tabela 3 acima.

Gráfico 2b – Evolução do número de matrículas de ES por categoria administrativa: pública (federal, estadual, municipal) privada (Com fins lucrativos – CFL; Sem fins lucrativos – SFL) – Brasil - 1999-2020

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da Tabela 3 acima.

Esses dados e outros de ambas as tabelas e dos quatro gráficos acima – evolução do número de instituições e de matrículas no período 1999-2020 – permitem que se enfatizem alguns fatos como os que seguem.

Antes de tudo, os exponenciais índices de crescimento, tanto num caso como no outro, das IES privadas CFL ou privado-mercantis, o que se explicaria, entre outros fatores:

a) pelas facilidades de ampliação da "clientela" por parte das empresas de educação – como Kroton (hoje Cogna), Estácio (hoje Yduqs), Ser Educacional e Ânima, duas delas tendo aberto o capital e entrado na Bolsa de Valores em 2007 e as outras duas, em 2013 – que, assim, puderam captar grandes volumes de recursos financeiros no mercado de capitais e não depender de empréstimos bancários para adquirirem ou incorporarem muitas outras instituições, além de se concentrarem em cursos de baixo custo operacional e praticarem preços de mensalidades mais compatíveis com a origem da "clientela";
b) pela ajuda inestimável de políticas setoriais de estímulo às matrículas como o Prouni (Programa Universidade para Todos: bolsas não reembolsáveis) e o Fies (Fundo de Investimento Estudantil: empréstimos reembolsáveis), de que se beneficiaram em especial essas grandes companhias;

Em contrapartida, a perda de participação nos índices percentuais do total de instituições e matrículas, por um lado, das IES públicas, em cerca de 1/3, e, por outro, das IES privadas SFL, de quase metade (70,1% para 35,0%), no caso das instituições e de quase 2/3 (56,6% para 21,8%), no caso das matrículas.

Quanto às IES públicas, este fato se explicaria em razão das políticas oficiais, em especial a de financiamento, apesar do crescimento propiciado pelo Reuni (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007), no caso das IES públicas federais, que formam o maior segmento dessas; quanto às IES privadas SFL, estas perderam sua capacidade de competir no "mercado" para as CFL, seja por não gozarem das vantagens da abertura de capital e de capitalização de parte de seu patrimônio em Bolsa de Valores e, assim, dependerem de financiamento bancário para sua eventual expansão, seja por problemas gerenciais em mercado cada vez mais competitivo ou ainda porque o acesso a programas como Prouni e Fies não lhes foi acessível como o foi para as grandes empresas privado-mercantis, com seu poder de influência sobre os órgãos responsáveis por tais programas e fundos. (Ver Sguissardi, 2014/2020)

Evolução da pós-graduação (pública e privada): programas, pós-graduandos, titulados, bolsistas, no Brasil e no exterior

Também no âmbito desse contexto de cunho neoliberal pode ser examinada a evolução da pós-graduação *stricto sensu*, no período 2002-2020, a partir dos dados encontráveis na Geocapes (https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/), sem, entretanto o destaque do item anterior – evolução de instituições e matrículas da educação superior – para o processo de privado-mercantilização, dado que a formação pós-graduada é majoritariamente garantida pelas IES públicas, em especial no nível de doutorado e em campos do saber exigentes de maior investimento e custo operacional.[1]

Tabela 4 - Evolução do número de programas de pós-graduação no Brasil – 2002-2020

Ano	Mestrado/ Doutorado	Mestrado	Mestrado Prof.	Dout.	Mest. Prof./ Dout. Prof.	Total
2002	891	660	51	32	44	**1.683**
2010	1.453	1.091	247	49	-	**2.840**
2016	2.106	1.292	703	76	-	**4.177**
2020	2.356	1.282	800	78	41	**4.559**
2002-2010 Δ%	63,07	65,30	84,31	53,12	-	**68,74**
2010-2016 Δ%	44,94	18,42	184,61	55,10	-	**47,07**
2016-2020 Δ%	11,87	-00,77	13,79	02,63	-	**09,14**
2002-2020 Δ%	164,42	94,24	1.468,62	143,75	-06,81	**170,88**

Fonte: Geocapes. https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/ - Acesso em: 1 abr. 2022.

Na tabela 4 acima, que mostra, no período 2002-2020, três subperíodos de 8 anos, 6 anos e 4 anos, respectivamente, verifica-se um crescimento muito substancial e bastante semelhante em termos de médias anuais entre os dois primeiros, mas uma redução muito acentuada no último: crescimento de cerca de 4 vezes menor, isto é, uma média anual de 2,28% contra 7,85% e 8,60% dos dois períodos anteriores. Este terceiro subperíodo é o que corresponde aos mandatos presidenciais de Temer e Bolsonaro.

Essa tendência de redução total revela-se em todas as variedades de programas, sem exceção. Quanto aos totais de cada modalidade de programas, verificam-se disparidades importantes: enquanto os programas compostos apenas de mestrado acadêmico tiveram crescimento de 94,24%, os mestrados profissionais cresceram 1.468,62%, cerca de 15 vezes mais. Afora essa grande discrepância, tanto os programas com mestrados e doutorados

[1] A pós-graduação é onerosa e não combina com as perspectivas de lucro das IES privado-mercantis (empresas de ensino), em especial das de capital aberto e ações em bolsa de valores, em que o ensino, a pesquisa e a extensão, especialmente estas duas, são relegadas a um lugar secundário muito distante do atribuído à busca do lucro e da valorização acionária que beneficie tanto os sócios pessoas jurídicas quanto pessoas físicas dessas empresas

acadêmicos (164,42%), quanto os com apenas doutorado acadêmico (143,75%), tiveram crescimento bastante próximo da média de crescimento total (170,88%), sempre observada a significativa redução do crescimento no terceiro subperíodo.

Em relação à evolução e distribuição do corpo discente dos programas de pós-graduação *stricto sensu* (Tabela 5), no período 2002-2020 (final do ano), observam-se, em linhas gerais, os mesmos traços/aspectos e tendências observados na tabela anterior referente aos programas e cursos.

As médias de crescimento anual dos matriculados em mestrados acadêmicos assim se distribuíram: de 2002 a 2010 = 6,76%; de 2010 a 2016 = 4,7%; de 2016 a 2020 = 1,94%. Em relação aos titulados dessa modalidade de mestrado: de 2002 a 2010 = 6,81%; de 2010 a 2016 = 5,86%; de 2016 a 2020 = -1,5%.

As médias de crescimento anual dos matriculados em doutorados acadêmicos assim se distribuíram: de 2002 a 2010 = 8,90%; de 2010 a 2016 = 11,10%; de 2016 a 2020 = 3,92%. Em relação aos titulados dessa modalidade de doutorado: de 2002 a 2010 = 8,1%; de 2010 a 2016 = 13,68%; de 2016 a 2020 = -0,65%.

Em relação aos matriculados e titulados do mestrado profissional, o crescimento no período foi entre 9 e 14 vezes, respectivamente, maior do que no mestrado acadêmico. Quanto ao doutorado profissional, o Geocapes apenas apresenta 755 matriculados e 9 titulados em 2020.

Finalmente, cabe observar que o quadro discente – matriculados e titulados – neste período de 2002-2020 cresceu 10 pontos percentuais a mais do que o número de programas e cursos (tabela 4), isto é, 180,74% contra 170,88%. Acrescente-se que se observa na tabela 5 uma acentuada diferença a maior entre o crescimento dos matriculados e titulados do doutorado acadêmico em relação ao do matriculados e titulados do mestrado acadêmico. Mas o dado mais preocupante, na perspectiva da continuidade do sistema de formação de pesquisadores é a significativa redução do total de titulados de doutorado acadêmico no último subperíodo, de 2016 a 2020: redução de 2,60% contra um aumento de 64,11% e de 84,20% nos dois subperíodos anteriores respectivamente.

Tabela 5 - Distribuição dos discentes de Pós-graduação no Brasil (Final de ano) - 202-2020

Ano	**Mestrado**		**Doutorado**		**Mestr. Profissional**		**Dout. Profissional**		**Total**
	Matric.	**Titulados**	**Matric.**	**Titulados**	**Matric.**	**Titulados**	**Matric**	**Titulados**	
2002	63.990	23.457	37.728	6.894	4.350	987	-	-	**137.406**
2010	98.611	36.247	64.588	11.314	10.213	3.343	-	-	**224.316**
2016	126.426	49.002	107.640	20.603	32.742	10.612	-	-	**347.035**
2020	136.194	46.006	124.530	20.066	44.168	13.979	**755**	**9**	**385.761**
2002-2010 Δ%	54,10	54,52	71,19	64,11	134,78	238,70	-	-	**63,25**
2010-2016 Δ%	28,20	35,18	66,65	82,10	220,59	217,43	-	-	**54,70**
2016-2020 Δ%	07,77	-06,11	15,69	-02,60	34,89	31,72	-	-	**11,15**
2002-2020 Δ%	112,83	96,13	230,07	190,19	915,35	1.316,31	-	-	**180,74**

Fonte: Geocapes. https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/ - Acesso em: 1 abr. 2022.

Tabela 6 - Distribuição de bolsas de Pós-graduação no Brasil por ano (Final de ano) - 2002-2020

Ano	Mestrado	Doutorado	Pós-Doutorado	Iniciação Científica	Prof. Visitante	Prof. Visit. Sênior	Total
2002	13.054	10.180	179	-	-	-	**23.413**
2010	33.357	21.941	2.734	-	-	75	**58.107**
2016	47.830	43.188	6.999	1.654	383	191	**100.245**
2020	43.497	46.105	5.281	174	9	37	**93.103**
2002-2010 Δ%	155,53	115,53	1.427,37	-	-	-	**148,18**
2010-2016 Δ%	43,38	96,83	155,99	-	-	154,66	**72,51**
2016-2020 Δ%	-09,05	06,75	-24,54	-89,48	-97,65	-80,62	**-07,12**
2002-2020 Δ%	233,20	352,89	2.850,27	-	-	-	**297,65**

Fonte: Geocapes. https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/ - Acesso em: 1 abr. 2022.

Tabela 7 – Distribuição de bolsas de Pós-graduação e Estágio Sênior no exterior por ano (Final de ano) - 2002-2020

Ano	Doutorado	Doutorado Sanduiche	Pós -Doutorado	Mestrado	Mestrado Sanduiche	Estágio Sênior	Total
2002	893	836	454	12	7	-	**2.202**
2010	577	1.890	729	3	26	204	**3.429**
2016	2.219	2.251	639	8	10	488	**5.615**
2020	208	2.463	146	6	9	786	**3.618**
2002-2010 Δ%	-35,38	126,07	60,57	-75,00	271,42	-	**55,72**
2010-2016 Δ%	284,57	19.10	-12,34	97,65	-61,63	139,21	**63,75**
2016-2020 Δ%	-90,62	09,41	-77,15	-25,00	-10,00	61,06	**-35,56**
2002-2020 Δ%	-76,70	194,61	-67,84	-50,00	22,22	-	**64,30**

Fonte: Geocapes. https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/ - Acesso em: 1 abr. 2022.

A tabela 6 mostra o quadro de distribuição de bolsas de pós-graduação *stricto sensu*, nesse período de 2002-2020, que contribui para explicar, por hipótese, a grande redução do ritmo de crescimento de matriculados e titulados mostrados pela tabela 5. Além disso, pode-se verificar um quadro parcial e bastante negativo em relação a bolsas de iniciação científica, de professor visitante e professor visitante sênior.

Quanto aos percentuais de crescimento da concessão dessas bolsas no período (297%), eles se devem especialmente ao incremento do número de bolsas de pós-doutorado nos subperíodos 2002-2010 e 2010-2016, que, apesar de uma redução de 24% no período 2016-2020, alcançou o índice de 2.850,27%.

Quanto ao segundo índice de aumento mais importante, o das bolsas para o doutorado, de 352,89%, como tem ocorrido em relação aos dados das tabelas 4 e 5, isto se deveu aos elevados índices dos dois primeiros subperíodos, porque os do terceiro – 2016-2020 – foram de tão somente 1,68% ao ano. No mestrado o aumento foi de 19,44% anuais no subperíodo 2002-2010 e de -2,25 anuais no subperíodo 2016-2020.

Quanto às bolsas de iniciação científica e aos professores visitantes, sêniores ou não, o que foi uma promessa no subperíodo 2010-2016, quase foram totalmente desativadas no último subperíodo de 2016-2020.

Um quadro ainda mais grave, do ponto de vista da necessária continuidade e expansão da formação de pesquisadores, tanto no território nacional quanto em instituições estrangeiras, é o apresentado pela Tabela 7: um crescimento total das várias modalidades de bolsas para diferentes modalidades de formação, no período 2002-2020, de 64,30, que apenas ultrapassou 3,50% ao ano, e que teve redução, neste mesmo período, de 76,70% para doutorado e de 67,84% para pós-doutorado, ambas no exterior.

Mas, a maior redução na concessão destas bolsas deu-se exatamente no subperíodo 2016-2020, quando as de doutorado reduziram-se de 2.219 para apenas 208 (redução de 90,62%) e as de pós-doutorado, de 639 para 146 (redução de 77,15%). Teria havido pequena compensação com o aumento de bolsas do tipo "Sanduíche" no doutorado, mas que também, embora tenham tido grande crescimento no subperíodo 2002-2010 (126,07%), tiveram aumento de apenas 9,41% no terceiro subperíodo de 2016-2020 ou 2,35% ao ano.

Alguns gráficos a seguir poderão mostrar outros aspectos dessa evolução (e involução) do subsistema de formação de professores da educação superior e de pesquisadores que é a pós-graduação *stricto sensu* no Brasil.

Gráfico 3 – Capes: Investimentos em bolsas e fomento (valores em R$ mil):

Fonte: Geocapes. Disponível em: https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/

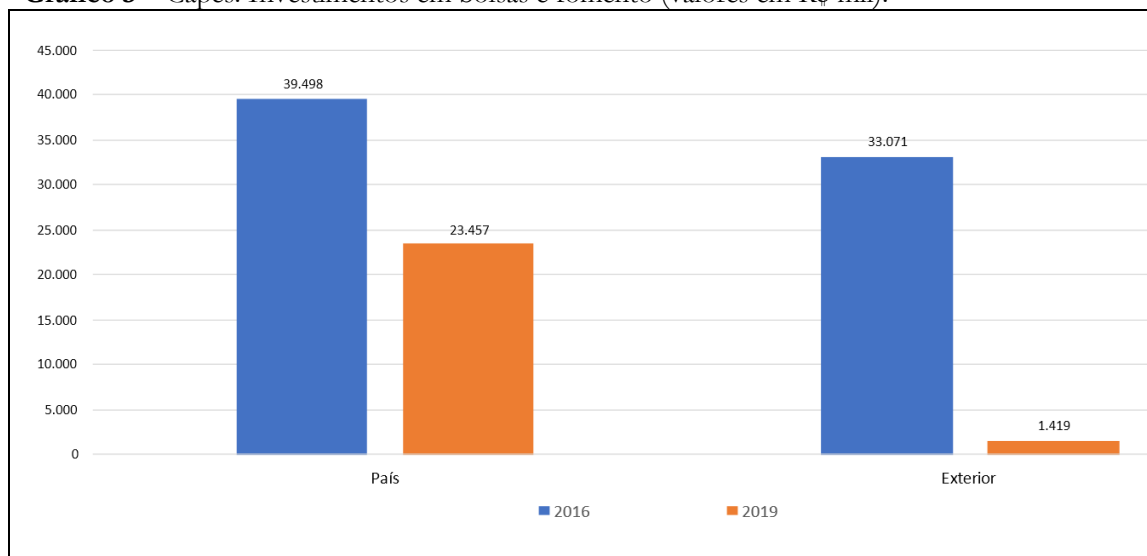
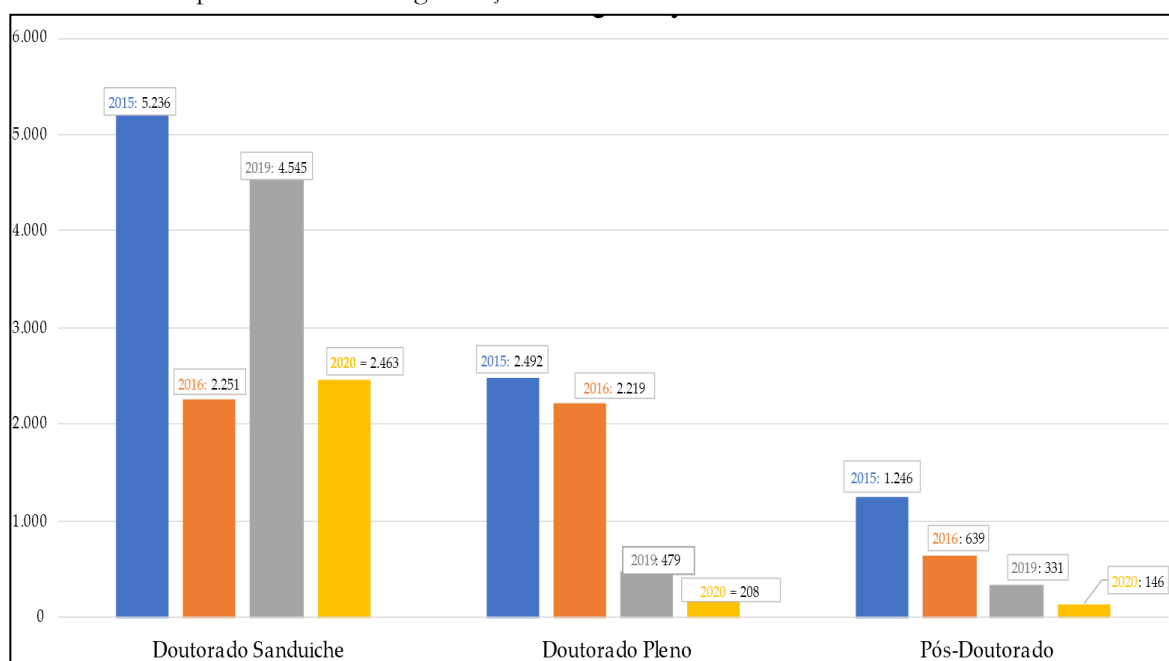



Gráfico 4 – Capes: Bolsas de Pós-graduação no exterior: 2015-2020

Fonte: Geocapes. Disponível em: https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/

O que disseram os dados dessas tabelas acima, no caso da provisão de bolsas, pode ser verificado igualmente por estes gráficos, ambos elaborados a partir de dados do Geocapes considerando investimentos em bolsas no país e no exterior em 2016 e 2019 (gráfico 3) e quantidades de bolsas no país e no exterior nos anos 2015 a 2020 (gráfico 4).

Propostas de reformulação das Ifes e do sistema de "avaliação" (regulação e controle)[1] da pós-graduação pública e privada

Dentre as propostas oficiais – dos Poderes Executivos e Legislativos – quanto a mudanças na educação superior, no caso das Ifes, ao longo das últimas duas décadas e no contexto socioeconômico e cultural que expusemos acima, antecedida por diversos instrumentos legais, como se verá, destaca-se o que foi denominado de *Future-se*.

O *Future-se* como instrumento privilegiado de implantação nas universidades federais das bases e princípios do mais exacerbado neoliberalismo pós-golpe de 2016

Em muitos momentos da história da instituição universitária, desde seu surgimento no Ocidente no século XII, o estatuto de sua autonomia esteve sob séria ameaça, tendo sido, em diversas ocasiões, de fato, negado ou sufocado, e essas instituições transformadas em organizações sociais ou empresas educacionais heterônomas a serviço do poder do Estado, da Igreja ou do próprio mercado (valorização de ações ou lucro *tout court*).[2]

O envio ao Congresso Nacional, pelo Poder Executivo, do Projeto de Lei (PL) 3.076, de 02/06/2020, com assinaturas de Paulo Guedes (Min. da Economia), Marcos Pontes (Min. do MCTI) e Abraham Weintraub (Min. da Educação), que "Institui o Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores – Future-se" – versão final de quatro, desde julho de 2019, constitui razão suficiente para que se levantem questões quanto às mudanças propostas, nesse PL, para a atual estrutura e funcionamento das Ifes e que efetivos riscos correm estas instituições de perda da sua já bastante frágil autonomia, tanto administrativa e didática quanto de gestão financeira e patrimonial, segundo estabelece o Art. 207 da Constituição Federal de 1988 (CF-88).

Os sucintos elementos de análise desse PL – *Future-se* – que seguem visam examinar suas finalidades e metas, buscando identificar e qualificar fatores imediatos e mediatos de sua produção/edição como um instrumento jurídico destinado a traduzir para as Ifes as orientações conceituais e de ação da atual fase do ajuste neoliberal no Estado e na Economia brasileiros.[3]

---

[1] Sobre o "Modelo CAPES de Avaliação" como sendo de "regulação e controle", ver SGUISSARDI (2009).

[2] Para uma visão mais aprofundada da questão da autonomia universitária em momentos cruciais de sua já longa história, ver BIANCHETTI; MAGALHÃES (2015).

[3] Para uma análise mais aprofundada desse PL, veja-se: 1) GIOLO, J.; LEHER, R.; SGUISSARDI, V. Future-se [recurso eletrônico]: ataque a autonomia das instituições federais de educação superior e sua sujeição ao mercado. São Carlos: Diagrama Editorial, 2020. Disponível em: https://www.diagramaeditorial.com.br/project/future-se/. Acesso em: 27 set.

A análise deste PL desenvolve-se a partir do princípio epistemológico de que nada se explica por si mesmo e de que o fato – objeto de análise –, em sua aparência fenomênica, não revela sua essência como de fato ela é, a menos que se busquem, identifiquem e sopesem fatores de diversas ordens – econômicas, políticas, educacionais e outras – que teriam, por hipótese, contribuído para a constituição desse fato/fenômeno. Como afirma Karel Kosik, "O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial, ou apenas sob certos ângulos e aspectos. [...]" (1976, p. 11).

Em decorrência desses princípios metodológicos, o estudo do *Future-se* desenvolve-se tendo como hipótese de trabalho que se trata de uma expressão conjuntural de uma política de educação superior cada vez mais vinculada ao ajuste neoliberal da economia e do papel do Estado, que lhe é funcional, e, ainda, a tendências político-ideológicas de extrema-direita, culturais conservadoras, e anticientificistas, como já exposto acima.

A emergência de um projeto dessa natureza, para além dos aspectos já mencionados, apoia-se em antecedentes jurídico-estruturais, tais como: a) a instituição das *Fundações de Apoio Institucional* (FAI's) – entidades de direito privado no interior das Instituições estatais-públicas de educação superior – (Lei n. 8.958) de 1994;[4] b) a tentativa de transformação das Ifes em Organizações Sociais (OS) como parte do Projeto de Reforma do Estado de FHC/Bresser-Pereira, de 1995; c) o envio, pelo Ministro Paulo Renato de Souza, da Educação, ao Congresso Nacional de Proposta de Emenda Constitucional (PEC 270/96) para substituição da autonomia constitucional de *gestão financeira* pela *autonomia financeira* das Ifes, que não foi aprovada; d) a Lei das *Parcerias Público-Privadas* (Lei, n. 11.079) de 2004; d) a *Emenda Constitucional da Ciência, Tecnologia e Inovação* (EC-85) de 2015, entre outras. Todos estes antecedentes jurídicos visaram, de alguma forma, substituir a autonomia pela heteronomia universitária, elemento essencial do PL do *Future-se*.

Aqui, tendo em vista o teor do PL 3076/2020, do *Future-se*, pode-se perguntar o que no atual "modelo" das Ifes – neo-humboldtiano, isto é, que priorizaria, de acordo com preceito constitucional, a associação entre ensino, pesquisa e extensão, embora isto se

2020; 2) GIOLO, J.; LEHER, R.; SGUISSARDI, V. (20 de maio de 2020). 1 Video (2 horas). Fonte: Publicado pelo Canal Resistentes: https://www.youtube.com/watch?v=SoNP7PKDk98&t=230s; e SGUISSARDI, V. O Neoliberalismo na Educação Superior**:** Um programa chamado *Future-se*. In: ALENCAR JÚNIOR, O. G. de; CRESPO, M. de F. V.; GONÇALVES, W. M. C. de M. Economia na pandemia [recurso eletrônico]: crise global e o impacto na economia, na política, na sociedade e no meio ambiente. São Carlos: Diagrama Acadêmico, 2022, p. 211-244. Disponível em: https://www.diagramaeditorial.com.br/project/economia-na-pandemia/ Acesso em: 01 jun. 2022. [*Idem*]

[4] Sobre as Fundações de Apoio Institucional, ver SGUISSARDI (2002).

verifique quase exclusivamente no nível da pós-graduação – seria inaceitável ao pensamento e à prática neoliberais e o que, nesse PL, se propõe para reformá-lo.

Em relação ao "modelo" neo-humboldtiano constitucional, que estabelece que estas instituições gozam de "*autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão*" (Art. 207 da CF-88), de modo sucinto, o que parece mais contrariar os princípios neoliberais, enfeixados na interpretação acima de Bourdieu (1998) e Dardot e Laval (2016), é o fato de as Ifes se constituírem e funcionarem, por norma constitucional, como instituições sociais, com autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, obedientes ao princípio de indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, sustentadas pelo Fundo Público, e não submissas, em princípio, à lógica e às leis do mercado: sintetizadas na competição/concorrência.

Contrariaria ainda os princípios neoliberais o fato de as Ifes não produzirem necessariamente um saber-mercadoria, valor de troca; antes, valores de uso, que decorrem dos cerca de 50 campos do saber e de pesquisa que, como a ciência básica, as humanidades, as ciências sociais, a filosofia, a antropologia e outros, não produzem "inovação" que tornaria o mercado mais rentável. Em outros termos, contrariaria os princípios básicos do neoliberalismo exacerbado o fato de que as Ifes, em suas atividades-fim, não funcionem como organizações sociais ou empresas econômicas, concorrentes e competitivas no mercado de serviços e outros, como ocorre com os grupos, empresas ou companhias de educação – Cogna/Kroton, Yduqs/Estácio, Ser Educacional e Ânima – com capital aberto e ações em bolsa de valores, que oligopolizam o dito mercado educacional, mas que usufruem das benesses do Fundo Público, via políticas focais como o ProUni e o Fies, entre outras.

Da Exposição de Motivos (EM) do PL 3076/2020 destaque-se a seguinte finalidade atribuída ao *Future-se*: "[...] *criar condições e incentivos para que essas instituições* [Ifes] *expandam as suas fontes adicionais de financiamento,* sem prejuízo ao investimento público [...]" (grifo nosso).

Os objetivos do *Future-se* podem ser resumidos a alguns muitos específicos, vinculados aos três principais eixos de atuação que o compõem. Destaquem-se os que dizem respeito: a) à busca "de fontes privadas adicionais de financiamento para projetos e programas de interesse" das Ifes; b) à promoção e ao incentivo do desenvolvimento científico, em que se prioriza a *pesquisa tecnológica e a inovação*; c) ao fomento da *cultura empreendedora;* d) ao estímulo à internacionalização das Ifes; e e) ao aumento das "taxas de conclusão e os índices de empregabilidade dos egressos" (BRASIL, 2020).

A forma de justificar "O foco na pesquisa, no desenvolvimento tecnológico e na inovação, no empreendedorismo e na internacionalização" – principais eixos do PL 3076/2020 – "buscando integração maior das instituições universitárias ao ambiente produtivo e às necessidades da sociedade", emerge do modo como os autores do PL avaliam o "modelo" atual de pesquisa nas Ifes: "O modelo atual de pesquisa nas universidades e nos institutos federais do Brasil é um modelo pesado e burocrático que não atende mais às necessidades do pesquisador, que perde tempo valioso de sua atividade em burocracia, enquanto deveria focar mais tempo na atividade finalística" (BRASIL, 2020). Um parêntese: o que entendem os autores do PL por atividade finalística das Ifes? A produção de pesquisa tecnológica com inovação/invenção rentável para o mercado que tornariam a universidade prioritariamente um pilar da economia? E os demais dois terços de campos do saber e da produção científica que não produzem inovação não seriam atividades finalísticas das Ifes?

Ao longo do período que foi da primeira edição da Proposta do *Future-se*, em julho de 2019, à sua terceira versão, de janeiro de 2020, defendia-se nela a transformação das Ifes em OS, instrumento preferencial de mudança da atual autonomia constitucional de gestão financeira para autonomia financeira. Diante da crítica reiterada e consistente das instituições e comunidades acadêmicas envolvidas, o PL (quarta versão da Proposta) substituiu a adoção das OS em lugar das Ifes pelo fortalecimento das FAI's – entidades privadas, reitere-se – já existentes em praticamente todas as Ifes. Outros elementos importantes da proposta original, entretanto, remanescem, como, por exemplo, o propósito de que o *Future-se* se apoie em *contratos de resultado com a União,* condição obrigatória para eventual participação das Ifes no Programa; contratos estes "*firmados* [que] *serão divulgados, monitorados e avaliados pelo MEC e MCTI*" (Brasil, 2020, grifo nosso).

Esses *contratos de resultados,* previstos no PL 3076/2020, referem-se tão somente a matérias dos três eixos do *Future-se* – I - pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação; II - empreendedorismo; e III – internacionalização – não se fazendo qualquer menção a pesquisa básica, humanidades, ciências sociais, filosofia, artes ou à maioria dos cerca de 50 campos do conhecimento de que se ocupa a pesquisa na universidade.

Ao defender quase exclusivamente a pesquisa tecnológica inovadora (inovação "como invenção rentável a curto prazo para o mercado"), prioriza, nas ações universitárias, sua mais estreita relação com o mundo empresarial, constitutiva do eixo dois do PL em pauta – *empreendedorismo.* Esta linguagem típica do campo empresarial faz-se presente, e este comportamento ou processo é visto como "um fenômeno social que pode levar o

indivíduo ou uma comunidade a desenvolver capacidades de solucionar problemas e de buscar a construção do próprio futuro; isto é, de gerar capital social e capital humano" (Brasil, 2020). Em contraposição, lamenta-se, na EM desse PL, que, "paradoxalmente, o incentivo à carreira empreendedora nas universidades brasileiras é quase inexistente" (Brasil, 2020). A marca empresarial que, via Decreto, pretende-se implantar nas Ifes é muito bem representada simbolicamente pela proposta de instituição do "Dia Nacional do Estudante Empreendedor", isto é, "o primeiro sábado depois do Dia do Trabalhador" (PL 3076/2020, Art. 28).

Como se pôde observar, o *Future-se* não nasce do nada, assim, de repente. É ele a expressão de uma política de educação superior apropriada aos princípios do neoliberalismo exacerbado hoje posto em prática na economia e no Estado. Uma série de instrumentos legais veio pavimentando seu caminho a partir do início dos anos 1990, desde o *Consenso de Washington* (1989) até a EC-95, de 15 de novembro de 2016 (a menos de quatro meses do golpe de 31 de agosto desse ano), que, como já dito, congelou por 20 anos as despesas primárias do Poder Executivo Federal, que incluem as destinadas à educação superior pública federal. Aliás, na EM do PL 3076/2020, justificam-se os termos do *Future-se* com necessidade de respeito a essa EC-95.

Pode-se afirmar que, mesmo que esse PL, em tramitação no Congresso Nacional, não venha a ser aprovado, está ele sendo implementado na prática, via cortes orçamentários dos recursos do MEC e do MCTI, que, como se verá adiante, incidem tanto nas rubricas de capital/investimento e de custeio da Ifes, quanto sobre os orçamentos do CNPq, FNDCT e Capes, em ambos os casos contribuindo decisivamente para o desmonte do sistema de produção científica e de formação de pesquisadores no país. A própria sistemática de nomeação de dirigentes das Ifes, que contraria a praxe vigente desde pelo menos a promulgação da atual CF-88, contribui para o alcance dos objetivos e metas do *Future-se,* na medida em que solapa e fragiliza a autonomia administrativa constitucional dessas instituições.

O "novo modelo Capes de avaliação", como extensão, para a pós-graduação, das mesmas bases e dos mesmos princípios neoliberais do *Future-se.* O que propõe o "Novo Modelo Capes de Avaliação" (Regulação e Controle)?

Denomina-se "Novo modelo Capes de avaliação (regulação e controle)", neste texto, o que foi proposto por Comissão Especial de Acompanhamento do PNPG (2011-

2020), da Capes, em documento sob o título de "Proposta de Aprimoramento da Avaliação da Pós-Graduação Brasileira para o Quadriênio 2021-2024 – Modelo Multidimensional",[5] de fevereiro de 2020 (Brasil, 2020). Nas páginas a seguir, pretende-se mostrar como esta proposta, de algum modo, antecipa e amplia os princípios e metas do PL 3.076, de 02/06/2020, do *Future-se,* acima sumariamente analisado.

Uma primeira observação a ser feita é a respeito da concomitância na elaboração das propostas do *Future-se* – cuja primeira versão é de julho de 2019 e a quarta na forma de PL é de junho de 2020 – e desse *Modelo Multimensional* de "aprimoramento da avaliação da Pós-Graduação Brasileira", de fevereiro de 2020, quando se discutia a terceira versão daquele.

A leitura desta proposta de *Modelo Multidimensional* mostra, nas suas linhas e entrelinhas, uma grande semelhança ou quase identidade entre os princípios diretores de ambas as propostas e como, diferentemente do *Future-se,* este *Modelo Multidimensional,* da CAPES, tem muito maiores chances de contribuir para uma preocupante reforma da educação superior no país, não apenas no seu setor público federal, mas em todo o subsistema de educação superior, a começar pela pós-graduação.

Este *Modelo Multidimensional* tende a levar à substituição do atual "modelo" de universidade, consagrado pela CF-88, por uma universidade "tecnológica, inovadora e empreendedora", pilar da economia de mercado e, no caso das *Federais,* autossustentável, via recursos advindos em especial do vínculo de suas atividades de pesquisa com o mercado econômico-financeiro.

Nas linhas a seguir visa-se enfatizar o quanto a atual configuração da pós-graduação do país poderá ser profundamente alterada se consumada a supervalorização das áreas tecnológicas, como prevê essa proposta, compatíveis com a "inovação e o empreendedorismo", em detrimento, mormente, das ciências básicas, sociais e humanas, que, essencialmente, não se coadunam com a produção de valores de troca e submissão às leis do mercado.

Assim como no caso do *Future-se,* quando fica transparente a preocupação com a aproximação e, até certo ponto, proposta de submissão das atividades fins das Ifes ao mundo empresarial, via promoção da pesquisa tecnológica, com inovação e empreendedorismo, também nesta proposta dessa Comissão da CAPES, verifica-se, pelo seu diagnóstico do funcionamento da pós-graduação no país, essa tendência a propor uma

---

[5] Ver CAPES. Proposta de Aprimoramento da Avaliação da Pós-Graduação Brasileira para o Quadriênio 2021-2024 – Modelo Multidimensional", 2020. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/25052020-relatorio-final-2019-comissao-pnpg-pdf. Acesso em: 20 mar. 2021.

maior e prioritária aproximação desta com o mundo da economia ou com o mercado. Que diz esse documento nesse diagnóstico?

> Se por um lado, o país soube expandir a pesquisa acadêmica com um forte sistema de pós-graduação, a transferência desse conhecimento para a sociedade e, em especial, para os setores empresariais das indústrias, dos serviços e para maior eficiência na gestão pública, ainda precisa ocorrer com a mesma vitalidade. (Brasil/CAPES, 2020, p. 6).

Onde residiriam as causas dessa situação?

> (i) na própria estrutura acadêmica que até pouco tempo não valorizava a aproximação do docente ao ambiente externo à Universidade; (ii) no limitado interesse do empresário brasileiro em buscar na comunidade acadêmica parcerias para a solução de problemas e formulação de projetos inovadores; e (iii) na falta de estímulo pelo poder público para criação de políticas direcionadas para inovação e desenvolvimento tecnológico. (Brasil/CAPES, 2020, p. 6).

A esperança dos proponentes é que o novo *Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação,* "com as novas regras favorecendo a criação de um ambiente de inovação mais dinâmico no Brasil, possa alterar rapidamente esse cenário" (CAPES, 2020, p. 6-7). Afirmando que o foco da PG do país centrou-se até hoje na "formação de docentes e pesquisadores para o próprio sistema acadêmico nacional" (*idem*, p. 7), em face dos novos cenários – que decerto se imaginam propícios à absorção de doutores em muitas áreas de saber e formação – propõe-se que o SNPG "deve ampliar a sua atuação na formação de pessoal qualificado para todos os segmentos da sociedade, com foco no desenvolvimento econômico, social e ambiental" (*ibidem*).

Transparece, desse "Modelo", bastante clara idealização das potencialidades do cenário econômico, social e ambiental que, é evidente, não corresponde minimamente ao que vem ocorrendo desde pelo menos 2016 no país. Bastaria verificar o processo de desindustrialização e de redução significativa do índice de produtos manufaturados nas exportações brasileiras; a defesa e prática da privatização das principais empresas estatais; a transnacionalização da maioria das empresas nacionais em quase todos os setores da economia; e as inexistentes políticas de preservação ambiental etc.

Para efetivar essas mudanças no SNPG propõe-se o que se denominou de *Modelo Multidimensional,* que visa substituir o atual "Modelo CAPES de Avaliação" – na verdade, modelo de regulação e controle, na ausência de elementos-chave para se falar em avaliação, como a autoavaliação – por esse novo "Modelo":

> Assim, a proposta aqui apresentada é de um modelo multidimensional com 5 dimensões. Ao final do ciclo avaliativo, cada PPG terá um resultado para cada dimensão da avaliação, permitindo assim avaliar os respectivos e diferentes desempenhos em cada uma delas e, deste modo, reconhecer a diversidade e a qualidade dos PPGs nas 5 dimensões da avaliação.

O documento passa a expor essas cinco dimensões, entre as quais, as de "Inovação e Transferência de Conhecimento; e Impacto na Sociedade", com seus respectivos indicadores e propostas bastante detalhadas de operacionalização de cada uma dessas dimensões.

Em relação à "Inovação e Transferência de Conhecimento", e no que se denomina "Grupo Econômico", são os seguintes alguns dos indicadores identificados:

> - Receita financeira ou outros ganhos mensuráveis gerados pela efetiva transferência de conhecimento para a sociedade, seja para empresas públicas ou privadas, como para os diferentes níveis de governo, seja via Projetos de P&D, serviços prestados, propriedade intelectual (patentes licenciadas, transferência de know-how, cultivares, registro de software, modelo de utilidade etc.) e outras formas;
> - Inovações sociais que gerem resultados financeiros a partir de intervenções nas comunidades ou avanços do conhecimento em todas as áreas de conhecimento, incluindo as humanidades e as sociais aplicadas (CAPES, 2020, p. 14);

Vale a pena enfatizar algumas das propostas chamadas "complementares" às muitas propostas feitas para cada uma das ditas cinco dimensões da avaliação. Propõe-se:

a) A manutenção do "ciclo de avaliação de quatro anos";
b) Que "Os indicadores para todas as dimensões devem ser comuns para todas as áreas de avaliação, não sendo permitida a criação de indicadores específicos por áreas". Concede-se, entretanto, que "tais indicadores podem ser decompostos em métricas específicas que reflitam as características de cada área" (*idem*, p. 23);
c) Como áreas de avaliação, em lugar das 49 hoje em vigor, "as nove grandes áreas do conhecimento" (*idem*, p. 23);
d) A adoção de um "[...] plano estratégico de pós-graduação [que] deve ser requisito fundamental no processo avaliativo e se constituir como referência para a autoavaliação dos PPGs" (aprovado e publicizado antes de cada período avaliativo) (*idem*, p. 24);
e) A adoção da autoavaliação dos programas: "A autoavaliação dos PPGs será um componente importante da avaliação de cada dimensão no modelo multidimensional" (*idem*, p. 25);

f) A substituição do *Qualis* pela avaliação de cada área "a partir de métricas internacionais estabelecidas e amplamente aceitas na comunidade" (*idem*, p. 25) ;[6]

g) A manutenção da escala de notas, de 1 a 7: "É importante destacar que no novo modelo multidimensional cada dimensão da avaliação terá sua própria nota e não existirá uma nota final única. Cada PPG terá como resultado avaliativo 5 notas, uma para cada dimensão [...] (*idem*, p. 25).

Para expor sucintamente alguns outros aspectos de "novo modelo", representado por este "Modelo Multidimensional", lança-se mão, a seguir, de estudo realizado por Grupo de Trabalho constituído pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (Anped), em 2020.[7]

O Grupo da Anped (GA) assinala que a origem deste "Modelo Dimensional" é apontada na introdução do "Relatório Técnico DAV: Avaliação Multidimensional de Programas de Pós-graduação", de maio de 2019, onde se lê:

> Este documento tem por objetivo levantar questões e discutir os desafios da adoção de uma abordagem multidimensional na avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* realizada pela CAPES. **Para tanto utiliza como referência o modelo criado pelo consórcio europeu U-Multirank (UMR) para classificar e ranquear instituições de ensino superior de diversos países** (CAPES, 2020, p.4, *apud* ANPEd, 2020, grifos do GA).

Observa o GA que o modelo de origem visava "classificar e ranquear instituições de ensino superior". Aqui se pretenderia adaptar esse modelo para avaliação de programas de PG, o que, em princípio, deverá trazer várias incongruências ou contradições.

O próprio documento da CAPES observa:

> O **modelo usado como referência** precisaria ser **adaptado** de forma a incorporar ambas possibilidades [sic]. Nas discussões informais realizadas até o momento na CAPES vislumbra-se a possibilidade de criar um conjunto limitado de dimensões gerais, a partir de critérios considerados essenciais aos programas (como **formação e produção científica**) para definição da nota de corte dos programas (CAPES, 2020, p.15, *apud* ANPEd, 2020, grifos do GA).

[6] Não são explicitadas essas "novas métricas", se são mensuradores de quantidade de produção publicada, se de fatores de impacto (número de citações rastreados por polêmicos aplicativos online), por exemplo.

[7] ANPEd. Grupo de Trabalho. Uma análise do documento "Proposta de Aprimoramento da Avaliação da Pós-Graduação Brasileira para o Quadriênio 2021-2024 – Modelo Multidimensional" com a visão do financiamento. 2020.

Esse documento da Capes então sugere, "para manter a finalidade de acreditação e preservar, minimamente, as características da abordagem multidimensional", a criação de "dimensões gerais" com uma nota de corte e "dimensões singulares" "que traduzissem características de determinados grupos de programas".

Ao analisar o documento *Modelo Multidimensional* sob a ótica do financiamento, o GA destaca a proposta de mudança de "foco" do SNPG, ao examinar seus objetivos, que, como mostrado acima possuem grande similaridade com os do *Future-se:*

> Se por um lado, o país soube expandir a pesquisa acadêmica com um forte sistema de pós-graduação, a **transferência desse conhecimento para a sociedade e, em especial, para os setores empresariais das indústrias, dos serviços e para maior eficiência na gestão** pública, ainda precisa ocorrer com a mesma vitalidade" (CAPES, 2020, p.6, *apud* ANPEd, 2020, grifos do GA).

Segundo o GA, com este objetivo determina-se o "novo 'foco' para a pós-graduação":

> Diante dos novos cenários, o SNPG deve **ampliar a sua atuação na formação de pessoal qualificado para todos os segmentos da sociedade, com foco no desenvolvimento econômico, social e ambiental**" (CAPES, 2020, p.7, *apud* ANPEd, 2020, grifos do GA).

Diante disto o GA põe algumas questões:

> [...] cada um dos PPG do Brasil teria que realizar essas tarefas? Não existirá aqui uma "confusão" com o papel a ser desempenhado pelas IES? Não estaria havendo adaptação que colocaria para os PPGs de uma IES papéis que são da instituição toda? [...] Não é verdadeiro que "Ao longo das últimas décadas o foco da PG brasileira foi, basicamente, **a formação de docentes e pesquisadores para o próprio sistema nacional"** (ANPEd, 2020, grifos do GA).

Finalmente, o GA, diante dos indicadores propostos para avaliação de cada uma das várias dimensões dos PPG's, aponta o que lhe parece "a verdadeira intenção da proposta [...] que é a de [que], nesta interação com empresas e indústrias, os programas realizem a captação de recursos financeiros para o seu [próprio] financiamento". Para ilustrar e fundamentar esta "hipótese", o GA transcreve mais de uma dezena desses indicadores, como segue:

> 1) "Percentual de **bolsas captadas de fontes que não sejam cotas institucionais da CAPES, CNPq e FAPs** em relação ao total de estudantes" (CAPES, 2020, p.10, *apud* ANPEd, 2020, grifos do GA).

2) “Estágio de **discentes em empresas** ou outras instituições de pesquisa básica ou aplicada” (CAPES, 2020, p.10, *apud* ANPED, 2020, grifos do GA).

3) “Demonstrar a **captação de recursos financeiros para suporte às atividades de pesquisa (agências de fomento, empresas, editais**, etc)” (CAPES, 2020, p.11, *apud* ANPEd, 2020, grifos do GA).

4) “Indicadores que captem a interação dos Programas de PG com outros agentes da sociedade, incluindo as **entidades públicas, empresas privadas e organizações do Terceiro Setor**” (CAPES, 2020, p.12, *apud* ANPEd, 2020, grifos do GA).

5) “É necessário estimular, também pela via do processo avaliativo, inclusive, a **aproximação dos Programas de PG com as empresas**, especialmente com vistas ao incremento da inovação, tais como o modelo adotado pela EMBRAPI” (CAPES, 2020, p.12, *apud* ANPEd, 2020, grifos do GA).

6) “Devem ser desenvolvidos indicadores que avaliem a **capacidade de apoio que os Programas de Pós-Graduação possam oferecer às empresas em seus processos de inovação**. É necessário partir de um conceito amplo de inovação, que inclui também os diversos aspectos da inovação social” (CAPES, 2020, p.12, *apud* ANPEd, 2020, grifos do GA).

7) **“Receita financeira** ou outros ganhos mensuráveis gerados pela efetiva transferência de conhecimento para a sociedade, seja para **empresas públicas ou privadas**, bem como para os diferentes níveis de governo, seja via Projetos de P&D, serviços prestados, propriedade intelectual (patentes licenciadas, transferência de know-how, cultivares, registro de software, modelo de utilidade, etc) e outras formas” (CAPES, 2020, p.14, *apud* ANPEd, 2020, grifos do GA).

8) **“Geração de inovações e startups, em especial spin offs acadêmicos, com criação efetiva de emprego e renda, a partir da aplicação de novos conhecimentos que gerem valor agregado** em **todas as áreas de conhecimento**” (CAPES, 2020, p.15, *apud* ANPEd, 2020, grifos do GA).

9) “Em todos os indicadores, devem ser apresentadas **evidências econômicas que permitam aferir ou estimar os valores financeiros envolvidos**” (CAPES, 2020, p.15, *apud* ANPEd, 2020, grifos do GA).

10) “Definição de indicadores que possam **captar o papel dos egressos e das pesquisas desenvolvidas no processo de atração de**

novos investimentos, geração de emprego e renda (spin offs acadêmicos e startups geradas) e desenvolvimento nacional, contribuindo para a redução das assimetrias intra e interregional" (CAPES, 2020, p.15, *apud* ANPEd, 2020, grifos do GA).

11) "Além da produção intelectual e a formação qualificada de profissionais, os **impactos sociais, econômicos, ambientais e tecnológicos produzidos pelos PPGs devem adquirir peso significativo dentre os critérios de avaliação**" (CAPES, 2020, p.16, *apud* ANPEd, 2020, grifos do GA).

12) "**A inserção social deve ser valorizada: pesquisa aplicada à sociedade que gere melhoria da qualidade de vida da população e gere impacto em segmentos da sociedade, mercados ou organizações que deve ser aferido e valorizado**" (CAPES, 2020, p.16, *apud* ANPEd, 2020, grifos do GA).

Soma-se a estas características de financiamento o gravíssimo fato de que:

> Os **indicadores para todas as dimensões devem ser comuns para todas as áreas de avaliação, não sendo permitida a criação de indicadores específicos pelas áreas** (CAPES, 2020, p.23, *apud* ANPEd, 2020, grifos do GA).

O GA conclui:

> Dessa forma, os PPGs das humanidades e ciências sociais aplicadas serão analisados com os mesmos indicadores que as outras áreas de avaliação. Pode-se prever um verdadeiro desastre para as humanidades e sociais aplicadas considerando a lista de possíveis indicadores apresentada anteriormente (ANPEd, 2020).

Por fim, mostrar a semelhança e quase identidade dessas duas propostas, uma para a universidade como um todo e outra para a pós-graduação, é uma forma de alertar que, diversamente do *Future-se,* este *Modelo Multidimensional* da CAPES tem muito maiores chances de dar início a uma preocupante reforma da educação superior do país, não apenas de seu setor público federal. Este *Modelo Multidimensional* tende a levar à substituição do atual "modelo" de universidade, consagrado pela CF-88, por uma universidade "tecnológica, inovadora e empreendedora", sustentáculo da economia de mercado, competitiva, em que cada indivíduo deixa de ser um trabalhador de um coletivo para tornar-se empreendedor, patrão de si mesmo. E, no caso das *Federais,* tenderiam a tornar-se

organizações autossustentáveis, via recursos advindos em especial do comprometimento de suas atividades de pesquisa com o mercado econômico-financeiro, liberando o Fundo Público da obrigação constitucional de sua manutenção. Isto representaria a substituição:

> [...] de instituições sociais autônomas por formas de organizações sociais heterônomas; da ciência plural e universal pela ciência tecnológica, no caso, necessariamente portadora de inovação/invenção rentável para o mercado; da universidade como consciência crítica do modo de produção e dos "modelos" de desenvolvimento – sem deixar de contribuir de todas as formas para o progresso humano – pela universidade como mero pilar da economia e do mercado, que teria, na competição, sua principal "virtude" como qualquer outra empresa econômica (Sguissardi, 2022, p. 239).

O desfinanciamento das Ifes e das agências CAPES e CNPq como principais bases de implementação da produção científica e formação de pesquisadores do país

Tanto o *Future-se* quanto o *Modelo Multidimensional,* no que possuem de potencial de transformar as Ifes e o próprio SNPG em plataformas de produção de saberes que interessam muito mais à economia e ao Estado ancorados nos princípios e diretrizes neoliberais, hoje em plena vigência, podem ser celeremente implementados e tornarem-se realidade mediante processos de gradativos e crescentes cortes de recursos do Fundo Público seja para as Ifes, seja para os órgãos de financiamento mais diretamente ligados aos sistema nacional de produção científica e de formação de pesquisadores (CNPq, CAPES, FNDCT, entre outros).

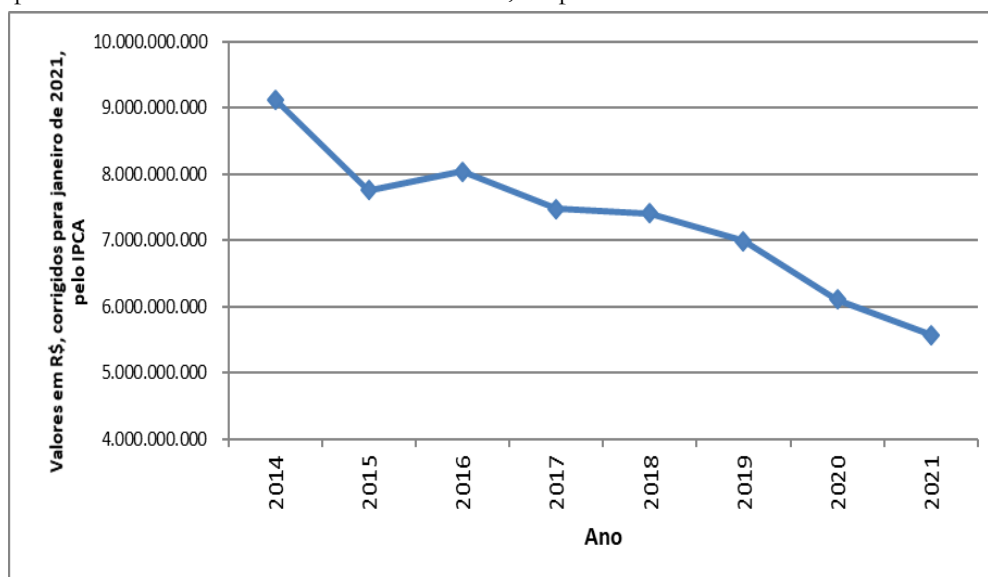
A redução de financiamento das Ifes (Universidades e Institutos Federais).

Sob o título de "Basta de Retrocessos", a Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Educação Superior (Andifes), tornou pública, no dia 28/05/2022, uma nota de protesto contra o corte de mais de R$ 1 bilhão, no dia anterior, dos recursos destinados a essas instituições. Entre outras coisas, diz a nota:

> [...] após o orçamento deste ano de 2022 já ter sido aprovado em valores muito aquém do que era necessário, inclusive abaixo dos valores orçamentários de 2020; após tudo isso, o governo federal ainda impinge um corte de mais de 14,5% sobre nossos orçamentos, inclusive os

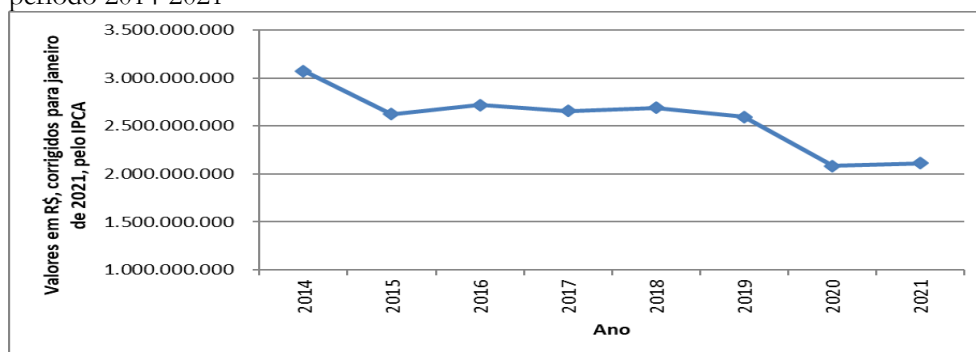
> recursos para assistência estudantil, inviabilizando, na prática, a permanência dos estudantes socioeconomicamente vulneráveis, o próprio funcionamento das instituições federais de ensino e a possibilidade de fechar as contas neste ano.

De fato, o que dizem os dirigentes é apenas o mais recente passo de um processo que se desenrola há vários anos como mostram os gráficos abaixo.

Gráfico 5 – Evolução dos recursos financeiros associados ao pagamento de Outras Despesas Correntes das Universidades Federais, no período 2014-2021

Fonte: BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021 (Elaboração de Nelson C. Amaral – PPGE/UFG).

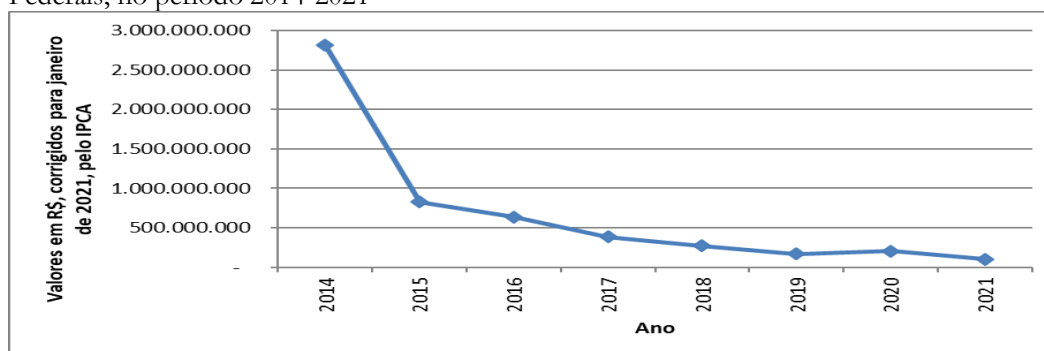
De 2014 a 2021 a redução foi de cerca de 40%. Fazem parte desses recursos, entre outros, os gastos com água, energia elétrica, com laboratórios de pesquisa, cuja carência incide sobre grande parte da produção científica das Ifes.

Conforme o gráfico 6, a redução dos recursos de custeio dos Institutos Federais (IFs) e Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), que, em número de 40, possuem centenas de *campi* espalhados pelo território nacional, foi menor percentualmente que a dos recursos para as universidades. Entretanto, como mais de uma dezena destas e os 38 IF's são de criação recente, isto é, da última década ou pouco mais, são, por isto, ainda muito dependentes de recursos para sua implantação plena.

Gráfico 6 – Evolução dos recursos financeiros associados ao pagamento de Outras Despesas Correntes dos Institutos Federais (IFs) e Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), no período 2014-2021

Fonte: BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021 (Elaboração de Nelson C. Amaral PPGE/UFG).

É na evolução, melhor dizendo, involução dos recursos financeiros destinados a investimento (construção e reforma/restauração de prédios, e aquisição de equipamentos de alto valor) das Ifes que se verificam os mais altos índices de redução/desfinanciamento. No caso das quase 70 universidades federais, a redução deste tipo de investimento ultrapassou os 90% de 2014 a 2021 (ver gráfico 7).

Tanto no caso da drástica redução dos recursos para custeio como para investimento, torna-se óbvia a consequente redução das condições de implementação das atividades-fim das Ifes (universidade e institutos): ensino, pesquisa e extensão. Como diz a *Nota da Andifes*, acima referida, veem-se prejudicadas, além dessas atividades, as de assistência estudantil, o que inviabilizaria "na prática a permanência dos estudantes socioeconomicamente vulneráveis, o próprio funcionamento das instituições federais de ensino e a possibilidade de fechar as contas neste ano". Em outras palavras, torna-se inviável o funcionamento normal dessas instituições.

Gráfico 7 – Evolução dos recursos financeiros associados aos Investimentos nas Universidades Federais, no período 2014-2021

Fonte: BRASIL.CAMARA DOS DEPUTADOS, 2021. (Elaboração de Nelson C. Amaral – PPGE/UFG).

Redução de financiamento da CAPES

A CAPES ocupa um lugar central como órgão de financiamento e de avaliação (regulação e controle) do SNPG, composto hoje por mais de 4.500 programas de pós-graduação *stricto sensu* (ver Tabela 4 acima) e de cerca de 400 mil mestrandos e doutorandos nas suas várias modalidades. Cerca de 60% desse total de pós-graduandos no país e no exterior necessitam de bolsas de estudos.

Além dos gráficos 3 e 4 acima expostos, que tratam especificamente do investimento em bolsas e fomento, nos anos 2016 e 2019, e de bolsas de pós-graduação no exterior, de 2015 a 2020, o Gráfico 8 mostra a evolução (com enorme redução) dos recursos financeiros totais do Fundo Público destinados à CAPES no período 2014-2021. Nesse período, os recursos para essa Agência que somaram cerca de R$ 10 bilhões em 2015, atingiram pouco mais de R$ 2 bilhões em 2021 com redução, portanto, de em torno de 80%. De 2015 a 2021 o número de programas passou de cerca de 4.000 para mais de 4.600; o total de pós-graduandos (mestrandos e doutorandos), de cerca de 320 mil para mais de 400 mil. O custo *per capita* dos pós-graduandos baixou de em torno de R$ 31 mil em 2015 para cerca de R$ 5 mil, isto é, redução de cerca de 85%.

O gráfico 9 mostra que os recursos dotados para o ano 2020 foi bastante similar aos de 2008, quando o número de Programas (2.567) era de apenas 56,3% do total de Programas de 2020 (4.559) e o de discentes (196.843) era de apenas 50,90% do total do corpo discentes de 2020 (385.761).

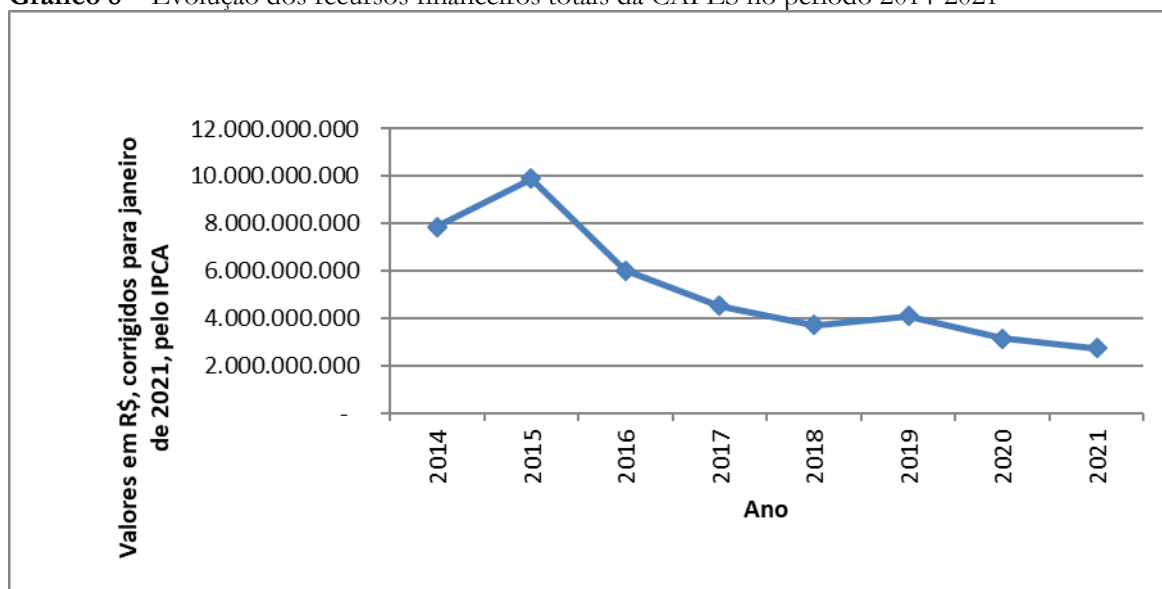
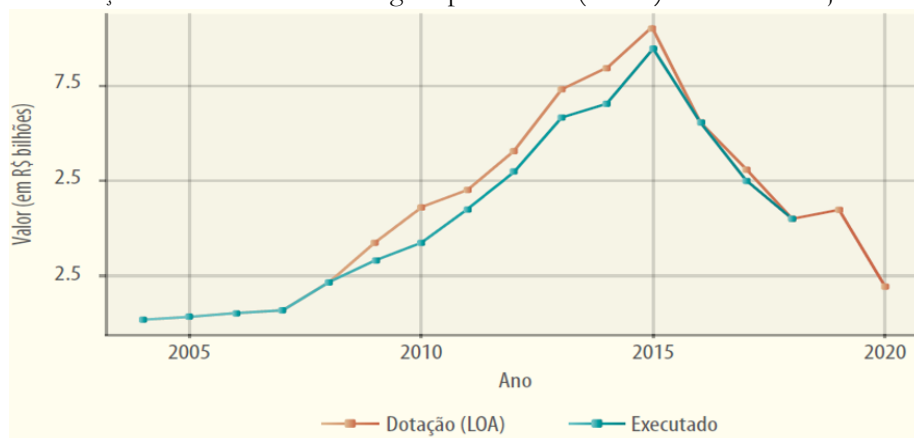
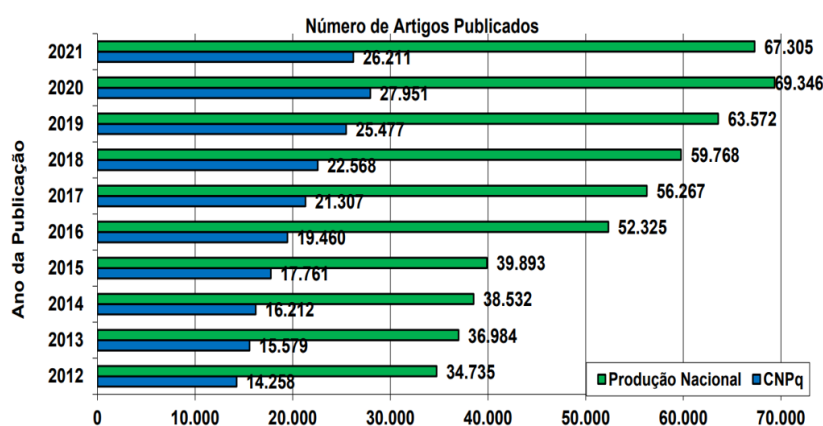
Gráfico 8 – Evolução dos recursos financeiros totais da CAPES no período 2014-2021

Fonte: BRASIL.CAMARA DOS DEPUTADOS, 2021. (Elaboração de Nelson C. Amaral – PPGE/UFG).

Gráfico 9 – Orçamento da CAPES corrigido pelo IPCA (IBGE) com base em junho de cada ano

Fonte: https://www.sintepiaui.org.br/noticia/442/O-orcamento-da-CAPES-para-2020-com-a-LOAS-do-novo-governo. Arte: Diagrama Editorial.

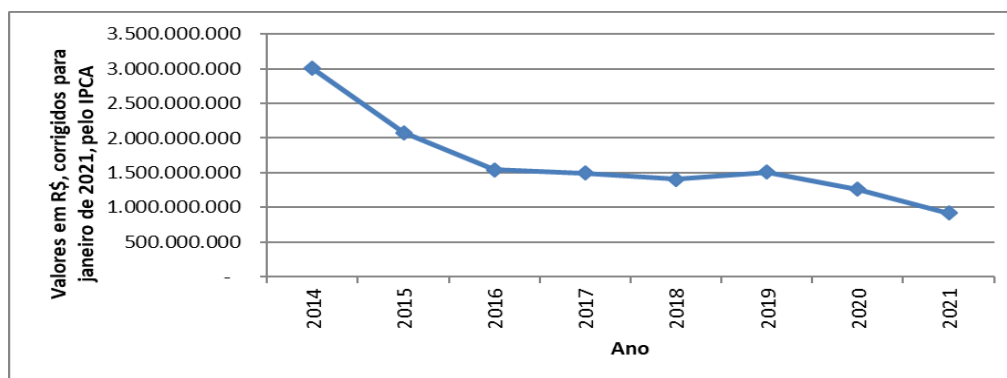
Redução de financiamento do CNPq

O atual Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) nasceu como proposta da Academia Brasileira de Ciências (ABC) ainda no ano de 1946, pelo Almirante Álvaro Alberto (1889-1976), e foi instituído pela Lei n. 1.310, de 15 de janeiro de 1951, no último governo de Vargas, e rapidamente tornou-se o principal órgão federal de apoio à produção científica no país.

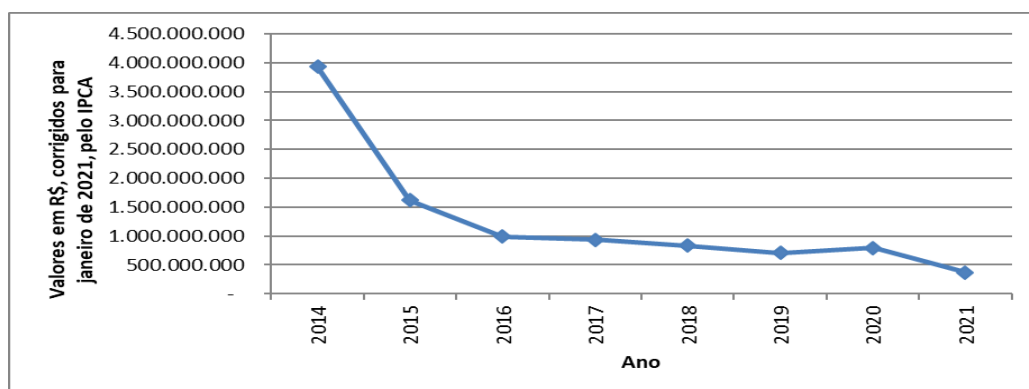
Se considerada a década que vai de 2012 a 2021, o CNPq tem sido responsável pelo financiamento de mais de 1/3 dos projetos de pesquisa e pela publicação de mais de 1/3 de artigos vinculados a projetos de pesquisa do país (Rigetti; Gamba, 2019).

Gráfico 10 – Proporção de artigos publicados resultantes de pesquisas apoiadas pelo CNPq versus total da produção de artigos nacionais – 2011 a 2021

Fonte: Base de Artigos indexados Web of Science, 2021 (Extração em 09/02/2022). Ver Relatório de Gestão do CNPq – 2021 - https://www.gov.br/cnpq/pt-br/acesso-a-informacao/auditorias/Relatorio_de_Gestao_CNPq_2021_v2_COCOM.pdf

Quando se compara a evolução de financiamento da CAPES e do CNPq – recursos totais – verifica-se que a queda no montante dos recursos destinados a este antecede de um ano a redução cada vez mais drástica dos daquela: 2014. De 2014 a 2015 esta redução de quase 30%, seguida de reduções relativamente menores, mas que fizeram esses montantes serem diminuídos de R$ 3 bilhões, em 2014, para menos de um R$ 1 bilhão em 2021, conforme Gráfico 11.

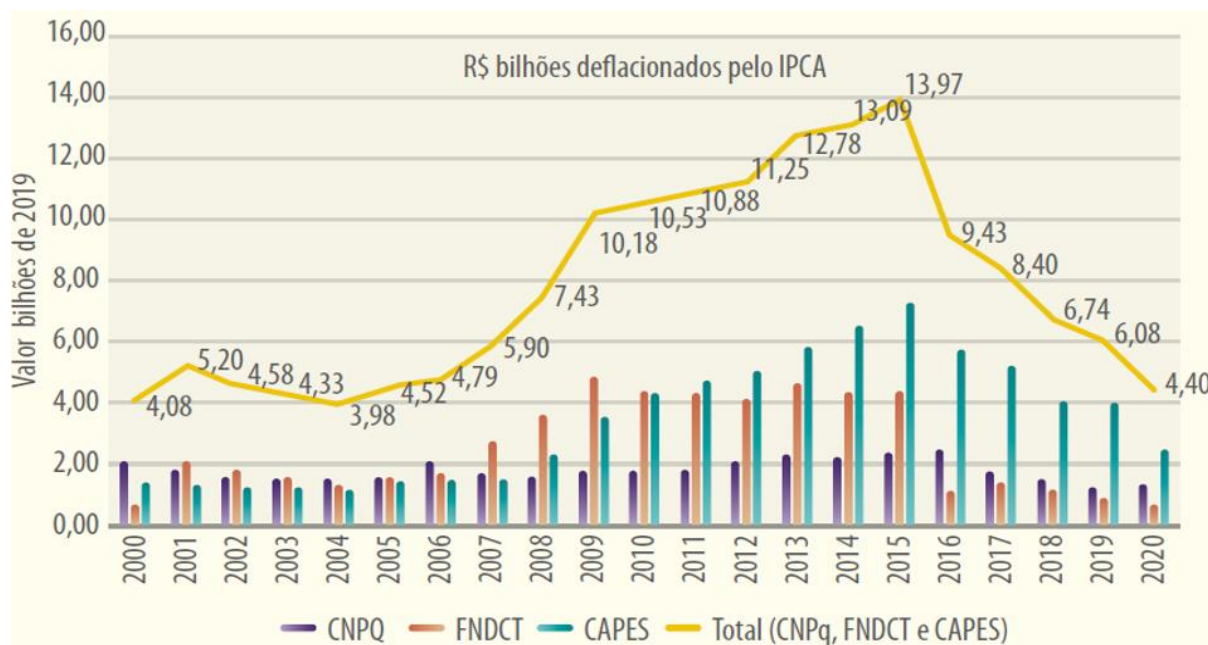
Gráfico 11 – Evolução dos recursos financeiros totais do CNPq no período 2014-2021

Fonte: BRASIL.CAMARA DOS DEPUTADOS, 2021. (Elaboração de Nelson C. Amaral – PPGE/UFG).

Situação mais grave ainda se verifica em relação aos recursos destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), que foi criado ainda em 1969 (Decreto-Lei n. 719), para financiar programas e projetos prioritários de desenvolvimento científico e tecnológico.[8]

Gráfico 12 – Evolução dos recursos financeiros totais do FNDCT no período 2014-2021

Fonte: BRASIL.CAMARA DOS DEPUTADOS, 2021. (Elaboração de Nelson C. Amaral – PPGE/UFG)

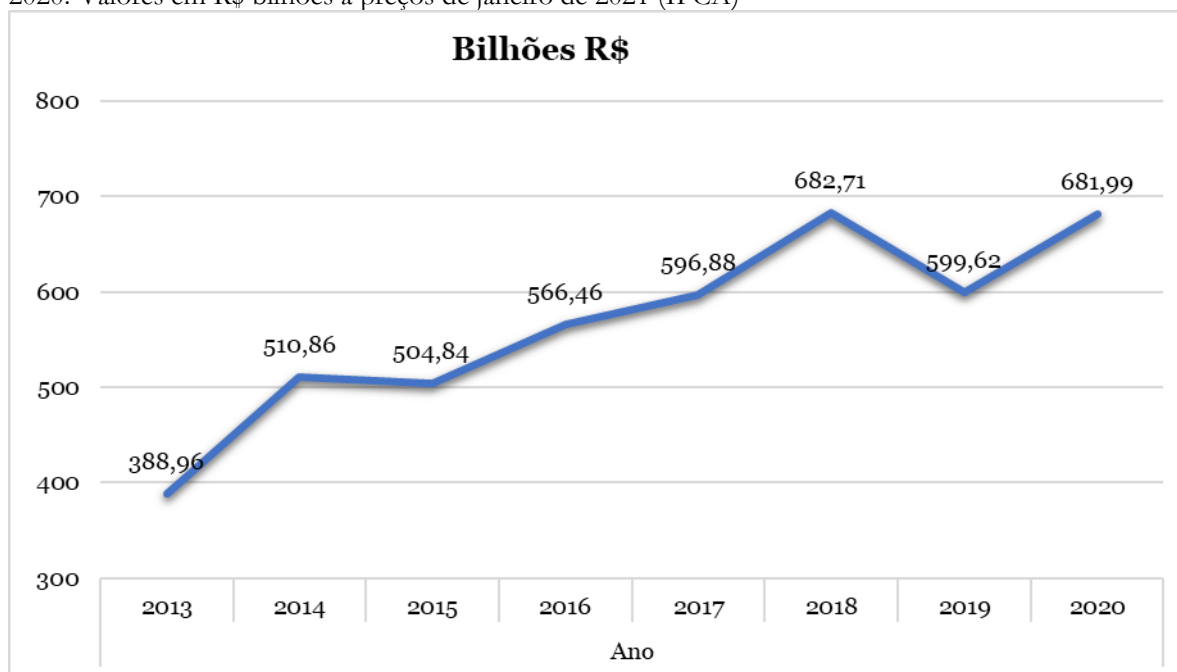
[8] Para maiores informações sobre o histórico e as funções do FNDCT, ver na página da Finep/MCTI. Disponível em: http://www.finep.gov.br/a-finep-externo/fndct/historico-e-legislacao Acesso em: 05 jun. 2022.

Uma visão de conjunto desses três órgãos federais de financiamento e coordenação do sistema de produção científica e formação de pesquisadores traduz muito bem a situação que contribui de modo inusitado, nas últimas duas décadas do século XXI, para o desmonte desse sistema essencial à sobrevivência da nação como nação civilizada e moderna.

Gráfico 13 – Orçamento dos três principais fundos nacionais de apoio à pesquisa científica e tecnológica no Brasil (CNPq, Capes e FNDCt) – 2000-2020

Fonte: Valores totais previstos no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de cada ano, excluídas as reservas de contingência. Disponível em https://www.abc.org.br/2019/09/11/liquide-se.

Como se verifica, esses três órgãos dispunham em 2020, para as suas importantes funções em relação à produção científica e formação de pesquisadores no Brasil, de recursos inferiores aos dos anos 2001, 2002 e 2003 e de mais de três vezes menores que os de 2015.

Para concluir este item, vale a pena fazer breves considerações sobre o significado comparativo desses montantes com outros que compõem as contas públicas do país. Antes de tudo, verifiquem-se esses montantes do Gráfico 13 com os recursos públicos gastos com o pagamento anual das despesas com juros, encargos e amortizações da dívida pública com o setor financeiro de 2013 a 2020.

Gráfico 14 - Evolução das despesas com juros, encargos e amortização da dívida pública: 2013-2020. Valores em R$ bilhões a preços de janeiro de 2021 (IPCA)

Fonte: Banco Central do Brasil, 2021. Câmara dos Deputados, 2021. Elaboração: Luiz Fernando Reis (2021).

Segundo Luiz Fernando Reis, de 2013 a 2020 as despesas com juros, encargos e amortização da dívida pública foram elevadas em 75,34%

> O Governo Federal destinou para o **pagamento de juros, encargos e amortização da dívida pública (excluído o refinanciamento) R$ 5,644 trilhões nos últimos 10 anos (2011-2020),** sendo R$ 682 bilhões somente no ano de 2020 (Reis, 2021, Power-point, grifos do autor).
> No período de 2013 a 2020 (Orçamento executado) foram destinados, em média, **18,38% do orçamento da União para o pagamento de juros, encargos e amortizações da dívida pública, 0,29% para Ciência e Tecnologia [63 vezes menos] e 1,87% para as universidades federais (incluindo os hospitais universitários) [10 vezes menos]** (Reis, 2021, Power-point, gripos do autor).

Os dados vistos nas páginas acima – que recrudescem a cada ano, sem perspectiva de melhora, e com permanentes investidas do atual Ministro da Economia, secundado pelos ministros de Ciência, Tecnologia e Inovação, e da Educação, com endosso presidencial – conduzem à confirmação da hipótese de trabalho levantada no início deste breve apanhado de uma realidade profundamente nefasta para o país: a desestruturação/destruição do seu sistema de produção científica e de suas instituições formadoras de cientistas.

É preciso resistir e evitar o desmonte da educação superior pública e do sistema nacional de produção científica e de formação de pesquisadores

A realidade acima exposta guarda estreita relação com o projeto de desenvolvimento social, econômico, científico e cultural do país. E, aqui como em qualquer outra nação, a educação superior e a pesquisa em todos os campos têm papéis cruciais a cumprir. De algum modo parodiando o grande filósofo-educador brasileiro Anísio Teixeira, não se forja uma nação soberana sem uma sólida educação superior e um consistente sistema de produção científica e formação de pesquisadores.

Da mesma forma que são inconcebíveis uma nação e um povo soberanos sem um Estado forte, em que predomine seu núcleo de interesses e direitos públicos e coletivos, estes, nação e povo, não podem se constituir como tais sem universidades estatais públicas, sem órgãos estatais de financiamento de produção e formação científicas como o CNPq, CAPES, FNDCT, entre outros.

A resistência a esse desmonte – retratado por sucintos apanhados conceituais, tabelas e gráficos acima – precisa constituir-se de uma frente/movimento que lute, por todos os meios, contra os princípios, teses e práticas neoliberais, em seu estágio mais avançado; contra o obscurantismo anticientificista, anticultural e autoritário; contra a privatização/desnacionalização das grandes empresas estatais, que deveriam cumprir funções públicas; contra a destruição dos direitos trabalhistas retirados via Leis da Reforma Trabalhista, da Terceirização e da Previdência Social, entre outros alvos de luta. E que nessa frente/movimento se reforcem as lutas para o fortalecimento da educação pública em geral e, em particular, da educação superior pública, do sistema de produção científica e de formação de pesquisadores, tão imprescindíveis para o desenvolvimento nacional, para a diminuição das imensas desigualdades sociais e para a construção de uma nação democrática e soberana.

Referências

AMARAL, N. C. A Dimensão Ultraliberal do Grupo no Poder Federal está expressa na PEC 188/2019-Senado – Um desastre para as políticas sociais brasileiras. In: GIOLO, J.; LEHER, R.; SGUISSARDI, V. **Future-se [recurso eletrônico]**: ataque a autonomia das instituições federais de educação superior e sua sujeição ao mercado. São Carlos: Diagrama Editorial, 2020, p. 197-223. Disponível em: https://www.diagramaeditorial.com.br/project/future-se/. Acesso em: 27 set. 2020.

ANDIFES. **Basta de Retrocessos.** 28 de maio de 2022. Disponível em: https://www.andifes.org.br/?p=92864. Acesso em: 02 jun. 2022.

ANPEd. Grupo de Trabalho. **Uma análise do documento "Proposta de Aprimoramento da Avaliação da Pós-Graduação Brasileira para o Quadriênio 2021-2024 – Modelo Multidimensional" com a visão do financiamento.** 2020. Impresso.

BIANCHETTI, L.; MAGALHÃES, A. M. Declaração de Bolonha e internacionalização da educação superior: protagonismo dos reitores e autonomia universitária em questão. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 20, n. 1, p. 225-249, mar. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/aval/a/Mh7GJ6rcMygV53md3Pf4RgJ/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 13 jun. 2022.

BIANCHETTI, L.; SGUISSARDI, V. **Da Universidade à Commoditycidade –** Ou de como e quando, se a educação/formação é sacrificada no altar do mercado, o futuro da universidade se situaria em algum lugar do passado. Campinas: Mercado das Letras, 2017.

BOURDIEU, P. O neoliberalismo, utopia (em vias de realização) de uma exploração sem limites. *In*: BOURDIEU, P. **Contrafogos** – Táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. p. 135-149.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidencia da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 02 set. 2020.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9394/96.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República. 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm . Acesso em: 20 jun. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 2.207, de 15 de abril de 1997a**. Regulamenta, para o Sistema Federal de Ensino, as disposições contidas nos arts. 19, 20, 45, 46 e § 1., 52, parágrafo único, 54 e 88 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e da outras providencias. [S.l.: s.n], 1997a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2207.htm. Acesso em: 02 set. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 2.306, de 19 de agosto de 1997b**. Regulamenta, para o Sistema Federal de Ensino, as disposições contidas no art. 10 da Medida Provisória n. 1.477-39, de 8 de agosto de 1997, e nos arts. 16, 19, 20, 45, 46 e § 1., 52, parágrafo único, 54 e 88 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e da outras providencias. [S.l.: s.n], 1997b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2306.htm. Acesso em: 02 set. 2020.

BRASIL. **Lei n. 11.079, de 30 de dezembro de 2004**. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. [S.l.: s.n], [s.d.]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l11079.htm. Acesso em: 02 set. 2020.

BRASIL. MEC/INEP. **Censo da Educação Superior 2020.** Brasília: MEC/Inep. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior. Acesso em: 20 jun. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Emenda Constitucional n. 85**, de 26 de fevereiro de 2015. Brasília: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc85.htm. Acesso em: 13 out. 2020.

BRASIL. Congresso Nacional. **Pl n. 3076/2020**. Institui o Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores - Future-se. Brasília: Congresso Nacional, 2020. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2254321. Acesso em: 12 out. 2020.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS, Brasília, 2021.

CAPES. **Proposta de Aprimoramento da Avaliação da Pós-Graduação Brasileira para o Quadriênio 2021-2024 – Modelo Multidimensional**", 2020. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/25052020-relatorio-final-2019-comissao-pnpg-pdf. Acesso em: 20 mar. 2021.

CNPq. **Relatório de Gestão do CNPq – 2021** - https://www.gov.br/cnpq/pt-br/acesso-a-informacao/auditorias/Relatorio_de_Gestao_CNPq_2021_v2_COCOM.pdf Acesso em: 20 mar. 2021.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **La Nouvelle raison du monde**. Essai sur la société néoliberale. Paris: La Decouverte, 2009.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A Nova Razão do Mundo**: Ensaio sobre a sociedade neoliberal. 1. ed. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

GIOLO, J.; LEHER, R.; SGUISSARDI, V. (20 de maio de 2020). 1 Vídeo (2 horas). Fonte: Publicado pelo Canal Resistentes: https://www.youtube.com/watch?v=SoNP7PKDk98&t=230s Acesso em: 20 mar. 2022.

GIOLO, J.; LEHER, R.; SGUISSARDI, V. **Future-se [recurso eletrônico]**: ataque a autonomia das instituições federais de educação superior e sua sujeicao ao mercado. São Carlos: Diagrama Editorial, 2020. Disponível em: https://www.diagramaeditorial.com.br/project/future-se/. Acesso em: 27 set. 2020.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2020**. Brasília: Inep, 2019. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse. Acesso em: 15 ago. 2020.

OLIVEIRA, M. B. Universidade: por trás do projeto Weintraub. **Outras Palavras**, [S.l.], [s.v.], [s.n.], [s.p.], 2019. Disponível em: https://outraspalavras.net/crise-brasileira/universidade-por-tras-do-projeto-weintraub/?fbclid=IwAR29lxH7qBfmspE_1wknAPw-9J5A9_sTYQPN3W6xc6IJUmmP7s7fAVk8L0KU. Acesso em: 28 jul. 2019.

REIS, L. F. Dívida Pública e Subfinanciamento da Educação Superior e da Ciência e Tecnologia no Brasil (2013-2020). Painel: Políticas, gestão e direito à educação superior: novos modos de regulação e tendências em construção. **ANPEd.** 40ª Reunião Nacional, 20 out. 2021.

RIGHETTI, S.; GAMBA, E. Sob risco de colapso, CNPq financia um terco da ciência nacional. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, [s.a.], [s.n.], [s.p.], 26 ago. 2019. Disponivel em: https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2019/08/sob-risco-de-colapso-cnpq-financia-um-terco-da-ciencia-nacional.shtml. Acesso em: 02 set. 2020.

SGUISSARDI, V. Fundações Privadas na Universidade Pública: a quem interessam? **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, [S. l.], v. 7, n. 4, p. 73-97, 2002. Disponível em: http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/1201. Acesso em: 3 nov. 2021.

SGUISSARDI, V. A avaliação defensiva no "modelo CAPES de avaliação" – E possível conciliar avaliação educativa com processos de regulação e controle do Estado? In: BIANCHETTI, L.; SGUISSARDI, V. (orgs.). **Dilemas da Pós-Graduação –** Gestão e avaliação. Campinas: Autores Associados, 2009, p. 133-176.

SGUISSARDI, V. **Estudo Diagnóstico da Política de Expansão da (e Acesso à) Educação Superior no Brasil** - 2002-2012. Brasília: Edital N. 051/2014 SESU; Projeto de Organismo Internacional – OEI; Projeto OEI/BRA/10/002, 2014. Revisado e corrigido em out. 2020.

SGUISSARDI, V. Future-se – Um projeto neoliberal de heteronomia das Federais e um passo a mais rumo a sua privado/mercantilização. *In*: GIOLO, J.; LEHER, R.; SGUISSARDI, V. **Future-se** [recurso eletrônico]*:* ataque a autonomia das instituições federais de educação superior e sua sujeição ao mercado. Sao Carlos: Diagrama Editorial, 2020. p. 153-196. Disponível em: https://www.diagramaeditorial.com.br/project/future-se/. Acesso em: 27 set. 2020.

SGUISSARDI, V. A educação superior e a crescente desigualdade social no Brasil em tempos neoliberais. In: PEREIRA, L. D.; BARBOZA, D. R.. (Orgs.). **Políticas regressivas e ataques aos direitos sociais no Brasil: dilemas atuais em um país de capitalismo dependente**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020, p. 195-236.

SGUISSARDI, V. O Neoliberalismo na Educação Superior**:** Um programa chamado *Future-se.* In: ALENCAR JÚNIOR, O. G. de; CRESPO, M. de F. V.; GONÇALVES, W. M. C. de M. **Economia na pandemia [recurso eletrônico]:** crise global e o impacto na economia, na política, na sociedade e no meio ambiente. São Carlos: Diagrama Acadêmico, 2022, p. 211-244. Disponível em: https://www.diagramaeditorial.com.br/project/economia-na-pandemia/ . Acesso em: 01 jun. 2022.

CAPÍTULO 2

FINANCEIRIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA E A EXPANSÃO DO EAD VIA SETOR PRIVADO-MERCANTIL: desafios à formação em Serviço Social[1]

Sandhro Luiz de Almeida Abrahão
Larissa Dahmer Pereira
Andreza Telles dos Santos Ferreira

Introdução

O atual padrão de reprodução do capital tem como um dos elementos centrais a financeirização. Essa lógica se espraia por todos os aspectos da vida social, abrindo espaço para a internalização de mecanismos que produzem e reproduzem a dinâmica das finanças no cotidiano da classe trabalhadora (Brettas, 2017).

Segundo Fernandes (1975), o Brasil, sendo um país de capitalismo dependente, é marcado pelo padrão dual de expropriação do excedente econômico e pelo padrão compósito de hegemonia burguesa, que privilegia não só a classe dominante local, mas as frações da burguesia dos países de capitalismo central, superexplorando a força de trabalho por meio da condução de um Estado altamente autoritário. A financeirização no Brasil terá como pilares fundamentais a dívida pública e a tributação regressiva como formas de concentração e centralização da acumulação capitalista, por meio do fundo público, refletindo nas políticas sociais implementadas no país nas últimas décadas.

No Brasil, a partir dos anos de 1990, a financeirização das políticas sociais é parte elementar do projeto neoliberal, cujo objetivo é a retomada das taxas de rentabilidade em favor do grande capital. Desse modo, produzem-se mecanismos jurídicos, políticos e econômicos que possibilitam a apropriação dos recursos do fundo público pela burguesia rentista (Brettas, 2020).

Os avanços previstos na Constituição Federal no que tange às políticas sociais, na sua maioria, não foram implementados. Segundo Brettas (2020), ao contrário, há um significativo processo de políticas de ajustes fiscais, transformando direitos sociais em

[1] O capítulo apresenta, na Introdução e Desenvolvimento, resultados parciais da pesquisa bibliográfica e documental realizada pelo egresso do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional, Sandhro Luiz de Almeida Abrahão (Abrahão, 2022), sob a orientação da docente Larissa Dahmer Pereira. A última parte foi elaborada pela docente Larissa Dahmer Pereira e enriquecida com dados levantados pela egressa Andreza Telles dos Santos Ferreira.

serviços mercantis subsidiados pelo Estado. Ou seja, transferência dos recursos públicos para o setor privado.

Com o projeto neoliberal em curso,[2] o Estado concede isenções fiscais e mudanças na legislação em setores como a educação e a saúde, incentivando a participação do capital estrangeiro e a financeirização das políticas públicas. Em outras palavras, as políticas sociais são colocadas a serviço do capital financeiro (Brettas, 2020).

Como afirma Brettas (2020), o Brasil é um país de capitalismo dependente[3] com abissais desigualdades econômicas e sociais, no qual o modelo tributário é regressivo, ou seja, os impostos recaem sobre os mais pobres por meio de impostos pagos indiretamente, que respondem pela produção, circulação e consumo de bens e serviços. Assim, os impostos, diferentemente do modelo progressivo, não são cobrados de forma direta sobre a renda e o patrimônio, mas sim de forma indireta pelo consumo.

Com isso, os recursos do fundo público são compostos majoritariamente pelas contribuições da classe trabalhadora, mesmo porque a parte que as diferentes frações de capitalistas pagam de impostos é fruto da expropriação do trabalho da classe trabalhadora (Brettas, 2020).

Em conformidade com as ideias de Oliveira (1998), compreendemos que o fundo público no capitalismo contemporâneo é um componente estrutural e insubstituível para a valorização do capital.[4] Trata-se de um conjunto de recursos advindos de impostos e demais contribuições sociais que o Estado tem à disposição para intervir na economia e nas expressões da "questão social".[5] Acrescentam-se a esse montante, os recursos disponíveis nas empresas públicas e outras instituições governamentais como, por exemplo, o Banco Central.

---

[2] Sobre o projeto neoliberal, cf. BEHRING (2008).

[3] Fernandes (2020) analisa o capitalismo no Brasil a partir da forma de integração do país à economia internacional: uma inserção subordinada aos interesses econômicos e políticos dos países imperialistas e da partilha do mundo gerada pelas transformações na economia mundial. No entanto, essa subordinação não deve ser compreendida como uma imposição de fora, mas articulada aos próprios interesses da burguesia brasileira em reproduzir, internamente, relações de dominação ideológica e exploração econômica, pelas relações patrimonialistas e o uso autocrático das instituições oligárquicas que serão reorganizados para viabilizar a associação das oligarquias com os setores intermediários em formação e com o imperialismo constituindo, como identifica o autor, um padrão compósito de hegemonia burguesa. Esse padrão faz com que a burguesia associe-se ao imperialismo e, simultaneamente, aos setores mais arcaicos da economia brasileira, configurando o padrão dual de expropriação do excedente econômico. Desta forma, a riqueza produzida coletivamente pelos trabalhadores é repartida entre a burguesia internacional e a burguesia brasileira, duas faces de um mesmo projeto de dominação, conforme analisa Lima (2019).

[4] Como destaca Oliveira (1998, p. 21): "A per-equação da formação da taxa de lucro passa pelo fundo público, o que o torna um componente estrutural insubstituível".

[5] De maneira breve, a "questão social" é a expressão da relação contraditória entre capital e trabalho, que é a essência do modo de produção capitalista e [que] está na raiz da concentração e a centralização da riqueza socialmente produzida, apropriada por poucos diante de uma sociedade cindida em classes. Esse processo se complexifica ao longo da história com o desenvolvimento das forças produtivas e com a correlação de forças entre as classes e suas frações, gerando novas expressões da "questão social". Cf. NETTO (2011).

Todos esses elementos são importantes para compreender o papel central do Estado para a viabilização das condições de acumulação capitalista, sendo a política tributária e a dívida pública os principais mecanismos para fortalecer o projeto neoliberal no Brasil. Segundo Oliveira (1998, p. 21), "[...] o fundo público é agora um *ex-ante* das condições de reprodução de cada capital particular e das condições de vida, em lugar de seu caráter *ex-post*, típico do capitalismo concorrencial".

Os recursos do fundo público deveriam, numa lógica distributivista, retornar para os contribuintes por meio de bens e serviços públicos. Entretanto, a alocação dos recursos, na realidade, depende das condições histórico-concretas diante da correlação de forças entre as classes e suas frações, podendo privilegiar a elevação da taxa de lucro ou a melhoria da distribuição de renda no país. O Brasil reforça os privilégios da burguesia em detrimento do acesso aos direitos sociais, como uma particularidade da formação social brasileira, que se insere de forma subserviente na divisão internacional do trabalho.[6]

A reestruturação produtiva, a abertura comercial e financeira, as privatizações dentre outras políticas neoliberais, marcaram os anos de 1990 no Brasil. O conjunto dessas contrarreformas teve como finalidade reestabelecer as altas margens lucrativas do capital, em especial, para a grande burguesia rentista. As frações da classe burguesa justificavam o enxugamento dos recursos para as políticas sociais como necessárias para combater a crise fiscal e a inflação[7] (Brettas, 2020).

A partir da metade da década de 1990, em concordância com Brettas (2020), o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) adota uma política econômica bastante atrativa para a burguesia rentista, com elevada taxa de juros que proporciona significativa rentabilidade financeira. Os capitais estrangeiros entram no país, por meio de investidores que recebem inúmeras facilidades pelo Estado desde a tributação regressiva, mecanismos de renúncias fiscais, formas de isenção de impostos de renda da remessa de lucros e dividendos ao exterior.

Conforme expõe Silva (2010), a crise da dívida e o endividamento estatal repercutem no financiamento das políticas sociais nos anos de 1990, especialmente, a partir dos anos 2000. Os recursos do fundo público mostram-se cada vez mais direcionados para

---

[6] No artigo 153, no inciso VII da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), está prevista a cobrança de imposto sobre grandes fortunas, precisando de lei complementar para a sua regulamentação, o que nunca foi aprovado em mais de trinta anos desde a Constituinte. Por exemplo, no ano de 2019, as pessoas que recebiam até dois salários mínimos já se enquadravam na faixa de contribuição de 7,5%, enquanto que as grandes fortunas não são taxadas (SINDIFISCO, 2019).

[7] O caráter regressivo do sistema tributário no Brasil estimula a concentração e centralização da riqueza, caminhando no sentido contrário ao que está previsto na Constituição Federal (Brasil, 1988) como: a capacidade contributiva, a isonomia e a progressividade.

os interesses do mercado financeiro, consequência da hegemonia do capital financeiro no plano macro diante da crise do capital desde os anos 1970.

As orientações dos organismos internacionais, principalmente, o Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, estão afinadas com a lógica do capital portador de juros e a mercantilização da vida. A especulação da valorização futura de capitais por meio da emissão de papéis como títulos da dívida pública ou sociedades por ações encontram terreno fértil no campo das políticas sociais. Desse modo, o Estado se desresponsabiliza dos repasses diretos às políticas sociais, alocando montantes de recursos públicos de programas sociais em instituições financeiras, que se tornam pagadoras dos benefícios (Silva, 2010).[8]

Nessa conjuntura atravessada pelo capital fictício, segundo Behring (2008), acirra-se a extração de superlucros por meio da flexibilização das relações de trabalho e os cortes dos encargos sociais e previdenciários. As condições de trabalho e vida das frações da classe trabalhadora são precarizadas em decorrência do que Mandel (1982) analisou como o processo de supercapitalização,[9] incluindo a saúde, a educação e a previdência.

Se, por um lado, a classe trabalhadora é altamente onerada pela tributação regressiva[10] através do consumo, por outro, as grandes fortunas não são taxadas. O resultado é a falta de equidade no país. Os estratos mais pobres da sociedade brasileira financiam os gastos públicos, tanto para as políticas sociais como para a remuneração do capital financeiro (Silva, 2010).[11]

De acordo com Brettas (2020), os principais aspectos que viabilizam a monetarização das políticas sociais são: as contrarreformas em prol do pagamento dos juros da dívida pública e os programas de transferência de renda, que focalizam e condicionam o acesso aos benefícios aos mais pobres sob mediação das instituições financeiras e a lógica do capital portador de juros. Desse modo, à medida que se transfere renda sob a justificativa de combater a pobreza, propicia-se também a monetização e a financeirização das políticas sociais, tendo em vista que tais recursos ficam

---

[8] Nesse contexto em que vivenciamos um amplo processo de mercantilização e também de financeirização das políticas sociais, os programas de transferência de renda no Brasil e na América Latina surgem como forma de enfrentamento à pobreza sob orientação dos organismos internacionais (SILVA, 2010).

[9] O autor chama de supercapitalização o movimento de industrialização das atividades referente à esfera da reprodução do capital. Nesse sentido, o Estado se redimensiona para proporcionar as condições gerais de produção e de valorização do capital (MANDEL, 1982).

[10] A tributação regressiva incide sobre a renda do trabalho, prejudicando os contribuintes com menor poder aquisitivo, pois, em sua maioria, são tributos indiretos que incidem sobre a produção e o consumo. Assim, os tributos são transferidos para os preços dos produtos que são comprados pelos consumidores (SILVA, 2010).

[11] Aqui está a particularidade do capital que rende juros em nossos tempos. Ele avança vertiginosamente sobre o trabalho necessário que compõe o fundo público, por meio do sistema tributário regressivo e dos fundos de pensão (SILVA, 2010, p. 216).

alocados/concentrados nas instituições bancário-financeiras, disponíveis para a valorização.[12]

A educação superior no Brasil constitui parte desse processo de financeirização, que a partir dos anos 2000 apresenta a expansão dos conglomerados que exploram a educação superior no país, tendo como um dos resultados o *boom* do Ensino a Distância (EaD) diante da hegemonia do capital financeiro (Tavares, 2019), o que impactou sobremaneira algumas profissões, dentre elas, o Serviço Social.

Sobre os mecanismos de financeirização na educação superior brasileira a partir dos anos 2000

A financeirização na educação superior no Brasil, a partir dos anos 2000, ocorreu com a migração de muitas Instituições de Ensino Superior (IES) filantrópicas como, por exemplo, a Estácio de Sá, que deixou de ser filantrópica em 2007, abrindo o seu capital na Bolsa de Valores[13] diante do incentivo jurídico e econômico à mercantilização da educação superior brasileira. Assim, as grandes IES privadas são privilegiadas pelas políticas educacionais, em especial, por meio de programas públicos como o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade Para Todos (PROUNI).

O FIES e o PROUNI formam um mecanismo de isenções de impostos e de alta lucratividade para as IES do setor privado-mercantil. O resultado será a formação de conglomerados que exploram o setor educacional como consequência do processo de concentração e centralização de capitais por meio das aquisições e fusões entre IES privadas (Seki, 2020).

O FIES foi criado no final da década de 1990, porém ganha robustez nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), especialmente, a partir de 2010, com a ampliação do financiamento para os estudantes em IES privadas no governo Dilma (2011–2016). Cabe salientar que o FIES possibilita a emissão de certificados que representam títulos da dívida pública do Estado. Desse modo, recursos do fundo público em forma de títulos da dívida

---

[12] Vale destacar sobre a diferença entre benefícios de categoria permanente e de categoria eventual. Por exemplo, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) está previsto na Constituição de 1988 e é regulamentado pela Lei n. 8.742/1993, constituindo-se no valor de 1 salário mínimo aos aposentados e deficientes físicos de baixa renda, independente da contribuição ao Regime Geral de Previdência (BRASIL, 1993). Trata-se de um benefício de caráter permanente. Diferentemente, o Programa Bolsa Família, criado pela Lei n. 10.836/2004, é um programa de governo e não uma política de Estado, na qual transfere valores menores, sendo de caráter eventual, ou seja, suplementar e provisório de transferência de renda (BRASIL, 2004). O Programa Bolsa Família tem sido priorizado, atendendo um número maior de pessoas, conforme orientam os organismos internacionais no combate à pobreza em países como o Brasil.

[13] Disponível no site institucional do grupo: https://portal.estacio.br/quem-somos/historia.aspx. Acesso em: 25 set. 2022.

são antecipados às IES como resposta à pressão do empresariado educacional. Em outras palavras, significa que parte da dívida pública, por meio dos títulos, passa a ser operada pelas IES privadas. Tal fato é inédito no mundo e um sinal, segundo Seki (2020, p. 146), da "[...] captura do fundo público como fundo de acumulação dos capitais", que exploram a educação superior.

A justificativa dos governos é de que os certificados não são títulos da dívida pública, mas sim certificados que as IES podem utilizar para pagar obrigações previdenciárias e outros tributos junto à Receita Federal (Seki, 2020).

Ademais, a Portaria Normativa do FIES nº 2 de 31 de março de 2008 (Brasil, 2008) atende a uma das demandas do setor privado-mercantil ao prever que os estudantes contemplados com a bolsa de 50% pelo PROUNI possam custear o restante por meio do FIES.[14]

Por um lado, o FIES é um financiamento estudantil, no qual o estudante torna-se um devedor do Estado, que, por sua vez, antecipa o pagamento para a IES privada por meio de certificados da dívida pública, que servem especificamente para quitação de tributos e outras obrigações de tais IES junto ao Estado. Por outro lado, o PROUNI é uma modalidade de isenção tributária para as IES privadas, que concede bolsas de estudo de 50% e 100% para os estudantes. Assim, as IES que aderem tanto ao FIES como ao PROUNI acumulam certificados e tornam-se isentos de diversos tributos, lucrando bastante com a recompra de tais certificados pelo Estado (Seki, 2020).

De acordo com a pesquisa realizada por Seki (2020), cada vez mais os grandes fundos de investimentos, fundos de pensão e bancos de investimentos nacionais e internacionais controlam as mantenedoras das IES, que abarcam inúmeras IES privadas no país, cujo objetivo é, exclusivamente, a valorização dos montantes de capitais acumulados.

A educação superior privada no Brasil é vocalizada por um conjunto de agentes do Estado e associações das IES privadas como as entidades da Associação Nacional de Universidades Particulares (ANUP), Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Educação Superior (ABRAES), sindicatos patronais como o Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior (SEMESP), dentre outros. Os principais conglomerados que exploram a educação superior no Brasil utilizam-se de representantes no Conselho Nacional de Educação (CNE), cujo objetivo é defender os interesses dos

[14] "Art. 4º A concessão de financiamento e a distribuição dos recursos do FIES observarão a seguinte ordem de prioridade, combinada com o disposto no parágrafo único: I – estudantes beneficiários de bolsas parciais de 50% (cinquenta por cento) concedidas no âmbito do ProUni, inclusive aquelas concedidas nos termos do art. 8º do Decreto nº 5.493, de 18 de julho de 2005" (BRASIL, 2008, s/p).

grandes grupos privados, participando na formulação das políticas educacionais diante de uma cultura tipicamente patrimonialista (Seki, 2020).[15]

Na primeira década dos anos 2000, o Estado cria os fundos que garantem os recursos financeiros via Tesouro Nacional. Em outras palavras, o Estado assegura os pagamentos às IES privadas e às suas mantenedoras. O art. 7° da Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009 (Brasil, 2009) ratifica que: "Fica a União autorizada a participar, no limite global de até R$ 4.000.000.000,00 (quatro bilhões de reais) de fundos que, atendidos os requisitos fixados nesta Lei". Como consequência de tal processo, há todo um acirramento das fusões e aquisições entre as IES privadas, drenando os recursos do fundo público e criando grupos gigantescos de capitais que exploram a educação superior no país (Queiroz, 2015).[16]

Segundo Queiroz (2015), o FIES possibilita que as IES privadas obtenham a garantia e o adiantamento do valor das mensalidades pelos recursos do fundo público. Dessa forma, tais instituições reduzem custos operacionais como, por exemplo: cobrança de mensalidades atrasadas, execuções administrativas e judiciais, gestão operacional de caixa, emissão, recebimento e consolidação entre outros.

Ou seja, tais Programas – FIES e PROUNI, constituíram-se no período pós-2003 – governos Lula e Dilma - como importantes alavancas de crescimento do setor privado-mercantil, ainda que tenham, também, tido um papel importante de democratização do acesso à educação superior.[17] Contudo, a partir do golpe jurídico-parlamentar que levou ao *impeachment* da Presidenta Dilma Roussef,[18] percebe-se queda importante na dotação orçamentária de todos os programas sociais, dentre eles, PROUNI e FIES.

---

[15] Apenas para citar um exemplo dessa dinâmica, no dia 17 de abril de 2010, durante o Fórum das Entidades Representativas das Instituições de Ensino Particular, formula-se a Carta de Florianópolis, que propunha a ampliação do acesso ao FIES por meio da participação das IES privadas na criação do fundo garantidor de financiamentos concedidos. Após cinco meses, o MEC publica a Medida Provisória nº 501, de 8 de setembro de 2010 (BRASIL, 2010), ampliando o acesso ao FIES, retirando a exigência de fiador pelo estudante para realização do contrato, o que aumentou significativamente o número de contratos.

[16] Em 2012, o governo Dilma ampliou o FIES para o nível médio vinculado à formação técnica, tecnológica e profissional, por meio da Portaria nº 270, de 29 de março de 2012 (BRASIL, 2012). Além disso, também expandiu o programa para a formação inicial ou continuada na modalidade FIES-Empresa, sendo garantidas pelo Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC) (QUEIROZ, 2015).

[17] "[...] houve, também no período, a expansão de vagas/matrículas no setor público, por meio de programas como o Universidade Aberta do Brasil (UAB), o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído por meio do decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2007), e o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) (BRASIL, 2010). Destaca–se que o número de matrículas das IFES quase dobrou no período de vigência do REUNI" (2007–2012) (OLIVEIRA; PEREIRA; FERREIRA, 2020, p. 269).

[18] Em relação à presidenta Dilma Rousseff, a dissimulação inicia a partir das chamadas jornada de junho de 2013, com todo um aparato midiático e ideológico contra seu Governo. Entre os meses de maio e julho de 2013, a popularidade da presidenta tem queda de 64% para 32% de aprovação. Há um conjunto de interesses do grande empresariado, que busca encobrir o seu papel no processo, sendo vocalizado pela impressa nacionalmente. O governo Dilma é taxado de corrupto, mesmo sem prova. Inverte-se a lógica e o réu deve provar sua inocência (SANTOS, 2021). Acrescenta-se, a condução da Operação Lava Jato e as condenações pelo então Juiz Sérgio Moro, que foram consideradas ilegais pelo Supremo Tribunal Federal (STF), anulando tais condenações no dia 15 de abril de 2021. Cabe destacar que a prisão do ex-presidente Lula,

É possível analisar, a partir do gráfico 1, o crescimento significativo da dotação orçamentária para o FIES, entre os anos 2010 a 2014, e após o ano de 2015 a dotação orçamentária do FIES começa a cair lentamente. Tanto a Emenda Constitucional n° 95/2016 (BRASIL, 2016) como a Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017 (Brasil, 2017), conhecida como o Novo FIES, impõem restrições ao Programa, seja de forma direta ou indireta no que se refere aos recursos do fundo público, repercutindo até para as grandes IES privadas com fins lucrativos, que buscam outras estratégias como a intensificação do EaD e da educação básica (Leher, 2019).[19]

Gráfico 1 – Dotação Orçamentária para o FIES (2000 – 2021)

Fonte: SIOP/ Orçamento Público Federal (2021 *apud* SEKI, 2022).[20]

O FIES, pois, se configurou como um mecanismo estratégico de drenagem de recursos do fundo público para os conglomerados empresariais de capital aberto na Bolsa de Valores. Cada vez mais tais recursos foram centralizados e concentrados em grandes grupos controlados por fundos de investimentos, acelerando o processo de aquisição e fusão de IES menores, tendo em vista o volume de capital dessas corporações (Seki, 2020).

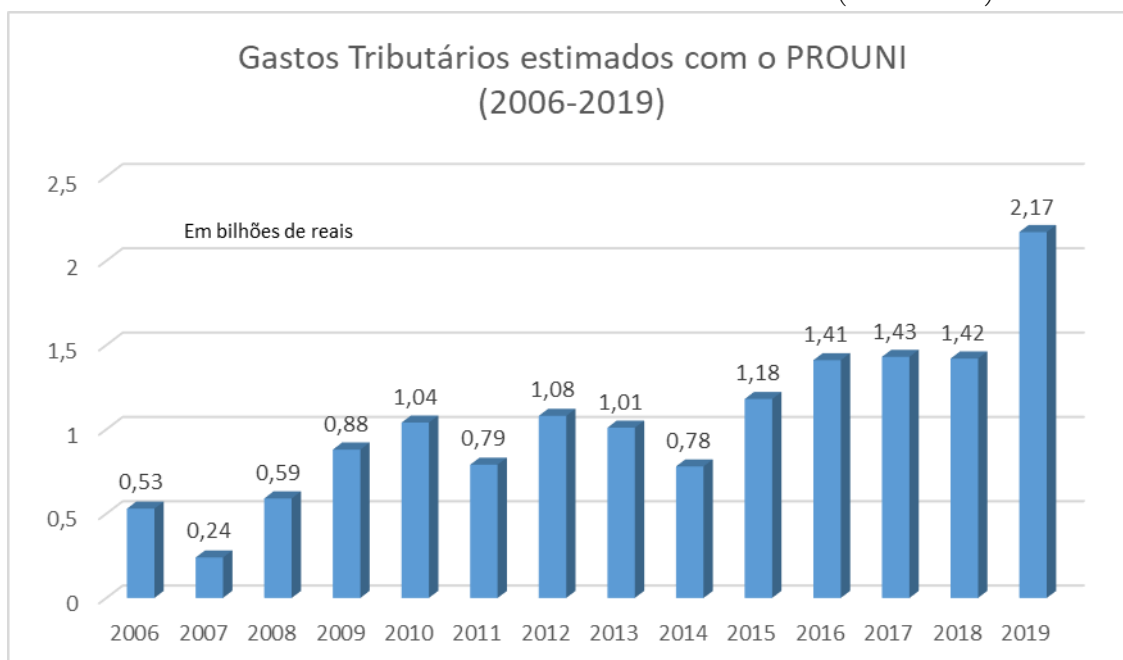
---

inclusive, contribuiu para a vitória, em 2018, do atual Presidente da República Jair Messias Bolsonaro (FERNANDES, 2022).

[19] "Com a expectativa de queda desses repasses nos próximos anos, a Kroton estima que em 2020 terá apenas 5% de sua base total de estudantes com Fies (chegou a ter perto de 40% de seus estudantes com Fies em 2014)" (LEHER, 2019, p. 173).

[20] Dados retirado da exposição do professor Allan Seki no canal do Youtube da PROEC UNIFEST no dia 23 de março de 2022, em palestra cujo tema era: "Neoliberalismo e a financeirização do ensino". Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1tgKXhkW2xk>.

O gráfico 2 apresenta um forte crescimento do PROUNI no ano de 2019. Nesse sentido, sugere-se que o aumento do PROUNI está articulado com a intensificação do uso da modalidade à distância pelas IES privadas com fins lucrativos, haja vista as restrições[21] do FIES a partir de 2017. Além disso, apenas o PROUNI é aceito tanto na modalidade EaD como na presencial, diferenciando-se do FIES, que só é aceito nessa última.

Gráfico 2 – Gastos Tributários estimados com o PROUNI (2006 – 2019)

Fonte: Dados da Receita Federal (2006; 2007; 2008; 2009; 2010; 2011; 2012; 2013; 2014; 2015; 2016; 2017; 2018; 2019 *apud* Seki, 2020).

O ProUni e o FIES se destacaram como políticas educacionais estratégicas para expandir[22] a educação superior via setor privado mercantil, aprofundando a concentração/centralização do capital no setor.[23]

---

[21] A Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017, que institui novas regras para o Fies, elimina o prazo de carência do financiamento que antes era de dezoito meses para começar a pagar as prestações devidas pelo estudante. Tal prazo é compreendido entre o período que o estudante está na graduação e o período de amortização referente ao início do pagamento das prestações. Além disso, com a Lei, há exigência de fiador para estudantes com renda mensal bruta superior à um salário mínimo por família. O novo Fundo Garantidor do Fies (FG-Fies) cobre os estudantes com renda inferior ao valor citado, não demandando fiador nesses casos. Como tentativa de reduzir a inadimplência, o Novo FIES sinaliza que o valor das prestações do financiamento seja calculado de forma proporcional ao salário bruto do estudante, possibilitando a retenção direta na fonte pagadora como salienta a Lei 13.530/2017, no Art. 1º - A, inciso VII - desconto em folha: ato de responsabilidade do empregador, efetivado por meio da retenção de percentual da remuneração bruta do empregado ou do servidor, devidamente consignado em folha de pagamento, destinado à amortização de financiamento do Fies (BRASIL, 2017).

[22] Por outro lado, mesmo com certo crescimento, as universidades públicas continuaram em um plano secundário (LEHER, 2019).

[23] Vale destacar também o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (PROIES), que foi instituído pela Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012 (Brasil, 2012), e alterada pela Lei nº 12.989, de 6 de junho de 2014 (BRASIL, 2014). O PROIES prevê benefícios fiscais e concessões de moratórias de dívidas tributárias federais para as mantenedoras que se encontram em grave situação econômico-financeira, abatendo em até 40% das multas (BRASIL, 2012). Como salienta Seki (2020), além da moratória das dívidas e da redução das multas em 40% das mantenedoras, acrescenta-se que 90% da dívida com o Estado pode ser revertida em bolsas PROIES. Nesse

De maneira geral, a expansão da educação superior via setor privado, com ênfase no setor privado-mercantil, é uma política de Estado e não de governo, tendo em vista que, desde o primeiro ciclo expansivo, na ditadura empresarial-militar,[24] todos os governos priorizaram as IES privadas com significativos repasses de recursos do fundo público, ainda que, nos governos lula, tenha havido um direcionamento importante de recursos para o setor público.[25]

A tabela a seguir ilustra tal assertiva, demonstrando o crescimento de matrículas no setor privado, ao longo dos diferentes governos, chamando a atenção para os últimos anos com o aumento das matrículas na modalidade EaD.

Tabela 1 - Matrículas na Educação Superior por natureza jurídica e modalidade de ensino

	Presencial		**EaD**	
Ano	Público	Privado	Público	Privado
1995	700.540	1.059.163	0	0
2002	1.051.655	2.428.258	33.745	6.969
2003	1.136.370	2.750.652	49.911	9.651
2010	1.461.696	3.987.424	181.602	748.577
2011	1.595.391	4.151.371	177.924	815.003
2016	1.867.477	4.686.806	122.601	1.371.817
2017	1.879.784	4.649.897	165.572	1.591.410
2018	1.804.554	4.489.690	172.927	1.883.584
2019	1.922.489	4.231.071	157.657	2.292.607
2021	1.906.440	3.363.744	172.466	3.544.470

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do MEC (1995; 2002; 2003; 2010; 2011; 2016; 2017; 2018; 2019; 2021).

sentido, pode-se concluir que o Estado incorpora as dívidas das mantenedoras, promovendo vantagens financeiras para essas entidades. A intervenção do Estado com o PROIES resulta em maior concentração e centralização da educação superior brasileira, pois os conglomerados que exploram a educação superior no país compram as IES de pequeno e médio porte, agora, sem dívidas por meio do programa.

[24] "Contrapondo-se à tradição brasileira, já secular, a Lei 5.540/68, conhecida como a Lei da Reforma Universitária, determinou que a universidade fosse a forma de organização por excelência do ensino superior, restando à instituição isolada o status de excepcional e transitória. No entanto, as afinidades políticas eletivas entre os governos militares e os dirigentes de instituições privadas do ensino superior fizeram com que o Conselho Federal de Educação assumisse uma feição crescentemente privatista" (CUNHA, 2000, p. 180).

[25] O REUNI foi criado por meio do Decreto n° 6.096, de 24 de abril de 2007. A finalidade do Programa é ampliar o acesso à educação superior pública, utilizando-se da infraestrutura física e de pessoal existentes nas universidades federais (BRASIL, 2007). De acordo com Martins (2019), as universidades federais ao longo de sua história foram acessadas, majoritariamente, pela elite e as camadas médias. O REUNI, não sem problemas e contradições, busca expandir a estrutura e o número de estudantes nas universidades federais, ampliando o acesso às frações da classe trabalhadora que historicamente não acessavam esse tipo de formação.

A partir da análise dos dados apresentados na tabela 1,[26] compreende-se que durante o governo FHC (1995-2002), houve um crescimento de 130% do número de matrículas no setor privado e 55% no setor público.

Tal crescimento advém de um contexto de internalização neoliberal no país, no qual o governo FHC constrói um arcabouço jurídico-legal que possibilita a mercantilização da educação superior, destacando-se o art. 209 da Constituição Federal de 1988 e o art. 7° da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) pela Lei N. 9.394/96, ambos demarcam o ensino enquanto livre à iniciativa privada. Além disso, o art. 80 da LDBN incentiva a modalidade EaD em todos os níveis de ensino e educação continuada. Em seguida, um fato inédito na educação superior brasileira, os Decretos 2.207 e 3.206 de 1997 regulamentam as IES privadas com fins lucrativos, ou seja, legaliza o lucro como finalidade principal dessas instituições educacionais no país (Sguissardi, 2015).

À época, o EaD no Brasil ainda era incipiente na educação superior, mas já aparecia no Plano Nacional de Educação (PNE) em 2001.[27] No início do governo Lula (2003-2010), tal modalidade era ofertada principalmente pelas IES públicas. O governo objetivava oferecer, por meio do ensino a distância, o acesso à educação superior pública para as localidades que careciam de tal ensino de qualidade.[28]

Ainda sobre o mesmo governo, a partir dos dados da tabela, compreende-se que o setor privado cresceu 131% em números de matrículas enquanto o setor público cresceu 39% como um todo. Em relação ao EaD, há um crescimento de 264% das matrículas no setor público e o setor privado tem, de fato, um *boom* no governo Lula, de 7.656% do crescimento das matrículas nas IES.

Como já sinalizado, a expansão da educação superior nos governos Lula advém, principalmente, das políticas educacionais FIES e PROUNI para setor privado e por meio do REUNI para o setor público, sendo o PROUNI e REUNI mais utilizados que o FIES nesse período.

Durante o governo Dilma, de acordo com a tabela 1, o EaD no setor privado apresenta crescimento de 68%, mostrando-se em contínua ascensão. Em contrapartida, a modalidade no setor público tem expressiva queda de 31% no que se refere às matrículas.

---

[26] As análises serão realizadas com os dados dos anos que iniciam e que terminam cada governo entre 1995 e 2021, exceto o governo Bolsonaro.

[27] De acordo com o PNE (2001), faz-se necessário maior autonomia das IES não-universitárias e do EaD como formas de diversificação do acesso à educação superior (BRASIL, 2001).

[28] Esse contexto está relacionado à criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB), por meio do Decreto n° 5.800/2006, cujo intuito era possibilitar o ensino de qualidade para as regiões que não dispõem de tal formação, proporcionando um sistema nacional de educação superior a distância (BRASIL, 2006).

Já na modalidade presencial, as IES públicas demonstram maior crescimento que as IES privadas no que tange às matrículas, respectivamente, 17% e 13%.

Como vimos, a principal política educacional nos governos Dilma (2010-2016) foi o FIES, principalmente, com a sua reformulação denominada de "novo FIES",[29] que ocorreu em 2010 e que facilitou o acesso ao programa de financiamento estudantil. Segundo o documento do Ministério da Educação intitulado de "Prestação de Contas Ordinárias - Anual Relatório de Gestão do Exercício de 2013 (Brasil, 2014, p.10):

> Em 2011, cerca de 153 mil novos estudantes foram beneficiados, representando um crescimento de 102% em contratações quando comparado a 2010. No ano seguinte, o crescimento chegou a 140% com relação a 2011 e, em 2013, o Fundo propiciou acesso a mais de 557 mil estudantes em cursos de graduação em instituições de educação superior pertencentes a 1.174 entidades mantenedoras (Brasil, 2014).

Conforme salienta Leher (2019), a expansão via Fies é obstaculizada com a crise política e econômica de 2014, impactando na educação superior como um todo. Tem-se um contexto de acirramento das disputas privadas pelo fundo público. O resultado foi o golpe jurídico-parlamentar de 2016 da presidente Dilma Rousseff e da aprovação da E. C. nº 95/2016 pelo governo Temer (2017-2018), que congela as despesas primárias por 20 anos.

Ainda sobre a Tabela 1, o governo Temer apresenta um crescimento de 18% das matrículas nas IES privadas com fins lucrativos e um aumento de 4% nas IES públicas no EaD. Em relação às matrículas no presencial, há queda de 3% no setor privado e de 4% no setor público. Tal queda se explica, principalmente, pela redução dos recursos do FIES e das facilidades e incentivos para a expansão do EaD.[30]

O governo Temer incentiva o EaD por meio de decretos, portarias[31] que possibilitam a ampliação de tal modalidade,[32] especialmente, pelo setor privado. A Emenda

---

[29] O "Novo FIES", segundo Santos (2018), afrouxa as exigências objetivando a ampliação de contratos, nesse sentido, a taxa de juros em relação ao financiamento cai para 3,4% ao ano, o processo seletivo pode ser feito a qualquer momento pela internet, por meio do Sistema Informatizado do FIES (SISFIES). A exigência do fiador é substituída pelo Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educacional, repassando a responsabilidade para a União.

[30] É no governo Temer que é sancionado o Decreto n° 9.057/2017, que revoga o Decreto n° 5.622/2005, atualizando a regulamentação do Art. 80 da Lei 9.394/1996, no qual possibilita a ampliação tanto de cursos de graduação como de pós-graduação a distância. Tal medida permite a criação de polos de EaD pelas próprias IES, inclusive, com credenciamento de IES exclusivas de EaD. Desse modo, elimina-se a obrigatoriedade de credenciamento prévio de cursos presenciais pelas Instituições. Segundo o MEC (2017), o objetivo é atingir a Meta 12 do PNE, que é elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida em 33% da população de 18 e 24 anos (BRASIL, 2017).

[31] A Portaria n° 1.428/2018 torna legal a ampliação em até 40% da carga horária dos cursos de graduação presencial em EaD (BRASIL, 2018), ou seja, reconfigura-se o formato da modalidade presencial em um ensino híbrido, no qual quase metade do curso é ofertado virtualmente. "O mercado reagiu bem à novidade. Na semana de publicação da portaria, as ações das quatro empresas educacionais listadas na bolsa – Ânima, Cogna (ex-Kroton), Ser Educacional e Yduqs (ex-Estácio) fecharam em alta. O fenômeno deve-se à expectativa dos investidores de que a ampliação da carga horária EAD resulte em redução de custos nas IES, tanto com professores quanto com espaço físico" (BISOL, 2019, s/p).

Constitucional nº 95/2016, tem um papel central no desfinanciamento da educação superior, pois corta os recursos para educação como um todo, afetando inclusive o setor privado (Seki, 2020).

> É importante salientar que os cortes orçamentários estão inscritos na Emenda Constitucional n. 95/2016, aprovada no governo Temer, após o impeachment extralegal de Dilma Rousseff. É à medida que reduz, ano a ano, o equivalente a 0,8% do PIB dos gastos públicos com as políticas sociais e os investimentos públicos (Leher, 2019, p. 33).

No governo Temer, as universidades públicas são afetadas com consideráveis cortes de recursos públicos, aprofundando-se com a vitória do candidato de extrema direita, Jair Messias Bolsonaro, em 2019.

O período do governo Bolsonaro (2019-2022), de acordo com os dados da tabela 1, apresenta uma taxa de crescimento das matrículas nas IES privadas em EaD de 55% e de 9% em IES públicas. Já a modalidade presencial tem queda de 1% no setor público e de 20% no setor privado.

Tais dados refletem a defesa do ex-presidente Bolsonaro pelo EaD, inclusive, para o Ensino Fundamental. A justificativa seria de baratear a oferta da educação pública e de combater, o que ele chama de "marxismo cultural" nas escolas e universidades públicas (Santos, 2019).

Nesse período tem-se a pandemia de COVID-19 pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), iniciada em março de 2020, e a irresponsável conduta do governo Bolsonaro que eleva à barbárie o receituário neoliberal no país. Não menos irresponsável é a conduta do governo com as universidades públicas, que sofrem constantes ofensivas em favor da privatização e da expansão do EaD como, por exemplo: o Future-se[33] e o Programa de Apoio de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Digital (REUNI Digital).

Até o período analisado, o cenário apresentado é de tendência de ampliação das matrículas no EaD no setor privado mercantil, inclusive, adentrando na modalidade presencial por meio do formato híbrido, cujo objetivo é baratear os custos e maximizar os lucros das IES privadas com fins lucrativos. Essas últimas são controladas por fundos de investimentos nacionais e internacionais que visam exclusivamente a valorização do capital a qualquer custo.

Os efeitos do processo de concentração e centralização do capital na educação superior brasileira atingem de maneira perversa tanto os docentes como os discentes, além

---

[32] O Conselho Nacional de Educação (CNE), por meio da Resolução nº 1, de 28 de maio de 2021, aprova para o Ensino Médio a possibilidade da carga horária ser a distância em 20%, podendo no turno da noite chegar a 30% (BRASIL, 2021).
[33] Sobre o Future-se ler: "Future-se ataque à autonomia das instituições federais de educação superior e sua sujeição ao mercado" (GIOLO, LEHER e SGUISSARDI, 2020).

de prejuízos para grande parte da sociedade, que sofre as consequências da educação superior brasileira como plataforma de valorização do grande capital financeiro mundial.

Em síntese, trata-se de um punhado de conglomerados que exploram a educação, a saúde, a previdência ou qualquer outro setor que proporcione vantagens para a valorização do capital. Os grandes fundos de investimentos tendem a responder unicamente aos interesses dos seus clientes, que visam o maior retorno financeiro possível independentemente do setor que se invista.

Com isso, a mercantilização da educação superior vem acompanhada, portanto, conforme discutimos nesse item, da concentração/centralização de capitais, bem como, do processo de financeirização do setor. Tal processo amplifica o uso do EaD, como estratégia central de tais empresas para redução de custos e ampliação da lucratividade, o que afeta diversos cursos, dentre eles, o de Serviço Social, o que será problematizado a seguir.

Financeirização da educação superior brasileira, fortalecimento do setor privado-mercantil e seus impactos para a formação em Serviço Social: algumas considerações a título de problematização[34]

O Serviço Social brasileiro, cuja existência data da década de 1930, passou por diversas mudanças, expressão de como o Estado passou a responder à "questão social", o que, por sua vez, alterou o direcionamento dado pelo mesmo às políticas públicas sociais e econômicas, dentre elas, a política educacional.

Desse modo, das décadas de 1930 a 1960, o Estado manteve – em um processo de reaproximação com a Igreja Católica – a formação de nível superior nas mãos das instituições confessionais, sendo as Escolas de Serviço Social criadas majoritariamente por meio da ação confessional.

A ditadura empresarial-militar, em um processo sangrento de perseguição política e silenciamento de qualquer forma de oposição, afastou-se da Igreja e desenvolveu uma política de fortalecimento do empresariado na área de educação superior, com o estímulo ao crescimento de vagas/matrículas em instituições privadas. No período, assistimos a um processo de renovação profissional – já tratado e largamente difundido a partir da obra de

[34] O presente item traz alguns dados e reflexões desenvolvidos em duas pesquisas coordenadas pela docente Larissa Dahmer Pereira, com participação da egressa Andreza Telles dos Santos Ferreira: "Ensino superior e cursos de Serviço Social no Brasil: monitoramento e análise do processo de expansão, perfil profissional e propostas curriculares" (FAPERJ – APQ1 2019) e "Ensino superior brasileiro e expansão dos cursos públicos de Serviço Social: análise do processo formativo" (Bolsa de produtividade em pesquisa CNPQ).

Netto (1996) – que possibilitou o ingresso de muitas Escolas de Serviço Social, até então isoladas, em instituições universitárias, públicas e privadas. Por sua vez, diversos cursos foram criados no setor privado, em instituições não universitárias.

Nos anos 1990, governos civis de corte neoliberal implementaram o que diversos autores já analisaram como uma contrarreforma do Estado brasileiro. No campo da educação superior, aprofundou-se a presença do setor empresarial e, por sua vez, a fragilização do setor público. Cabe destacar aqui, além da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (Brasil, 1996) e do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (Brasil, 1995) - instrumentos jurídico-legais fulcrais para a expansão do setor privado-mercantil brasileiro no campo da educação superior –, o Decreto nº 2.306, de 17 de agosto de 1997, que possibilitou, efetivamente, a transformação da educação em serviço comercializável.[35]

Nesse período, a educação superior brasileira passou por uma verdadeira expansão do setor, com um processo crescente de empresariamento e a hegemonia do setor privado-mercantil. Na formação em Serviço Social, processou-se o mesmo, por meio da criação de muitos cursos de Serviço Social em instituições privadas, agora de caráter estritamente mercantil.[36]

Os anos 2000, com a chegada do Partido dos Trabalhadores ao governo federal e, em um arco contraditório de alianças, significaram, no campo da educação superior, um salto no que diz respeito ao acesso à educação superior: contudo, tal acesso deu-se, de forma majoritária, via setor privado-mercantil, ainda que tais governos tenham investido, também, no setor público. Para a profissão de Serviço Social, tivemos, de um lado, a ampliação do mercado de trabalho e de novos espaços ocupacionais, e, por outro lado, no plano da formação, da ampliação vertiginosa de cursos, vagas e matrículas em cursos presenciais privados e, a partir de 2006, especialmente em cursos ofertados à distância e inseridos em instituições que passaram, conforme discutido nos itens anteriores, a operar no circuito do capital financeiro.

[35] Conforme análise de Sguissardi (2019, p. 49-50): "A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9.394/96, em seu artigo 20, reconhece, embora ainda a contrário senso, a existência de instituições privadas particulares ou com fins lucrativos. Mas é o Decreto nº 2.306, de 17 de agosto de 1997, que, em seu artigo 7º, estabelece a definição legal do que se pode nomear 'negócio' da educação superior, quando estabelece: 'As instituições privadas de ensino, classificadas como particulares em sentido estrito, com finalidade lucrativa, ainda que de natureza civil, quando mantidas e administradas por pessoa física, ficam submetidas ao regime da legislação mercantil, quanto aos encargos fiscais, parafiscais e trabalhistas, como se comerciais fossem, equiparados seus mantenedores e administradores ao comerciante em nome individual' (Brasil, 1997, p. 1). Passados nem dois anos da edição deste Decreto, em 1999, já 48% das mais de mil IES do país tinham conseguido o aval do Cade e se transformado em IES particulares com fins de lucro".

[36] A análise da política educacional de nível superior e sua relação com a criação de cursos de Serviço Social, de 1930 a 2002, pode ser encontrada em obra de Pereira (2022).

A tabela 2, ao apresentar a taxa de crescimento de matrículas em cursos de Serviço Social – presenciais privados, presenciais públicos e EaD – por períodos de governos federais, demonstra que os cursos presenciais inseridos em instituições privadas obtiveram crescimento expressivo (de 80%) nos governos FHC e Lula (161%) e, a partir de 2011 (já no governo Dilma) apresentam um ritmo não somente decrescente de matrículas, mas negativo: - 7,2% (governo Dilma); - 20,5% (governo Temer); -45,4% (governo Bolsonaro).

Já os cursos públicos obtiveram taxa de crescimento, no período 1995-2002, de 15,5%, crescimento que dobrou no período dos governos Lula (taxa de crescimento de 35,7%), o que se relaciona com as políticas de expansão da educação superior à época. Por sua vez, as matrículas em cursos EaD cresceram cerca de 20% no período do governo Dilma (2011-2016); decresceram cerca de 7% no período Temer e, no governo Bolsonaro houve um aumento de matrículas em cursos EaD, da ordem de 20% (cf. tabela 2).

O gráfico 3 ilustra de forma muito clara o crescimento de matrículas em cursos EaD e, por sua vez, o decréscimo de matrículas em cursos privados presenciais.

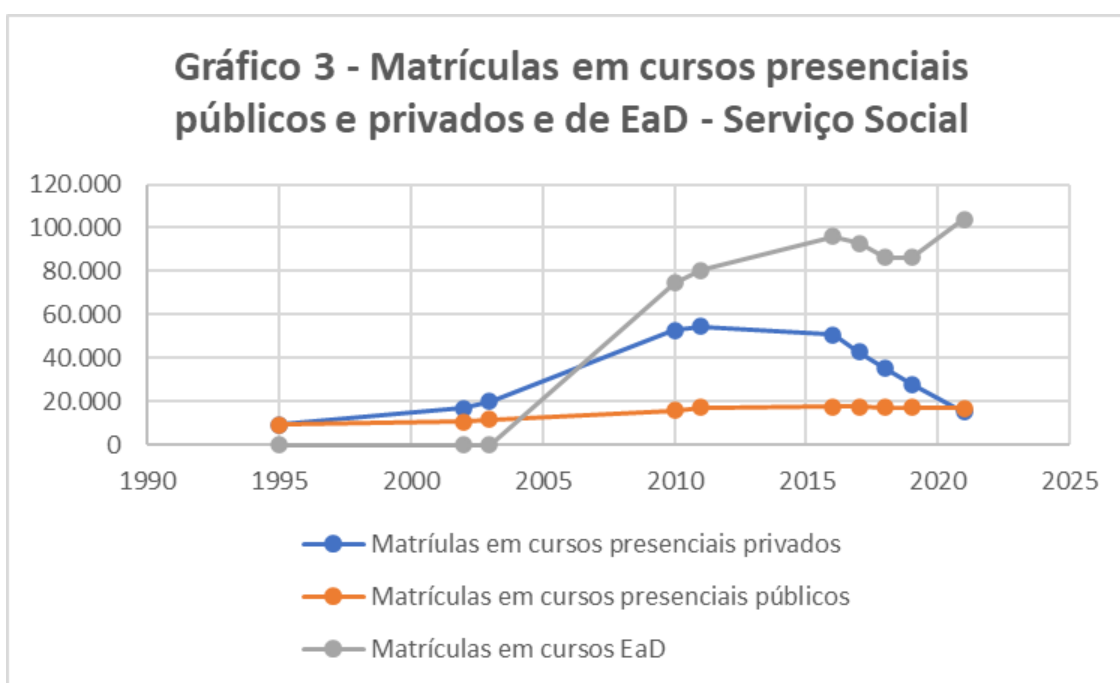
Tabela 2 - Taxa de crescimento de matrículas em cursos de Serviço Social: privados presenciais, públicos presenciais e de EaD por governos (FHC, Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro)

Ano	Matrículas em cursos presenciais privados	Taxa de crescimento %	Matrículas em cursos presenciais públicos	Taxa de crescimento %	Matrículas em cursos EaD	Taxa de crescimento %
1995	9.567	80	9.460	15,5	0	-
2002	17.190		10.925		0	
2003	20.256	161	11.701	35,7	0	-
2010	52.848		15.876		74.474	
2011	54.710	-7,2	17.309	3,3	80.650	19,1
2016	50.753		17.883		96.055	
2017	43.020	-20,5	17.747	-2,7	92.775	-6,8
2018	35.271		17.271		86.447	
2019	28.024	-45,4	17.454	-3,2	86.391	20,3
2021	15.297		16.890		103.907	

Fonte: Elaboração da autora. Sinopses Estatísticas da Educação Superior 1995, 2002, 2003, 2010, 2011, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2021. (INEP/MEC, 1995, 2002, 2003, 2010, 2011, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2021).

Tabela 3 - Matrículas em cursos de Serviço Social: privados presenciais, públicos presenciais e de EaD por governos (FHC, Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro)

Ano	Matrículas em cursos presenciais privados	Matrículas em cursos presenciais públicos	Matrículas em cursos EaD
1995	9.567	9.460	0
2002	17.190	10.925	0
2003	20.256	11.701	0
2010	52.848	15.876	74.474
2011	54.710	17.309	80.650
2016	50.753	17.883	96.055
2017	43.020	17.747	92.775
2018	35.271	17.271	86.447
2019	28.024	17.454	86.391
2021	15.297	16.890	103.907

Fonte: Elaboração da autora. Sinopses Estatísticas da Educação Superior 1995, 2002, 2003, 2010, 2011, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2021. (INEP/MEC, 1995, 2002, 2003, 2010, 2011, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2021).

Fonte: Elaboração da autora. Sinopses Estatísticas da Educação Superior 1995, 2002, 2003, 2010, 2011, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2021. (INEP/MEC, 1995, 2002, 2003, 2010, 2011, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2021).

A mercantilização da educação superior brasileira, que se desenvolveu de forma robusta nos anos 1990 e 2000, associada à financeirização do setor – já abordados nos dois primeiros itens do presente capítulo - trouxe uma série de limites ao projeto de formação em Serviço Social defendido pela ABEPSS. De um perfil de profissional, defendido pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), com uma

"formação intelectual e cultural generalista crítica [...]" e "[...] comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social", passamos a uma proposta de formação profissional, cujo perfil de bacharel não faz qualquer menção à formação intelectual, cultural e generalista crítica, ao Código de Ética profissional e aos espaços socioocupacionais.[37]

Além do perfil profissional, esvaziado em seu conteúdo crítico de forma substancial nas Diretrizes aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação, o perfil dos cursos e instituições que os abrigam não permite condições concretas e qualificadas para trabalho docente e uma formação discente com base em princípios formativos caros, apontados pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, como, dentre outros, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e o "[...] rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social" (ABEPSS, 1999, p.2-3).

Tais perfil e princípios formativos devem ser, em uma concepção mercantilizada de educação, suprimidos, visto que, como a finalidade é o lucro e não a formação, uma das primeiras ações tomadas por tais empresas é a "otimização" de custos: o que, no cotidiano de tais empresas, traduz-se, dentre outras, em demissões – especialmente dos docentes com maior tempo de casa, experiência em pesquisa, titulação -; admissão de pessoal com menor titulação/experiência; adoção de pacotes de material didático e de plataformas de EaD; pasteurização da formação, destituindo-a de qualquer viés crítico; cumprimento débil de exigências relacionadas a estágio e à supervisão de estágio, com repercussões significativas no processo formativo; ausência do tripé ensino, pesquisa e extensão; utilização crescente da robotização no processo formativo em substituição à complexa e artesanal relação entre docente e discente.[38]

Tal rebaixamento da qualidade do processo formativo – que, diga-se de passagem, não é uma exclusividade do Curso de Serviço Social - relaciona-se, também, com a

---

[37] O perfil do bacharel em Serviço Social aprovado pelo Conselho Nacional de Educação é o que as Instituições de Ensino Superior devem formalmente seguir em seus projetos pedagógicos: "Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas de intervenção para seu enfrentamento, com capacidade de promover o exercício pleno da cidadania e a inserção criativa e propositiva dos usuários do Serviço Social no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho" (CNE, 2002, s/p). Note que, em comparação com o perfil de bacharel proposto pela ABEPSS, tornam-se ausentes elementos fundamentais: os espaços socioocupacionais (políticas sociais públicas, empresariais, organizações da sociedade civil e movimentos sociais), a formação intelectual e cultural generalista crítica e o comprometimento com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social.

[38] Destaca-se que a mercantilização da educação é elevada à décima potência no momento em que tais empresas concentram/centralizam capital e entram no circuito financeiro, conforme discutido no segundo item do presente capítulo. Investidores buscam lucratividade em suas ações: para tanto, não são observadas as finalidades educativas/formativas, mas tão somente a rentabilidade das ações, o que exige a "otimização" de custos (leia-se, corte de docentes e pasteurização de todo o material "educativo") e o aumento da lucratividade.

desvalorização no mercado de trabalho das profissões vinculadas às áreas de Humanas e Ciências Sociais Aplicadas. Um país de capitalismo dependente deve constituir-se, para o interesse dos países de capitalismo central e das burguesias locais, como mercado para valorização de capitais. Logo, uma população educada e que tenha condições de produzir Ciência e Tecnologia de forma autônoma não é de interesse da ordem e da dominação vigentes. Trata-se, pois, de um lado, de manter as áreas de Ciências Exatas dependentes dos centros que produzem C&T nos países centrais e, nas Ciências Humanas/Sociais Aplicadas, deve-se abrir um mercado gigantesco para o capital que explora a educação superior como mercadoria e mais um ativo na Bolsa de Valores.

Nesse contexto, a formação nas áreas de Humanas/Sociais Aplicadas deve limitar-se a certificar pessoas sem formação crítica e sólida, mas que, ao contrário, aceitem a ordem vigente e a reproduzam.[39] Tratam-se, pois, de dois movimentos estreita e organicamente vinculados: no campo da Economia, com a abertura e expansão de mercados para capitais que procuram, avidamente, por valorização; e, no campo da Política, busca-se manter uma sociabilidade afável à ordem constituída e constituinte, que cerca toda e qualquer forma de crítica à realidade mundial de crescente desigualdade e produção de barbárie.

Embora exista um movimento de naturalização quanto ao rebaixamento da formação, especialmente de profissionais das áreas de Humanas e Ciências Sociais Aplicadas, entendemos ser urgente e necessário questionar tal naturalização, demonstrando a relação entre uma formação qualificada, sólida, crítica, pautada em atividades de ensino, pesquisa e extensão, orientada de forma presencial e qualificada e que contribua para a constituição de uma sociedade pautada em princípios como justiça social, cidadania e direitos humanos, com condições de trabalho docente e institucionais que permitam tal formação. Isto é, na acepção aqui apresentada, não é possível conciliar educação como mercadoria e educação qualificada, voltada para a formação de profissionais que contribuam com maior democratização social.

No campo da pesquisa e produção de conhecimento, faz-se necessário desmistificar o fetiche de que estamos formando profissionais "empreendedores", polivalentes e qualificados para um mercado de trabalho em constante mudança, e denunciar que o que ocorre é uma verdadeira desqualificação, com a certificação de pessoas sem instrumentais analíticos que as possibilitem desvendar tais mistificações e contribuir com ações que fortaleçam dimensões que afirmem preceitos básicos constitucionais de direitos sociais e humanos.

---

[39] Essa subordinação não começa na educação superior, mas vem desde a educação básica, sendo a aprovação do Novo Ensino Médio um dos exemplos mais estarrecedores de tal esvaziamento crítico na formação humana.

Essa nova realidade da formação em Serviço Social precisa, a nosso ver, ser apreendida tendo em vista o processo de financeirização – mais amplo - das políticas sociais e, ainda, de contrarreforma do Estado brasileiro. Compreender tais processos, profundamente articulados com o movimento mais geral do capital na busca de espaços de valorização, é fundamental para captar como tal movimento incide no campo da produção de conhecimento e da formação de profissionais que irão trabalhar com políticas públicas e seus usuários, evitando análises endógenas à profissão, mas, ao mesmo tempo, buscando apreender as particularidades de tal processo na formação em Serviço Social.

Referências

BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. **Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007**. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6306.htm. Acesso em: 23 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Presidência da República**. Portaria normativa nº 2, de 31 de março de 2008.** Disponível em: https://www.fnde.gov.br/index.php/acesso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3647-portaria-normativa-n%C2%BA-2-de-1-de-fevereiro-de-2012. Acesso em: 23 jan. 2023.

BRASIL. Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2010, com o objetivo de fomentar as exportações do País; altera as Leis nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, e nº 10.260, de 12 de julho de 2001; modifica condições para a concessão da subvenção em operações de financiamento de que trata o art. 1º da Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, que autoriza a concessão de subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, em operações de financiamento destinadas à aquisição e produção de bens de capital e à inovação tecnológica; e dá outras providências. **Medida Provisória nº 501, de 8 de setembro de 2010.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Mpv/501.htm. Acesso em: 23 jan. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12087.htm. Acesso em: 23 jul. 2023.

BRASIL. **Portaria n° 270, de 29 de março de 2012.** Dispõe sobre o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), regulamenta a adesão das mantenedoras de entidades privadas de educação profissional e tecnológica e dá outras providências. Disponível em: https://www3.semesp.org.br/portal/pdfs/juridico2012/Portarias/por_270(29_03).pdf. Acesso em: 23 jan. 2023.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm. Acesso em: 23 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017.** Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, a Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, a Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001, a Medida Provisória nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001, a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei nº 9.766, de 18 de dezembro de 1998, a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, a Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012, e a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13530.htm. Acesso em: 23 jan. 2023.

BRASIL. **Presidência da República. Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12688.htm. Acesso em: 23 jan. 2023.

BRASIL. **Presidência da República. Lei nº 12.989, de 6 de junho de 2014**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12989.htm. Acesso em: 23 jan. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abr. 2007b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 23 jan. 2023.

BRASIL. **Portaria nº 1.428, de 28 de dezembro de 2018.** Dispõe sobre a oferta, por Instituições de Educação Superior – IES, de disciplinas na modalidade a distância em cursos de 336 graduação presencial. 2018h. Disponível em: http://bit.ly/2sRRHyU. Acesso em: 23 jan. 2023.

BRETTAS, T. **Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

BRETTAS, T. Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 17, n. 34, jul./dez. 2017.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil:** ensaio de interpretação sociológica. Curitiba: Kotter Editorial; São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

LEHER, R. **Autoritarismo Contra a Universidade:** O desafio de popularizar a defesa da educação pública. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

LIMA, K. Desafio Educacional Brasileiro e Ofensiva Ultraconservadora do Capital. ANDES/SN. Associação Nacional dos Docentes da Educação Superior/ANDES/Sindicato Nacional. **Revista Educação Superior na América Latina.** Disponível em: https://www.andes.org.br/img/midias/75bf0b10543f15346505a341061d6cc7_157185928.pdf. Acesso em: 23 jan. 2023.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio.** Tradução de Carlos Eduardo Silveira Mato, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção Os economistas).

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social:** uma análise do serviço social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1996.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**/ José Paulo Netto – 8. ed. – São Paulo, Cortez, 2011.

OLIVEIRA, F. de. **Os direitos do antivalor:** a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Vozes, 1998.

PORTAL ESTÁCIO. **Serviço Social.** Disponível em: https://portal.estacio.br/unidades/universidade-est%C3%A1cio-de-s%C3%A1/cursos/gradua%C3%A7%C3%A3o/ead/servi%C3%A7o-social-ead/. Acesso em: 23 jan. 2023.

QUEIROZ, V. **Fundo de Financiamento Estudantil (FIES):** uma nova versão do CREDUC. Universidade e Sociedade (Brasília), v. 55, p. 44-57, 2015.

SACRAMENTO, A. R.S. et al. 2021. **Cortes no Orçamento das Universidades Federais:** quais os possíveis impactos? Disponível em: https://politica.estadao.com.br/blogs/gestao-politica-e-sociedade/cortes-no-orcamento-das-universidades-federais-quais-os-possiveis-impactos/. Acesso em: 23 jan. 2023.

SEKI, A. K. **Determinações do capital financeiro no Ensino Superior:** fundo público, regulamentações e formação de oligopólios no Brasil (1990-2018). 2020. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

SILVA JR., J. dos R.; SGUISSARDI, V. **Novas faces da educação superior no Brasil:** reforma do Estado e mudança na produção. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

SILVA, G. S. da. Transferências de renda e monetarização das políticas sociais: estratégia de captura do fundo público pelo capital portador de juros. In: SALVADOR, E. *et al.* (org.). **Financeirização, fundo público e política social.** São Paulo: Cortez, 2010.

SINDIFISCO. **A Defasagem na Correção da Tabela do Imposto de Renda Pessoa Física.** Brasília: Sindifisco, 2019.

TAVARES, P. H. de S. **Financeirização no ensino superior**: a educação como fronteira de valorização e acumulação de capital – o caso da Kroton Educacional. 2019. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 2019.

CAPÍTULO 3

ESTADO E A VIOLÊNCIA COMO UMA POTÊNCIA ECONÔMICA DO CAPITAL: elementos históricos para a compreensão da atual escalada da extrema-direita no Brasil

Douglas Ribeiro Barboza
Priscila Silva Leite Cruz
Ana Carolina Sampaio Ferreira
Rayanne Tropiano dos Santos

Introdução

Mészáros (2002, p. 96-97) ressalta insistentemente a necessidade de se compreender que o capital não é apenas uma "entidade material", nem muito menos um "mecanismo" racionalmente controlável (como querem nos fazer acreditar os apologistas do supostamente neutro "mecanismo de mercado"), mas sim, em última análise, "*uma forma incontrolável de controle sóciometabólico*", mais dinâmico do que todo o conjunto dos anteriores modos de controle. É o primeiro na história que se constitui como "totalizador irrecusável e irresistível", não importando quão repressiva tenha de ser a imposição dessa sua função, em qualquer momento e em qualquer lugar em que encontre resistência; cujo preço a ser pago, paradoxalmente, é "a *perda de controle* sobre todos os processos de tomada de decisão."

> A razão principal por que este sistema forçosamente escapa a um significativo grau de controle humano é precisamente o fato de ter, ele próprio, surgido no curso da história como uma poderosa – na verdade, até o presente, de longe a *mais* poderosa – estrutura "*totalizadora*" de controle à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua "viabilidade produtiva", ou parecer, caso não consiga se adaptar. Não se pode imaginar um sistema de controle mais inexoravelmente absorvente – e, neste importante sentido, "totalitário" – do que o sistema do capital globalmente dominante, que sujeita cegamente aos mesmos imperativos a questão da saúde e a do comércio, a educação e a agricultura, a arte e a indústria manufatureira, que implacavelmente sobrepõe a tudo seus próprios critérios de viabilidade, desde as menores unidades de seu "microcosmo" até as mais gigantescas empresas transnacionais, desde as mais íntimas relações pessoais aos mais complexos processos de tomada de decisão dos vastos monopólios industriais, sempre a favor dos fortes contra os fracos. No entanto, é irônico (e bastante absurdo) que os propagandistas de tal sistema acreditem que ele seja inerentemente *democrático* e suponham que ele realmente seja a base paradigmática de qualquer democracia concebível (Mészáros, 2002, p. 96).

Este modo estabelecido de reprodução sóciometabólica (cujas determinações estruturais fundamentais impedem que funcione de outra maneira) passa a ameaçar diretamente a sobrevivência da humanidade, haja vista as atuais tendências destrutivas de desenvolvimento que impõem o seu poder não apenas no domínio militar, como também na produção econômica e na relação da humanidade com a natureza (Mészáros, 2007).

Nas páginas de *O Capital,* Marx (1996a) permitiu-nos a compreensão de como o capitalismo — pensado como a relação social entre o trabalho e o capital — atua expandindo poderosamente e revolucionando constantemente a capacidade de produção. No *Manifesto Comunista*, afirma-se que, ao mesmo tempo em que o capitalismo é gerador de imensas possibilidades, eliminando o isolamento entre as regiões, socializando a produção intelectual e criando colossais forças produtivas, por outro lado sua "missão civilizadora" foi realizada por meios bárbaros, além de reduzir todas as relações sociais a relações mercantis, sob as quais todas as formas tradicionais de permanência e coesão social são volatizadas e o "frio interesse" passa a ser generalizado. Assim como "todas as classes que, no passado, conquistaram o poder, trataram de consolidar a situação adquirida submetendo a sociedade às suas condições de apropriação", a burguesia subverteu continuamente a produção e abalou constantemente todo o sistema social, generalizando e efetuando um despotismo "tanto mais mesquinho, odioso, exasperante, quanto mais abertamente proclama ter no lucro o seu objetivo exclusivo" (Marx; Engels, 1961, p. 27-30).

Em outras palavras, a burguesia não somente é produto de uma série de revoluções como também, para garantia de sua existência, opera e desencadeia, com sua dinâmica, um incessante processo revolucionário alçando todas as dimensões das relações sociais: revoluciona as condições de produção e trabalho, elevando a centralização dos meios de produção e da propriedade em geral em poucas mãos; revoluciona o Estado, transformando-o em "comitê executivo" para gerar os seus negócios comuns, conformando assim, como poder, a síntese de um processo de transformações em que a "centralização econômica" tem como conseqüência necessária a "centralização política"; revoluciona a cultura, despedaçando sem piedade todos os complexos e variados laços das antigas relações rígidas e enferrujadas, restando aos seres humanos apenas as duras exigências dos vínculos criados pelo interesse nu e cru do pagamento impessoal e insensível "em dinheiro" (Marx; Engels, 1961, p. 23-25).

É, pois, apoiado na exploração do trabalho alheio e na extração da mais-valia, que a classe capitalista buscará se aprimorar, desenvolver-se para expandir e progredir na acumulação. Portanto, reprodução capitalista não deve se limitar somente na reprodução

do trabalhador - embora este fato tenha sua importância na sociedade burguesa - mas, sobretudo, na preocupação capitalista em manter intactas as vias de circulação e meios de produção. À luz de Marx, afirma Harvey (2005, p. 43):

> A teoria de Marx do crescimento sob o capitalismo situa a acumulação de capital no centro das coisas. A acumulação é o motor cuja potência aumenta no modo de produção capitalista. O sistema capitalista é, portanto, muito dinâmico e inevitavelmente expansível; esse sistema cria uma força permanentemente revolucionária, que, incessante e constantemente, reforma o mundo em que vivemos.

Para o desenvolvimento do capitalismo e para a consolidação do poder burguês, era indispensável a derrota das instituições sócio-políticas feudal-absolutistas, pela via da democratização da vida social e dos novos organismos estatais. A rígida hierarquia de direitos e obrigações de estrutura feudal e a igualdade teológica do catolicismo confrontavam-se com a necessidade de uma inteira autonomia pessoal dos indivíduos (a possibilidade de se disporem de si mesmos, sem tutelas pessoais) e de sua igualdade perante a lei (sustentáculo de direitos, também legais, de participação e representação social e política), necessidades estas que viabilizavam as relações mercantis – dentre elas, a venda da força-de-trabalho - como relações sociais universais. A tarefa colocada às forças do progresso "[...] era a consolidação de uma ordem burguesa com uma superestrutura política de natureza liberal, na qual o poder fosse limitado pelos direitos individuais considerados direitos naturais" (Coutinho, 2006, p. 14).

A realização histórico-prática desse processo resultou de combates vitoriosos contra os poderes da hierarquia feudal, nos quais a burguesia desempenhou um papel eminentemente revolucionário, encabeçando o movimento e generalizando as idéias de *liberdade* e *igualdade* entre a "arraia miúda" (os artesãos, trabalhadores das cidades e dos campos) para a efetivação de um projeto que implicava a destruição das relações sociais pré-capitalistas (traduzida na demolição da estrutura feudal) e o fomento do desenvolvimento de condições de vida e trabalho adequadas ao movimento do capital.

Todavia, Gramsci (2002a, p. 139) já nos alertara que, ao se configurar lentamente a partir dos processos históricos de mudança iniciados no século XVI, o Estado moderno nunca se limitou a exercer simplesmente o papel de vigia que lhe foi atribuído no início da ideologia liberal. Conforme destaca Acanda (2006, p.168), os primeiros Estados burgueses surgidos no século XVII (Inglaterra e Holanda) tiveram, na verdade, a tarefa de exercer seu poder para defender, mediante vários modelos de medidas protecionistas (inclusive a guerra), os interesses de suas respectivas burguesias nacionais. Neste quadro, longe de ter

no Estado um adversário ou mesmo um simples acompanhante indiferente, a sociedade civil originária - conformada pelas formas de associativismo burguês - foi reforçada em seu desenvolvimento pelo próprio Estado; ou seja, "[...] a construção da sociedade civil burguesa esteve, no mínimo, fortemente apoiada pelo poder político (quando não induzida por esse)", e o "Estado guarda-noturno" nunca existiu na realidade da história moderna, a não ser como uma construção da utopia liberal (Acanda, 2006, p. 168).

Resgatando o mérito, no âmbito da teoria política, da afirmação marx-engelsiana do caráter de classe de todo fenômeno estatal, podemos perceber como Marx, num movimento de desfetichização, desvelou a aparente autonomia e "superioridade" do Estado concebido por Hegel, afirmando que esta autonomia e superioridade mantinham suas raízes e explicações nas contradições imanentes da sociedade como um todo. Marx toma como ponto de partida o postulado de Hegel de que, por um lado, o Estado consistiria na esfera da universalização, enquanto, por outro lado, o mundo da "sociedade civil" (a esfera das relações econômicas) seria o reino dos indivíduos atomizados e particularistas. Contudo, em contraposição ao mesmo, Marx revela o caráter puramente *formal* dessa universalidade do Estado em contraste com a esfera econômica da pura particularidade, pois ela deriva do fato de que o homem da sociedade moderna está dividido (*bourgeois e citoyen*) em sua própria vida real (Marx, 2000, 2005).

Se o homem que vive no mundo real da "sociedade civil" (o *bourgeios*) conhece apenas interesses privados e particularistas, então esta divisão impõe uma *alienação* da esfera político-estatal em relação ao homem real e concreto, impedindo assim que o Estado efetivamente represente uma vontade geral, o que demonstra que a noção hegeliana de Estado é somente uma *aparência* a camuflar a dominação de uma casta burocrática que, assim como todas as outras "corporações" da sociedade civil, apenas está interessada em defender os seus próprios interesses particulares.

Assim, ao afirmarem que todas as sociedade anteriores se basearam no antagonismo entre classes opressoras e classes oprimidas, e que a originalidade do capitalismo consiste no fato de que "[...] a época da burguesia caracteriza-se por ter simplificado os antagonismos de classes" (Marx; Engels, 1961, p. 21-22), os fundadores do socialismo científico reconheciam no Estado uma instituição em disputa pelas classes em conflito que visam fazer valer seus interesses, e que, devido ao antagonismo desta sociedade, longe de representar a sociedade de um modo geral - promovendo o bem comum e o respeito ao interesse geral - o Estado surge como instrumento de dominação da classe mais forte; isto

é, o Estado não se coloca acima da luta de classes, mas sim, mantêm-se inteiramente imbricado nela.

A identificação de Estado e governo das teorias liberais remete, de fato, a uma concepção de Estado como estrutura puramente jurídico-coercitiva, de função de "*gendarme*", "policial", que "se limita à tutela da ordem pública e ao respeito das leis" (Gramsci, 2002a, p. 85), e que ainda não superou a mera fase corporativa, não se desenvolveu em sintonia com a maturação das forças sociopolíticas emergentes na história. Dessa forma, essa incapacidade de se renovar e de aderir à realidade histórica concreta - disfarçada por uma postura de neutralidade difundida como o máximo da liberdade - abre terreno para a fragmentação social e o vazio político. Ao invés de se configurar como um sinal de liberdade, a separação entre sociedade política e sociedade civil acaba se transformando em deslocamento da base histórica do Estado, sob o qual emerge a condição propícia para formas extremas de sociedade política, isto é, para a formação de ideologias totalitárias prontas a intervir nos momentos de crise e de desorientação geral (Semeraro, 1999).

A utilização estratégica e política da coerção estatal no modo de produção capitalista e a sua característica substancial no caráter dependente estrutural dos países latino-americanos

Recuperando os escritos de Marx, Castelo (2021, p. 96-98) reforça que as inovações burguesas cruciais à gênese da ordem capitalista foram resultantes da violência do Estado, bem como esta foi imprescindível para a formação da força de trabalho, desde a preparação ao gerenciamento dessa mercadoria nuclear que permite a reprodução do modo de produção capitalista. A atuação violenta do Estado de classes é um processo que sofreu mutações no decorrer dos períodos históricos: a utilização estratégica e política da coerção estatal está presente desde a gênese desse modo de produção, assim como opera também na fase imperialista do capitalismo - ainda que seja preciso levar em consideração as contradições que marcam cada período histórico e as correlações de forças em disputa entre as classes sociais. Também sob esse viés, Iasi (2017) corrobora que o Estado e o uso da força se constituíram como elementos primordiais no processo denominado como acumulação primitiva, assim como considera que:

> Já no desenvolvimento do período concorrencial, prevalece o afastamento do Estado para suas funções restritas de garantia da propriedade e das condições jurídicas da disputa entre os agentes

> econômicos privados; situação revertida pelas condições monopólicas descritas, que passam a evocar a presença estatal na gestão das condições gerais que garantam a acumulação ampliada de capitais, incluindo as condições políticas diante das demandas e lutas dos trabalhadores; e, por fim, o ciclo chamado 'neoliberal', no qual o Estado teria novamente se retirado com todos os conhecidos efeitos sobre a gestão e desenvolvimento das políticas públicas e sociais (Iasi, 2017, p. 223).

Na era dos monopólios as contradições próprias do modo de produção capitalista são colocadas em um patamar mais elevado causando transformações substanciais na dinâmica das relações sociais burguesas. Segundo Netto (2011, p. 19-20), na mesma medida em que "[...] potencia as contradições fundamentais do capitalismo já explicitadas no estágio concorrencial e as combina com novas contradições e antagonismos, deflagra complexos processos que jogam no sentido de contrarrestar a ponderação dos vetores negativos que denota". Deste modo, o capitalismo ao ingressar no estágio imperialista, consagra a sua maturidade histórica, atingindo, assim, uma gama de possibilidades de seu desenvolvimento que tornam mais complexos e vastos os sistemas que asseguram sua dinâmica.

A transmutação sofrida pelo aparelho estatal no marco imperialista está relacionada a intervenção, tanto no sentido estrutural quanto funcional. Para a preservação das condições externas de acúmulo de capital progressivo, o Estado passa a intervir continua e sistematicamente na organização e na dinâmica econômica. Ou seja, há uma combinação entre as funções políticas e econômicas do Estado, o que permite maior diversidade nas suas atribuições. Logo, pode-se destacar que, além de atuar como um gestor dos ciclos de crise; de dar sustentação e legitimação social e política para garantir o consenso das classes sociais via direitos civis e sociais:

> [...] o Estado - como instância da política econômica do monopólio - é obrigado não só a assegurar continuamente a reprodução e a manutenção da força de trabalho, ocupada e excedente, mas é compelido (e o faz mediante os sistemas de previdência e segurança social, principalmente) a regular a sua pertinência a níveis determinados de consumo e a sua disponibilidade para a ocupação sazonal, bem como a instrumentalizar mecanismos gerais que garantam a sua mobilização e alocação em função das necessidade e projetos do monopólio (Netto, 2011, p. 27).

Ao argumentar que a violência, conformada como potência econômica, configura-se como "[...] a parteira de toda a velha sociedade que está prenhe de uma nova", Marx (1996b, p. 370) nos demonstra que não foi apenas o acúmulo de capital mercantil que, ao

longo de décadas, propiciou a concentração da propriedade da terra nas mãos de poucos e o aparecimento de uma classe que teria condições de se tornar compradora da força de trabalho. A acumulação primitiva – conjunto dos processos não capitalistas que prepararam e aceleraram o advento do modo de produção capitalista — assinalou-se como uma época de violenta subversão da ordem existente, sob a qual o processo bárbaro de "cercamentos" das terras comunais dos camponeses[1] foi acompanhado, dentre outras ações, pela distribuição das terras confiscadas pela Igreja Católica entre aristocratas aburguesados e novos burgueses rurais; pela transferência de riquezas concentradas pelo Estado às mãos de um punhado de privilegiados (o que fez aumentar a dívida pública); e pelo protecionismo que a nascente burguesia industrial usufruiu em sua desenfreada atuação no mercado nacional - o que lhe garantiu amplas possibilidades para arruinar e expropriar os artesãos, então obrigados ao trabalho assalariado.

Do colonialismo da época mercantilista, com o comércio ultramarino, ao tráfico de escravos africanos, todos os métodos que fundamentaram a acumulação primitiva "[...] utilizaram o poder do Estado, a violência concentrada e organizada da sociedade", para ativar artificialmente e abreviar a transição rumo ao modo de produção capitalista (Marx, 1996b, p. 370). Além da recorrência (alternada ou simultânea) ao negócio, ao engano e à violência bruta, a expansão ampliada daquele capital se conformou, também, através de métodos que nada ficaram a dever à barbárie perpetrada contra os camponeses:

> A descoberta das terras do ouro e da prata, nas Américas, o extermínio, a escravização e o enfurnamento da população nativa nas minas; o começo da conquista e pilhagem das Índias Orientais; a transformação da África em um cercado para a caça comercial às peles negras marca a aurora da era da produção capitalista (Marx, 1996b, p. 370).

Há um ponto que aqui vale a pena ser levantado a partir das reflexões de Harvey (2005): a preocupação com o ajuste espacial na sociedade capitalista e a questão do tempo como garantia de acumulação. Quanto mais o capital tem capacidade de progredir e crescer tecnologicamente (através de meios de comunicação e transportes) mais ele produz e mais rápido o capital retorna para ele acrescido de valor. A esfera da circulação, portanto, tem que se comportar de maneira fluida e fácil para o escoamento de suas mercadorias, como a conquista de novos mercados - exemplo maior não há do que as grandes navegações, que

[1] Seja com a expulsão destes últimos através da violência brutal de proprietários fundiários para a transformação das terras em pastagens de ovelhas, seja pelo castigo imposto através de legislações "sanguinárias" aos camponeses que resistissem a tal processo. Movimento este cujo resultado foi o deslocamento, para as cidades, de uma enorme massa de homens que, livre da servidão e desprovida de tudo à exceção da sua força de trabalho, poderia, então, migrar para vários lugares oferecendo-se para trabalhar num ávido mercado que lhe "aguardava" (de onde sairia a classe operária).

possibilitaram, à época, aos países europeus acumularem e expropriarem de maneira significativa para a expansão de sua acumulação.

O processo de produção só tem seu "fim" quando o valor da mercadoria se realiza e quando esse valor retorna para o processo produtivo. Aponta Harvey (2005, p. 50):

> Os mercados mais distantes atam o capital, em processo de circulação, por períodos de tempo mais longos e, assim, têm o efeito de reduzir a realização da mais-valia para determinado capital. Justamente por isso, qualquer redução no tempo de circulação aumenta a produção do excedente e intensifica o processo de acumulação. O aumento da "velocidade de circulação do capital" contribui para o processo de acumulação. Nessas condições, "até a distância espacial se contrai em relação ao tempo: o importante não é a distância do mercado no espaço, mas a velocidade.

Neste viés, entende-se que tempo e espaço se reafirmam como categorias importantes no modo de produção capitalista. A supressão do tempo pelo espaço (através do desenvolvimento sempre crescente da tecnologia) torna-se vital à reprodução sempre ampliada do capital. A reprodução do capital, a peculiaridade do trabalho e sua exploração se expandem para outros lugares, tomando um caráter cosmopolita, mas que a finalidade é a mesma: a acumulação de riquezas. Como bem aponta Abreu (2016), fazendo referência a Harvey:

> O desenvolvimento capitalista, considerando-se o processo de reprodução ampliada do capital [...] ocorre sobre uma base estrutural fundada na exploração da força de trabalho, na apropriação privada da riqueza socialmente gerada pelo trabalho, no processo exponencial de valorização do valor no desenvolvimento contínuo (e predatório) das forças produtivas, na expropriação sempre renovada da terra e outros meios de vida dos trabalhadores, através da propriedade privada da terra e da natureza, na expropriação de direitos garantidores da reprodução social e sustentados em políticas e recursos públicos, na dominação predatória da natureza, e em diferentes formas de opressão e dominação de gênero e raça (Abreu, 2016, p. 50)

A criação do mercado interno necessário ao capitalismo, a partir da expropriação e exploração da força de trabalho, se expandirá nos demais países onde o capitalismo adentrar. Conforme esclarecem Marx e Engels (1961), a classe burguesa não sobrevive sem revolucionar constantemente os seus meios de produção e é este desenvolvimento constante das forças produtivas que possibilita à classe capitalista avançar internacionalmente e criar relações exteriores ao seu país. Estão no centro do modo de produção capitalista: alienação do trabalho, apropriação de seus frutos e a necessidade de derrubadas de fronteiras para que a circulação possa ocorrer sem empecilhos.

> O uso de novas formas de energia e da maquinaria não só correspondeu à exigência de uma demanda concentrada, mas exigiu por sua vez, para se tornar rentável, em comparação com as técnicas manufatureiras até então praticadas, uma demanda muito ampla e, portanto, concentrada. Sem uma produção em grande escala, o investimento em capital fixo não pode ser amortizado (Singer, 1981, p. 25).

Tal desenvolvimento propicia a criação de um mercado externo. Desta forma, o capitalismo se expande economicamente com todas as suas contradições. Isto é, a forma de sociabilidade capitalista não fica presa em um país ou continente somente, este se expande para outros países tomando formas particulares onde adentra; contudo a base que o mantém continua a ser a da exploração do trabalho. Neste sentido, a exploração capitalista tomará contornos particulares de acordo com cada realidade, fazendo com que as consequências deste processo de expansão também sejam peculiares a cada nacionalidade.

O trabalho é dividido não apenas socialmente, como também espacial, racial e sexualmente, fato que refletirá, portanto, na dinâmica da reprodução social. Dentro da dinâmica capitalista, cada país ocupará uma função determinada que será aprimorada e reforçada a partir da interação com outros países, com o melhoramento dos meios de circulação e tecnologias (que possibilitam o capital a circular mais rapidamente), o que terá como ponto de partida uma característica nacional.

Fato este que provoca, de certo modo, o desenvolvimento desigual a nível nacional. Porém, não apenas de forma ampla – na relação entre os países – e sim mudanças significativas no interior desses países, refletindo-se no uso da terra, nas relações sociais, na economia, na política e na cultura. Nesse sentido, a inserção das nações na divisão internacional do trabalho sobre a base do mercado mundial, resultou em uma participação de forma singular e em distinto grau na expressão e expansão do capitalismo, em cada uma delas, e atribuiu um papel desigual nas diferentes etapas do seu desenvolvimento (Novack, 2008).

> Um país atrasado assimila as conquistas materiais e ideológicas dos países adiantados. Não significa isto, porém, que siga servilmente estes países, reproduzindo todas as etapas de seu passado [...]. O caráter provincial e transitório de todo *processus* admite, efetivamente, certas repetições das fases culturais em meio ambiente sempre novos. O capitalismo, no entanto, marca um progresso sobre tais condições. Preparou e, em certo sentido, realizou a universalidade e a permanência do desenvolvimento da humanidade. Fica, assim, excluída a possibilidade de uma repetição das formas de desenvolvimento em diversas nações. Na contingência de ser rebocado pelos países adiantados, um país atrasado não se conforma com a ordem de sucessão: o privilégio de uma situação historicamente atrasada – e este privilégio existe – autoriza um povo ou, mais

> exatamente, o força a assimilar todo o realizado antes do prazo previsto, passando por cima de uma série de etapas intermediárias [...] (Trotsky, 1977, p. 24).

Ao compreender que a história das sociedades onde o capitalismo adentrou não se realiza de forma linear ou etapista; que a mesma contém nuances e determinações que fogem a sua interioridade e que há outros processos que interferem no desenvolvimento de determinada localidade, Trotsky afirma que:

> A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do *processus* histórico, evidencia-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de lei do *desenvolvimento combinado*, que significa a aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgamas das formas arcaicas com as mais modernas (Trotsky, 1977, p. 25, grifo do autor).

Para compreendermos o que ocorre no cotidiano da reprodução social como reflexo do capitalismo e sua necessidade de acumulação, é preciso considerar que as desigualdades engendradas pelo capitalismo permeiam os mais diversos espaços, e a sua combinação com as mais variadas formas de vida vem mostrar a necessidade de se complementar a modernidade capitalista com o que há de "atrasado". À luz de Marx, Harvey (2005, p. 56) apontará que as limitações e características naturais dos países são consideradas quando se trata de comércio exterior, onde a "produção e circulação capitalistas tendem a transformar essas possibilidades [diferenças naturais geográficas] num sistema geográfico integrado de produção e troca, que atende ao propósito da acumulação capitalista". O desenvolvimento geográfico do capital - a valorização de umas partes em detrimento da desvalorização de outras - é resultado do desenvolvimento desigual do próprio capital (Harvey, 2011), o que não significa que, em épocas anteriores ao capitalismo, não houvesse desigualdades e diferenças sociais. O que ocorre no capitalismo é que, mesmo ultrapassando o cenário de escassez ou frágil desenvolvimento da tecnologia e se tornando o sistema que mais produz riquezas, é o que menos distribui. Assim sendo, a combinação de fatores ditos modernos com formas antigas de relação entre os homens tende a favorecer na busca de seu objetivo. A desvalorização de determinadas regiões faz com que cada uma cumpra um papel que lhe é devido na divisão do trabalho dentro do capitalismo – seja ela internacional ou nacional local.

A acumulação primitiva em escala mundial - compreendida como um processo que, além de implicar a acumulação sem precedentes em um dos pólos do sistema, supõe necessariamente a expropriação de riquezas sem precedentes no outro extremo[2] - é o movimento fundamental da história com o qual está relacionada a colonização da América Latina. Seguindo as análises efetuadas por Marx (1996b) de que o excedente econômico produzido nas áreas coloniais (onde era extorquido ao produtor direto por vias escravistas e servis) não chegava a transformar-se realmente em capital no interior delas (pois fluía ao exterior para lá converter-se em capital), percebe-se um cenário onde apenas uma parcela relativamente modesta do enorme excedente gerado nas colônias latino-americanas (consubstanciados pelas altas taxas de exploração) permanecia com as mesmas, para continuidade dos empreendimentos, das transações e das estruturas de administração e controle. A maior parte era transferida para as metrópoles, tanto por intermédio das administrações metropolitanas nas colônias, como através das empresas e do comércio privado, caracterizando uma correspondência entre o período da acumulação primitiva na Europa e o período de expropriação de riquezas na América Latina. Em outros termos, a América Latina, "forjada" ao calor da expansão comercial promovida pelo nascente capitalismo ao longo do século XVI, "se desenvolve em estreita consonância com a dinâmica do capitalismo internacional" (Marini, 2000, p.107-108).

> Colônia produtora de metais preciosos e de gêneros exóticos, num primeiro momento contribuiu para o aumento do fluxo de mercadorias e para a expansão dos meios de pagamento que, ao mesmo tempo que permitiam o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e abriram o caminho para a criação da grande indústria (Marini, 2000, p.108).

É nesse conjunto de contradições que o caráter dependente estrutural é fomentado nos países latino-americanos atendendo às exigências dos países centrais (Ianni, 1974). Cueva (1983, p. 81) avalia que o processo de transição para o capitalismo na América Latina acontece de maneira subordinada às formas produtivas antecedentes e estabelece sua legalidade nas formas sociais correspondentes, todavia, sobredeterminada pelas condições histórico-concretas que a desenvolve. Marini (2013, p. 47) aponta que "[...] a história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial". Sob o mesmo viés teórico, Bambirra (2013) destaca que a relação intrínseca entre o desenvolvimento do capitalismo na América Latina e no mundo é responsável pela conformação de características particulares que resultaram em tipos

[2] Enrique Semo (1973) concebe o período colonial como um período de "desacumulação primitiva".

específicos de capitalismo dependente, preservando as leis gerais desse modo de produção. Para tanto, precisamos considerar que o período que antecede o desenvolvimento do capitalismo nos nossos trópicos é marcado pela colonização. Está caracterizada em âmbito mundial pela acumulação primitiva, que, por sua vez, refere-se a um processo que implica, concomitantemente, a acumulação inédita e em larga escala de um polo e pressupõe na mesma medida a desacumulação no polo inverso do sistema (Cueva, 1983).

Assim sendo, considera-se que o desenvolvimento do capitalismo está intimamente relacionado com o desenvolvimento de desigualdades que marcam todas as ramificações da vida social. Nessa linha, no estágio imperialista, a análise do desenvolvimento desigual inclui considerarmos todos os elos que conformam o modo de produção capitalista, haja vista que "[...] a força de uns depende diretamente da fraqueza dos outros, e vice-versa" (Poulantzas, 1972, p. 21). Logo, no contexto do seu desenvolvimento na América Latina, as leis gerais que regem esse modo de produção são elevadas a um patamar extremado. Estamos ante à materialização brutal da lei geral de acumulação capitalista: num polo, uma concentração de riqueza exacerbada e, no outro, o pauperismo absolto para as grandes massas da sociedade (Marini, 2013). Nas palavras de Cueva (1983, p. 97), "[...] o desenvolvimento desigual adquire aqui o caráter de uma verdadeira 'deformação', ao mesmo tempo em que a exploração e a conseguinte pauperização das massas assumem o aspecto de uma 'superexploração'".

Nessa linha, a formação do Estado e a estrutura das classes na América Latina são consequências da forma como acontece a inserção dos países de capitalismo dependente ao mercado mundial, ou seja, como se dá a vinculação entre os países de capitalismo dependente e o circuito econômico das metrópoles. Isto porque a burguesia latino-americana possui um papel singular no que tange à constituição estatal, o desenvolvimento e a organização do mercado interno.

Segundo Marini (1985), a sociedade civil, em boa parte da América Latina, sempre precisou do Estado para se conformar e existir, tendo em vista as relações econômicas e políticas de caráter esvaziado que se conformaram tanto no período colonial quanto no imperial. Nos nossos trópicos, o aparelho estatal se conformou de uma forma a propiciar a dominação de classe e proteger as relações da burguesia nacional com as burguesias externas, haja vista a precoce vinculação econômica ao mercado mundial. Deste modo, o autor avalia que a nossa vocação estatista, além de sobrepor o Estado à sociedade civil, "[...] o converteu no instrumento por excelência para moldá-la e transformá-la – em benefício,

naturalmente, das frações burguesas mais dinâmicas e, por isso mesmo, com maior capacidade de pressão sobre o aparelho estatal" (Marini, 1985, p. 21).

Logo, o teor classista do Estado, no contexto latino-americano, foi produto tanto de um processo singular de cada sociedade, quanto nas contradições da economia mundial (Silva, 2019). Nesses espaços, as nações são constituídas em um momento posterior aos processos de independência, o que permite ao Estado um poder de organização das relações sociais e políticas de modo a precedê-las. Isto é, a nação foi definida a partir dos interesses daqueles que dominavam o aparelho estatal. Desta maneira, Silva (2019, p. 82) considera que "[...] o Estado foi instrumento decisivo na destruição das formas comunais e consolidação da forma valor na América Latina".

Conforme nos aponta Castelo (2021), o caráter violento do Estado marca o modo de produção capitalista, independente do seu estágio. No âmbito da América Latina, essa torna-se uma característica substancial do aparelho estatal, uma vez que, com vistas à garantia da superexploração da força de trabalho e da expansão capitalista, a repressão torna-se uma maneira efetiva de garanti-las. Assim sendo, temos um Estado que se distancia dos interesses do povo e, em contrapartida, que se empenha cotidianamente para garantir a sociabilidade da mercadoria (Silva, 2019).

A partir do estágio imperialista do capitalismo, as transformações no aparelho estatal no contexto latino-americano foram drásticas. Os Estados e o capital-industrial latino-americano se associam ao capital estrangeiro de forma subordinada, permitindo que a fase de industrialização acontecesse por meio de equipamentos obsoletos para abrir o setor secundário ao capital estrangeiro (Osório, 2012). Tais transformações no âmbito da reprodução industrial, cujo o domínio do capital estrangeiro se solidifica, resultam em respectivas mudanças no Estado. Sob esse mesmo viés, Florestan Fernandes (2019) aponta que a submissão dos países latino-americanos ao imperialismo deu-se por meio da dinamização interna do avanço do capitalismo sob dependência permanente; bem como a industrialização maciça através da associação entre a burguesia local e o Estado burguês com as multinacionais e nações capitalistas hegemônicas, com sua superpotência. Na avaliação do autor, esses são um dos elementos que fomentam a revolução burguesa em atraso e, consequentemente, uma ditadura de classe aberta e um Estado autocrático-burguês[3] (Fernandes, 2019).

De acordo com Agustín Cueva (2020, n/p), a partir da década de 1970, o domínio dos setores essenciais da indústria latino-americana pelo capital imperialista é incontestável,

[3] Conforme colocado por Fernandes (2019, p. 83), o Estado autocrático-burguês refere-se à forma assumida pelo Estado no âmbito da América Latina como instrumento para garantir a dominação externa e o despotismo burguês reacionário.

assim como o controle que esse capital instituiu no âmbito financeiro. Em torno dessa nova conformação do estágio monopolista, marcado pelos grandes comércios e pelos complexos agroindustriais, formou-se uma camada burguesa monopolista nativa e, com ela, o elemento interno decisivo para a constituição de um bloco monopolista estrangeiro-local. Este, somado às cúpulas burocráticas militares e civis relacionadas política e economicamente a ele, formou o eixo de uma dominação eventualmente fascista, isto é, capaz de se fascistizar quando as conjunturas históricas demandam. As ponderações de Cueva (2020) denotam essa transformação estatal, visto que, independente da forma política assumida pelo Estado - ditadura militar (independentemente de ter um viés fascista ou não) ou democracia formal - na América Latina o aparelho estatal precisou se adequar para garantir a vitória da contrarrevolução (Silva, 2019).

Ao analisar esse período histórico marcado pelas ditaduras militares no Cone Sul da América Latina, Fernandes (2019) evidencia que, nesse contexto, o Estado assume o caráter autocrático burguês. Isso significa que esse teor do Estado se origina ante a um momento de contrarrevolução política, tendo como finalidade a "modernização", a incorporação e a industrialização maciça. Nessa linha, apenas as Forças Armadas poderiam atuar como elemento de transição do obsoleto Estado representativo latino-americano e, para tanto, era necessária uma militarização e tecnocratização das estruturas e funções dessa conformação de Estado. A partir de então, o Estado passa por uma série de inovações a fim de se adaptar às suas funções contrarrevolucionárias e coercitivas, o que resultara em estabilidade política, fortalecimento da ordem, privilegiamento das classes burguesas e aumento da acumulação de capital (via o aumento da taxa de exploração de mais-valia e a defesa da propriedade privada, iniciativa privada e capitalismo privado) (Fernandes, 2019).

Ademais, é importante mencionar que, ao olhar o caráter autocrático que marca o Estado nos países latino-americanos, Ianni (1974) pondera que os governos dos nossos trópicos são instáveis, ainda que nos períodos ditatoriais.

> Os governantes dos países da América Latina rejeitam o "jogo democrático" sempre que os instrumentos de mando e decisão sobre diretrizes econômicas e políticas (internas e externas) começam a ser disputados pelas classes assalariadas. Sempre que se configura a possibilidade de uma reformulação real (ainda que reduzida) das estruturas de poder, devido à participação das massas assalariadas no processo político, então ocorre o golpe de estado (Ianni, 1974, p. 128).

O caráter autocrático do Estado como uma característica inerente à formação social brasileira: o combustível para os processos de fascistização

Para Fernandes (1981, p.41), uma característica típica do capitalismo dependente[4] brasileiro se expressa no fato de que este se desenvolveu "graças à modernização do arcaico". Neste sentido, "[...] as impossibilidades históricas formam uma cadeia, uma espécie de círculo vicioso, que tende a repetir-se em quadros estruturais subsequentes. Como não há ruptura definitiva com o passado, a cada passo este se reapresenta na cena histórica e cobra o seu preço" (Fernandes, 1987, p. 202).

> [...] sempre equacionando seus dilemas pela via da conciliação pelo alto, excludente em relação à classe trabalhadora e sempre de prontidão para o exercício da contrarrevolução, o Brasil encontrou na dependência e no subdesenvolvimento a sua forma de integração para fora e desintegração para dentro (Antunes, 2011, p. 61).

O capitalismo dependente reforça as características "arcaicas", usando-as para a sua própria reprodução, sem liquidar com as formas econômicas pré-capitalistas, mas refuncionalizando-as. Esse traço revela a origem senhorial e colonial, que conformou a revolução burguesa no Brasil, com traços autocráticos e por uma "via não clássica" de constituição do capitalismo (Fernandes, 1981; Cueva,1983).

Desta forma, o processo de transição para o modo de produção capitalista no Brasil foi produto do "[...] deslocamento da função hegemônica entre as diferentes frações das classes dominantes", caracterizado pelo uso dos aparelhos coercitivos, pela intervenção estatal com vistas à manutenção dos interesses burgueses e pelo extermínio das forças populares dos espaços políticos decisórios (Barboza; Andrade, 2020, p. 297). A "via não clássica" de transição ao modo de produção capitalista, caracterizada pela conservação dos elementos "arcaicos" das relações sociais e pela dependência ao capital internacional, colocou por terra a viabilidade de uma ruptura com o passado. A manutenção das condições essenciais para o desenvolvimento e garantia das relações sociais fundadas na sociabilidade da mercadoria são resultados de um país marcado por características coloniais, com uma economia baseada no latifúndio de monocultura extensiva, assentada

[4] A América Latina ingressa no mercado mundial pela colonização, fundada pela monocultura de exportação, pelo latifúndio e pelo uso da força de trabalhado escravizada indígena e negra. Com a divisão internacional do trabalho, comandada pela Inglaterra no século XIX, ocorre uma alteração na inserção da América Latina nos circuitos mundiais de acumulação de capitais, passado do modelo colonial ao capitalismo dependente.

sobre elementos escravistas, e que conjugava o liberalismo econômico com um conservadorismo sociocultural e político.

O Estado no Brasil se originou "[...] sob o signo de forte ambiguidade entre um liberalismo formal como fundamento e patrimonialismo como prática no sentido da garantia dos privilégios das classes dominantes" (Behring; Boschetti, 2011, p. 75). Desta maneira, o aparelho estatal assume um papel substancial desde a unificação dos interesses burgueses à imposição de tais interesses, dos seus valores e ideologias para o conjunto do corpo social (Iamamoto, 2008). É importante destacar que o Brasil foi Estado antes de ser nação, visto que os processos históricos e o desenvolvimento capitalistas se deram "pelo alto". Ou seja, a nação brasileira não foi conformada a partir dos interesses do povo, mas a partir do Estado e das classes que ele representa (Coutinho, 2006). Nos termos de Iamamoto (2008, p. 132), "[...] o Estado é capturado historicamente pelo bloco do poder, por meio da violência ou de cooptação de interesses".

As análises sobre a formação social brasileira nos evidenciam que o caráter autocrático do Estado é uma característica inerente à nossa história. Conforme nos sinaliza Ianni (2004):

> Todas as formas históricas do Estado, desde a Independência até o presente, denotam a continuidade e reiteração das soluções autoritárias, de cima para baixo, pelo alto, organizando o Estado segundo os interesses oligárquicos, burgueses, imperialistas. O que se revela, ao longo da história, é o desenvolvimento de uma espécie de contra-revolução permanente (Ianni, 2004, p. 212).

Durante o período republicano no Brasil, o Estado ganhou aparência oligárquica, corporativa, populista, militar, o que resultou em poder estatal exercido de forma autoritária ou ditatorial, quando não fascista (Ianni, 2004). Ademais, a república velha foi marcada por relações sociais caracterizadas pelo constante uso, ilegal e ilibado, da repressão como maneira de "[...] estancar os protestos dos espoliados, tirar de circulação a força de trabalho desnecessária e restaurar a ordem social nos moldes requeridos pelos interesses da classe dominante" (Barboza; Andrade, 2020, p. 301). O medo ancestral da população que tomava de assalto as classes dominantes se reconfiguraram desde o período da escravidão.

> Este "medo ancestral" tanto mais se metamorfoseava e se potencializava quanto mais a transição do trabalho escravo para o trabalho livre fez aumentar a concentração no espaço urbano de segmentos de classe privados de meios de existência. Foi esta a forma através da qual se confirmou, no Brasil, a transmutação do recurso ideológico que se fez fortemente presente na Europa do século XIX, de justificação do

> domínio de "civilizados" sobre "primitivos", de brancos sobre não–brancos entre metrópoles e colônias como subsídio para a justificação do domínio de ricos sobre pobres (Barboza; Andrade, 2020, p. 301-302).

Na avaliação de Netto (2005), a partir de 1930, o Estado passa a dispor de características muito particulares, haja vista que a sua atuação é marcada pela desestruturação das agências da sociedade que manifestam os interesses da população. No Brasil, o Estado não "se descola de uma sociedade civil "gelatinosa", amorfa, submetendo-a a uma opressão contínua". Em contrapartida, temos "um Estado que historicamente serviu de eficiente instrumento contra a emersão, na sociedade civil, de agências portadoras de vontades coletivas e projetos sociais alternativos" (Netto, 2005, p. 19).

A revolução de 1930 deu início a um movimento político-militar, do qual segundo Antunes (2011, p. 25) "[...] foi mais que um golpe e menos que uma revolução", sendo responsável pelo desenvolvimento de um projeto industrial, ancorado em um Estado forte, uma política nacionalista, voltada para a cooptação da classe trabalhadora e subordinação dos seus interesses ao Capital e ao Estado.

> O movimento armado de outubro de 1930, que depôs o presidente constitucional Washington Luís, levou Getúlio Vargas ao poder, como chefe do Governo Provisório de 1930 a 1934, quando então foi eleito constitucionalmente pelo Congresso como presidente. [...] O Estado Novo instalou-se em 1937, justificando-se pela necessidade de superação da trágica experiência liberal da Primeira República – de toda falta de autoridade, do esgotamento das fórmulas de conciliação política, da ameaça da anarquia [...] e de total descontentamento popular, materializado na chamada "questão social" (Mestriner, 2012, p. 39).

A revolução de 1930 emerge em uma conjuntura associada às necessidades de constituição de um sistema institucional que fosse adequado às exigências e aos interesses da civilização urbano-industrial em ascensão (Ianni,1971). Conjuntura esta que ocorre articulada aos modos específicos de relações entre os sistemas econômicos externos. Assim, a história da industrialização no Brasil representa também uma história sobre as relações com os países hegemônicos. De acordo com Ianni (1971, p. 24), mais uma vez "[...] a história brasileira funde-se na história do capitalismo. E em boa parte, aquela é função desta".

De acordo com Ianni (1984, p.18) a revolução de 1930 representa uma "[...] importante transição na história da sociedade brasileira". Neste período ocorre a queda da monopolização do poder pela "velha oligarquia" que dominava a Primeira República, considerada como um empecilho ao desenvolvimento econômico do país devido à forte

influência que exercia na forma de governar e pela política econômica implantada. Ascendem em seu lugar os proprietários rurais ligados ao mercado interno, com maior interesse em um projeto de industrialização nacional.

Fernandes (1987, p. 209) afirma que este momento propiciou à oligarquia a oportunidade de uma restauração de sua influência no âmbito econômico, social e político. Assim, essa "crise" "[...] tornou os interesses especificamente oligárquicos menos visíveis e mais flexíveis, favorecendo um rápido deslocamento do poder decisivo da oligarquia tradicional para a 'oligarquia moderna'".

A "época da crise da oligarquia", como define Fernandes (1987) propicia uma recomposição das estruturas econômicas, sociais e políticas herdadas do passado, pela qual os estratos sociais de origem oligárquica, antiga ou recente, foram reabsorvidos pela organização da sociedade de classes em constituição e expansão, ocorrendo uma integração em escala nacional de seus interesses.

Santos (2010, p. 137) ratifica "[...] que a intervenção do Estado possui em suas dimensões econômicas e extraeconômicas uma unidade onde a primazia ontológica radica nas funções econômicas que é levado a assumir". Consequentemente, os interesses burgueses nunca se estabeleceram como "expressão dos 'interesses universais'". Dessa maneira, o espaço público sempre se constituiu como âmbito privatizado pelos setores que compõem a burguesia brasileira. É a partir dessa supremacia das classes dominantes que o Estado serve como alicerce para a falsa construção das estruturas capitalistas, no que se refere à produção (Santos, 2010, p. 137).

> O Estado é quem aparece, porém, como substituto da "máquina de crescimento privado nacional", passando a operar crescentemente nos setores pesados da indústria de bens de produção e nas operações de financiamento interno e externo da indústria. Ao mesmo tempo aparece, contraditoriamente, como promotor dos investimentos estrangeiro e privado nacional, suprindo-os de economias externas baratas; fornecendo-lhes subsídios aparentemente indiscriminados, mas na realidade diferenciados; dando-lhes garantias e até permissividade no endividamento (interno e externo) (Tavares, 1998, p.147-148).

A "questão social" - que se forma a partir do processo de industrialização e do surgimento do operariado e suas reinvindicações, classificadas até então como ilegítimas - era tratada pelos aparelhos repressivos do Estado, ou seja, como caso de polícia. Vargas, buscando superar a experiência liberal da Primeira República, e na necessidade de controle da classe trabalhadora, irá inovar e reconhecer o enfrentamento da "questão social", com vias a uma solução mais sofisticada visando à dominação da classe trabalhadora e

encobrindo o autoritarismo presente. A retórica centrará na promoção do bem-estar nacional e integração social, visando mascarar o conflito de classes.

Contudo, não há uma modificação estrutural. Na área social o governo utilizará o setor privado através das organizações sociais já existentes, incentivando a sociedade civil para sua ampliação, demostrando a persistência do componente liberal, apesar de criticá-lo, no qual a assistência social será delegada ao âmbito privado. Observa-se também neste período, segundo Mestriner (2008), a articulação do Estado à Doutrina Social da Igreja Católica, pelo princípio da subsidiariedade, do qual incentivará a regulação das relações do Estado, com os indivíduos, grupos e a comunidade. O Estado por esse princípio deveria ajudar os membros do corpo social, sem, contudo, impedi-los de solucionarem por si mesmo seus dilemas.

O povo, neste sentido, é desapropriado de sua classe, de conflitos e contradições, o que descaracteriza sua cidadania. O Estado, neste período, elimina a necessidade de intermediários entre a população e o governo. As corporações transformadas em órgãos públicos sob a tutela estatal seriam consideradas como uma representação da vontade popular e teriam competência para auxiliar na organização da vida nacional. Eliminam-se os conflitos, através de uma suposta unidade da vontade popular, garantida pelo líder do governo, personificada na autoridade do presidente, que assume uma postura paternalista, um "pai dos pobres". Ao reconhecer a "questão social", o governo Varguista, intervirá no domínio das relações entre capital e trabalho.

> Diante de uma realidade social muito problemática, incômoda, às vezes explosiva, uma parte do pensamento social prefere "naturalizá-la", considerá-la como "fatalidade" ou apenas herança arcaica pretérita. Dentre as explicações que "naturalizam" a questão social, vale a penas destacar duas. [...] Uma tende a transformar as manifestações da questão social em problemas de assistência social. O sistema nacional de previdência e o serviço nacional de assistência social são as expressões mais evidentes dessa forma de "explicar" e "resolver" a questão social. Outras explicações tendem a transformar as manifestações da questão social em problemas de violência, caos. Daí a resposta óbvia: segurança e repressão. Essas explicações, no entanto, não andam sempre separadas. Podem combinar-se. Muitas vezes o assistencialismo, a previdência, as medidas de segurança e a repressão operam em conjunto. Os mesmos interesses dominantes acionam diferentes técnicas sociais, em distintas situações, ou no mesmo lugar (Ianni, 1996, p. 100).

Em 1937, após o Golpe do Estado Novo, o Getulismo assume aspecto ditatorial, bem como reforça algumas tendências que já demonstrava desde 1930, sendo estas, segundo Ianni (1984):

> [...] arranjo de classes urbanas com a burguesia agrária, principalmente do setor cafeeiro; industrialização; participação do Estado em assuntos econômicos, tanto para proteger as atividades econômicas pré-existentes como para favorecer novas: sindicalismo atrelado ao aparelho estatal; formalização jurídico-política das relações de produção, segundo exigências do capitalismo industrial, conforme a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); fortalecimento do Estado, em face das exigências do capital e do controle da classe assalariada, tanto operários como empregados e funcionários (Ianni, 1984, p. 18).

A legislação trabalhista, foi essencial para a viabilização do projeto de industrialização no país. Segundo Antunes (2011), ao atender às reinvindicações da classe trabalhadora por melhores condições de trabalho – redução da jornada de trabalho, férias, descanso semanal remunerado, entre outras reinvindicações –, Vargas apresentou a Constituição das Leis Trabalhistas (CLT) enquanto uma dádiva, uma benesse e não como fruto das lutas das classes trabalhadoras. A lei de enquadramento sindical permitia o Estado controlar a criação de novos sindicatos. Consolidando-se uma forma de estatismo, sobre os operários, combinado a "dádiva, manipulação e repressão" (Antunes, 2011, p.26).

A ditadura do Estado Novo (1937-1945), a partir de seu caráter repressivo e mistificado por uma ideologia fascista consolidou transformações políticas e econômicas em todo território nacional. Esse período se configura como uma reação aos movimentos populares, reais ou potenciais. As classes dominantes reagiram e buscaram "restaurações" e, em última instância, consideraram uma parcela das exigências colocadas pelo conjunto da classe trabalhadora. A tutela do regime por parte do governo prosseguiu assistida de seus intelectuais, que o classificavam como "um novo tipo de democracia", condizente com as necessidades da sociedade: "[...] uma democracia sem povo, sem eleições e eleitores, pela via autoritária-elitista a partir do Estado centralizado, cuja 'mão de ferro' saberia guiar os passos da nacionalidade para o engrandecimento do Brasil" (Barboza; Andrade, 2020, p. 303). Ademais, vale ressaltar que esse momento histórico é caracterizado pela neutralização violenta dos "subversivos" como meio estratégico para desmobilizar e despolitizar os movimentos políticos do povo, a fim de resguardar a ideia de harmonia e integração entre as frações das classes sociais. Todavia, a questão social passa a ser reconhecida no âmago do Estado através de supostas soluções e benesses de uma elite governante, que reconhecia as necessidades dos trabalhadores sem necessidade de conflitos (Barboza; Andrade, 2020).

Em 1945, Vargas é deposto do governo por um golpe de Estado, encerrando o primeiro ciclo do Getulismo. Nas décadas seguintes o esforço por um novo tipo de acumulação capitalista continuará e o Estado permanecerá como seu principal agente. A construção de vias e o aprimoramento nos meios de comunicação e transporte estarão em

voga na década de 1950, principalmente no Governo Kubistchek.[5] Neste momento, o avanço da industrialização no Brasil, afirma Oliveira (2003), é indissociável do auxílio do capital estrangeiro, tendo o Estado como o principal financiador de obras em infraestruturas,

> [...] [imposição de] confisco cambial ao café para redistribuir os ganhos entre grupos das classes capitalistas, [rebaixamento] no custo de capital na forma de subsídio cambial para as importações de equipamentos para as empresas industriais e [...] expansão do crédito a taxas de juros negativas reais, investindo na produção [...], O Estado opera continuamente transferindo recursos e ganhos para a empresa industrial, fazendo dela o centro do sistema (Oliveira, 2003, p. 41).

Durante o período entre 1946 e 1964, a democracia realizar-se-á sob as bases de um cenário considerado pela historiografia brasileira como o auge do populismo como poder ideológico do Estado, garantindo a transição da hegemonia da burguesia cafeeira para a burguesia industrial (Barboza, Andrade, 2020, p. 304). O período pré-1964 foi marcado por intensa mobilização popular, sindical e camponesa. Ampliavam-se neste período as pressões pelas "reformas de base" (reforma agrária, urbana, universitária etc.).

> A partir do Golpe de Estado contra Getúlio Vargas e o Estado Novo [...], o processo político brasileiro abrange amplamente os operários, os setores médios da sociedade e grupos de trabalhadores agrícolas. Isso significa que entram em jogo as aspirações de bem-estar social de um proletariado cada vez mais numeroso, ao lado de uma classe média numericamente crescente. Além disso, colocam-se de modo jamais conhecido antes as reinvindicações dos trabalhadores agrícolas, em várias regiões do país. É ainda neste período que se multiplicam os grupos políticos de esquerda; e a juventude universitária impõe-se ainda mais, como força política ativa e organizada (Ianni, 1971, p. 17).

Porém, os setores burgueses, "[...] descontentes com o avanço da luta popular, [...] com o claro apoio norte-americano, em abril de 1964, desencadearam um golpe militar que marcou a longa noite da ditadura, prolongada até 1985" (Antunes, 2011, p. 84). O golpe militar de 1964 no Brasil encerrou o ciclo nacionalista do getulismo e potencializou a repressão às lutas populares, iniciando um longo período contrarrevolucionário no país. Desenvolve-se, nesse momento, um "[...] projeto capitalista dependente e subordinado,

[5] Fato que fará com que o governo acumule mais dívidas que credores, como apontado por Oliveira (2003), pois o plano Estatal de construir 50 anos em 5 – ou seja, o plano de aceleração do crescimento – estava em descompasso com a dinâmica internacional. Mesmo assim, foi a época em que mais houve investimento em industrialização pesada, com a finalidade de tornar "[...] definitiva [a] conversão do setor industrial [...] em unidades-chave do sistema, [através] da implantação dos ramos automobilístico, construção naval, mecânica pesada, cimento, papel e celulose, ao lado da triplicação da capacidade da siderurgia [...]" (OLIVEIRA, 2003, p.72).

controlado por um Estado autocrático burguês fortemente repressivo e ditatorial [...]" (Antunes, 2011, p. 32).

No período da ditadura se desenvolve um projeto capitalista cujo padrão de acumulação industrial centra-se na produção de bens de consumo duráveis, para um mercado interno restrito e seletivo, composto pelas classes dominantes e parcelas das classes médias. E desenvolve-se uma produção voltada para a exportação, de produtos primários e de produtos industrializados de consumo (Antunes, 2011). Com isso, ocorre o rebaixamento dos salários dos trabalhadores, o que

> [...] possibilitou níveis de acumulação que atraíram o capital monopolista. Desse modo, a expansão capitalista industrial no Brasil intensificou sua tendência – presente aliás em toda América Latina – de estruturar-se com base em um processo de superexploração do trabalho, articulando salários degradados, jornadas de trabalho extenuante e extrema intensidade nos ritmos e tempo de trabalho, dentro de um padrão industrial significativo para um país subordinado (Antunes, 2011, p. 32).

Segundo Antunes (2011), o Golpe Militar no Brasil não acontece desarticulado do cenário latino-americano:

> [...] o ciclo de golpes militares na América Latina foi a solução encontrada pelas forças do capital para desestruturar os avanços sociais e políticos da classe trabalhadora. O aniquilamento do movimento operário, dos sindicatos e das esquerdas facilitou a inserção do continente latino-americano no processo de internacionalização do capital. A abertura do parque produtivo aos capitais externos, com destaque para o norte-americano, foi elemento central na deflagração do ciclo dos golpes militares (Antunes, 2011, p. 31-32).

O Estado neste período se impõe às classes operárias, "[...] como um vasto bloco de poder articulado segundo as exigências da grande burguesia financeira e monopolista (estrangeira e nacional)" (Ianni, 1984 p. 19). O Estado organiza-se segundo a doutrina da "segurança e desenvolvimento". As políticas adotadas na Ditadura Militar ocorriam no sentindo de favorecimento da grande burguesia, o que potencializava, ao mesmo tempo, as contradições de classe e os problemas estruturais do país.

A ditadura brasileira começou buscando legitimação na sociedade, mas tal intuito se veria frustrado tanto pela natureza antidemocrática e antipopular de seu projeto de poder e de sua política econômica quanto pela ação diuturna da resistência. Foi por isso que, ao final dos anos 1960 (notadamente a partir de 1968), o regime mudou seu *modus operandi*. É

neste momento que a ditadura realiza um verdadeiro ajuste estrutural no Estado Brasileiro, fundindo o aparato dos monopólios e o aparado estatal (Barboza, Andrade, 2020, p. 306).

A ditadura se utilizou de toda parafernália burocrática e tecnocrática dos governos que a antecederam, rearticulando-as de acordo com as necessidades econômicas e políticas que assumiam uma nova configuração. Nesse prisma, o alicerce desse aparelho repressivo foi a "[...] superexploração do proletariado e do campesinato, em benefício do capital monopolista, sob o comando do imperialismo" (Ianni, 2019, p. 242). Em contrapartida, a política adotada visava criar laços com as classes subalternas para implementar a mistificada concepção de uma pátria maior. Todavia, a disparidade entre o que era colocado pelo governo e a realidade vivida pela sociedade civil com o recrudescimento da questão social - principalmente no que diz respeito às péssimas condições de trabalho e existência - dificultaram a conformação de tais laços. Desta maneira, a ditadura foi levada a criar condições jurídicas, políticas e econômicas sobre as quais as taxas de mais-valia potenciais se tornassem extraordinárias (Ianni, 2019).

A violência estatal não se limitou a coerção física, estava presente, também, nas organizações públicas e privadas (Ianni, 2019). Os governantes usaram o artifício ideológico baseado na doutrina de "segurança e desenvolvimento", sob a alegação de uma sociedade "amorfa", "incompetente", "potencialmente perigosa", "sujeita à subversão e corrupção" para alegar a necessidade de um Estado forte, abrangente, ativo, repressivo. Deste modo, essa faceta do Estado interventivo, na medida em que aumentava a repressão, fazia crescer de forma proporcional a desapropriação dos trabalhadores, haja vista que o Estado estava a serviço da grande burguesia financeira e monopolista visando alavancar o processo de acumulação capitalista (Ianni, 2019).

A transição entre o final da década de 1980 e o início da década seguinte se formata num amplo processo regressivo pautado nos postulados do receituário neoliberal. Se as lutas sociais empenhadas na necessidade de profundas transformações no direcionamento político-econômico do país conseguiram alcançar algumas conquistas na Carta Constitucional de 1988, estas foram violentamente atacadas pelas forças da sociedade alinhadas às diretrizes das agências multilaterais encarregadas de tomar as decisões estratégicas do capital.

Passa–se a exercer uma pressão para a redefinição das funções do Estado, abolindo o seu controle sobre o movimento do capital e as condições de utilização da força de trabalho, além da retirada das suas obrigações de proteção e garantia das políticas sociais públicas para que as suas atividades no campo econômico e social pudessem ser entregues

aos negócios privados. A guinada rumo a esse conjunto de (contra) reformas neoliberais - centradas fundamentalmente nas políticas de ajustes, privatização, desregulamentação e flexibilização das leis trabalhistas – inicia-se a partir de 1990, com as gestões de Fernando Collor de Mello e Itamar Franco.

Collor implementa um plano de estabilização da economia por meio da adoção de políticas deflacionárias e uma série de medidas extremas (como, por exemplo, o congelamento de preços e salários, o bloqueio de poupanças, a demissão de servidores públicos e a introdução de uma nova moeda), acompanhadas de uma política monetária restrita e do fortalecimento da abertura comercial, com a adoção de medidas de liberação do câmbio e outras ações direcionadas à abertura da economia brasileira ao capital internacional. Fracassado em suas políticas de estabilização e envolvido em escândalos de corrupção, Collor sofre um impeachment no final de 1992, e seu vice "tapa buraco" Itamar Franco dá sequência ao programa de reformas liberalizantes e privatizantes, alcançando momentaneamente a estabilização econômica através do "Plano Real" (Barboza; Andrade, 2020)

A consolidação das políticas neoliberais se intensifica, em forma e substância, nas duas gestões de Fernando Henrique Cardoso (FHC) na chefia do executivo federal (1995–2002). FHC incrementou a efetivação das medidas de ajuste fiscal e monetário, potencializou a abertura da economia e realizou uma intensa reestruturação do aparelho de Estado, conforme diretrizes estabelecidas pelo Plano Diretor da Reforma do Estado (PDRE)[6]. O discurso se centrava na acusação do caráter "atrasado" e "perdulário" da constituição de 1988 e na necessidade de ultrapassar a herança tradicional, burocrática e centralizada da administração pública, considerando o esgotamento da "estratégia estatizante" (Barboza; Andrade, 2020).

Com a crescente radicalização da questão social e a refração do Estado no enfrentamento da mesma, as já precárias condições sociais da grande maioria da população se agravaram de forma crescente com as irreparáveis perdas sofridas pelas políticas sociais universais. A ascensão de um violento processo de criminalização em direção às classes subalternas, reciclando a noção de "classes perigosas" sujeitas à repressão e extinção, se tornou um aspecto orgânico da política de controle social para que o capital pudesse garantir sua reprodução e ampliação. Articulam–se diversos planos da estratégia de dominação, que vão desde a criminalização da pobreza e a judicialização do protesto social até a repressão política aberta e a militarização dos territórios – modalidades estas que

[6] A esse respeito, cf. MARE (1995).

adquirem maior ou menor relevância de acordo com o momento histórico concreto (Korol, 2008).

Conforme explicitado em um documento da Via Campesina, esta criminalização objetivou criar, perante a sociedade, condições legais (e, se possível, legítimas) para: impedir que a classe trabalhadora alcançasse conquistas econômicas e políticas; restringir, ou diminuir o acesso destas classes às políticas públicas; construir um processo de isolamento e desmoralização dos movimentos sociais e criar condições legais para a repressão física aos movimentos sociais (Via Campesina Brasil, 2010, p. 6). Assumindo novos vieses, tal estratégia se formata como um fenômeno multifacetário onde se entrelaçam, em todas as dimensões, aspectos jurídicos, econômicos, culturais, sociais e militares; isto é, uma ação conjunta dos setores do aparato estatal repressivo, do poder Legislativo e do Judiciário, da mídia e do sistema educacional (Buhl; Korol, 2008).

A incapacidade das políticas neoliberais postas em prática aprofundou a crise social existente, sem conseguir nem retomar o desenvolvimento nem conquistar estabilidade política, gerando ampliação da desigualdade econômico–social e instabilidade institucional. Na entrada do século XXI, o Brasil (assim como os demais países da América Latina) atravessou a sua pior crise desde os anos 1930, marcada pela fragilidade de suas economias, pela debilidade de seus Estado e uma grande diminuição do seu peso econômico e político no mundo. Os impactos sociais, políticos e econômicos desta crise enfraqueceram a legitimidade política e ideológica usufruída pelo neoliberalismo na última década do século anterior. Enquanto que, nos seus anos de apogeu, todos os governos na América Latina que se dispunham a assumir os preceitos neoliberais conseguiam se eleger e se reeleger; com o seu "esgotamento", aqueles que assumiam e mantinham este modelo ou perderam rapidamente a sua legitimidade ou se esgotaram, o que aconteceu no caso de Fernando Henrique Cardoso no Brasil.

Paralelamente a este processo, a esquerda, que antes apresentava um quadro de derrota no cenário latino-americano, tanto pela impotência quanto pela mudança ideológica ao neoliberalismo - e que tinha como forças sobreviventes o PRD no México, o PT no Brasil e a Frente Ampla no Uruguai - passaram a ganhar força com o surgimento de novas formas de resistência. Os triunfos eleitorais de blocos forças que nasceram e se desenvolveram no confronto ao neoliberalismo mostraram o crescente descontentamento social frente a este modelo, abrindo a possibilidade de uma nova tentativa de solução da

esquerda (após o fracasso de 1973) para a crise hegemônica na região.[7] Porém, entre o fracasso de um modelo e sua efetiva substituição por outro pode existir um espaço de tempo muito grande e demorado, onde se exige um estado de consciência que ainda não foi verificado na maioria das sociedades capitalistas, e que requer a existência de uma proposta política que seja socialmente percebida como uma alternativa ao *status quo*.

> O grave problema que caracteriza a nossa época é que, enquanto o neoliberalismo exibe evidentes sintomas de esgotamento, o modelo de substituição ainda não aparece no horizonte das sociedades contemporâneas. Em sua época, Antônio Gramsci referiu-se a situações análogas, e os perigos que elas encerram, quando chamou a atenção para "o velho que não termina de morrer e o novo que não acaba de nascer". Neste lúgubre interlúdio, advertia Gramsci, pode ocorrer toda uma espécie de fenômenos aberrantes e as patologias sociais e políticas podem alcançar dimensões insuspeitadas. Uma simples olhada nos temas de nosso tempo confirma a validade deste prognóstico: explosão de fundamentalismos, vigoroso ressurgimento do racismo [...], ampliação da "narcopolítica" e da corrupção, [...] "golpes de mercado" e auge da especulação financeira em escala planetária (Boron, 1999, p. 58-59).

Esta debilidade da esquerda e das forças de resistências latino-americanas para enfrentar a tarefa de construção de um período pós-neoliberal, não conseguindo preencher o vazio entre o esgotamento do modelo hegemônico vigente e a capacidade de construção de alternativas ao mesmo, evidenciou-se como um desafio nos países da América Latina, mais explicitamente no caso do Brasil. Neste cenário, pressionados pelo recrudescimento das lutas sociais antissistêmicas derivadas da crise das políticas neoliberais de primeira geração, os setores dominantes abertos à revisão do Consenso de Washington conseguiram atrair para o seu bloco de poder importantes setores de seus antagonistas, conformando um processo transformista que contribuirá para formatar a chegada do Partido dos Trabalhadores à presidência da República em 2003.

O que foi apresentado como alternativa ao neoliberalismo se converteu em um eficiente instrumento de renovação da ordem neoliberal no Brasil, reduzindo, na prática, a disputa política nacional às disputas eleitorais entre social-liberalismo e neoliberalismo ortodoxo. Foi assim de 2002 a 2014, período em que o PT derrotou o PSDB em todas as eleições presidenciais (com as eleições e reeleições de Lula da Silva e Dilma Rousseff). Abre-se uma era de conciliação de iniciativas aparentemente contraditórias: as diretrizes do receituário liberal e a pauta desenvolvimentista. Através da mediação do mercado e do crescimento econômico induzido pelo Estado, o governo atendeu algumas das

[7] O caso de Lula no Brasil pode ser considerado não somente como resultado dessa força, mas também como produto de uma política de alianças construída durante a sua candidatura.

reivindicações das classes subalternas, ao mesmo tempo em que assegurou as exigências das classes dominantes, realizando o desenvolvimento possível dentro dos marcos neoliberais (Barboza; Andrade, 2020).

A adaptação, dos governo Lula e Dilma, à tática eleitoral "a qualquer custo", a opção por grandes (e díspares) coalizões e coligações (que englobam de setores da esquerda à direita), além das aproximações com as propostas neoliberais anteriormente implementadas, contribuiu, por um lado, para a dissimulação dos conflitos de classe e, por outro, para a manutenção da estratégia de criminalização das lutas sociais, dos movimentos sociais e suas lideranças, abrindo portas para uma retomada das velhas práticas dos setores mais conservadores no país no tocante à neutralização das reivindicações dos diferentes extratos da classe trabalhadora. Com pequenas diferenças, os governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff não alteraram significativamente os propósitos do governo FHC no tocante aos programas preocupados com a garantia da "Lei e da Ordem" (Barboza; Andrade, 2020).

Apesar dos governos Lula/Dilma terem alcançado algumas melhorias no âmbito social (através de estratégias – não isentas de controvérsias – de adoção de políticas sociais de distribuição de renda e de ampliação do mercado formal de trabalho e de crédito), estas não foram acompanhadas de alterações estruturais nos pilares que alicerçavam as políticas macroeconômicas no Brasil desde a década de 1990 (vinculação das taxas de juros Selic às metas de inflação, manutenção do superávit primário e relativa valorização do câmbio). Juntam–se, a esses elementos, algumas determinações conjunturais que moldaram o cenário para o declínio da hegemonia petista no poder do Estado, como a intensificação da recessão global derivada da persistência da crise econômica internacional pós-2008.

Além disso, internamente vivencia-se um aumento da turbulência social entre os anos de 2013 e 2016, com a explosão de grandes manifestações de rua que trouxeram uma diversidade de temas e problemas, cujas contradições se expressaram numa multifacetada aparição de elementos de bom senso contra a ordem ao lado de reapresentações de conteúdos conservadores e mesmo preocupantes do senso comum (como o nacionalismo exacerbado, o antipartidarismo, a retomada da extrema direita). Ineficiente na construção do crescimento econômico e incapaz de rearticular sua base de apoio político e eleitoral, o PT passa a ser identificado como um governo gastador, estelionatário eleitoral e defensor estatal, sofrendo duros ataques aos pilares de sustentação política que ainda restavam ao seu governo, além da desestruturação de parte importante da economia, através de ações articuladas entre setores da Polícia Federal, do Ministério Público Federal e do Judiciário -

que ganharam corpo institucional através da cunhada “Operação Lava Jato”. Esse conjunto de eventos intensifica a fragilização do governo até desaguar numa crise política que ocasionou no impeachment da presidenta Dilma, sob a alegação de crime de responsabilidade, por sinal, inexistente (Barboza; Andrade, 2020).

Nessa linha de exemplificação de elementos que marcaram esse teor autocrático do Estado no Brasil, é imprescindível considerarmos alguns aspectos do golpe institucional–jurídico–parlamentar–midiático que marcara a história contemporânea do país. Na apreciação de Mascaro (2018), o golpe de 2016 viabiliza a instauração de melhores condições para acumulação ao capital internacional, assim como reorganiza as frações do capital nacional ao redor do mercado financeiro. Ademais, o referido golpe rearticula a relação entre as frações da burguesia nacional e as classes trabalhadoras. Isso significa que as estratégias de maior acúmulo de capitais perpassam pela extração de maiores taxas de mais-valia e, consequentemente, pelo sucateamento das condições de trabalhos, pela despolitização dos movimentos políticos dos trabalhadores e pela mercantilização de todas as ramificações da vida. “Assim, o golpe de 2016 é tanto um rearranjo no seio da concorrência entre as frações do capital internas e internacionais quanto, ainda, um golpe de classe burguês contra as classes trabalhadoras” (Mascaro, 2018, p. 101).

Após o golpe, abre-se um curto, porém intenso, período de restauração da aplicação radical da plataforma neoliberal ortodoxa, com a elevação de Michel Temer (PMDB) à cadeira presidencial, o qual conseguiu aprovar uma série de medidas de caráter antipopular, ancorado no expressivo apoio político que obteve a partir da construção de uma forte base parlamentar. Os duros ataques aos orçamentos das políticas públicas, às entidades sindicais e a potencialização da precarização dos empregos gerou a resistência e a reação dos movimentos sociais e partidos de esquerda, o que resultou em grandes mobilizações de massa e no chamamento de duas greves gerais. Mediante o crescimento das reivindicações populares, Michel Temer reage elevando o patamar do caráter coercitivo do Estado, reprimindo violentamente as manifestações e mobilizando os militares para o controle do conflito político e para a garantia da segurança pública (Barboza; Andrade, 2020).

A execução das contrarreformas institucionais não conseguiu cumprir com os objetivos de crescimento, e, mais ainda, os níveis trágicos que afetavam os indicadores sociais fermentaram uma forte crise econômica, política e institucional que gerou um cenário de altos níveis de desemprego, insegurança e instabilidade política. A desmoralização política e crise de representatividade que, à princípio, tinham como

principais alvos os partidos de esquerda ou ditos progressistas, acabaram extrapolando para outros partidos tradicionais com significativa participação na vida política nacional, como o PMDB (agora MDB), o PSDB e o DEM.[8] Abrem-se as portas para a emersão e o reforço, sob novas roupagens, dos traços mais regressistas da nossa herança histórica. Num terreno onde o processo político foi pautado pela necessidade de restabelecimento das taxas de lucratividade através da combinação entre ortodoxia liberal e reforço das intervenções antidemocráticas e antipopulares, ganha força a crítica "antissistêmica" a partir do viés antipolítico, anticomunista e conservador-cristão, culminando na ascensão e eleição da candidatura de extrema-direita do militar reformado Jair Bolsonaro.

> Assentada no mantra do combate à corrupção e à ineficiência do Estado combinado com a defesa da ditadura militar e o ataque odioso ao PT e todos os setores da esquerda; impulsionando, sob a vestimenta do fundamentalismo religioso cristão, uma pauta sócio–cultural–educacional moralista, com a disseminação de práticas punitivistas, de ataques aos direitos humanos, de discursos racistas, machistas, misóginos e lgbtfóbicos; e se valendo de uma forte manipulação da informação e de um culto ao negacionismo histórico e ao desprezo a qualquer pensamento científico e progressista, a extrema–direita tomou o Planalto para aplicar o programa ultraliberal com Bolsonaro e Paulo Guedes, e elevar a um novo patamar a escalada autocrática aprofundada após o golpe de 2016 e o processo de criminalização dos movimentos sociais e populares (Barboza; Andrade, 2020, p. 322).

Através de um aparelhamento do conjunto do Estado, molda-se um aprofundamento da reconfiguração do formato constitucional e institucional do Executivo, através de Emendas Constitucionais, Medidas Provisórias, Decretos, leis e outros subterfúgios administrativos, além do reforço da violência política como forma de resolução dos problemas nacionais, onde, segundo Fontes (2019, n/p), "[...] os órgãos de controle, de informação, de repressão e de violência estatal passam a ser submetidos à retomada das práticas de mando ditatoriais".

A partir destas determinações, pode-se afirmar que este período de reordenamento do Estado Brasileiro, consubstanciado pelo fenômeno do bolsonarismo, expressa a manifestação de um projeto de extrema direita no Brasil que aponta para claros traços de um processo de fascistização.[9] Por um lado, o radicalismo liberal elimina progressivamente os controles políticos sobre a movimentação do capital, destrói as políticas e programas sociais voltados para as demandas populares, retira direitos trabalhistas e aniquila as já

---

[8] O DEM (Democratas) era a nova denominação dada, em 2007, ao tradicional Partido da Frente Liberal (PFL), fundado em 1985. Posteriormente, em 2021, o DEM se fundiu com o PSL e formou o União Brasil (UNIÃO).

[9] Sobre o processo de fascistização que se intensificou no cenário brasileiro a partir de do golpe de 2016, ver BARBOZA (2021, 2022a, 2022b) e BARBOZA e FERREIRA (2023).

parcas restrições à depredação do meio ambiente; por outro, os traços fascistas se revelam no reforço da tutela militar sobre o governo, na eliminação do espaço político das organizações vinculadas ao mundo do trabalho e na perspectiva repressiva baseada no reforço material, institucional e ideológico da violência policial como principal mecanismo de controle dos conflitos político e social (Maciel, 2019, n/p).

Conforme sinalizado por Behring (2021, p. 200), configurou-se um período histórico permeado por retrocessos éticos, morais, políticos, sociais e econômicos, cujo o governo Bolsonaro se alicerçou a partir da legitimidade de um projeto pautado no individualismo, "na deslaicização do Estado e em um menu amplo de desvalores". Sob essa perspectiva, o bolsonarismo, por meio da estética antimoderna e antiuniversal, demonstrou o seu incansável esforço para a manutenção dos privilégios da burguesia internacional e da burguesia brasileira a ela associada. Outrossim,

> [...] sua condescendência com os novos esquadrões da morte, as milícias, o incentivo à violência policial como afirmação corporativa e o anticomunismo tomado como patriotismo é transformado em uma estética de antissistema, [...]. Este sentido de crítica antissistema, porém reacionário, é que estabelece pontes do neofascismo com os trabalhadores empobrecidos, no Brasil e no mundo (Branco, 2021, n/p).

Seguindo a linha evidenciada por Boito Jr. (2019), o Estado fascista não se limita às classes ou extrato de classes que o compuseram no passado, pois é a forma do Estado que se configura como o cerne da questão. Considerando que uma única forma de Estado pode abranger distintos blocos dominantes, é teoricamente possível considerar a hipótese de que, diferente do que aconteceu nas experiências "clássicas" do fascismo em que o Estado serviu aos interesses de uma burguesia nacional, no Brasil o Estado fascista pode vir a servir ao capital internacional e, para tanto, aplicar uma política neoliberal e "neocolonial" (Boito Jr, 2019, n/p). Sob essa ótica, concordamos com a hipótese de que, durante os anos de governo Bolsonaro, se fez presente uma ideologia neofascista, um movimento neofascista e um governo no qual os neofascistas disputaram a hegemonia com um grupo militar preso a um autoritarismo mais propenso a outro tipo de ditadura; todavia, não foi alcançada a efetivação de um regime político fascista, pois o que se configurou no país foi "uma democracia burguesa deteriorada e em crise" (Boito Jr., 2019, n/p).

Mas acreditamos que este projeto momentaneamente inconcluso da extrema direita não necessariamente significa o encerramento do processo de fascistização que se potencializou na sociedade brasileira ao longo dos últimos anos, mesmo com a retomada vitoriosa de uma perspectiva política tida como progressista no cenário eleitoral (através da

ascensão de Lula da Silva novamente à presidência da República). A depender de quais setores serão fortalecidos no âmbito da atual correlação de forças do novo estágio de retomada do simulacro de democracia - e da lentidão (ou ausência) na radicalização dos elementos democráticos por parte do atual governo - este período de "democracia vulgar"[10] que se reabre em 2023 pode vir a se conformar como uma antessala para um posterior cenário autocrático de organização política que potencializará as perspectivas fascistas que ainda se mantém em fermentação; atendendo assim, de forma mais brutal, às necessidades de acumulação do capital.

Considerações Finais

Boito Jr. (2007, p. 139) analisa que o método marxista de análise da cena política traz para o debate importantes contribuições. Espaço das lutas entre partidos e organizações políticas, a *cena política* nas sociedades capitalistas é concebida por Marx "como uma espécie de superestrutura da *luta de classes* e *fração de classe*, que formam aquilo que poderíamos denominar a base socioeconômica da cena política". Suas características decorrem das características gerais do Estado capitalista e, assim, a aparência universalista desse Estado (fruto do direito igualitário e da burocracia profissional formalmente aberta para todas as classes) "[...] contamina todos os políticos burgueses e pequenos burgueses e todas as correntes de opinião".

Desta forma, Boito Jr. (2007, p. 140) considera que a análise política marxista das sociedades capitalistas só inicia quando se evidencia "[...] os laços complexos que unem a cena política aos interesses econômicos e aos conflitos de classe", tendo o cuidado de distinguir, na cena política das sociedades capitalistas, "[...] o mundo das aparências no qual cada contendor proclama seus nobres princípios e seus pretensos valores universais, do mundo profanos dos interesses econômicos e políticos no qual valores e interesses se trocam uns pelos outros".

Sabemos que as formas coletivas de organização e representação vêm sendo erodidas através de um progressivo processo de esvaziamento e fragmentação de suas protoformas de luta e de seus referenciais políticos de classe. Essa nova hegemonia fragmenta os sujeitos coletivos, quer do ponto de vista material, reflexo da reestruturação produtiva do capital, quer do ponto de vista político-cultural, através de valores particulares e individuais que desorganizam as classes em relação a si mesmas e as articulam

[10] Sobre a construção do conceito de "democracia vulgar", ver: BARBOZA (2014 e 2022b).

organicamente em relação ao ideário do capital. O "pertencimento" de classe cede lugar ao individualismo e ao "desencantamento utópico" (Simionatto, 1998).

Porém, mesmo analisando que a história das classes subalternas é fragmentada, atravessada facilmente pelas ideologias conservadoras, o pensamento gramsciano compreende que é a partir da práxis política que se pode passar dessa fragmentação à unicidade, do modo de pensar desagregado a uma forma de pensar crítica e coerente. Assim, mesmo assumindo novos e múltiplos papéis - diretamente ligados a sua ação no contexto da vida política e cultural, a luta de classes continua no cenário. "A ação das classes sociais vai passando por mediações cada vez mais complexas [...], as lutas deixam de ser imediatas e diretas e os conflitos se deslocam do campo das contradições nítidas e explícitas para o campo das manobras hábeis e sutis" (Konder, 1992, p. 134).

Desta forma, podemos considerar que esse fenômeno envolve a própria essência da atividade política, sendo uma manifestação da hegemonia neoliberal e todo o seu esforço teórico e prático de reduzir a atividade política ao que Gramsci (2002) chamava de "pequena política". Tomada ao avesso do sentido gramsciano, a sociedade civil é deslocada da esfera estatal e atravessada pela racionalidade do mercado, sendo, em última instância, a expressão dos interesses de instituições privadas. O que era coletivo dissolve-se no singular e as massas permanecem no plano inferior, tornando-se incapazes de dominar as situações que as oprimem, de romper com a licenciosidade que as torna passivamente agarradas à pragmaticidade e à imediaticidade cotidianas. As lutas das minorias (do acesso à terra, moradia, saúde, educação, emprego etc.) hipertrofiam-se em um turbilhão de demandas fragmentadas, facilmente despolitizadas e burocratizadas pelo próprio Estado; situando-se na esfera egoístico-passional, na esfera dos interesses corporativos e particulares, e configura o universo da "pequena política" como aquela que compreende "as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida [...]" (Gramsci, 2002, p. 21).

Assim, torna-se urgente elevar a política - utilizando a terminologia de Gramsci - do nível "econômico-corporativo" ao nível "ético político"; fazer com que volte à agenda questões da "grande política", que cuida das estruturas, da transformação (e da conservação) da sociedade, ou seja, da política voltada explicitamente para a afirmação de valores e interesses universais (Gramsci, 2002b, p. 21). Coutinho (2006), ressalta que, neste sentido - e em oposição ao atual modelo - "[...] as classes subalternas e seus organismos associativos (partidos, sindicatos, movimentos sociais) têm apontado para um outro projeto de sociedade 'ocidental', [...] que poderíamos chamar de 'democracia de massas'",

caracterizado pelo empenho em combater a apatia, e o reforço da participação política organizada do conjunto da cidadania.[11]

> Esse modo de estruturação política e social certamente reconhece o pluralismo de interesses, mas busca ao mesmo tempo construir uma vontade coletiva majoritária, capaz de articular esses múltiplos interesses por meio da gestação de um espaço público onde se combinem hegemonia e pluralismo. Com isso, torna-se possível, sem ignorar os interesses privados, fazer predominar, nas decisões políticas globais (particularmente as econômicas), o efetivo interesse público (Coutinho, 2006, p. 51).

Esse momento em que a esfera egoístico-passional, a esfera dos interesses corporativos e particulares, eleva-se ao ético-político, ao nível da consciência universal, expressa-se em Gramsci (2002b) através do conceito "amplo" de política, denominado por ele de "catarse”, isto é, o momento da passagem de "classe em si" a "classe para si", em que as classes conseguem elaborar um projeto para toda a sociedade através de uma ação coletiva, cujo objetivo é criar um novo "bloco histórico".

Ao afirmar que são as relações sociais e suas contradições (as lutas de classes) que explicam o Estado, isto é, a forma política, Marx rechaça todas as concepções táticas e estratégicas de transição do capitalismo para o socialismo que possam vir a desaguar numa perda de autonomia da práxis revolucionária do movimento operário, afirmando que a sociedade socialista - produto da ação autônoma dos trabalhadores - será uma obra da revolução, na qual o Estado (no sentido de máquina burocrática de dominação de classe) será somente um meio, uma ferramenta dos trabalhadores no período de transição socialista à sua fase superior – o comunismo.

Neste quadro, a alternativa hegemônica ao domínio do capital implica a necessidade de uma transformação revolucionária irreversível, pois, dada a urgência do nosso tempo histórico, o desafio e o fardo que nos foi legado indica que apenas uma mais consistente e radical redefinição dos objetivos transformadores é capaz de apresentar alguma esperança de sucesso ante as restrições e contradições sistêmicas incorrigíveis do capital. Ou seja, somente a alternativa socialista pode apresentar uma maneira historicamente sustentável de escapar dessa situação de tão grave periculosidade, o que, no entanto, não exclui o fato de

[11] Segundo SIMIONATTO (1997), a relação dialética entre social e político, político e econômico, Estado e sociedade, público e privado, depende, em grande medida, da reafirmação desses organismos, de sua capacidade de fazer política, enraizando práticas sociais que possibilitem estabelecer novas contratualidades na dinâmica societária. A primazia do público sobre o privado e o fortalecimento de uma cultura pública aparecem, neste momento de crise, como referências fundamentais.

que a possibilidade dessa alternativa exige "um exame crítico do passado", bem como uma reavaliação "de algumas estratégias que, mesmo hoje, são ainda seguidas pelo movimento operário" (Mészáros, 2007, p. 377).

Referências

ABREU, M. H. E. **Território, Política Social e Serviço Social:** caminhos e armadilhas no contexto do social-liberalismo. Campinas: Papel Social, 2016.

ACANDA, J. L. **Sociedade civil e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

ANTUNES, R. **O continente do Labor**. São Paulo: Boitempo, 2011.

BAMBIRRA, V. **O capitalismo dependente latino-americano**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2013.

BARBOZA, D. R. **A construção da democracia (vulgar) no processo da revolução burguesa no Brasil.** 2014. 566 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

BARBOZA, D. R. Natureza de classe e características particulares do fascismo: contribuições de Gramsci para pensarmos o Brasil atual. **O Social Em Questão (ONLINE)**, v. 3, p. 127-148, 2021. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/54027/54027.PDF . Acesso em: 25 jun. 2023

BARBOZA, D. R. A violência organizada e institucionalizada nas estruturas de poder: processos de fascistização no Brasil da Era Bolsonaro. **Revista Ágora (Vitória),** v. 33, p. e-2022330208, 2022a. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/agora/article/view/38295 . Acesso em: 25 jun. 2023

BARBOZA, D. R. Entre a tempestade sangrenta e a silenciada bonança: a "democracia vulgar" nos processos políticos do Brasil. **Revista Em Pauta**, v. 20, p. 35-60, 2022b. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/68504 . Acesso em: 25 jun. 2023

BARBOZA, D. R.; ANDRADE, C. As particularidades do Estado na formação social brasileira: a reiteração da via repressiva de contenção das reivindicações populares. In: BARBOZA, D. R.; BOTELHO, J. (Org.). **Lutas sociais e ofensiva do capital no Brasil contemporâneo: d**esafios e estratégias de organização da classe trabalhadora. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020, v. 1, p. 295-331. Disponível em: https://www.editoranavegando.com/livro-lutas-sociais-e-ofensiva-do-capita. Acesso em: 12 abr. 2023

BARBOZA, D. R.; FERREIRA, A. C. S. Neoliberalismo, social-liberalismo e a antessala para os processos de fascistização no Brasil. **Revista de Políticas Públicas da UFMA,** v. 26 (2), p. 636-657, 2023. Disponível em: https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/20645. Acesso em: 25 jun. 2023

BEHRING, E, R. **Fundo público, valor e política social**. São Paulo: Cortez, 2021

BEHRING, E, R; BOSCHETTI, I. **Política Social:** fundamentos e história. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BOITO JR., A. **Estado, política e classes sociais**: ensaios teóricos e históricos. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

BOITO JR., A. A questão do fascismo no governo Bolsonaro. In: **Jornal Brasil de Fato**, São Paulo, 10 de janeiro de 2019. Disponível em:https://www.brasildefato.com.br/2019/01/10/artigo-or-a-questao-do-fascismo-nogoverno-bolsonaro. Acesso em: 15 abr. 2023.

BORON, A. Os "novos Leviatãs" e a *polis* democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina" in: SADER, E., GENTILI, P. (orgs) **Pós-neoliberalismo II**: que Estado para que democracia? Petrópolis, RJ: Vozes, 1999, p. 7 -67

BRANCO, J. O neofascismo e a estética da destruição. **Brasil de Fato**, 03 de agosto de 2021. Disponível em: https://www.brasildefators.com.br/2021/08/03/o-neofascismo-e-a-estetica-da-destruicao. Acesso em: 28 maio 2023.

BUHL, K.; KOROL, C. **Criminalização dos protestos e dos movimentos sociais**. São Paulo: Instituto Rosa Luxemburg Stiftung, 2008.

CASTELO, R. A violência como potência econômica na gênese da "questão social" no Brasil. **Temporalis,** *[S. l.]*, v. 21, n. 42, p. 94–109, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/36372. Acesso em: 28 fev. 2023.

COUTINHO, C. N. **Intervenções: o marxismo na batalha das idéias.** São Paulo: Cortez, 2006.

CUEVA, A. **O desenvolvimento do capitalismo na América Latina.** São Paulo: Global, 1983. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/410312230/Agustin-Cueva-O-Desenvolvimento-do-Capitalismo-na-America-Latina-Global-Editora-1983-pdf. Acesso em: 28 fev. 2023.

CUEVA, A. A questão do fascismo. 2 de julho de 2020. **Lavra Palavra**. Disponível em: https://lavrapalavra.com/2020/07/02/a-questao-do-fascismo/ . Acesso em: 28 fev. 2023.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. Zahar editores, 1981.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil.** Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987.

FERNANDES, F. **Apontamentos sobre a "Teoria do Autoritarismo".** São Paulo: Expressão Popular, 2019.

FONTES, V. O protofascismo – arranjo institucional e policialização da existência. **Revista eletrônica Marxismo** *21*, 2019. Disponível em: https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2017/05/Virg%C3%ADnia-Fontes-O-protofascismo-%E2%80%93-arranjo-institucional-e-policializa%C3%A7%C3%A3o-da-exist%C3%AAncia.pdf . Acesso em: 18 jun. 2023.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. v.5. O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. v.3. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b

HARVEY, D. **A produção Capitalista do Espaço**. Coleção Geografia e Adjacências. São Paulo: Annablume, 2005.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008

IANNI, O**. O colapso do populismo no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

IANNI, O**. Imperialismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

IANNI, O**. O ciclo da revolução burguesa**. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

IANNI, O**. A ideia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

IANNI, O**. Pensamento social no Brasil**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004.

IANNI, O**. A ditadura do grande capital**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

IASI, M. O Estado depois do ajuste: políticas sociais na época da hipocrisia deliberada. In: IASI, M. **Política, Estado e ideologia na trama conjuntural**. São Paulo: Instituto Caio Prado Jr., 2017. p. 241-264.

KONDER, L. **O futuro da filosofia da práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

KOROL, C. Criminalização dos Movimentos Sociais na América Latina. **Revista da Associação dos Docentes da UFF –** Classe, Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, p. 10–13, out/nov/dez. 2008. Disponível em: https://issuu.com/aduff/docs/classe2. Acesso em: 25 jun. 2023.

MACIEL, D. Governo Bolsonaro, ameaça fascista e luta socialista. **Revista eletrônica Marxismo 21,** 2019. Disponível em: https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2017/05/David-Maciel-Governo-Bolsonaro-amea%C3%A7a-fascista-e-luta-socialista.pdf . Acesso em: 18 jul. 2023.

MARE – MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO E REFORMA DO ESTADO. **Plano Diretor da Reforma do Estado.** Brasília (DF), dezembro de 1995.

MARINI, R. M. Possibilidades e limites da Assembléia Nacional Constituinte. In: SADER, Emir (Org.). **Constituinte e Democracia no Brasil hoje.** São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 17-43.

MARINI, R. M. **Dialética da dependência**. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MARINI, R. M. **Subdesenvolvimento e revolução**. 4. ed. Florianópolis: Insular, 2013.

MARX, K. **O capital.** Livro I, tomo 1. SP: Editora Nova Cultural, 1996a.

MARX, K. **O capital.** Livro I, tomo. 2. SP: Editora Nova Cultural, 1996b.

MARX, K. **A questão judaica**. Rio de Janeiro, Centauro, 2000.

MARX, K.; ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Vitória, 1961. 3v. V. 1. p. 13-47.

MASCARO, A. L. **Crise e golpe**. São Paulo: Boitempo, 2018

MESTRINER, M. L. **O Estado entre a filantropia e a Assistência Social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2002.

MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

NETTO, J. P. **Democracia e transição socialista:** escritos de teoria política. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social:** uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social.** São Paulo: Cortez editora, 2011.

NOVACK, G. **O desenvolvimento desigual e combinado na história**. São Paulo: Sundermann, 2008.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à Razão Dualista:** o ornitorrinco**.** São Paulo: Boitempo, 2003.

OSORIO, J. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. (Orgs.). **Padrão de reprodução do capital:** Contribuições da Teoria Marxista da Dependência. São Paulo: Boitempo, 2012

POULANTZAS, N. *Fascismo e ditadura.* Porto: Portocalense Editora, 1972.

SANTOS, J. Particularidades da "Questão Social" no Brasil: Elementos para o debate. **Temas & Matizes***,* v. 9, n. 17, p. 125-150, 2010. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/temasematizes/article/view/4707. Acesso em: 28 jun. 2023.

SEMERARO, G. Da sociedade de massa à sociedade civil: a concepção da subjetividade em Gramsci. **Revista Educação e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 66, p.65-83, abr. 1999.

SEMO, Enrique. **História del capitalismo en México**. Los orígenes. 1521/1723. México: Editora Era, 1973.

SILVA, M. C. da. **O Estado em seu Labirinto:** a particularidade do Estado na América Latina. 2019. Dissertação (Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

SIMIONATTO, I. O social e o político no pensamento de Gramsci. In: AGGIO, A (Org.). **Gramsci:** a vitalidade de um pensamento. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.

TAVARES, M. da C. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. 3.ed. Campinas: Ed. Da Unicamp, 1998.

TROTSKY, L. Peculiaridades do desenvolvimento da Rússia. In: TROTSKY, L. *A* **História da Revolução Russa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VIA CAMPESINA BRASIL. **A Ofensiva da Direita Para Criminalizar os Movimentos Sociais no Brasil.** São Paulo, 2010. Disponível em: https://mst.org.br/download/a-ofensiva-da-direita-para-criminalizar-os-movimentos-sociais-no-brasil/ . Acesso em: 28 jun. 2023

CAPÍTULO 4

FASCISTIZAÇÃO, MILITARIZAÇÃO DAS ESTRUTURAS DE PODER E ESCOLAS CÍVICO-MILITARES NO BRASIL

Kátia Lima
Larissa de Moura Paquiella
Viviane de Queiroz

Introdução

Este capítulo nasce das reflexões coletivas realizadas no Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional/UFF, no Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Serviço Social/GEPESS/UFF e na REDE Capitalismo Dependente, Educação e Serviço Social/CADESS que articulapesquisadores da UFF e da UnB e da participação das autoras nas ações políticas organizadas pelo ANDES/Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior em defesa da educação pública, gratuita, laica e democrática em nosso país.

O texto apresenta um conjunto de análises sobre o avanço do processo de militarização das estruturas de poder no Brasil, particularmente no contexto pós 2019, examinando, especialmente, a organização do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares/Pecim (Decreto 10.004/19) que amplia e aprofunda a atuação de militares na gestão financeira, administrativa e político-pedagógicas das escolas públicas estaduais, municipais e distritais.

Em diálogo com a obra florestaniana, partimos do exame das particularidades da inserção capitalista dependente do Brasil na economia mundial e da natureza autocrática da burguesia brasileira como eixos para a configuração de traços fascistóides em nosso país, onde o autoritarismo sempre foi largamente intensificado e reciclado. Neste sentido, a identificação da autocracia burguesa como nexo estruturante do capitalismo dependente e da contrarrevolução burguesa, como um processo permanente e prolongado, nosauxiliarão a compreender como esses traços fascistóides ocorrem, em tempos de crise do capital e de sua ofensiva ultraconservadora, pela militarização das estruturas de poder e incidirão nas políticas econômicas e sociais, particularmente, na política de educação.

A partir destas reflexões, analisaremos a militarização das estruturas de poder no governo Bolsonaro (2019/2022), tratando, da criação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares/Pecim (decreto 10.004/19). O Pecim é uma iniciativa do Ministério da

Educação, em parceria com o Ministério da Defesa, que operacionaliza a atuação de militares nas escolas públicas. Analisar o significado político-pedagógico do Pecim é a tarefa que realizaremos no item *Fascistização e militarização no governo Bolsonaro: o Pecim*.

Por fim, consideramos que a escola militarizada é incompatível com a formação de sujeitos políticos críticos e criativos e com a democratização das relações escolares. A escola militarizada é a expressão da imposição do disciplinamento de corpos e mentes da juventude negra, pobre e periférica e, também, estratégia de cooptação dos militares, que receberam gratificações acima dos seus soldos para adesão ao projeto ultraconservador conduzido, até o final do ano 2022, pelo governo Jair Bolsonaro.

Os estudos e pesquisas que estamos realizando indicam, portanto, que o Pecim materializa um projeto fascistizante para a área da educação e que somente a luta coletiva daqueles que defendem a educação pública, gratuita, laica e democrática poderá deter.

Autocracia burguesa e fascistização no capitalismo dependente

Em sua teorização sobre o capitalismo, Florestan Fernandes (1968, 1975, 2005) examina as leis gerais que regem o padrão de desenvolvimento capitalista e, ao mesmo tempo, as particularidades da formação econômico-social brasileira na divisãointernacional do trabalho. O pensamento florestaniano trata, desta forma, do exame do capitalismo em uma das fases específicas, dirigindo suas análises para as classes que, a partir de suas disputas e embates, constituirão o desenvolvimento deste modo de produção e reprodução da vida social.

Neste sentido, considera que, se nas economias capitalistas hegemônicas a apropriação colonial foi um dos fatores da acumulação originária de capital, nas sociedades capitalistas dependentes, a *revolução capitalista* ocorreu pela perda constante e violenta de parte substancial do seu excedente econômico. Este é um eixo central da análise florestaniana: a economia de mercado capitalista cresceu com o excedente econômico transferido ou pilhado das economias coloniais, fazendo com que a economia de mercado capitalista das sociedades capitalistas dependentes apresentasse dimensões estruturais e dinâmicas determinadas por sua condição heteronômica naeconomia mundial. Não se trata, portanto, de situações de distorções ou carências destespaíses, mas do lugar que ocupam na ordem mundial.

Simultaneamente, o padrão de expropriação do excedente econômico que interessa aos núcleos hegemônicos interessa também à burguesia nativa. A dependência não pode ser

atribuída exclusivamente ao padrão de dominação externa. Nas teorizações florestanianas é fundamental observar como as classes se movimentam internamente na condução do projeto burguês de sociabilidade. Assim, as burguesias nativas ocupam um lugar central na estruturação do padrão dual de expropriação do excedente econômico associado ao padrão compósito de hegemonia burguesa garantidores da dominação de classe no capitalismo dependente.

Articulando universalidade, particularidades e singularidades, Florestan Fernandes (1968, 2005) examina que, ao mesmo tempo em que a burguesia conduz a revolução burguesa, ela foi incapaz de romper com a *condição colonial permanente* forjada desde o Brasil colônia, fazendo com que as estruturas sociais e econômicas do mundo colonial fossem revitalizadas, respondendo, assim, aos interesses das elites nativas e demarcando o aburguesamento do senhor rural e de arcaização do moderno e modernização do arcaico. Tal processo incidiu, inclusive, na permanência de formas heterogêneas e anacrônicas de produção que preenchem historicamente determinadas funções na economia mundial, permitindo explorar intensamente a força de trabalho, especialmente de homens negros e mulheres negras, em bases anticapitalistas, semicapitalistas e capitalistas (Fernandes, 1975 e 1989).

Neste sentido, não se trata da sobrevivência de sistemas econômicos pré-capitalistas em economias capitalistas, mas da conjugação de formas desiguais de produção que coexistem e que possuem em sua centralidade a superexploração da força de trabalho garantidora do padrão de expropriação e de hegemonia burguesa inerentes ao capitalismo dependente (Lima e Soares, 2020).

No que se refere ao padrão de expropriação do excedente econômico, Fernandes (1981a) evidencia que a depleção permanente das riquezas dos países capitalistas dependentes ocorre para promover a acumulação de capital para as economias centrais e para a burguesia local sob a aparência de uma monopolização do excedente econômico para as primeiras, como se a burguesia local ou nativa fosse sua vítima. "Na realidade, porém, a depleção das riquezas se processa às custas dos assalariados e destituídos da população, submetidos a mecanismos permanentes de sobreapropriação e sobreexpropriação capitalistas" (Fernandes, 1981a, p.45).

O perfil ultraconservador da burguesia brasileira e suas ações antissociais e antinacionais de exploração crescente da força de trabalho, de exportação de parte do excedente econômico para os centros imperialistas e de intensificação das desigualdades econômicas e sociais formatam uma modalidade duplamente rapinante do capitalismo

forjada por uma mentalidade burguesa extremamente reacionária, egoísta e estreita originária da mentalidade do senhor rural, realizando a superexploração da força de trabalho e gerando frações da classe trabalhadora apartadas do acesso às condições mínimas de vida inerentes ao próprio capitalismo.

Violência e sobreexpropriação são, portanto, elementos estruturantes da natureza da burguesia brasileira. A expansão do capitalismo dependente realiza a renovação, com novas aparências, do próprio capitalismo dependente, fazendo com que a frágil democracia restrita, em curso historicamente no Brasil, sob qualquer ameaça mínima à estabilidade da ordem burguesa, adquira a feição de uma catástrofe iminente, provocando estados de extrema rigidez estrutural evidenciando, desta forma, a constituição de um padrão autocrático da acumulação do capital em nosso país.

Aqui também o papel do Estado é central: organizar a polícia, as forças armadas, operar a militarização do poder e controlar o aparato judiciário para reprimir, prender, excluir, disciplinar e exterminar, se for necessário. Daí a compreensão da autocracia burguesa pelo poder ilimitado de uma classe estabelecido no capitalismo dependente. Sequer a democracia de participação ampliada é conduzida pela burguesia brasileira, mas tão somente a esvaziada democracia restrita ofertada aos considerados "mais iguais", isto é, às classes dominantes.

Em tempos de crise do capital e de avanço da ofensiva ultraconservadora como estratégia para garantia das margens de lucro e da hegemonia burguesa, precisamos identificar como as classes se movimentam na disputa entre projetos antagônicos de sociabilidade, particularmente no capitalismo dependente. Autocracia burguesa e contrarrevolução burguesa permanente e prolongada constituem, na obra florestaniana, dois eixos teóricos fundamentais para análise da luta de classes em países capitalistas dependentes e nos auxiliam no exame do processo que Fernandes (1981b) identificou como a manifestação da fascistização das estruturas de poder nestes países.

É a partir deste quadro teórico que Fernandes analisa como a democracia restrita operacionalizada pelo Estado autocrático-burguês consubstancia um processo contrarrevolucionário permanente e prolongado nos países capitalistas dependentes. A contrarrevolução burguesa é conduzida como estratégia de reprodução da ordem societária e o Estado burguês assume o papel de legitimar a violência e o ódio de classe pela ação das forças armadas, da polícia e do arcabouço jurídico sob a aparência de atuar acima dos antagonismos de classe.

Estes eixos teóricos serão apresentados por Florestan Fernandes em duas importantes obras: *Apontamentos sobre a "teoria do autoritarismo*" e *PoderContrapoder na América Latina*. No primeiro livro, Florestan Fernandes (2019) ressalta que o Estado autocrático-burguês possui três faces: a democrática, a autoritária e a fascista. A face democrática conduz a democracia restrita, isto é, uma democracia nos limites da autocracia burguesa que precisa garantir, ainda que minimamente, as funções de legitimação da ordem burguesa. A face autoritária é condutora de uma política econômica que viabiliza a incorporação do país ao padrão de acumulação capitalista e a face fascista que, nos termos de Fernandes (2019, p. 89):

> [...] se implanta "dentro do Estado" e nasce de necessidades ultra repressivas e da institucionalização da opressão sistemática (sem ela, seria impossível o próprio capitalismo selvagem e a manutenção da ordem, pois os assalariados e os setores pobres se revoltariam, com apoio de divergentes de outras classes. A principal função dessa conexão é a fragmentação do movimento operário e sindical bem como a neutralização de qualquer potencialidade de protesto popular).

No referido texto, examinando a contrarrevolução em escala mundial, Fernandes (2019) afirma que, em um contexto de agravamento das suas contradições, o capitalismo, para resguardar-se caminha na direção do fascismo, da exacerbação do poder autoritário e da violência de classe.

Em *Poder e Contrapoder na América Latina*, Fernandes (1981b, p.15) destaca que os regimes fascistas foram derrotados, "[...] o fascismo, porém, como ideologia e utopia, persistiu até hoje, tanto de modo difuso, quanto como uma força política organizada". O autor analisa como a manifestação do fascismo persiste através de traços e tendências mais ou menos abertas ou dissimuladas, especialmente em países capitalistas dependentes, onde o autoritarismo foi largamente intensificado e reciclado. Assim, o fascismo nos países capitalistas dependentes "[...] pressupõe mais uma exacerbação do uso autoritário e totalitário da luta de classes, da opressão social e da repressão política pelo Estado, do que uma doutrinação de massa e movimentos de massa" (Fernandes, 1981b, p. 17).

Neste sentido, Florestan Fernandes (1981b) considera que o fascismo nestes países, marcados por propensões internas para o autoritarismo, é substancialmente contrarrevolucionário e atua em dois sentidos: para impedir que a democratização (democracia de participação ampliada), nos limites da democracia burguesa, conforme destacamos anteriormente, ameace a superconcentração de riquezas, prestígio e poder e, também, para impedir a organização dos movimentos socialistas. Essa forma de

fascismo na América Latina tem um papel fundamental de autodefesa e de auto privilegiamento das classes dominantes.

Estes traços fascistóides, para o autor, apresentam também certas continuidades culturais herdadas das estruturas autoritárias de poder do colonialismo, mas não se constituem em meros produtos dessas estruturas que são permanentemente recicladas pelo processo identificado, pelo autor (Fernandes, 1968, 2005) como *condição colonial permanente*, como destacamos anteriormente. O fascismo, para Florestan Fernandes (1981b) é uma força moderna associada aos interesses imperialistas na periferia do capitalismo.

Tratando especificamente do Brasil, Fernandes (1981b) analisa como as classes dominantes organizam, historicamente, a partir de composições civil-militares, uma política conservadora-reacionária que articula interesses externos e internos, realizando a nova face dos padrões de sobre expropriação do excedente econômico e de hegemonia burguesa. Mesmo a ordem política estabelecida pela institucionalidade burguesa é distorcida e reduzida para uma concepção totalitária, fazendo com que as estruturas de poder sejam expressões de um contínuo e permanente processo de fascistização operacionalizado pelo controle da comunicação de massas; pela opressão e neutralização da oposição e pelo controle da economia e das políticas sociais (especialmente a educação), inclusive com o uso da militarização do poder. Assim,

> [...] militarização do poder e fascismo surgem como respostas alternativas, que podem facilmente encadear-se, engendrando um padrão de dominação burguesa rígido, 'revolucionário' como mistificação ideológica (porque, de fato, o que se procede é à institucionalização da pressão contrarrevolucionária) (Fernandes, 1995, p.143).

Florestan Fernandes (1981b) nos ajuda a perceber que, no capitalismo dependente, a natureza antissocial e violenta da burguesia condutora de um permanente processo contrarrevolucionário, marcado pelo totalitarismo de classe, faz com que a fascistização das estruturas de poder seja realizada com relativa facilidade especialmente pelas frações ultraconservadoras da burguesia brasileira. Desta forma, a função política da fascistização será manter e reproduzir a sobre expropriação e o padrão compósito de hegemonia burguesa pela contrarrevolução burguesa permanente, incidindo na superexploração da força de trabalho e demandando a formação de um sujeito político útil e dócil ao capital.

Trata-se, desta forma, de um fascismo de menor refinamento ideológico, de uma fascistização profundamente autoritária que incidirá, inclusive, na configuração da política de educação, indicando novos desafios para os que lutam pela educação pública e democrá-

tica no Brasil, como examinaremos a seguir.

A política educacional brasileira: um campo em disputa

Partimos da concepção de que a política educacional é determinada pelas relações sociais inscritas no processo de expansão do capitalismo, por isso, tal política só pode ser analisada a partir da configuração histórica e espacial da luta de classes, isto é, das disputas entre projetos antagônicos de educação e de sociabilidade.

Consideramos que a fascistização das estruturas de poder anteriormente analisada combina a histórica expropriação da terra com as formas de expropriações secundárias massivas de trabalhadores,[1] pela expansão de processos de trabalho precarizados, desprovidos de contrato, de direitos trabalhistas e com extensas jornadas. Desta forma, a superexploração da força de trabalho encontra suas bases tanto nos interesses das nações imperialistas, como das nações capitalistas dependentes que associam tal superexploração à difusão de valores ultraconservadores, cujas raízes são herdadas da mentalidade colonial sistematicamente revitalizada sob novas expressões na atualidade.

Superexploração da força de trabalho e ultraconservadorismo são, portanto, os elementos constitutivos das ações antinacionais e antissociais da burguesia brasileira, como analisamos no item anterior deste capítulo. Qualquer possibilidade de pressão da classe trabalhadora pelo alargamento de sua participação, mesmo que dentro da ordem burguesa, na luta por direitos sociais, gera um movimento contrarrevolucionário permanente e prolongado de autodefesa dos interesses econômicos e políticos da burguesia. Um movimento de traços fascistóides marcado pela militarização das estruturas de poder e que incidirá também na política de educação.

Examinando a manifestação destes elementos estruturantes na conjuntura recente, Sampaio Jr. (2017) afirma que o temor da crescente inquietação social, como a rebelião urbana de 2013,[2] alarmou a burguesia brasileira, pois, "as concessões feitas às classes

---

[1] Segundo Fontes (2010), desde os anos de 1950, a concentração de capitais necessita e impulsiona formação de trabalhadores, portanto intensifica no mundo inteiro a expropriação primária dos trabalhadores (original, de grandes massas campesinas ou agrárias) – retirada dos trabalhadores do campo. E, principalmente nos anos de 1980, se volta para as expropriações secundárias – expropriação de bens coletivos (bens da natureza e expropriação de direitos), impulsionadas pelo capital-imperialismo.

[2] Grandes manifestações de revolta urbana ocorreram no Brasil em 2013. "As formas tradicionais de luta e protesto recrudesceram. Ocupações urbanas, quebra-quebras, interrupções de ruas, cortes de rodovias e tomadas de prédios públicos tornaram-se parte do cotidiano das grandes cidades. Paralelamente, na esteira do exemplo deixado pelo Movimento Passe Livre, proliferaram novas formas de contestação, mais ou menos politizadas. Algumas delas tiveram forte impacto nacional, como a aguerrida campanha pela deposição do governador do Rio de Janeiro, a vigília em defesa de Amarildo, as manifestações contra a Copa, os 'rolezinhos' nos grandes shoppings. Os sindicatos não passaram ilesos

subalternas teriam ultrapassado o limite do razoável, colocando na ordem do dia a urgência de conter o ímpeto das reivindicações sociais e cortar pela raiz o processo de ascensão das massas" (p. 245). Para o autor, esse novo contexto, acentuou a luta entre os partidos da ordem para operar o comando do Estado e administrar o ajuste do Brasil aos interesses do capital.

Neste contexto político, marcado pelo avanço das ofensivas ultraconservadoras do capital em relação aos direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora, foi organizado o Encontro Nacional de Educação (ENE), em 2014, com o objetivo de dar sequência política ao Plebiscito organizado pelo "Comitê Nacional em Defesa dos 10% do PIB para a Educação Pública Já" e visando avançar na reorganização das lutas em defesa da educação pública, concebida como um importante campo de disputa entre os interesses privatistas e os interesses da classe trabalhadora.

As greves da educação básica e superior realizadas em 2011 e 2012 e as ações do movimento estudantil nas Jornadas de Junho de 2013 apontavam para a tarefa de formar uma unidade de ação da classe trabalhadora. Neste sentido, Leher (2018, p. 53) destaca que "[...] essa avaliação levou um conjunto de entidades a sustentar como necessário retomar a tese do novo ponto de partida para as lutas em defesa da educação pública: esse é [era] o objetivo da convocação do Encontro Nacional de Educação".

Por outro lado, o ativismo burguês abriu espaço para uma nova figura de extrema direita: o Movimento Brasil Livre (MBL), uma organização virtual que convocou, em 2014, vários protestos de rua. O MBL é uma marca criada pelo Movimento Estudantes Pela Liberdade (EPL), uma versão brasileira dos *Students for Liberty*[3] que advém do movimento nos EUA, oficialmente apresentado no Fórum da Liberdade em 2012 – um evento da agenda liberal no Brasil voltado ao público jovem e universitário para compor novos quadros da ideologia de mercado.

O EPL é um dos Aparelhos Privados de Hegemonia/APHs de ação doutrinária com a estratégia de atualizar as formas de organização e de dominação da burguesia

---

pela forte onda de protestos. Não obstante a presença dominantes de direções burocráticas e pelegas, sob pressão dos trabalhadores de base, as greves multiplicaram-se em todos os setores da economia. Muitas delas, como a dos professores e dos garis do Rio de Janeiro, atingiram uma dimensão que extrapolou largamente o horizonte corporativo para engrossar o coro por reformas democráticas – a substância das reinvindicações que impulsionaram as manifestações dos jovens" (Sampaio Jr, 2014, p. 8).

[3] A instituição que se intitula como libertária sem fins lucrativos foi criada em 2008 nos Estados Unidos e com atuação internacional (presente em 110 países). Segundo Casimiro (2018), "[...] trata-se de uma organização fundamental na articulação entre os *thinks tanks* conservadores americanos – especialmente entre aqueles que se definem como libertários – e a juventude 'antipopulista' da América Latina. O empresário Alejandro A. Chafuen, presidente da Atlas Network, desde 1991, é o seu mentor. O Atlas Network atua como suporte de diversos outros *thinks tanks* de alta influência nos EUA e no mundo, defendendo os pressupostos do livre mercado, a propriedade privada e a desregulamentação da economia" (p. 398).

brasileira, financiado e instrumentalizado por setores liberal-conservadores, organizações internacionais e intelectuais coletivos tradicionais, vinculados à doutrina liberal no Brasil. Constituiu-se a partir de fóruns onde ocorreram encontros desses grupos de extrema direita para a formação de quadros, visando disputar espaços e difundir o pensamento conservador nos meios universitários.

Em seu primeiro congresso em 2015, o MBL elaborou propostas[4] ultrarreacionárias para a educação, saúde, sustentabilidade, reforma política, economia, justiça, transporte e urbanismo. O referido movimento também liderou manifestações pelo *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, em 2015 e, em 2016, articulou, com as bancadas evangélica e ruralista do Congresso Nacional, uma agenda do capital, onde se destacavam a contrarreforma trabalhista, o ajuste fiscal e a redução da maioridade penal, apoiando o então candidato à presidência Jair Bolsonaro no segundo turno das eleições presidenciais de 2018.[5]

Após a eleição de Bolsonaro, em dezembro de 2018, ocorreu em Foz do Iguaçu a1ª Cúpula Conservadora das Américas, organizada pela Fundação INDIGO (Instituto de Inovação e Governança – Fundação do Partido Social Liberal /PSL). Fundada em 2010, a fundação tem como objetivos: formar, educar, capacitar, qualificar e desenvolver líderes e militantes da extrema direita. A Fundação INDIGO reúne intelectuais orgânicos do referido governo e foi criada, conforme divulga em seus documentos, para contrapor-se ao Encontro de Partidos e Organizações de Esquerda da América Latina e do Caribe (chamado de Foro de São Paulo, fundado em 1990).[6]

Neste contexto de avanço das ofensivas burguesas, o MEC, em apenas um ano e meio do governo Jair Bolsonaro (2019-2022) foi ocupado por quatro ministros. Todos conduziram suas ações tendo como eixo a disseminação de políticas ultraconservadoras por meio da pedagogia da dor.[7] O antimarxista e defensor do movimento político "Escola Sem Partido"[8] Ricardo Vélez Rodríguez esteve em exercício como Ministro da

---

[4] MBL. Propostas aprovadas no primeiro Congresso Nacional do Movimento Brasil Livre, 2015. Disponível em: https://mbl.org.br/wp-content/uploads/2017/05/propostas-mbl.pdf. Acesso em: 02 jun. 2020.

[5] Uma análise detalhada do Programa de governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) pode ser encontrada em Lima (2019).

[6] Esse encontro ocorreu em São Paulo, em julho de 1990, a partir de uma convocatória de Lula e Fidel Castro, que reuniu 48 partidos e organizações de esquerda da região latino-americana e caribenha. A reunião tinha como objetivo de refletir e construir ações coletivas após a queda do muro de Berlim. Após 30 anos de sua criação, o Foro organiza ações com o objetivo de enfrentar e derrotar a contraofensiva neoliberal. Disponível em: https://forodesaopaulo.org/breve-historico-e-fundamentos/ Acesso em: 08 nov. 2022.

[7] A "educação pela dor" de disciplinamento de crianças, adolescentes e jovens, é defendida pelo pastor Milton Ribeiro, ex-ministro da educação do governo Bolsonaro, que esteve em exercício de 16 de julho de 2020 a 28 de março de 2022. A pedagogia da violência indica traços fascistóides na configuração da política educacional em nosso país, por meio da propagação do ódio, da *violência* e da perseguição.

[8] O movimento autointitulado "Escola sem Partido" foi criado em 2004, pais e responsáveis de estudantes do ensino fundamental para agir contra a "doutrinação esquerdista" nas escolas. Esse movimento ganha maior visibilidade em 2014,

Educação de 01 de janeiro a 08 de abril de 2019.

Em abril de 2019, Abraham Weintraub, professor da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) assume o MEC, no lugar de Rodríguez, onde permaneceu até 19 de junho de 2020. Weintraub, economista e mestre em administração na área de finanças pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) foi apresentado inicialmente como "doutor" no *twitter* de Jair Bolsonaro, apesar de não ter doutorado. É ex-aluno de Olavo de Carvalho e integrou, desde o início do governo Bolsonaro, a equipe de transição do governo no qual inicialmente foi nomeado secretário-executivo da Casa Civil. Atuou a maior parte da sua carreira no mercado financeiro (economista-chefe e diretor do Banco Votorantim e como sócio na Quest Investimentos) e já foi membro do comitê de *Trading* da BM&FBovespa.

Tanto o presidente quanto o então Ministro da Educação realizaram duros ataques à educação pública. Entre os primeiros ataques do governo Bolsonaro à educação pública, destacamos as declarações de Abraham Weintraub (Ex-Ministro da Educação) e de Jair Bolsonaro (ex-Presidente da República) incentivando a filmagem de docentes por alunos em sala de aula, sem autorização, criminalizando os professores e professoras que fizessem críticas ao governo federal.

Também neste período foi conduzido um intenso processo de intervenção federal nas universidades, institutos federais e Cefets.[9] Tanto o Presidente quanto o Ministro da Educação concentraram suas ofensivas às áreas das ciências humanas e sociais. Segundo Leher (2020), esse conjunto de ataques contra a universidade pública federal está no bojo da Guerra Cultural analisada pelo autor nos seguintes termos:

> Trata-se de uma campanha efetivada pelo núcleo duro que sustenta o atual governo congregando fundamentalismo "cultural" (hostil à laicidade, ao secularismo, à ciência, à arte e à cultura geral) e fundamentalismo econômico, por meio da adesão aos preceitos mais radicais do neoliberalismo, aqui caracterizado como ultraneoliberalismo. A área da educação é um de seus principais teatros de operações: nela pretendem difundir uma suposta ordem moral profundamente hostil à laicidade e ao secularismo, sustentar uma história "celebrativa dos grandes feitos", ecoar ideologias da doutrina de desenvolvimento com segurança em voga na ditadura empresarial-militar e preconizar uma pedagogia centrada no indivíduo competitivo. O seu braço econômico apregoa o fim da educação pública, um mal a ser combatido, pois o

a partir da adesão do deputado estadual Flávio Bolsonaro e do vereador Carlos Bolsonaro, ambos do Rio de Janeiro, decidem criar projetos políticos com as pautas indicadas, incluindo a pauta contra a "ideologia de gênero". Em 2015, o movimento "Escola sem Partido" se expande nacionalmente, e elaboram projetos de leis de âmbito municipal, estadual e federal. Para aprofundar a análise crítica deste projeto, consultar Frigotto (2017).

[9] Para saber mais acessar o dossiê "Militarização do governo Bolsonaro e intervenção nas Instituições Federais de Ensino" do ANDES-SN (2021). Disponível em:
https://www.andes.org.br/diretorios/files/renata/abril2021/DossieMilitarizacao.pdf> Acesso em: 08 nov. 2022.

> público insiste em trabalhar com o horizonte da cidadania, ainda que enfraquecida por anos de ressignificações, no lugar de exacerbar o individualismo possessivo. As alternativas desejadas são escolas charter, uso de vouchers e a refuncionalização das universidades como "organizações" não gratuitas e utilitaristas, permanentemente calibradas pelos influxos do "mercado" (Leher, 2020, p. 107-108).

Os históricos ataques à educação pública brasileira intensificam-se com o impacto da Emenda Constitucional 95/2016 e o orçamento público para a educação pública que já estava extremamente reduzido, com a eleição de Jair Bolsonaro, sofreu novos cortes e contingenciamentos, precarizando ainda mais as condições dos trabalhadores da educação e a formação dos estudantes.

Em resposta aos ataques à educação pública, as entidades combativas e classistas da área da educação convocaram suas categorias para uma Greve Nacional da Educação no dia 15 de maio de 2019 (15M). Essa data foi incorporada ao calendário de lutas aprovado no III ENE e esse dia ficou conhecido como o *Tsunami da Educação*. Foram registrados protestos em 222 cidades, com manifestações em todas as capitais do país, incluindo Brasília.

Após o *Tsunami da Educação* do dia de 15 de maio, entidades estudantis e sindicais definiram novas ações em defesa da educação pública e convocaram atos para o dia 30 de maio (30M). O 2º Dia Nacional de Lutas em Defesa da Educação Pública pautava a construção da greve geral contra a contrarreforma da previdência e o contingenciamento de 30% na educação. Essa foi a segunda grande manifestação nacional em defesa da educação pública que ocorreu em mais de duzentas cidades.

Foram diversos ataques do Ministério *anti-educação* de Jair Bolsonaro, seguindo as recomendações de Ricardo Salles (ex-Ministro do Meio Ambiente) e do ex-Ministro da Educação Abraham Weintraub que também considerava um bom momento da pandemia da Covid-19 "para passar a boiada", adotando "medidas infralegais", autorizando o MEC a nomear interventores nas instituições federais de ensino em razão da pandemia, e com a proposta de ampliação do número de *escolas policializadas*, sob o nome de escolas cívico-militares, como analisaremos a diante.

Estes processos encontraram na militarização das estruturas de poder uma importante estratégia para viabilizar o aprofundamento do padrão autocrático de acumulação do capital em nosso país anteriormente analisado. Melo (2020) aponta elementos políticos dogoverno Bolsonaro que buscam implementar no Brasil uma agenda internacional fascista, com uma presença massiva de militares na administração pública,

como não se via desde o período da ditadura empresarial militar.

Nos limites deste texto, apresentaremos a seguir dados recentes da militarização das estruturas de poder no governo Bolsonaro que evidenciam, em nossa hipótese de pesquisa, a materialidade dos traços fascistóides constitutivos daquele governo. Consideramos que a ampliação alarmante do número de militares ocupando cargos no serviço público tem dois objetivos: (i) difundir valores conservadores alicerçados na concepção de *nação* como uma instância acima de interesses de indivíduos, grupos, classes ou partidos, omitindo que está em curso uma profunda ofensiva do capital aos direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora e (ii) apresentar os militares, especialmente do alto escalão, como uma força disposta a defender o projeto quearticula a pauta ultraneoliberal e ultraconservadora pela violência e às custas da frágil democracia restrita conduzida historicamente pela autocracia burguesa em nosso país.

Neste quadro mais amplo da militarização, apresentaremos também dados atualizados do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares/Pecim examinado o seu significado político-pedagógico pela imposição do disciplinamento de corpos e mentes da juventude negra, pobre e periférica e, também, da evidente estratégia de cooptação dos militares pelas gratificações que receberam acima dos seus soldos.

Fascistização e militarização no governo Bolsonaro: o Pecim

Conforme abordado nos tópicos anteriores, os processos de fascistização e de militarização foram elementos centrais no Governo Bolsonaro, inscritos em um caldo cultural ultraneoliberal e ultraconservador que marca a configuração atual do capitalismo. Nesse sentido, à luz do pensamento sociológico de Florestan Fernandes, sustentamos a concepção de que a contrarrevolução burguesa permanente e prolongada, manifesta-se *a quente* nesse momento sócio-histórico. Fernandes (1980) constrói esse conceito para caracterizar o regime ditatorial empresarial-militar, em que a autocracia burguesa constituiu uma estrutura econômica, política e ideo-cultural que aglutinava a "ditadura de classe, a tirania burguesa quando esta autonomiza as funções de dominação e de poder do Estado capitalista, mediante sua militarização e tecnocratização, convertendo-o em uma forma política preponderantemente ditatorial" (Fernandes, 1980, p. 155).

Diante de um governo ultraconservador, violento, autocrático, negacionista, anticientificista, com tendências antidemocráticas e autoritárias, profundamente militarizado e tecnocrático, sustentamos a hipótese de que vivenciamos, no Brasil, no

período 2019/2022, uma nova face/fase da contrarrevolução a quente com traços marcadamente fascistóides. Nessa parte do texto, portanto, temos por objetivo refletir, ainda que brevemente, sobre a composição autocrática e militarizada do governo Bolsonaro (2019/2022) e como esta militarização se manifestou no campo educacional, a partir da análise do Programa Nacional das Escolas Cívico Militares, considerando sua implementação, abrangência territorial, bem como, o significado social, econômico, ideo-cultural e político-pedagógico que esse projeto representa.

Neste quadro político, consideramos importante resgatar alguns elementos que contextualizam a eleição do ex-presidente Jair Bolsonaro. Eleito pelo Partido Social Liberal (PSL), em 2018, com 55% dos votos válidos, segundo o TSE (2018),[10] Bolsonaro compôs a chapa com o General Hamilton Mourão (Republicanos), na coligação "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos", sendo o primeiro militar a ocupar este cargo pelo voto popular desde a eleição do General Dutra em 1945.

Durante os quatro anos (2019/2022), constituiu-se em um governo burguês com ampla participação de militares, conforme foi constatado no levantamento realizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU)[11] em 2020. Este relatório foi elaborado diante do argumento do Ministro Bruno Dantas sobre uma possível militarização excessiva do serviço público civil. O documento revelou que foram contabilizados 6.157 militares exercendo funções civis na Administração Pública Federal (TCU, 2020), o que significa o maior número de militares da reserva e da ativa ocupando cargos estratégicos de poder desde o período da Ditadura Empresarial-Militar.

Vale ressaltar que esse levantamento contabiliza somente os militares da ativa ou da reserva que estavam recebendo vencimentos/proventos em órgãos civis, ou seja, é possível que tenha se configurado um número ainda mais expressivo de militares, mas que não geravam despesas para órgãos civis e que, por isso, não foram considerados para elaboração dos dados do TCU.

Nesse quadro político mais amplo, entendemos que a militarização, como parte da fascistização das estruturas de poder no Governo Bolsonaro, materializa o aprofundamento do padrão autocrático de acumulação do capital no nosso país diante da crise mundial do capital, como examinamos anteriormente.

Dados apresentados pelo ANDES/SN (2021) revelam a atuação dos militares em cargos estratégicos do governo federal, conforme a tabela abaixo indicada.

---

[10] Disponível em: https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2018/Outubro/eleicoes-2018-justica-eleitoral-conclui-totalizacao-dos-votos-do-segundo-turno Acesso em: 15 out. 2022.

[11] Segundo relatório do TCU (2020) Disponível em: https://www.conjur.com.br/dl/levantamento-tcu.pdf Acesso em: 15 out. 2022.

Tabela 1. Militarização no Governo Bolsonaro (2019-2021)

Militar da ativa/reserva ou com formação militar	Cargo no Governo Bolsonaro
Jair Bolsonaro Capital do Exército	Presidente da República
Hamilton Mourão General do Exército	Vice-presidente da República
Otávio do Rêgo Barros General da reserva	Porta-voz da Presidência
Walter Souza Braga Netto General do Exército	Ministro da Casa Civil
Augusto Heleno Ribeiro Pereira General da reserva do Exército	Gabinete de Segurança Institucional
Luiz Eduardo Ramos B. Pereira General do Exército	Secretaria de Governo
Fernando Azevedo e Silva General do Exército	Ministro da Defesa
Marcos Pontes Tenente-coronel da Aeronáutica	Ministro da Ciência e Tecnologia
Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Júnior Almirante da Marinha	Ministro de Minas e Energia
Eduardo Pazuello General do Exército	Ministro da Saúde
Milton Ribeiro Segundo Tenente do Exército	Ministério da Educação
Wagner de Campos Rosário Capitão do Exército	Controladoria Geral da União (CGU)
Ministro Tarcísio de Freitas Concluiu o curso da Academia Militar das Agulhas Negras (Aman), que forma oficiais do Exército.	Ministério da Infraestrutura
Ministro Wagner Rosário Concluiu o curso da Academia Militar das Agulhas Negras (Aman), que forma oficiais do Exército.	Controladoria-Geral da União
Flávio Augusto Viana Rocha Oficial Geral da Marinha	Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE)
Joaquim Silva e Luna General	Presidência da Petrobrás
Eduardo Bacellar Leal Ferreira Almirante	Presidente do Conselho de Administração da Petrobrás
Ruy Schneider Oficial da Reserva da Marinha	Conselheiro do Conselho de Administração da Petrobras
Valdir Campoi Junior Coronel da reserva	Membro do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (CNPCT)
Eduardo Miranda Freire de Melo Capitão de corveta	Membro do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (CNPCT)

Fonte: ANDES (2021).

Neste quadro de militarização do serviço público federal, de estatais e de órgãos oficiais merece destaque a militarização da saúde, especialmente na conjuntura da pandemia da Covid-19,[12] conforme tabela abaixo.

Tabela 2 - Principais cargos ocupados por militares no Ministério da Saúde (2020)

Militares	Cargos no Ministério da Saúde
Eduardo Pazuello General	Ministro da Saúde
Antônio Élcio Franco Filho Coronel do Exército	Secretário-executivo interino
Reginaldo Machado Ramos Tenente-coronel	Diretor de Gestão Interfederativa e Participativa
Jorge Luiz Kormann Tenente-Coronel	Secretário Adjunto. Diretor de Programa.
Marcelo Blanco Duarte Tenente-Coronel	Assessor no Departamento de Logística
Paulo Guilherme Ribeiro Fernandes Tenente-Coronel	Coordenador Geral de Planejamento
Alexandre Magno Asteggiano Capitão	Assessor
Luiz Otávio Franco Duarte Coronel	Assessor especial do ministro
André Cabral Botelho Subtenente de infantaria	Coordenador de Contabilidade
Giovani Cruz Camarão Subtenente	Coordenador de Finanças do Fundo Nacional de Saúde
Vagner Luiz da Silva Rangel Tenente-coronel	Coordenador de execução orçamentária
Ramon da Silva Oliveira Major	Coordenador geral de Inovação de Processos e de Estruturas Organizacionais
Marcelo Sampaio Pereira Tenente-coronel	Diretor de programa da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde
Angelo Martins Denicoli Major	Diretor do Departamento de Monitoramento e Avaliação do SUS
Alexandre Martinelli Cerqueira Coronel	Subsecretário de Assuntos Administrativos
Flávio Rocha Almirante	Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE)
Laura Triba Appi	Diretora de Programa da Secretaria de Atenção Primária

[12] No dia 11 de março de 2020 o diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom Ghebreyesus anunciou em Genebra, na Suíça, que a COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus, era caracterizada como uma pandemia. Mais detalhes sobre o pronunciamento da OMS podem ser encontrados em https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6120:oms-afirma-que-covid-19-e-agora-caracterizada-como-pandemia&Itemid=812 Acesso em: 3 jan. 2021.

Tenente	
Mario Luiz Ricette Costa Tenente	Assessor técnico da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento, atuava na Diretoria de Saúde do Ministério da Defesa
Celso Coelho Fernandes Júnior Major	Coordenador-Geral de Acompanhamento e Execução de Contratos Administrativos
Paulo César Ferreira Júnior Capitão	Diretor de Programa da Secretaria-Executiva
Giovanne Gomes da Silva Coronel	Presidente da Fundação Nacional de Saúde (Funasa)
Vilson Roberto Ortiz Grzechoczinski Segundo-tenente	Coordenador-geral da Secretaria Especial de Saúde Indígena
Robson Santos da Silva Coronel	Secretário especial de Saúde Indígena
Marcio Vieira da Silva Coronel	Coordenador-geral de Orçamento e Finanças
Nivaldo Alves de Moura Filho Tenente-coronel	Diretor de Programa da Secretaria-Executiva
Roberto Bentes Batista Coronel	Departamento de Engenharia de Saúde Pública da Fundação Nacional de Saúde

Fonte: ANDES/SN (2021).

Também na área Socioambiental, o ANDES/SN (2021) identificou com base nas informações do Transparência Brasil (2020) que, no referido ano, noventa e nove militares ocupavam cargos comissionados nos nove órgãos federais responsáveis pela gestão de políticas socioambientais no Brasil. Conforme informações do Transparência Brasil (2020, s/p):[13]

> A unidade com mais militares em cargos de direção e assessoramento superior é a Fundação Nacional do Índio (Funai), que concentra mais de um terço de todos os vínculos identificados: são 33 servidores, exatamente um terço do total. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), com 19, e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), com 17, completam os três órgãos ambientais mais militarizados.

O dossiê divulgado pelo ANDES/SN (2021), revelou que a militarização é composta majoritariamente por militares do Exército Brasileiro e que todo esse processo foi sendo fundamentado de forma mais incisiva a partir de 2019 com os seguintes marcos legais:

[13] Disponível em: https://www.transparencia.org.br/blog/governo-bolsonaro-tem-99-militares-comissionados-na-gestao-socioambiental/ Acesso em: 17 fev. 2021.

Tabela 3. Legislação que aprova a atuação de militares no serviço público civil

Legislação	Conteúdo
Decreto nº 9.668, 02 de janeiro de 2019	Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e altera o quantitativo de Gratificações de Exercício de Cargo em Confiança devida a Militares - RMP.
Decreto nº 9.687, de 18 de janeiro de 2019	Remaneja cargos em comissão para o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, altera o Decreto nº 9.031, de 12 de abril de 2017, e o Decreto nº 9.668, de 2 janeiro de 2019, para dispor sobre a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.
Decreto nº 9.697, de 31 de janeiro de 2019	Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão, das Funções de Confiança e das Gratificações da Vice-Presidência da República, remaneja cargos em comissão, funções de confiança e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.
Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019	Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Economia, remaneja cargos em comissão e funções de confiança, transforma cargos em comissão e funções de confiança e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.
Portaria n° 537, de 23 de abril de 2019	Fixa o número máximo de militares inativos que poderão ser nomeados para prestação de tarefa por tempo certo no Exército e dá outras providências.
Decreto nº 10.171, de 11 de dezembro de 2019	Dispõe sobre a passagem à disposição de militares das Forças Armadas.
Lei n° 13. 954, de 16 de dezembro de 2019	Altera a Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares), a Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, a Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar), a Lei nº 5.821, de 10 de novembro de 1972, a Lei nº 12.705, de 8 de agosto de 2012, e o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, para reestruturar a carreira militar e dispor sobre o Sistema de Proteção Social dos Militares; revoga dispositivos e anexos da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, e da Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008; e dá outras providências.
Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019	Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.
Decreto nº 10.210, de 23 de janeiro de 2020	Regulamenta o art. 18 da Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a contratação de militar inativo para o desempenho de atividades de natureza civil na administração pública.
Lei nº 14.059, de 22 de setembro de 2020	Altera as Leis nºs 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, 11.134, de 15 de julho de 2005, 11.361, de 19 de outubro de 2006, e 13.328, de 29

	de julho de 2016, para aumentar a remuneração da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar e da Polícia Civil do Distrito Federal e da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar dos extintos Territórios Federais e para modificar as regras de cessão da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar e da Polícia Civil do Distrito Federal.
Decreto nº 10.652, de 19 de março de 2021	Altera o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação, e remaneja cargos em comissão.
Decreto nº 10.829 de 05 de outubro de 2021	Regulamenta a Lei nº 14.204, de 16 de setembro de 2021, que simplifica a gestão de cargos em comissão e de funções de confiança na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e altera o Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019.
Decreto nº 11.020, de 30 de março de 2022	Altera o Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002, para dispor sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas.

Fonte: Quadro elaborado por Paquiella (2023) com base nos referidos documentos.

É neste quadro de intensa militarização das estruturas de poder que estão inscritas as reformulações na educação brasileira, especialmente, a ampliação da educação militarizada a partir do PECIM, instaurado no Governo Bolsonaro, materializando a centralidade da militarização na agenda educacional. O PECIM é estruturado e regido a partir do seguinte aparato jurídico:

Tabela 4: Arcabouço Jurídico do PECIM

Legislação	Conteúdo
Decreto nº 9.665,de 2 de janeiro de2019:	Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dosCargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e transforma cargos em comissão do Grupo-Direção eAssessoramento Superiores - DAS e Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.
Decreto n° 9.940, de 24 de julho de 2019:	Altera o Decreto n° 88.777, de 30 de setembro de 1983, que aprovao Regulamento para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares (R-200).
Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019	Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares.
Portaria nº 2.015, de 20 de novembro de 2019	Regulamenta a implantação do Programa Nacional das EscolasCívico-Militares - Pecim em 2020, para consolidar o modelo de Escola Cívico-Militar - Ecim nos estados, nos municípios e no Distrito Federal.
Portaria nº 1. 071, de 24 de dezembro de 2020	Regulamenta a implantação do Programa Nacional das EscolasCívico-Militares - Pecim em 2021, para implementação das Escolas Cívico-Militares - Ecim nos estados, nos municípios e no Distrito Federal.

Portaria nº 40, de 22 de janeiro de2021	Altera a Portaria MEC nº 1.071, de 24 de dezembro de 2020, que regulamenta a implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares - Pecim, em 2021, para implementação das Escolas Cívico-Militares - Ecim nos Estados, nos Municípios e no Distrito Federal.
Portaria nº 852, de 28 de outubro de 2021:	Regulamenta a certificação das Escolas Cívico-Militares que adotam o modelo do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares - Pecim.

Fonte: Quadro elaborado por Paquiella (2023) com base nos referidos documentos.

Apresentamos o aparato jurídico que fundamenta esse projeto, mas não temos como objetivo, no presente texto, a análise aprofundada de cada um desses documentos. O que almejamos é estimular a reflexão crítica, teórica e política sobre como as Escolas Cívico Militares vão sendo implementadas, sua inserção e função social, o significado político-pedagógico e o quanto representam, por um lado, um projeto que implica prestígio, poder e renda para os militares, base de apoio político do governo Bolsonaro e, por outro, uma importante estratégia de disciplinamento dos corpos e mentes da juventude negra, pobre e periférica com vistas à formação de sujeitos políticos úteis e dóceis ao projeto burguês de sociabilidade, especialmente, em um país capitalista dependente como o Brasil.

Vale ressaltar que o processo de militarização das escolas públicas no país não é novidade. Pelo contrário, há registros de escolas militarizadas desde a década de 1990, sendo ampliado o número de escolas - com maior ou menor incidência - desde então. A novidade está na condução do Governo Federal no período 2019/2022 com claro objetivo de consolidar esse projeto inscrito em um processo mais amplo de militarização das estruturas de poder consubstanciando uma das faces da fascistização em curso no país, no referido período.

A militarização das escolas públicas vinculadas às secretarias das redes estaduais e municipais de educação ocorreu, portanto, a partir do estabelecimento de convênios e parcerias das escolas com as forças de segurança pública (Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar) que passam a administrá-las. A proposta inicial do Governo Federal era de implantar 216 Escolas Cívico-Militares até 2023, em todo o país, sendo 54 por ano. Para tal, o Governo Bolsonaro instituiu o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares/Pecim - Decreto 10.004, de 5 de setembro de 2019 - para implementação das Escolas Cívico-Militares/ECIM. O referido Decreto apresenta, em seu artigo 5º, as diretrizes do Pecim: "a utilização de modelo para as ECIM baseado nas práticas pedagógicas e nos padrões de ensino dos colégios militares do Comando Exército, das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares" (BRASIL/PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2019, p.2).[14]

[14] Disponível em:

Em novembro de 2019, o MEC divulgou a Portaria 2.015/19 regulamentando a implantação do Pecim no ano seguinte (2020), consolidando o modelo de Escola Cívico-Militar - Ecim nos estados, nos municípios e no Distrito Federal e prevendo a implantação de cinquenta e quatro Ecim no referido ano. Para tal implantação, o Decreto estabeleceu o apoio de pessoal militar da reserva das Forças Armadas.

A existência de militares da reserva das Forças Armadas residentes no município interessado na implantação da Ecim na proporção de 3 (três) candidatos, oficiais e 2 (dois) candidatos, praças, para cada tarefa a ser exercida na Ecim era, inclusive, critério de aceite ou eliminação da demanda do referido município. A partir da existência dos militares residentes no município, seria estabelecido um termo de adesão entre o MEC e o chefe do executivo local (MEC, 2019, p.2).[15]

No artigo 15, a Portaria 2.015/19 explicita as duas formas de pactuação a serem estabelecidas entre o governo federal e o executivo local. Na primeira opção, o MEC disponibilizaria pessoal das Forças Armadas para as escolas e os municípios assumiriam o aporte financeiro e, na segunda opção, o MEC faria o aporte financeiro para as adaptações das escolas e, em contrapartida, os estados disponibilizariam os militares das Corporações Estaduais para atuarem nas escolas selecionadas, arcando com os correspondentes custos (idem, p.3).

O capítulo VIII do Decreto evidencia como os militares atuarão nas Ecim: o MEC, mediante parceria com o Ministério da Defesa - MD, contratando militares inativos das Forças Armadas pelo mecanismo de "Prestação de Tarefa por Tempo Certo – PTTC para realização de tarefas nas áreas da gestão educacional, administrativa e didático-pedagógica" (idem, p.3/4). Tais militares atuariam nas Ecim, nas áreas da gestão educacional, administrativa e didático-pedagógica e os demais gestores, professores e profissionais da educação básica seriam capacitados, conforme o Manual das Escolas Cívico-Militares, para atuarem no projeto pedagógico das escolas. As três áreas de atuação dos militares são apresentadas pelo Programa nos seguintes termos:

> - didático-pedagógica: com atividades de supervisão escolar e psicopedagogia para melhorar o processo de ensino e de aprendizagem, preservando as atribuições exclusivas dos docentes;
> - educacional: pretende fortalecer os valores humanos, éticos e morais, bem como incentivar a formação integral como cidadão e promover a sensação de pertencimento no ambiente escolar;
> - administrativa: para aprimorar a infraestrutura e a organização da

http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/images/pdf/legislacao/decreto_n10004_de_5_de_setembro_de_2019_dou_pecim.pdf Acesso em: 17 fev. 2021.

[15] Disponível em: http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/images/pdf/legislacao/portaria_2015_20112019.pdf Acesso em: 17 fev. 2021.

> escola e, consequentemente, a utilização de recursos disponíveis na unidade escolar. Os militares vão atuar prioritariamente na área educacional e prestarão assessoramento nas áreas administrativa e didático-pedagógica.[16]

No dia 22 de janeiro de 2021, nova portaria foi divulgada pelo MEC (Portaria 40/2021) estabelecendo que os Estados e o Distrito Federal interessados na implantação das Ecim deveriam encaminhar Ofícios-Resposta até 25 de janeiro de 2021 para o referido Ministério".[17]

Analisando os dados divulgados no site das Escolas Cívico Militares vinculado ao MEC até meados de 2022, bem como os resultados sistematizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) do ano de 2021 podemos afirmar que o processo de implementação das Ecim ocorreu de forma intensa e aligeirada no referido período, superando, inclusive, a meta inicial estabelecida pelo Governo Federal que era de implementar 216 escolas até 2023, sendo 54 por ano, como destacamos anteriormente.

Dessa maneira, percebemos que antes de finalizar o ano de 2022, 216 escolas já haviam aderido a esse modelo educacional - sendo, 53 unidades escolas em 2020, 74 em 2021 e 89 em 2022, segundo dados divulgados pelo MEC (2022).[18] Ressaltamos que os saltos de adesão e implementação ocorreram em um contexto pandêmico e que houve, concomitantemente, o menor orçamento público para a educação básica da década.

As Ecim se tornaram realidade em todas as regiões do Brasil, sendo distribuídas da seguinte forma: 25% no Sudeste; 25% no Sul; 20,4% no Norte; 16,7% no Nordeste e 13% no Centro-Oeste. No ranking das unidades federativas com maior número de escolas cívico-militares, o Rio Grande do Sul ocupa o primeiro lugar, com 22 escolas, seguido de Santa Catarina com 19 e em terceiro lugar, Minas Gerais com 17 escolas, conforme site do MEC (2022).

No decorrer dos anos, também há alteração na distribuição das escolas de âmbito municipal e estadual. Tendo em vista as diferenciações estruturais entre as redes escolares, é importante considerar esse dado para compreendermos como ocorreu essa inserção escolar no território e sua interação com a comunidade. Assim, o projeto iniciou com um número mais alto de escolas estaduais em 2020, já em 2021, as escolas municipais crescem e invertem o cenário. Em números, o que temos:

---

[16] Disponível em: http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/noticias-lista/73-mec-seleciona-militares-das-forcas-armadas-para-escolas-civico-militares Acesso em: 17 fev. 2021.

[17] Disponível em: http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/noticias-lista/73-mec-seleciona-militares-das-forcas-armadas-para-escolas-civico-militares Acesso em: 17 fev. 2021.

[18] Disponível em: https://escolacivicomilitar.mec.gov.br/images/pdf/Escolas_Pecim_ed.pdf. Acesso em: 15 nov. 2022.

Ano	Esfera Estadual	Esfera Municipal	Total Geral
2020	39	14	53
2021	30	44	74
2022	34	55	89
Total Geral	103	113	216

Fonte: Quadro elaborado por Paquiella (2023) com base nos dados divulgados no site do INEP (2021).

Outra novidade que esse programa abarca é a possibilidade de escolas municipais serem militarizadas também. Nascimento e Moreira (2021) defendem que a implantação do PECIM reconfigura o cenário da educação pública, diante da possibilidade de escolas municipais também seremmilitarizadas. Os referidos autores consideram que este é um fato ainda mais preocupante "[...] mediante a quantidade de escolas municipais do ensino fundamental existentes no Brasil, queacolhem, portanto, um vasto número de crianças que estão praticamente no começo da fase escolar, ou seja, em uma fase considerada fundamental para seu desenvolvimento" (p. 83).

Quando observamos os números de estudantes matriculados, as Escolas Cívico-Militares alcançaram 99.167 matrículas, com maior predominância de matrículas na região do Norte (30,4%), seguido do Sul (22,4%) e do Centro Oeste (15,9%). As regiões do Sudeste (15,7%) e Nordeste (15,7%) empatam no menor quantitativo de matrículas, apesar de o Sudeste possuir um quantitativo maior de escolas distribuídas, de acordo com os dados divulgados no Microdados do Censo Escolar da Educação Básica do INEP (2021).

Neste mesmo material, podemos filtrar os dados e identificar o perfil étnico-racial desses estudantes, 41,2% se autodeclaram pardos, 27,5% brancos, 3,1% pretos e 0,3% indígenas. Outros 27,7% não realizaram a autodeclaração do seu perfil étnico racial (INEP, 2021).

Diante dos dados quantitativos trazidos sobre as escolas cívico-militares, podemos refletir o quanto esse projeto ocupou uma centralidade na agenda educacionaldo governo Bolsonaro. Apesar de representarem apenas 0,1% das escolas públicas do Brasil, o orçamento público para estas escolas mais que quadruplicou, passando de R$14.999.252,74 em 2020 para R$65.326.174,00 em 2022, conforme divulgado em Memorial de Gestão do PECIM 2022 organizado por Oliveira (2022).[19]

[19] Disponível em: https://escolacivicomilitar.mec.gov.br/images/pdf/MEMORIAL_PECIM.pdf Acesso em: 15 jan. 2023.

Dessa forma, o orçamento público, via Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) foi destinado para o pagamento de militares da reserva que trabalhavam na escola pública, bem como, para capacitação e formação de profissionais ou, ainda, para a estrutura da unidade escolar envolvendo laboratórios, equipamentos, apoio a projetos, manutenção, conservação e reforma da escola, entre outros.[20]

Tudo isso ocorre concomitantemente ao processo em que as demais escolas públicas vêm sendo permanentemente atacadas, sub financiadas, desmontadas na sua estrutura[21] e sofrendo com as ameaças, com as censuras, as perseguições e com as *fake news* acerca da realidade escolar, diretamente relacionado a um projeto societário ultraconservador e que disputa a política educacional, como analisamos na segunda parte deste texto.

Vale ressaltar que não entendemos o ataque à educação pública como um elemento inaugural do governo Bolsonaro. A partir da interlocução com o pensamento educacional de Florestan Fernandes, temos acordo com a concepção de que esse é um elemento estruturante da política educacional brasileira, apresentando novidades e continuidades em sua configuração e evidenciando, como analisamos no segundo tópico deste texto, a educação como um campo de disputa entre interesses antagônicos: burguesia e classe trabalhadora.

Assim sendo, tendo em vista o projeto do capital para a educação pública, é tarefa fundamental de todos nós, intelectuais militantes defensores da educação pública e democrática, analisarmos as calibragens deste projeto ao longo dos diferentes momentos históricos e como tem se manifestado na conjuntura atual, percebendo como a transferência de gestão das escolas públicas para os militares, especialmente, os militares das reservas das Forças Armadas, os Policiais Militares e os Bombeiros compõe uma das faces de terceirização, diante de uma lógica gerencialista e neoliberal para educação pública, além de profundamente conservadora e fascistizante.

> Assim, a militarização de escolas públicas é uma forma específica de terceirização da gestão educacional ou de atividades educativas. Portanto,

[20] Disponível em: https://sintep.org.br/sintep/Utilidades/view_noticia/mesmo-sendo-0-1-das-escolas-pblicas-unidades-cvico-militares-tm-oramento-triplicado/i:1557 Acesso em: 15 out. 2022.

[21] Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) mostram que os investimentos públicos na área da educação ficaram em 5,4% em 2020. Essa porcentagem, porém, já deveria estar em 7% do produto interno bruto (PIB), segundo as metas do atual Plano Nacional de Educação (PNE). O PNE determina que o investimento deveria aumentar progressivamente até atingir 10% do PIB em 2024. Fonte: Agência Senado. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/11/07/desmonte-no-orcamento-da-educacao-atrasa-re cuperacao-do-setor-alertam-especialistas Acesso em: 14 nov. 2022.

> é um processo que fragiliza a escola pública e, consequentemente, enfraquece o direito do acesso irrestrito de toda a população brasileira à educação básica, haja vista os processos de seleção, a exclusão de alunos por comportamentos ditos incompatíveis com a escola militarizada e a cobrança de taxas, entre outros aspectos (Santos, 2020, p. 249).

Esse modelo educacional tem como principais sujeitos políticos coletivos o MEC e o Ministério da Defesa que, em parceria, desenvolvem o programa e contam ainda com o apoio dos militares das forças auxiliares, por intermédio das Secretarias de Segurança Pública dos estados e do Distrito Federal, que se articulam com a Secretaria de Educação e agem diretamente na gestão, no ambiente escolar, nas práticas pedagógicas da escola e no aprendizado e no desempenho dos alunos, conforme consta no Decreto nº 10.004/2019. Esse mesmo documento também dispõe sobre o apoio técnico e financeiro que demanda para subsidiar a Ecim e, assim, envolve diretamente a União, bem como amplia a possibilidade de outras fontes de recursos, públicas ou privadas (BRASIL, 2019, capítulo IX, artigo 21).

As Escolas Cívico Militares, diferentemente dos Colégios Militares, são instituições públicas, financiadas a partir da verba pública destinadas para formação de civis, contudo, seguindo princípios da gestão escolar de colégios militares, com o fortalecimento de valores cívicos, expressa a face da contrarrevolução a quente no Brasil, com a intensificação e aceleração da pauta conservadora, antidemocrática e autoritária no país, colocando as forças de segurança como responsáveis por administrar a escola pública.

De forma concreta, é possível identificar nas diretrizes das Ecim, um capítulo sobre "Cidadania e Civismo" concebendo o civismo composto por três partes: a dimensão ética, a dimensão normativa e a identitária e esta última está diretamente relacionada com a criação da memória, dos valores e da herança patrimonial. Nesse sentido, as escolas cívico-militares se colocam na função de contribuir na criação e na difusão da identidade nacional. Há um projeto institucional sobre a implementação do "Momento Cívico", que ocorre mensalmente, estimulando o "espírito cívico", reverenciando os símbolos nacionais e patrióticos, como bandeiras, hinos e momentos históricos da cidade onde está localizada a Ecim, bem como a história do país.

Assim, ressaltamos o significado político pedagógico dessas instituições de ensino, que exercem papel central na constituição de sujeitos políticos úteis e dóceis ao projeto burguês de sociabilidade, naturalizando as desigualdades econômicas e sociais, as opressões e expropriações inerentes à ordem do capital. Esse processo impacta não só os estudantes,

mas também em seus familiares e toda a comunidade que está implicada nesse processo formativo fincado no conservadorismo, pavimentando o caminho para uma ideologia reacionária, em um momento de crise generalizada do capital, como analisa Fernandes (2019),em "Apontamentos Sobre a teoria do Autoritarismo".

> A ótica liberal torna-se prisioneira de uma ideologia conservadora, primeiro, e de uma ideologia reacionária, em seguida. O que quer dizer que, à medida que as classes possuidoras perdem suas tendências e disposições revolucionárias, o componente e as tendências autoritárias crescem não aritmeticamente, mas dialeticamente (em proporções geométricas) (p. 45 e 46).

Apesar do avanço da ofensiva da militarização na educação, há diversos processos tramitando em resistência a esse modelo educacional, tensionando e questionando sua forma de implementação, de ação, de gestão e os impactos políticos, pedagógicos e sociais que as Ecim têm causado, visto que essas unidades escolas têm operado por dentro do ambiente escolar violências e opressões diretamente relacionadas ao assédio moral e sexual,[22] racismo sexual,[23] misoginia[24] e lgbtfobia.[25] Adota-se a violência enquanto "método pedagógico", o que envolve ameaças, censura, cerceamento de debates, além de imposição de normas e condutas de disciplinamento, hierarquia e obediência.

Portanto, essa prática violenta dissolve os argumentos que sustentavam a implementação do PECIM, que, inclusive, contava com o respaldo da Promotoria de Justiça de Defesa da Educação (PROEDUC/MPDFT) do Ministério Público da União. A nota técnica nº 001/2019 emitida pelo referido órgão no ano de 2019 expressava o reconhecimento da demanda da sociedade civil por vagas em escolas militares, tendo em vista o desempenho superior dos Colégios Militares no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), em critérios quantitativos de pontuação. Assim, o órgão acabou por legitimar as ECIM em prol de uma pretendida melhoria na qualidade da educação pública.

Contudo, em 2022, o mesmo órgão produziu um despacho[26] revogando a nota técnica anterior, diante da ausência de transparência sobre o processo de implementação

---

[22] Denúncia divulgada em: https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2022/10/04/tocou-meu-seio-monitor-de-escola-militarizada-e-denunciado-por-abusos.htm Acesso em: 13 out. 2022.
[23] Denúncia divulgada em: https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2022/03/28/escola-na-ba-expulsa-aluna-de-13-anos-por-causa-de-cabelo-crespo.htm Acesso em: 13 out. 2022.
[24] Denúncia divulgada em: https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2022/09/16/policia-investiga-militar-do-exercito-por-suposto-estupro-de-vulneravel-contra-aluna-em-escola-de-florianopolis.ghtml Acesso em: 13 out. 2022.
[25] Denúncia divulgada em: https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2022/03/04/alunas-sao-advertidas-por-direcao-de-escola-por-uso-de-bandeira-lgbtqia-na-unidade.ghtml Acesso em: 13 out. 2022.
[26] PA nº 08190.013036/19-40 de 10 de maio de 2022.

desse modelo educacional, visto que após três anos do PECIM, ainda não havia sido apresentado à Secretaria de Educação os dados sobre o desempenho no IDEB, índices de evasão escolar, de aprovação/reprovação, número de pedidos de transferências, entre outras informações requisitadas para avaliação com relação a melhoria na qualidade de ensino nas referidas escola.

Ademais, são apresentadas diversas denúncias de violências e violações aos direitos das crianças e adolescentes, demonstrando uma gestão ineficiente com relação à garantia de segurança no interior da própria unidade escolar e, muitas vezes, quem operava essa violência eram os próprios militares que trabalhavam na escola, o que demonstra o abuso de poder e a violência institucional, como vimos nas notas de rodapé anteriormente apresentadas com as notícias divulgadas pelas mídias.

Dessa forma, o Despacho divulgado em 2022 pela Promotoria de Justiça de Defesa da Educação (PROEDUC/MPDFT) do Ministério Público da União considerava que as Escolas Cívico Militares feriam os princípios constitucionais e de gestão democrática do ensino público; afirmando, ainda, que ocorria a incompatibilidade da disciplina militar com o Artigo 206 da Constituição Federal e com o Estatuto da Criança e do Adolescente. Para o Ministério Público da União,

> [...] a adoção de política autoritária em escolas públicas, que importa em restrições ao pensamento crítico e supressão da diversidade dos estudantes, é incompatível com os princípios que regem o Estado brasileiro e configura verdadeiro retrocesso social. Cabe ao Estado Democrático reconhecer, e não suprimir, individualidades, promovendo a proteção integral de crianças e adolescentes e o respeito a seus direitos fundamentais, entre eles, o livre desenvolvimento da personalidade e o direito à educação como instrumento emancipatório (Ministério Público da União, 2022, s/p).

Por fim, o despacho ressalta o desvio de função pública e a falta de formação específica exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) dos militares, defendendo:

> [...] ser recomendável, em situações de eventuais notícias e relatos de abusos e violações a direitos, que os militares envolvidos sejam removidos do ambiente escolar, para retornar ao efetivo e atividades próprias da respectiva corporação, uma vez que não há substrato jurídico que justifique a permanência no contexto de ensino (*ibidem*).

Outro dado relevante a ser registrado é sobre as demandas que chegaram até a Delegacia de Criança e de Adolescente (DCA), também sistematizadas em Despacho de

junho de 2022.[27] Os dados que temos são da DCA de Brasília e abrangem informações dos anos de 2019 a 2022. Neste período prevaleceram os encaminhamentos de estudantes por atos infracionais equivalentes a (1) ameaça (20,43%), (2) vias de fato (11,91%), (3) posse de substância entorpecente (9,79%); (4) lesão corporal (7,66%) e (5) desacato (6,38%). As três escolas que mais encaminharam esses jovens à DCA são unidades que aderiram ao Programa Cívico-Militar, segundo o mesmo despacho.

O documento também indica que no ano letivo de 2019 foram 119 encaminhamentos. Já em 2022, em poucos meses letivos, foram contabilizados 70 encaminhamentos. "O crescimento indica que o modelo, também, tem falhado nos seus objetivos disciplinares, pois sugere a inaptidão da polícia para administração preventiva e positiva de conflitos escolares" (Ministério Público da União, 2022, s/p).

Também em 2022, houve um trágico caso de assassinato de uma estudante de 19 anos, de uma Escola Cívico Militar na Bahia. Um jovem de 14 anos efetuou disparos e esfaqueou a estudante. Esse fato expõe a fragilidade na segurança da unidade escolar, ainda que tenha a gestão de militares. Além de nos alertar para o quanto a cultura de ódio e de incentivo bélico é profundamente perigosa e bárbara para o país, o que foi estimulado ao longo de todo o Governo Bolsonaro.

No âmbito das resistências institucionais a esse modelo educacional, temos a formulação da Ação Direta de Inconstitucionalidade pelo Sindicato dos Professores de Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), que foi julgada e acatada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, no dia 05 de outubro de 2022. Nesta, considerou-se que o destino de verbas públicas e a estrutura das escolas públicas para fins militaristas, o cerceamento da liberdade de ensinar e aprender, o desrespeito pela diversidade, a lógica de quartel instaurada para disciplinar corpos e mentes dos estudantes são incompatíveis com os valores democráticos que devem ser praticados na educação pública brasileira.

Considerações Finais

Nos limites deste texto, podemos afirmar que vivenciamos um cenário profundamente desafiador, mesmo com a recente mudança de governo, após a posse de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) como Presidente da República. O que está em jogo é a disputa acirrada não só do projeto de educação, mas também do projeto societário com traços fascistóides que operam, de forma violenta, a naturalização das desigualdades

[27] PA nº 08190.013036/19-40 de 13 de junho de 2022.

econômico-sociais, raciais e de gênero, enfim, de todas as opressões estruturantes da sociabilidade do capital.

Neste contexto, a militarização das estruturas de poder constitui-se em expressões de um contínuo e permanente processo de fascistização operacionalizado pelo controle da comunicação de massas; pela opressão e neutralização da oposição e pelo controle da economia e das políticas sociais, especialmente a educação, como examinamos neste texto. Como afirma Fernandes (1995), a militarização do poder e o fascismo surgem, então, como respostas burguesas à crise do capital, engendrando um padrão de dominação burguesa extremamente violento e contrarrevolucionário que encontra suas bases na autocracia burguesa constitutiva da inserção capitalista dependente do Brasil na economia mundial.

Assim, compreendemos que a escola militarizada é incompatível com a formação de sujeitos políticos críticos e criativos e com a democratização das relações escolares. A escola militarizada é a expressão da imposição do disciplinamento de corpos e mentes da juventude negra, pobre e periférica e, também, estratégia de cooptação dos militares, que receberam gratificações acima dos seus soldos para adesão ao projeto ultraconservador conduzido, até o final do ano 2022, pelo governo Jair Bolsonaro, fazendo do anti-intelectualismo um elemento necessário para estabilizar e perpetuar os padrões de expropriação do excedente econômico e de hegemonia burguesa constitutivos do capitalismo dependente, nos termos de Florestan Fernandes.

Consideramos, por fim, que é tarefa urgente e necessária identificarmos como a fascistização das estruturas de poder incidem na política de educação pela militarização das escolas públicas operacionalizando um projeto diametralmente oposto a concepção da educação pública, gratuita, democrática, de qualidade socialmente referenciada, que tenha criticidade, criatividade e seja emancipatória, bem como, a um projeto de sociedade que tenha a emancipação humana como horizonte contra toda e qualquer forma de autoritarismo e arbitrariedade.

Referências

ALMEIDA, S. L.; SANTOS, J. C. S. Crise, racismo e neoliberalismo. In: Edvania A. de SOUZA, E. A. de.; SILVA, M. L. de O. e. (org.) **Trabalho, Questão Social e Serviço Social:** a Autofagia do Capital. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2019.

ANDES/SN. DOSSIÊ: Militarização do Governo Bolsonaro e Intervenção nas Instituições Federais de Ensino. Brasília. 2021.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. Disponível em: http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/images/pdf/legislacao/cf_cap_III_art_205_206.pdf. Acesso em: 15 nov. 2022.

BRASIL. **Decreto n° 10.004, de 05 de setembro de 2019**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d10004.htm Acesso em: 15 nov. 2022.

BRASIL. **Decreto n° 9.940, de 24 de julho de 2019.** Disponível em: http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/images/pdf/legislacao/decreto_9940.pdf Acesso em: 15 nov. 2022.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).** Microdados do Censo Escolar da Educação Básica 2021.

CASIMIRO, F. H. C. **A nova direita:** aparelhos de ação política eideológica no Brasil contemporâneo. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FERNANDES, F. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Biblioteca de CiênciasSociais. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.** 2. ed. Rio deJaneiro: Zahar, 1975.

FERNANDES, F. **Brasil:** em compasso de espera. Pequenos escritos políticos. ColeçãoPensamento Socialista. São Paulo: HUCITEC, 1980.

FERNANDES, F. **Poder e contrapoder na América Latina.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981b.

FERNANDES, F. **O que é revolução.** São Paulo: Brasiliense, 1981a.

FERNANDES, F. **O significado do protesto negro.** São Paulo: Cortez, 1989.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica.** 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.

FERNANDES, F. **Em busca do socialismo:** últimos escritos e outros textos. São Paulo: Xamã,1995.

FERNANDES, F. **Apontamentos sobre a "teoria do autoritarismo".** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular. 2019.

FONTES, V. **O Brasil e o capital imperialismo:** teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010.

FRIGOTTO, G. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: **Escola "sem" partido:** esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira / organização Gaudêncio Frigotto. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

LEHER, R. **Universidade e heteronomia cultural no capitalismo dependente:** um estudo a partir de Florestan Fernandes. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

LEHER, R. Guerra cultural e universidade pública: o Future-se é parte da estratégia de silenciamento. In: GIOLO, J.; LEHER, R.; SGUISSARDI, V.. Future-se: ataque à autonomia das instituições federais de educação superior e sua sujeição ao mercado, maio 2020. Disponível em: https://www.diagramaeditorial.com.br/project/future-se/ Acesso em: 15 out. 2020.

LIMA, K. Desafio educacional brasileiro e ofensiva ultraconservadora do capital. **Revista Universidade e Sociedade**. Edição Especial América Latina – out./2019. Brasília: ANDES/SN, p. 8-39, 2019.

LIMA, K. Universidade pública e contrarrevolução: da "travessia de uma ponte" ao "caminho da prosperidade". **Revista Em Pauta.** Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro _ 2o Semestre de 2019 - n.44, v. 17, p. 15 – 32.

LIMA, K. e SOARES, M. Capitalismo dependente, contrarrevolução prolongada e fascismo à brasileira. In: LIMA, K. (org.) **Capitalismo dependente, racismo estrutural e educação brasileira:** diálogos com Florestan Fernandes. Uberlândia, MG: Navegando Publicações, 2020, p.41-59.

MELO, D. O Bolsonarismo como fascismo do século XXI. In: REBUÁ, Eduardo et. al. (org.). **(Neo)fascismos e educação: reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil.** Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2020, p. 12-46.

Ministério Público da União. Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. 2ª promotoria de Justiça de Defesa da Educação - PROEDUC. **Despacho. PA nº 08190.013036/19-40.** Brasília. 10 de maio de 2022. Disponível em: https://cdn.sinprodf.org.br/portal/uploads/2022/05/16185552/Despacho_Revoga_Nota Técnica-1.pdf Acesso em: 17 nov. 2022.

Ministério Público da União. Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. 2ª promotoria de Justiça de Defesa da Educação - PROEDUC. **PA nº 08190.013036/19-40.** Brasília. 13 de junho de 2022. Disponível em: https://www.mpdft.mp.br/portal/images/noticias/junho_2022/Despacho_-_Gestão_Compartilhada.pdf Acesso em: 18 nov. 2022.

NASCIMENTO, M. A. S.; MOREIRA, J.S.P. O avanço da militarização nas escolas públicas brasileiras: autoritarismo e silenciamento x democracia e reflexão. In: **Pontos de Interrogação**,v. 11, n. 1, jan.-jun., p. 79-102, 2021.

OLIVEIRA, G. P. (org.). **Memorial de Gestão do Pecim:** resultados e replanejamento estratégico. Brasília. 2022. Disponível em: https://escolacivicomilitar.mec.gov.br/images/pdf/MEMORIAL_PECIM.pdf Acesso em: 15 jan. 2023.

SAMPAIO JR, P. de A. **Introdução. Jornadas de junho** – a revolta popular em debate / Plínio de Arruda Sampaio Jr. (org.). São Paulo: Instituto Caio Prado Jr., 2014.

SAMPAIO JR, P. de A. **Crônica de uma crise anunciada:** crítica à economiapolítica de Lula e Dilma. São Paulo//; SG-Amarante Editora, 2017.

SANTOS, E. J. F. **Militarização das Escolas Públicas no Brasil:** expansão, significados e tendências. 2020. 442 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.

CAPÍTULO 5

ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA ÉTICA PECULIAR DO TRABALHO NA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

Lana Carrijo de Felipe Rodrigues
Tatiana Dahmer Pereira

Apresentação

O ensaio[1] em questão recupera a trajetória violenta e acidentada de nosso projeto de nação, com foco na construção do trabalho "livre" na formação social brasileira. Partindo da premissa do trabalho como forma social específica do capital e sem possibilidades de dissociação desta, problematizamos a imposição do trabalho como um elemento chave da modernização em nossa formação, sinalizando elementos que se relacionam com a ideia de Brasil moderno, nas palavras de Ianni (2006).

Com uma trajetória periférica, colonial, escravista e, portanto, bastante específica à formação social brasileira, não experienciamos, por essas bandas, os elementos conformadores de uma ética do trabalho fundada nas reformas protestantes, tampouco na constituição da noção clássica de prosperidade do indivíduo liberal.

Longe de propor alguma análise comparativa para processos tão singulares e conectados, problematizamos, à luz da teoria social crítica e com base na crítica à perspectiva ontologizante do trabalho, questões particulares à formação social deste país capitalista periférico e seus elementos que demarcam os próprios limites de uma noção do trabalho como algo essencialmente humano e tampouco civilizatório, ao o consideramos como elemento específico da forma social do capital.

Temos como hipótese orientadora da presente reflexão o quanto a naturalização e a ontologização de uma ética peculiar do trabalho - como propulsora da noção de desenvolvimento e advinda das relações de dominação mercantil, colonialista e imperialista na base de nosso projeto de nação – contribuíram para conformar desigualdades sociais e acentuar opressões distintas na nossa sociabilidade, nos conduzindo aos dilemas atuais no trato com as expressões e especificidades do aprofundamento da crise contemporânea do capital.

Nossa argumentação parte, em um primeiro momento, da contextualização sobre elementos estruturantes dessa formação a partir de sua condição colonial, que conformam

[1] O capítulo em questão incorpora e adapta, em parte, conteúdos produzidos no primeiro capítulo de dissertação defendida no âmbito do PPGSSDR-UFF por uma das autoras, a doutoranda Lana Carrijo sob orientação da outra.

sobre as bases racializadoras e violentas a ideia de nação e de progresso. Posteriormente, com as transformações históricas na dinâmica internacional de valorização do capital, essas condições de dominação apresentam rebatimentos na sociedade em formação. A pressão por constituir um projeto de nação nos coloca contradições inconciliáveis e particulares presentes em nossa modernização conservadora, bem expressas naquilo que Oliveira (2003) nomeia como a articulação entre o arcaico e o moderno.

Esse caminho de busca do desenvolvimento é chave para a compreensão do lugar do trabalho e de sua ética formativa do sujeito moderno no Brasil de uma forma bastante singular, na medida em que é preciso considerar sobre quais bases se conformam nossas classes sociais e, posteriormente, os desdobramentos da crise global do capitalismo nessa estrutura.

A constituição do Brasil como nação e a centralidade atribuída ao trabalho

Os processos históricos que desenharam as relações sociais como relações de produção referenciam a construção de determinada visão de mundo. No mundo ocidental, a modernidade delimita as formas sociais de acordo com as necessidades da sociedade de mercado, cuja dinâmica constitui-se da Europa para os outros continentes a partir da empreitada colonial-escravista.

Com base nessas questões, consideramos a importância de resgatar certos aspectos ideológicos e culturais que incutiram ao trabalho determinado sentido ontológico, problematizando sua naturalização e implicações para a sociedade brasileira.

Um dos delicados aspectos da expansão de uma percepção do trabalho na modernidade se relaciona à determinada interpretação do pensamento marxiano. O trabalho, no pensamento marxiano, é uma das categorias explicativas centrais de formação e do funcionamento da sociedade burguesa. Porém, parte significativa das interpretações considera que, ao invés de ser entendido como substância de uma sociedade organizada pela mercadoria (Marx, 1988), este possui centralidade como forma de ser da existência humana.

O projeto de Lukács (2013), por exemplo, era desenvolver uma ontologia que desse sentido à busca pela práxis humana emancipatória. Segundo o autor, o trabalho é a atividade que funda o mundo dos seres humanos. No entanto, diferente de como é tratado por Lukács, Marx trata o trabalho na forma da sociabilidade do capital (1988), como a

substância do valor no capitalismo e como forma de mediação social específica dessa sociedade (Kurz, 2005).

Na vasta literatura crítica, de diferentes matrizes e perspectivas, o trabalho é uma categoria relevante e com distintas interpretações qualitativas e sobre sua centralidade nas relações sociais.

No âmbito das abordagens marxistas, algumas polêmicas se inscrevem quanto à sua qualificação, substância e sentido. Partimos da premissa que o trabalho é um elemento específico da forma social do capital e, como tal, precisa ser compreendido pelas próprias contradições engendradas na ideia de uma existência humana demarcada por tal categoria.

Para que o trabalho se consolidasse como ética organizativa central da sociedade mediada por relações mercantis, é necessário, desde a origem, que se naturalize e se positive a centralidade do trabalho. Nesse sentido, a influência religiosa desempenhou papel fundamental na positivação do seu aspecto árduo transformado em sacrifício necessário,[2] edificador do ser humano moderno.

A construção do capitalismo está atrelada à formação religiosa do trabalho como um dever moral e como "vocação de ganhar dinheiro ilimitadamente", a depender exclusivamente do esforço e do sacrifício individual. Max Weber chama atenção para esse "espírito do capitalismo" que é incorporado pelos sujeitos após serem forçados a trabalhar para reproduzir suas condições de vida. Para ele, "[...] a ordem econômica capitalista é um imenso cosmos em que o indivíduo já nasce dentro e que para ele, ao menos enquanto individuo, se dá como um fato, uma crosta que ele não pode alterar e dentro da qual tem que viver" (Weber, 2004, p.47-48).

A construção de uma sociedade universal baseada no trabalho não seria possível sem a disseminação de símbolos religiosos e a ideia de sacralização do mundo como formas de existência. Por isso, em uma leitura divergente à abordagem weberiana, Benjamin (2015) afirma *que o capitalismo é a própria religião*, que impõe suas formas e exige que os indivíduos se curvem às necessidades da mercadoria e cultuem o dinheiro como um Deus. Dentro dos ritos dessa forma social que compõem uma institucionalidade os seres humanos se sentem constantemente culpados e endividados,[3] e assim são mobilizados pelo sentimento de devoção e pela espera da salvação (Benjamin, 2015).

---

[2] A esse respeito Marx também ressaltou que "[...] para uma sociedade de produtores de mercadorias, cuja relação social geral de produção consiste em se relacionar com seus produtos como mercadorias, ou seja, como valores, e, nessa forma reificada, confrontar mutuamente seus trabalhos privados como trabalho humano igual, o cristianismo, com seu culto do homem abstrato, é a forma de religião mais apropriada, especialmente em seu desenvolvimento burguês, como protestantismo, deísmo, etc" (MARX, 1988, p.154).

[3] A afirmação de Benjamin faz sentido maior se considerarmos que a mesma palavra, em alemão, serve para definir "culpa" e "dívida": *Schuld.*

Tanto a ética do trabalho construída no ocidente a partir das contradições do cristianismo, das inquisições da Igreja Católica – entre os séculos XIII e XIV - e, principalmente, da Reforma Protestante (1517), como o deslocamento do sentido negativo do trabalho ao longo de séculos até tornar-se a centralidade das relações sociais, são aspectos importantes para entender imposições de homogeneização eurocentrada como o que se compreende por cultura; a subjugação dos povos ao colonialismo e à lógica do trabalho.[4]

O cristianismo europeu teve papel fundamental no estabelecimento do sistema colonial, que não só empreendeu originariamente as primeiras ações violentas de captura de pessoas em terras africanas, como realizou o transporte forçado e as mercantilizações de pessoas negras além-mar (Williams, 2012), não apenas distinguindo e demarcando hierarquicamente lugares sociais, como significando de forma distinta o que se considerava trabalho dignificador e o que não o era. Essa natureza de relação, no escravismo, marcou as relações de trabalho com a violência, criou as relações de trabalho no Brasil e qualificou as formas violentas de acumulação primitiva nas periferias coloniais, alimentando relações de integração periférica em um mundo mercantil que conformava as bases prévias do capitalismo. Ressalta-se que os sistemas escravistas possuem diferentes características regionais, assim como processos próprios de transição para o trabalho livre, o que acentua a relevância de se estudar a particularidade brasileira.

Nesse período de expansão do capitalismo para a afirmação do trabalho no Brasil foi fundamental um processo de "aculturação do branco" (Bosi, 1992, p. 308), em que as relações de produção do capital são desenvolvidas em articulação com a fé e com as representações simbólicas das práticas sociais, que são mobilizadas pela ideia modernizante de "progresso", ainda que (ou, para leituras efetivamente críticas, talvez por isso) a expansão do comércio esteja fincada no genocídio de povos originários (indígenas de distintas etnias no nosso caso), exploração e escravização que significaram os processos colonizadores.

> Se o aumento na circulação de mercadorias se traduz em *progresso,* não resta dúvida de que a colonização do Novo Mundo atuou como um agente modernizador da rede comercial europeia durante os séculos XVI, XVII e XVIII. Nesse contexto, a economia colonial foi efeito e estímulo dos mercados metropolitanos na longa fase que medeia entre a

[4] Nesse sentido, entendemos que a contribuição de Weber nos ajuda a compreender como o "espírito do capitalismo" é permeado por significados culturais que influenciam a ontologização do trabalho ao invés de tomá-lo como historicamente específico da sociedade capitalista. "De fato: essa ideia singular, hoje tão comum e corrente e na verdade tão pouco auto evidente, da *profissão como dever,* de uma obrigação que o indivíduo deve sentir, e sente, com respeito ao conteúdo de sua atividade 'profissional', seja ela qual for, pouco importa se isso aparece a percepção espontânea como pura valorização de uma força de trabalho ou então de propriedades e bens (de um 'capital') — e essa ideia que e característica da 'ética social' da cultura capitalista e em certo sentido tem para ela uma significação constitutiva" (WEBER, 2004, p.47).

> agonia do feudalismo e o surto da Revolução Industrial (Bosi, 1992, p.20).

Desde o sistema colonial até a transição para o trabalho livre no século XIX e a criação do "mundo do trabalho" contemporâneo são diversas as características que se desfazem e outras que ressurgem, porém, sempre atreladas à questão da exploração e da positivação da esfera produtiva do capitalismo. Essa "produtividade" possui claras dimensões predatórias, atrelando-se historicamente à expropriação da terra, devastação da natureza e à desumanização expressa no trabalho cativo na formação social brasileira.

Portanto, a conformação de uma sociedade organizada pelo trabalho assalariado só foi possível erguendo-se sobre o aviltamento do trabalho escravo, que perdurou enquanto foi lucrativo para a expansão dos investimentos econômicos. No Brasil o trabalho compulsório foi o motor da ascensão da economia cafeeira no século XIX. A própria objetificação das pessoas consolidada no comércio escravista e tráfico negreiro impulsionou a economia colonial por ser altamente lucrativo (Martins, 1986). No entanto, as formas de resistência internas (Moura, 1988), presentes ao longo de todo o período e acentuadas pela rigidez do escravismo, tornam-se entraves para o crescimento do sistema produtivo mercantil – mas o trabalho compulsório e degradante é uma marca constitutiva das colônias.

Desde o século XVIII foram longos os períodos em que o trabalho escravo coexistiu com as formas de "trabalho livre". Essa população não era residual. No século XIX o contingente dos trabalhadores livres e libertos era maior do que os escravizados (Cardoso, 2019). Porque em torno do trabalho cativo, centro da economia no sistema colonial, sempre existiram outras atividades mercantis indiretamente relacionadas ao trabalho escravo.[5]

Nesse processo de conformação do Brasil como nação, essas pessoas não foram integradas como sujeitos à lógica mercantil (mas sim como objeto dessas relações). Kowarick (1994) reforça o quanto estes agrupamentos eram formados por "[...] pessoas destituídas de propriedade e de instrumentos produtivos, desempenhando tarefas acessórias e ocasionais, sobrevivendo em pequenas glebas de terra ou vagando pelos campos e cidades sem função econômica estável e precisa" (p.31).

Entretanto, estes indivíduos também resistiam à imposição do trabalho enquanto ainda era possível permanecer livre, mesmo que provendo o mínimo à própria subsistência.

---

[5] Conforme Cardoso (2019): "Escravos e donos de terras eram sem dúvida as classes centrais, mas elas conviviam com uma infinidade de outros grupos, também importantes para a sustentabilidade da ordem escravista: artesãos e artífices nos ofícios urbanos, comerciantes, tropeiros, criadores de animais, pequenos produtores de víveres para o mercado interno, mercadores de escravos, financistas, milicianos, construtores, feitores, pequenos proprietários rurais produzindo para si mesmos..." (p.45).

A resistência a essa forma de degradação humana acentuava estereótipos como os de indisciplinados e violentos, e a construção acelerada desse projeto de nação consolidava a noção problematizada por Clóvis Moura (2021) - apresentada como um dilema axiológico: o negro, de bom escravo, se torna o mau cidadão.

Esses aspectos culturais marcados especialmente pela discriminação racial, pela segregação no acesso aos direitos na própria conformação da noção de cidadão, foram fundamentais para a construção de uma determinada e posterior imagem positiva do homem trabalhador (e de um determinado homem) que se consolidou no século XX, como conclusão do processo de adestramento do trabalho ao capital.

A transição para o trabalho livre e o projeto de industrialização

A figura do caipira é uma das que representa como as relações de trabalho no Brasil nunca foram introjetadas e dinamizadas de maneira universal,[6] considerando as marcas do escravismo e as desigualdades e heterogeneidades regionais - e o quanto, até as relações de mercado alcançarem um ritmo de economia moderna, no sentido da criação de novas mercadorias e que o acesso a elas (compra e venda) dependesse das condições do mercado, predominava o escravismo.

A formação de uma sociedade industrial pressionou as formas de subsistência e a produção artesanal, com as imposições dos preços que acompanharam as flutuações do mercado (a lei do valor da produção capitalista), e empurrou essas culturas para o pauperismo.

Antonio Candido (2010) destaca as mudanças provocadas nesse período pelo surgimento do dinheiro e a sua centralidade como sistema dominante das relações sociais. O ritmo de trabalho imposto passou a ocupar quase todo o dia do indivíduo, sem que fosse garantida a sua autonomia econômica dentro desse sistema.

> A expansão do mercado capitalista não apenas força o caipira a multiplicar o esforço físico, mas tende a atrofiar as formas coletivas de organização do trabalho (mormente ajuda mútua), cortando as possibilidades de uma sociabilidade mais viva e de uma cultura harmônica. Entregue cada vez mais a si mesmo, o trabalhador é projetado do âmbito comunitário para a esfera de influência da economia regional, individualizando-se (Candido, 2010, p. 194).

[6] O caipira vivia alheio ao trabalho - suas atividades produtivas estavam misturadas à dinâmica da vida em comunidade como um todo, mutirões, lazer, agricultura, descanso – não por resquício de sociedades anteriores, mas como sintoma da crise da sociedade colonial.

A crescente preponderância do sistema econômico transformou progressivamente as margens entre o campo e a cidade. A urbanização não propiciou melhor estabilidade financeira. A expansão do mercado pelo aumento das exportações, principalmente de café, impulsionou as desigualdades econômicas e culturais na estrutura social brasileira.

Um forte traço de continuidade do escravismo na transição para o trabalho livre é aquilo que estrutura nossas relações sociais, o racismo - que pode ser observado na preferência pela incorporação do imigrante estrangeiro na expansão das lavouras de café do que a força de trabalho nacional, como os libertos e caipiras, como assinala o autor sobre o ideário que constituía as elites em finais do século XIX, "[...] a resistência combinava preconceito racial e desprezo pelo trabalhador livre nacional, visto como preguiçoso, não confiável e privado de mentalidade moderna (burguesa, acumulativa), já que se satisfazia com muito pouco e, portanto, não podia ser submetido ou disciplinado por incentivos pecuniários" (Cardoso, 2019, p. 51).

Como mencionamos, o trabalho mais pesado, que para ser realizado em proporções correspondentes ao ritmo de expropriação do capitalismo, foi imposto originariamente pela violência da escravização de negros e indígenas, também foi acompanhado pela ideologia disseminada e naturalizada pela ética cristã de que essa atividade degradante se justifica como castigo destinado àqueles que não eram considerados humanos, porque desprovidos de alma e individualidade. Uma forma de naturalizar em nossa formação social a visão eurocêntrica do negro como bárbaro, selvagem e inferior.

Nesse sentido, Cardoso (2019) sinaliza:

> [...] a imagem do trabalho e do trabalhador consolidada ao longo da escravidão fez-se da sobreposição de diferentes hierarquias sociais: de cor, religiosa, de *status* social associado à propriedade, de dominação material e simbólica, numa mescla de sentidos que apontavam, todos, para o mesmo conceito: o de degradação do trabalho manual (p.58).

Com a disseminação dessas relações se justificava a exclusão de pessoas escravizadas de qualquer participação política. Mas, apesar disso, nos quilombos e nas organizações de guerrilhas contra esse sistema havia também esforço crítico para compreender as teorias políticas que vinham da França, consideradas, contraditoriamente, as mais avançadas da época. Estes grupos insurgentes eram formados por escravos e ex-escravos principalmente, libertos e pessoas das camadas mais pobres. Acreditavam em uma emancipação da colônia que não prejudicasse o desenvolvimento econômico. Movimentos como a Revolta de Filipe dos Santos em Minas Gerais (1720), a Revolta dos Alfaiates na

Bahia (1798, também conhecida como Conjuração Baiana) e a Revolução Pernambucana (1817), cada uma em suas particularidades, eram sufocados com violência.[7] As pessoas negras representaram um componente fundamental para o desenvolvimento econômico do sistema colonial pelo trabalho forçado, como também a negação do regime escravocrata através desses movimentos de enfrentamento e de resistência (Moura, 1988).

Como destaca Moura (1988), a figura do negro durante o regime escravista vai muito além da situação degradante de escravo. Os negros, muitas vezes aliados aos índios, também desempenharam forte resistência[8] à exploração e papel de destaque nos levantes e lutas armadas antiescravistas, tanto aqueles que eram enviados pelos seus senhores de terras para defenderem seus próprios interesses, quanto os que minavam os lucros do comércio por meio de assaltos e contrabando e lutavam pela independência do Brasil acreditando que a partir disso alcançariam a libertação (o que não ocorreu), mas as pessoas negras sempre foram fundamentais para a formação e desenvolvimento da sociedade do trabalho.

Alguns movimentos menos radicais, como a Revolução Pernambucana, que defendia a propriedade privada, refletem um pouco do papel particular que as ideias liberais importadas da Europa desempenharam na sociedade brasileira: "As ideias liberais serviram, na sua forma, neste caso particular, para defender uma formação econômico-social que na Europa elas ajudaram a esfacelar" (Moura, 1988, p.68). Não pretendemos aqui positivar o liberalismo econômico europeu, que produziu a dominação abstrata da lógica do valor. Mas, intencionamos demonstrar que, no caso do Brasil, a sua incorporação representou uma sobreposição dessa lógica com a continuação das relações de dominação pessoal que significava o sistema colonial. Essa particular sobreposição é bem ilustrada na leitura de Schwartz (2000) sobre uma sociedade com "ideias fora do lugar", em uma sociedade escravista que mirava ideias do liberalismo europeu (p. 12).

As marcas da desigualdade social estão enraizadas em um desenvolvimento interno marcado por uma estrutura econômica rígida herdada da colônia e a formação de um Estado extremamente repressivo para a regulação principalmente da propriedade privada durante a transição para o trabalho livre.

No Estado moderno as leis substituem a força de comando que antes pertencia ao soberano, como representação da vontade de Deus. As leis se justificam a partir da

[7] Sobre a resposta aos que participaram da insurreição baiana, Moura (1988, p. 65) assinala "Em novembro de 1799 terminava o julgamento com as seguintes sentenças: Luís Gonzaga das Virgens era condenado a morrer na forca e ter pés e mãos decepados e expostos em praça pública; João de Deus do Nascimento, Lucas Dantas, Manuel Faustino dos Santos Lira também foram sentenciados à forca e esquartejamento, ficando os seus corpos expostos em lugares públicos".
[8] Inclusive de recusa à imposição da cultura e religião ocidental, como afirma Moura (1988, p. 103): "Os escravos negros não foram aculturados, como pretendem certos sociólogos, de forma mecânica. Pelo contrário. A sua situação dentro da sociedade estratificada da época, o seu *status,* era o que determinava o seu comportamento fundamental".

"vontade geral do povo", um pressuposto questionável pelo seu caráter abstrato genérico,[9] principalmente em regimes oligárquicos como na formação histórica brasileira em que a maior parte da população é alijada do acesso à ordem constitucional e da participação política (Cardoso, 2019).

O país saiu do regime escravocrata direto para o liberalismo econômico segundo os parâmetros de países como os Estados Unidos da América (EUA), onde a Constituição Americana representava um estágio mais avançado do sistema capitalista. No Brasil, durante o processo de dissolução do Império e nascimento da primeira República, o Estado se consolidava com grande influência das oligarquias, principalmente a elite agrária que buscava a manutenção do escravismo e a evasão dos impostos.

Apenas no início do século XX no Brasil surgiram as primeiras políticas sociais em torno do trabalho, para aqueles que de alguma forma estavam vinculados às atividades produtivas que a urbanização de uma sociedade industrial moderna demandava. Porém, a dinâmica dos centros econômicos gerava desde então uma quantidade de empregos muito menor do que a necessidade interna, somada à migração estrangeira e à desqualificação racista da população nacional.[10] O trabalho urbano não significou necessariamente elevação no padrão de vida em relação à vida no campo, para a maior parte da população.

> A grande proporção de desocupados e subocupados nas cidades, pressionando e competindo pelo escasso emprego disponível, deu origem a relações de trabalho predatórias, com baixos salários e altas taxas de rotatividade, principalmente entre os brasileiros, lotados, em sua maioria, nas piores ocupações, muitas vezes na fronteira da ilegalidade (Cardoso, 2019, p.130).

O trabalho assalariado, mesmo nos primeiros anos da industrialização, nunca se tornou um vínculo integrador à sociedade capitalista em sentido abrangente, esta integração sempre foi limitada. A formação da sociedade do trabalho no Brasil é marcada pela dominação externa e pelo coronelismo[11] (Leal, 2012) como modo de reprodução social

---

[9] O pressuposto de que o Estado representa o "bem comum" ou a "vontade geral" do povo, já é em si problemático por indicar seu conteúdo abstrato, superficial e totalitário, tendo em vista a impossibilidade concreta de se determinar leis universais baseadas na concepção de um homem universal (KURZ, 2010). Segundo o autor, uma vontade geral nunca irá representar a vontade de todos, o que existe é uma "forma universal de vontade", moldada pelos parâmetros da expansão da sociedade da mercadoria.

[10] "Essa desqualificação dos nacionais era, obviamente, a contraface da autoimagem da elite republicana que, se professava ideias liberais, positivistas, evolucionistas, científicas, ideias modernas enfim, não esperava das camadas populares senão que se dobrassem ao espírito de época e pensassem também como europeus, aderindo a uma ética do trabalho de tipo moderno, fundada na temperança, na retidão, na subordinação voluntária a hierarquias disciplinares, no diferimento da satisfação dos desejos, na poupança para a velhice e para os filhos" (CARDOSO, 2019, p. 130).

[11] Uma relação de dominação característica das zonas rurais brasileiras onde existe grande concentração de propriedade em paralelo com a situação de escassez predominante. E que consiste na estreita ligação com as forças do Estado para a

predominante, uma forma autoritária e violenta de organização social que permeou as relações de trabalho brasileiras durante muito tempo.

O crescimento do número de imigrantes nos postos de trabalho que possibilitavam mais chances de ascensão social, ao mesmo tempo colocou os não-brancos nas condições mais precárias de subsistência. Cardoso (2019) destaca que, mesmo a situação dos que estavam empregados também era muito difícil devido aos baixos salários, tanto nos centros urbanos como nas áreas rurais.

A tentativa de embranquecimento da população brasileira fez parte do processo de desprezo pela cultura originária e eliminação daqueles grupos que eram inúteis para o projeto de modernização europeia em curso. Isso desencadeou ações repressivas contra o "inimigo interno" (Cardoso, 2019, p.155), assim denominado pelas elites, e reproduzido em parte pelas camadas populares, como inculto e perigoso. Vale ressaltar a constatação do autor de que o objetivo da violência policial não era o disciplinamento para o trabalho da parcela desocupada da população, pois nesse período de crescimento industrial a força de trabalho já era excedente, mas de silenciar e evitar que estes perturbassem a ordem social capitalista que se erguia em cima da desigualdade social. A ética do trabalho servia, em última instância, como legitimadora dessas medidas de contenção da população que nunca seria integrada ao sistema de trabalho.

De modo geral, a construção do Estado enquanto poder centralizado e autorizado socialmente ao uso da violência está relacionada ao particular movimento histórico da acumulação capitalista de expansão permanente do valor. Nesse movimento se condensam as economias desenvolvidas para a guerra e com a guerra, a associação da filosofia e das ciências à divisão social do trabalho e um longo processo de fetichização das relações sociais em torno da reprodução material. É o processo simultâneo desses aspectos que vai dar racionalidade à sociedade produtora de mercadorias (Menegat, 2003).

No Brasil esse processo se deu como um amálgama entre tradicionalismo e liberalismo. Como assinalado por Schwarz (2000), as relações de dominação no campo foram marcadas principalmente pelo coronelismo e clientelismo, enquanto nos centros urbanos as primeiras manifestações de oposição ao Estado encontraram obstáculos internos e externos, a heterogeneidade e conflitos no interior do corpo de trabalhadores (entre imigrantes portugueses, italianos e espanhóis, nacionais e libertos) e a forte repressão do Estado contra essas associações.

---

reprodução do sistema econômico, ao colocar os aparatos policiais e recursos públicos à disposição dos senhores de terra em troca de apoio às eleições. Para maior compreensão sobre esse tema, ver Leal (2012).

Esse processo de expropriação material e subjetiva consolidou a chamada "missão civilizatória do capital", que consiste na verdade na expansão da economia de mercado. Na história da sociedade brasileira, percebemos que a expansão dos mercados não promoveu sequer a integração total ao trabalho, que é a sua própria forma destrutiva de vida social.

As formas como o imigrante foi incorporado pela expansão econômica, principalmente pela economia cafeeira, marcou fortemente a transição do trabalho escravo para as relações de trabalho livre no Brasil. O trabalho começou a ser distanciado da escravidão para se vincular à possibilidade de ascensão social. Esse processo em certa medida encobriu o plano mais profundo que era a transição de um tipo de dominação pessoal para a dominação monetária, que se tornaria o trabalho assalariado. Além do que, os casos de ascensão social entre os imigrantes foram esporádicos, muitos deles retornando para seus países de origem ou reemigrando para países vizinhos, como ocorreu com a maior parte dos imigrantes italianos (Martins, 1986).

Aqueles imigrantes que foram financiados pelo governo e destinados às zonas rurais enfrentavam diversas dificuldades para permanecer no Brasil e atingir algum *status* social por meio do trabalho. A situação de escassez do colonato os submetia às relações de exploração e de ameaça, que marcavam as relações de trabalho com os fazendeiros remanescentes da ordem escravocrata e que foram a base predominante da produção de café e acumulação capitalista até o acirramento da crise de 1929.

O trabalho assalariado não era conveniente para a lucratividade da economia cafeeira, um dos motivos pelos quais a sua incorporação foi adiada ao máximo. Desse modo, as relações sociais permaneceram por muito tempo entre diferentes e simultâneas formas de imposição da produção capitalista, como o colonato, o escravismo e o salário.[12] As formas de assalariamento começaram de maneira residual e temporária, produzido pelo desenvolvimento técnico na colheita de café, que no início demandava mais força de trabalho do que havia disponível.

Nesse processo, entre finais do século XIX e início do século XX, se destaca o papel dos imigrantes estrangeiros na formação da sociedade do trabalho brasileira, fruto da acumulação primitiva em seus países de origem e da subvenção dos governos para trazer força de trabalho branca. Suas pretensões com o estabelecimento no Brasil se revestiam de

[12] Martins procura explicar que as relações de colonato, por exemplo, que se constituíram com a cafeicultura, não podem ser consideradas pré-capitalistas e nem dominadas pelo capitalismo, porque nela também estavam presentes formas não capitalistas de produção, porém mediadas pelo capitalismo, "[...] o processo de trabalho do café estava não só marcado pela diversidade das relações de trabalho, pela diversidade até étnica da organização dos diferentes momentos do trabalho. Estava marcado também pela contradição que, no mesmo processo, combinava e opunha a forma camponesa de organização do trabalho agrícola à forma salarial de organização do trabalho industrial, combinação essa estabelecida, subjugada e reproduzida pelo próprio capital" (Martins, 1986, p.158).

esperança embora fossem diversas entre si e reproduzidas de diferentes maneiras. Os imigrantes almejavam a ascensão social que na sociedade capitalista só o trabalho proporciona, uma ideologia que vigorou durante o século XX.[13] A concepção de trabalho, portanto, foi incorporada por meio do adestramento comportamental e ideológico.

> A riqueza, no sentido de capital acumulado, torna-se aceitável e legítima porque é produto do trabalho e porque o trabalho é concebido como uma virtude moral universal. A capacidade de criar riqueza através do trabalho é concebida como uma virtude socializada, sem distinção de classes, que abre acesso ao capital e ao capitalismo a todo homem que trabalha (Martins, 1986, p. 241).

Como afirmamos, o trabalho assalariado no Brasil sempre foi uma experiência limitada, mesmo com a industrialização em sua fase de crescimento, massas de trabalhadores ainda permaneciam à margem da sociedade do trabalho (Cardoso, 2019). Mas, como promessa do desenvolvimento econômico, conseguiu mobilizar a adesão dos trabalhadores à lógica da sociedade industrial que se construía no século XX, tanto na busca de reconhecimento social pelo trabalho assalariado, quanto pelo incentivo ao consumo de mercadorias.

Nesse período se desenvolveu a concepção de cidadania[14] obtida através do trabalho, de forma que substituísse a natureza hostil com que o mesmo se originou no sistema das colônias de exploração. Era preciso uma espécie de pacto social que organizasse a sociedade em torno do projeto de industrialização que iniciava entre a década de 1930-1940. Esse processo "civilizatório" se desenhava como inclusão dos indivíduos às "vantagens" da modernização, à contrapartida da dignidade pelo trabalho era oferecida a segurança da estabilidade no emprego, políticas sociais estatais e possibilidade de consumo de artigos até então considerados de luxo. Todos esses mecanismos promoveram o auto adestramento à sociedade produtora de mercadorias, na qual o trabalho, além da exploração, revestia-se também com a noção de segurança social por meio de formas jurídicas como o direito ao trabalho.

---

[13] "A sociedade brasileira, de certo modo, oferecia-lhe de volta o que lhe haviam tirado no país de origem, fazia de sua privação a base de uma esperança, o que ganhava corpo na motivação de '*fare l'America*', 'fazer a América', mote da ideologia da ascensão social pelo trabalho" (Martins, 1986, p.233).

[14] Grande parte da Guarda Nacional recrutada para a Guerra do Paraguai (1864-1870), por exemplo, era formada por escravizados e libertos, como "oportunidade" de integração social, e posteriormente com o prolongamento da guerra o recrutamento foi direcionado "para as populações pobres e desgarradas dos esquemas tradicionais de controle, além de vadios, escravos fugitivos e outros" (Cardoso, 2019, p.98).

Entretanto, o Estado brasileiro nunca conseguiu realizar essa integração ao trabalho de modo abrangente,[15] e permaneceu no discurso do sacrifício em prol de uma prosperidade que chegaria logo que o país superasse os entraves de seu passado arcaico e modernizasse sua produção.

Contradições do trabalho assalariado no Brasil

A Era Varguista (1930-1945) é símbolo de como se deu esse processo de transformação de um Brasil predominantemente rural[16] marcado pelos interesses latifundiários em um país que buscava a industrialização, assim como sobre o destino dos remanescentes do trabalho escravo e a tentativa pontual de transformação dos que ficavam às margens das colônias em proletariado fabril. Esse processo ocorre com um forte apelo de acesso à cidadania pelo meio do trabalho na formação das subjetividades, portanto,

> [...] não há uma divisão clara entre incluídos e excluídos, mas um *continuum* que fez da inclusão uma promessa mais ou menos distante segundo o lugar que o trabalhador ocupava na estrutura de distribuição de recursos monetários, bens, serviços, recompensas e, obviamente, direitos (Cardoso, 2019, p. 205).

Ganham destaque as lutas operárias e as organizações sindicais que em alguma medida desempenharam o papel de defesa da proteção social (salário mínimo, jornada de trabalho, férias, etc.), concedida primordialmente com o objetivo de conter o pauperismo que crescia junto com o êxodo rural. Com a legislação do trabalho se costurava também determinada concepção de cidadania regulada (Santos, 1979), baseada no trabalho regulamentado juridicamente, conforme nos sinaliza o autor

> A cidadania está embutida na profissão com os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido por lei. Tornam-se pré-cidadãos, assim, todos aqueles cuja ocupação a lei desconhece. A implicação imediata deste ponto é clara: seriam pré-cidadãos todos os trabalhadores da área rural, que fazem parte ativa do processo produtivo e, não obstante, desempenham

[15] Uma das funções do Estado moderno é produzir as estruturas jurídicas que determinam e sustentam as contradições internas da divisão do trabalho. Quando a capacidade do mercado de trabalho começa a se esgotar e o desemprego estrutural atinge até as economias mais avançadas, a repressão e a violência são utilizadas para silenciar os sujeitos que são eliminados do "mundo do trabalho" devido à crescente substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto.

[16] "O Brasil era um país rural, com pouco menos de 3% de proprietários de terra apesar dos 70% de brasileiros que viviam no campo, um terço dos quais assalariados e dois terços compondo diferentes regimes de colonato, parceria, posse ou pequena propriedade da terra, a grande maioria deles disposta a arribar ao menor sinal de que a vida poderia ser melhor em outro lugar" (Cardoso, 2019, p. 196).

> ocupações difusas, para efeito legal; assim como seriam pré-cidadãos os trabalhadores urbanos em igual condição, isto é, cujas ocupações não tenham sido reguladas por lei (Santos, 1979, p.75).

Somente o trabalho formal era reconhecido como contribuição na construção de um projeto de nação em desenvolvimento, assim como os direitos sociais eram restritos ao registro de nascimento e carteira de trabalho. Uma ideia de cidadania que esconde as desigualdades produzidas pelo desenvolvimento capitalista e a violência que significou a imposição do mercado como forma única de sociabilidade.[17]

Essa concepção de cidadania do trabalho foi um dos principais aspectos que modelou a sociedade de acordo com o "*projeto varguista de inclusão cidadã*", a formulação ideal do homem trabalhador, à semelhança do colonizador homem branco europeu. Esse pensamento legitimou o desenvolvimento da lógica do trabalho no Brasil e tornou a luta por direitos (efetividade, ampliação, controle social) o único horizonte do movimento operário, como apropriação da cidadania, ficando em segundo plano a sua origem e finalidade dentro do contexto de expansão mundial da sociedade de produção e consumo de mercadorias.

Desde o princípio os direitos sociais foram e permaneceram como possibilidade de vir a ser, mas nunca se constituíram factualmente, a experiência do trabalho regulamentado nunca incorporou os trabalhadores em sua totalidade. O trabalho formal se consolidou mais como um desejo universal do que como uma forma social realmente universal e integradora,[18] a figura do trabalhador que permanece a vida toda com o mesmo vínculo empregatício sempre foi uma exceção.

Contudo, como assinala Cardoso (2019), essa expectativa de integração social pelo trabalho teve um papel fundamental para a legitimação das desigualdades sociais e a não efetivação desse tipo de cidadania foi vivenciada como fracasso individual, um sentimento que torna "[...] pouco propício a tradução em ações coletivas capazes de interferir decisivamente na reversão da histórica dinâmica das desigualdades" (p.268). Queremos assim enfatizar como a regulamentação do trabalho é uma característica de manutenção da

---

[17] Como aponta Martins (2012, p.36) ao pensar sobre como as formas sociais desenvolvidas pelo capitalismo tendem a se autonomizar em relação aos sujeitos: "A teoria desse desenvolvimento tendeu durante muito tempo a destacar uma certa conexão obrigatória entre o desenvolvimento econômico, o desenvolvimento social e a formação das ideologias e das instituições. O tempo mostrou, porém, que esses diferentes âmbitos se desenvolvem desencontradamente e quanto mais o capitalismo cresce globalmente e se amplia espacialmente mais autonomia as formas sociais parecem ganhar".

[18] "Mesmo que nunca se tenha universalizado, o mercado formal estruturava um conjunto de relações sociais e econômicas que ocorriam ao seu largo, pela razão mesma de que os assalariados urbanos esperavam, cedo ou tarde, integrar-se a ele" (Cardoso, 2019, p. 216).

ordem social capitalista e, em termos econômicos, fundamental para o desenvolvimentismo que vigorou entre 1940-1980 e permitiu um crescimento exponencial do PIB brasileiro.[19]

Entretanto, apesar do crescimento do trabalho nas indústrias, devido à implementação da tecnologia e consequente aumento da produtividade, a geração de empregos permaneceu menor do que o necessário para absorver toda a força de trabalho, sendo que "[...] em 1960 o emprego protegido, que conferia aos trabalhadores urbanos a cidadania regulada, não passava de 40% do total das ocupações" (Cardoso, 2019, p.279). Ao mesmo tempo o setor de serviços também cresceu, até mais do que a indústria, que começa a perder força a partir de 1980 com o processo de desindustrialização provocado pelo investimento na abertura do capital comercial internacional. Essas mudanças no funcionamento da economia brasileira expressam contradições lógicas da produção capitalista, que tornam os seus limites mais concretos a partir de finais do século XX com a sua crise estrutural.

Nesse aspecto, econômico, a ditadura militar também serviu à finalidade de contribuir para amenizar pontualmente os impactos da crise do fordismo. Para isso incentivou a compra de ações implementando reformas no mercado de capitais, um movimento que significou o primeiro crescimento acelerado do capital financeiro, principalmente através da Bolsa de Valores[20] e da criação de fundos de investimentos, o que promoveu também o aumento da especulação. Mas, diferente do que se passa no estágio contemporâneo do capitalismo, esse mercado não era central para a reprodução da economia. E mesmo possibilitando, por meio da formação de uma bolha especulativa, uma breve recuperação econômica entre 1968-1971, não foi capaz de evitar o aprofundamento da crise durante a década de 1970 (Macarini, 2008). Dessa forma, "[...] em 1980, quando era responsável por 44% do PIB, o setor industrial empregava apenas 25% dos brasileiros (35% do emprego urbano total)". Tal aspecto reforça, mais uma vez, o argumento de que o trabalho formal nunca se tornou universal em nossa formação (Cardoso, 2019, p.272).

Essa abertura do acesso ao crédito estimulou o crescimento concentrado de renda e a formação de grandes monopólios em alguns ramos da produção ligados aos programas desenvolvimentistas, como o da construção pesada. Esse processo, iniciado na década de

---

[19] "O PIB de 1980, pois, era 15 vezes maior do que o de 1940, crescimento vertiginoso que não teve equivalente no mundo ocidental" (Cardoso, 2019, p.269).

[20] Macarini (2008, p. 164-165) destaca que "O volume anual de transações nas Bolsas cresceu mais de quatro vezes em 1971 (em valor real), para declinar fortemente de 1972 a 1974. Na esteira da estagnação dos negócios em Bolsa, os novos lançamentos - objetivo último da política de mercado de capitais - também declinaram acentuadamente, retornando à posição anterior de irrelevância para o financiamento empresarial".

1980, aliado à gigantesca diversificação dos ramos de atividade[21] desses capitais, levou à formação de enormes conglomerados econômicos que, aos poucos, viram suas taxas de lucro caírem devido à crescente eliminação do trabalho vivo. Com isso, vão recorrer ao mercado financeiro para adiar o fechamento das empresas.

Pretendemos, com esses aspectos da atividade econômica durante o período da ditadura, demonstrar que o seu caráter desenvolvimentista se deu de forma restrita e não promoveu a ampliação dos empregos. Pelo contrário, ampliou as desigualdades sociais e o endividamento do Estado com a tentativa de superar a crise.

Essas contradições do trabalho não estão relacionadas apenas à incompletude do processo de industrialização brasileiro. Ela condiz com a própria forma do desenvolvimento capitalista e seu projeto de modernização, que é determinado pela autocontradição da mercadoria, uma riqueza social abstrata formada pelo trabalho. Um processo de expansão que se impõe como universal e com potencial destrutivo, porque produz desigualdades internas e externas a cada capital nacional. Como assinala Martins (2012, p. 19):

> A modernidade, porém, não é feita pelo encontro homogeneizante da diversidade do homem, como sugere a concepção de globalização. É constituída, ainda, pelos ritmos desiguais do desenvolvimento econômico e social, pelo acelerado avanço tecnológico, pela acelerada e desproporcional acumulação de capital, pela imensa e crescente miséria globalizada, dos que têm fome e sede não só do que é essencial à reprodução humana, mas também fome e sede de justiça, de trabalho, de sonho, de alegria.

O fracasso do neoliberalismo, comprovado no início do século com a recessão econômica que se aprofundou no país no início do século XXI, aumento da inflação, desemprego, desvalorização dos salários (Cardoso, 2019) demonstra que a causa da crise possui dimensões mais profundas e que ultrapassam o âmbito da política econômica nacional,[22] o problema do desemprego continuou latente mesmo após os ajustes neoliberais e a crescente desregulação do trabalho.[23]

---

[21] A partir de 1990, como apontado por Campos (2011, p. 85) "A diversificação das atividades das empreiteiras se reforçou com as políticas privatizantes, que abriram novos horizontes de possibilidades para as construtoras, com taxas de lucro muito atraentes. O grande negócio da década, a compra e exploração de empresas e serviços públicos, permitiu que as empreiteiras passassem a atuar em áreas como a concessão de rodovias e ganhos com a exploração de pedágios; fornecimento de água e atuação na área de saneamento; concessão de serviços de telecomunicações e telefonia; administração de aterros sanitários e exploração de serviços públicos urbanos diversos".

[22] "Quanto menos o Terceiro Mundo conseguia acompanhar a corrida da produtividade, tanto menos pôde sua economia levantar pelo menos os investimentos indispensáveis para o próprio desenvolvimento e os mercados internos, e tanto menos interessante tornou-se ele para investimentos estrangeiros diretos, por parte do capital ocidental. Passou a

Esse processo corresponde a mudanças profundas na dinâmica do capitalismo em termos mundiais, impulsionadas pelo acirramento da concorrência entre os capitais nacionais e a eliminação constante da necessidade de trabalho vivo. O crescimento do mercado financeiro face ao capital produtivo já começava a se apresentar como manifestação dessas mudanças, desde a década de 1970. O Estado e o fundo público começam a ter papel fundamental no processo de ficcionalização da economia (Blank, 2018).

O neoliberalismo, em sentido capitalista, surgiu como modernização da economia para aliviar o peso sobre o Estado, porém o investimento do Estado na economia permaneceu tão alto quanto na fase do fordismo. O que difere no período atual de crise é que o próprio Estado precisa se endividar através de empréstimos para conseguir ativar um novo processo de valorização de capital, já que o montante de mais valor operado pelo Estado está se diluindo junto com a forma trabalho. Contudo esse recurso artificial funciona apenas como adiamento da falência total do sistema e piora as condições de vida das camadas mais vulneráveis da sociedade do trabalho (Trenkle, 2004).

À guisa de conclusão: crise contemporânea do capital como esgotamento do trabalho

Em meio ao cenário de crise global da sociedade moderna, que se arrasta pelo menos durante as últimas quatro décadas, testemunhamos o acento no controle da miséria via repressão do Estado, com o retorno de políticas púbicas extremamente conservadoras e repressivas com forte apelo nos discursos influenciados pela moral religiosa e impacto nos costumes. Essas características, que não são novas nas relações de mercado, mas adquirem novos significados no contexto atual, são expressões do processo de decadência da sociedade capitalista.

Desde a virada do último século houve um crescimento acelerado de capital fictício. Segundo Lohoff (2014, s/p), "[...] o volume total destas mercadorias do mercado de capitais, ainda praticamente desconhecidas na década de 1970, cresceu entre 1998 e 2008 de 72 para 673 trilhões de dólares – contabilizando sozinho, portanto, doze vezes o PIB global".

---

depender de créditos do sistema bancário ocidental e das instituições internacionais (FMI, Banco Mundial)" (Kurz, 1992, p.170).

[23] Conforme assinala Cardoso (2019, p. 258): "Em 2002, o mercado formal de trabalho abrigava não mais de 55% dos trabalhadores assalariados (o que significa que 45% não estavam protegidos pela negociação coletiva ou pela legislação trabalhista) e a filiação sindical era de apenas 19% da força de trabalho assalariada [...]".

O deslocamento da economia do mercado de bens para o mercado financeiro e o crescimento exorbitante de capital fictício é uma manifestação da crise estrutural e não a sua causa. Trata-se do início do processo de declínio do capitalismo. E ainda demonstra que a dinâmica atual do mercado, imposta pela concorrência imediatamente global (Botelho, 2022) não deixa espaço para projetos de desenvolvimento nacional.[24]

A maior parte dos recursos do Estado, antes formada por impostos derivados do capital produtivo, agora está diretamente vinculada à dinâmica instável do capital fictício. Um dos mecanismos que existem como forma de compensar a eliminação do trabalho produtivo e de garantir a reprodução do próprio Estado é a capitalização da dívida pública. Esse processo é formado por capital fictício, porque não possui relação direta com a produção de nenhum trabalho previamente realizado, mas se baseia na dedução de valor a ser produzido no futuro.

O capital fictício se baseia na antecipação de valor a ser produzido no futuro, ou seja, processo de valorização que ainda não foi realizado, trabalho que ainda não foi explorado. No nível das relações de trabalho isso implica em que a produtividade alcançada no estágio atual do capitalismo não permite a ampliação do mercado de trabalho, da capacidade de consumo e dos direitos sociais relacionados ao trabalho. Por isso, desde a década de 1980 a produção capitalista vem perdendo a capacidade de gerar crescimento econômico aliado à integração social pelo trabalho e pelo consumo.

As expressões da questão social na contemporaneidade são produzidas pelo processo de esgotamento da expansão capitalista, diferente do que ocorria na transição entre os séculos XIX e XX em que a industrialização era alavancada pela ascensão da sociedade burguesa. Essa eliminação crescente do trabalho pela lógica da concorrência reflete nas ações do Estado, porque reduz a taxa de arrecadação da mais valia e altera a sua relativa autonomia frente ao capital, tornando o Estado dependente do movimento do mercado mundial.

A falta de autonomia do Estado diante da crise se reflete tanto no aspecto repressivo[25] em relação ao enfrentamento da questão social, quanto no ataque ideológico às

[24] O problema do nacionalismo de esquerda é que ele defende a democracia e o Estado social como horizontes emancipatórios, nos quais seria possível construir uma economia, com dinheiro e trabalho, livre do comando do capital. O mercado poderia continuar funcionando sobre as mesmas bases – e a mesma chave que nos conduziu aos limites atuais - desde que administrado por um Estado Nacional que não seja capitalista.

[25] Segundo o Atlas da Violência (2021), cabe ressaltar a mudança de qualidade das mortes por causa violenta nas cidades, em especial em favelas e periferias realizadas por agentes estatais. Um exemplo claro encontra-se nesta análise: "[...] o uso da violência por policiais, conjugada à ausência de mecanismos institucionais de controle quanto aos padrões institucionais do uso da força, o que propicia não apenas a vitimização de civis, mas também de policiais. Em 2020, segundo o 'Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021' (FBSP, 2021), foram 6.416 civis mortos por intervenções de policiais civis e militares da ativa, contra 194 policiais vitimados fatalmente. A Operação Exceptis realizada pela Polícia Civil no Jacarezinho, no Rio de Janeiro, em maio de 2021, é um exemplo sintomático desse grave problema. Tratou-se de

instituições democráticas – processo que ocorre em todo o mundo, na forma particular de cada sociabilidade. A expulsão da força de trabalho se reveste de moralismo e radicalização da ideologia neoliberal, acentuando a responsabilidade individual e mobilizando a cultura do micro empreendedorismo, numa espécie de darwinismo social em que sobrevivem os mais aptos à livre concorrência no mercado.

Ocorre um apelo à ética do trabalho para reforçar principalmente a polarização entre aqueles que trabalham contra os que não trabalham, através de narrativas que se distanciam da concepção de cidadania, pelo menos daquela ligada ao trabalho assalariado e da possibilidade de socialização da riqueza através da democracia. Mantém-se a crença no desenvolvimento econômico, mas se repudia as formas de governo e as instituições do Estado. A violência nesse momento é utilizada como recurso, não para incorporar os indivíduos à máquina de trabalho do capital como no início da expansão capitalista, mas para conter[26] e mesmo dizimar a população que foi descartada pelo seu desenvolvimento.

Nosso capítulo procurou trazer elementos constitutivos da formação da sociedade brasileira, recuperando determinações que imbricam tanto a naturalização e a ontologização de uma ética peculiar do trabalho, como sinalizamos inicialmente. Esta foi fundamental para a formação do projeto de nação brasileiro e, de alguma forma, paira como propulsora da noção de desenvolvimento, mesmo em seu esgotamento em tempos presentes. Sua origem, das relações de dominação mercantil, colonialista e imperialista como substrato de nossa formação, nos conduz para conformar desigualdades sociais e acentuar opressões distintas na nossa sociabilidade, em processo galopante de brutalização das relações sociais, nos conduzindo aos dilemas atuais.

Referências

BENJAMIN, W. **O capitalismo como religião**. Boitempo Editorial, 2015.

BOSI, A. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

uma operação que descumpriu as determinações do STF, que proibiam as operações nas favelas cariocas, exceto casos excepcionais – devendo ser informados e acompanhados pelo Ministério Público estadual (STF, 2020)" (IPEA, 2021, p.14).

[26] Essa contenção ocorre das mais diferentes formas: através de ações promovidas pelo Estado brasileiro, que promovem o encarceramento em massa, políticas de segurança pública cada vez mais letais em relação às populações empobrecidas e não brancas, extermínios deliberados nos campos, florestas e nas cidades ou mesmo através da escassez de políticas públicas de corte social com caráter protetivo, conduzindo as pessoas à miséria absoluta. Para obtenção de dados que fundamentam tais afirmações, recorrer ao Relatório Institucional, Atlas da Violência - IPEA (Cerqueira, 2021), ressalvando a dificuldade de obtenção de registros e de dados confiáveis desde 2018, quando da ascensão do governo de extrema direita de Jair Bolsonaro (2018-2022). Os dados demonstram registros de queda de homicídios entre 2017 e 2019, mas um aumento considerável (69,9%) de Mortes Violentas por Causa Indeterminada no mesmo período. Essa catalogação refere-se às mortes violentas em que o Estado foi incapaz de identificar a motivação que gerou o óbito do cidadão (Cerqueira, 2021).

BOTELHO, M. Ainda sobre o “milagre chinês” (I). Blog da Boitempo. 12 jan. 2022. Disponível em: https://blogdaboitempo.com.br/2022/01/12/ainda-sobre-o-milagre-chines/ Acesso em 21 dez. 2022.

BLANK, J. Um museu de grandes novidades: capital fictício, fundo público e a economia política da catástrofe. In: **Revista Maracanan**. n. 18, p. 181-197, jan./jun. 2018.

CAMPOS, P. H. Semeando Gigantes: Centralização de capitais e diversificação das atividades das empreiteiras brasileiras no final da ditadura civil-militar. **Lutas Sociais**, São Paulo, n.25/26, p.72-87, 2º sem. de 2010 e 1º sem. de 2011.

CANDIDO, A. **Os parceiros do rio Bonito**. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul. 11 edição. 2010.

CARDOSO, A. **A construção da sociedade do trabalho no Brasil**. Editora FGV, 2019.

CERQUEIRA, D. **Atlas da Violência 2021** / Daniel Cerqueira et al., — São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes Acesso em: 20 fev. 2023.

IANNI, O. A ideia de Brasil moderno. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, SP, v. 1, n. 1, p. 19–38, 2006.

KOWARICK, L. **Trabalho e Vadiagem:** A origem do trabalho livre no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994.

KURZ, R. **O colapso da modernização**: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Paz e Terra, 1992.

KURZ, R. A Substância Do Capital: O Trabalho Abstrato como Metafísica Real Social e o Limite Interno Absoluto da Valorização. **Revista EXIT!** Crise e Crítica da Sociedade da Mercadoria, 2005. Disponível em: http://www.obeco-online.org/rkurz226.htm Acesso em: 27 fev. 2023

KURZ, R. Não há leviatã que vos salve. **Revista EXIT!** Crise e Crítica da Sociedade da Mercadoria, n.7 (12/2010). Tradução de Boaventura Antunes e Lumir Nahodil (07/2011). Disponível em: http://www.obeco-online.org/rkurz390.htm Acesso em: 27 fev. 2023.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto:** o município e o regime representativo no Brasil. Editora Companhia das Letras, 2012.

LOHOFF, E. **Acumulação de capital sem acumulação de valor**, 2014. Tradução de Javier Blank. Disponível em: https://www.krisis.org/2018/acumulaao-de-capital-sem-acumulaao-de-valor/ Acesso em: 27 fev. 2023.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I**. Boitempo Editorial, 2015.

MACARINI, J. P. Um aspecto da política econômica do “Milagre Brasileiro”: A política de mercado de capitais e a bolha especulativa 1969-1971. **Est. econ.**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 151-172, jan.- mar. 2008.

MARX, K.; ENGELS, F. **O capital:** crítica de economia política, v. I. Abril Cultural, 1988.

MARTINS, J. de S. **O cativeiro da terra**. São Paulo: Hucitec, p. 32, 1986.

MARTINS, J. de S. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. 3. ed. São Paulo. Contexto, 2012.

MENEGAT, M. **Depois do fim do mundo:** a crise da modernidade e a barbárie. Relume-Dumará, 2003.

MOURA, C. **Rebeliões da senzala**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

MOURA, C. **O negro:** de bom escravo a mau cidadão? São Paulo: Dandara, 2021.

OLIVEIRA, F. de. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

SANTOS, W. G. dos. **Cidadania e justiça**: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SCHWARZ, R. **As ideias fora do lugar**. Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

TRENKLE, N. **Anti-política em tempos de fúria homicida capitalista**, 2004. Tradução de Javier Blank. Disponível em: https://www.krisis.org/2018/anti-poltica-em-tempos-de-fria-homicida-capitalista/ Acesso em: 27 fev. 2023.

WEBER, M. **A ética protestante e o "espírito" do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WILLIAMS, E. **Capitalismo e escravidão**. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

CAPÍTULO 6

MULHERES, MATERNIDADE E CIDADE:
uma discussão sobre a (não) presença feminina no espaço urbano

Aline Novaes
Francine Helfreich
Talíria Petrone

"Pode o subalterno falar?"

> Se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade.
>
> Gayatri Spivak

A pergunta que introduz nossa discussão intitula a obra de Spivak (2010), cuja relevância é atribuída ao debate da subalternidade, a partir de uma referência ao pensamento gramsciano, que ganhou fôlego nos anos 1980, mas que não se configurará como elemento central da reflexão aqui tecida. As análises sobre os subalternos, a partir do pensamento do autor renderam dezenas de estudos, como por exemplo os de Modonesi (2018), Baratta (2011) e Semeraro (2017). Muitos deles seguindo a ideia de que a "subalternidade" é uma condição heterogênea de grupos sociais que incluem segmentos da classe trabalhadora esparsos e desagregados. Contudo, interessa-nos aqui algumas questões: quando se trata de dar voz aos subalternos são os subalternos que falam? Quem os escuta? Se a história oficial é a história das classes dominantes, como podem os subalternos falar e fazer história?

Por muito tempo, a subalternidade foi o lugar conferido às classes subalternas[1] e, principalmente, à mulher, impossibilitando-a de falar e, também, de ocupar territórios. Essa constatação nos motiva a avançar em algumas ponderações, com o objetivo de investigar a experiência urbana feminina nas cidades e, sobretudo, verificar como a ampliação de vozes incita o questionamento da hegemonia do modelo colonial. A partir de contribuições teóricas para os estudos de cidade, discutir-se-á sobre a urbe contemporânea, com o foco

[1] As classes subalternas na compreensão gramsciana vincula-se aos processos de dominação presentes na sociedade, desvendando "as operações político-culturais da hegemonia que escondem, suprimem, cancelam ou marginalizam a história dos subalternos" (Buttigieg, 1999, p. 30).

na relação entre a mulher-mãe e o espaço urbano, ressaltando escritas, atuações e movimentos de resistências femininas, que emergem como novas possibilidades de ocupação da cidade. Assim, a presença feminina – voz e corpo – demarca e cria novos territórios, o que é de fundamental importância para o surgimento de novos sujeitos sociais.[2]

A referência aqui trazida de Gayatri Spivak não tem a intenção de reduzir ou simplificar o pensamento e as contribuições da crítica e teórica que questiona discursos hegemônicos, mas sim de servir, neste texto, como um ponto de partida para discutir a invisibilidade da figura feminina nas questões referentes ao espaço urbano.

Para o debate que será proposto, torna-se pertinente salientar que as pesquisas referentes à cidade no conjunto das Ciências Sociais – incluindo o Serviço Social – parte de seu potencial multidisciplinar. Ao compreender o espaço urbano e todas as tensões existentes, é possível tratar de um cruzamento de produções também exploradas por outras áreas de conhecimento, como revela a própria autoria deste texto. Soma-se a isso, a categoria teórica de espaço urbano como uma possibilidade para estudar as tensões na compreensão da cidade e no trânsito de novos sujeitos sociais na ocupação da mesma. A partir disso, este texto se une às reflexões da contemporaneidade ao propor o questionamento da (não) presença feminina no espaço urbano. Nessa perspectiva, a visibilização de outras vozes, protagonistas no processo de de(s)colonização da cidade, permite a ênfase nas questões de gênero e classe, entendendo, embora não seja o foco deste estudo, a importância dos debates referentes à raça.

A formação da sociedade brasileira foi marcada por desigualdades sociais, raciais e de gênero.[3] Os mais de 300 anos de escravidão produziram, somados a outros processos em curso hoje, a significativa diferença salarial entre negros e não negros, entre homens e mulheres, a criminalização dos pobres, a segregação das religiões africanas e afro-brasileiras, entre outras expressões de preconceito e opressão. As particularidades desse processo apontam para o predomínio de uma elite agrária-industrial, branca, masculina que devastou terras e culturas indígenas e é responsável, na sua condição de classe dominante, pela desigual distribuição de terras e riquezas em nosso país.

---

[2] Os novos sujeitos sociais vinculam-se ao que se denomina novos movimento sociais, que avançam no que tange aos movimentos sociais tradicionais. Trata-se do surgimento, conforme Camacho (1987, p. 237), de atores, que anteriormente não se manifestavam. Em todos os casos, os novos movimentos são pluriclassistas, enquanto os antigos eram basicamente classistas; e, em sua maioria, os novos movimentos fazem parte do povo, seja por sua extração social, ou pelo tipo de reivindicação. Podemos exemplificar: os movimentos feministas, ecológicos, movimento negros, LGBTQIA+, os sem-terra, os sem-teto, associação de moradores, entre outros.

[3] Entendemos gênero como uma categoria socialmente construída, o que pressupõe a desnaturalização e a historicização dos papéis femininos e masculinos. Dessa forma, ela também é entendida como relacional e compreende que o feminino existe na relação, historicamente subordinada, com o masculino. A categoria gênero é relacional e dialética (Cisne, 2012).

Esse contexto contribui para que as diferenças de gênero se materializassem em formas distintas que impactam homens e mulheres. Historicamente, os homens brancos sempre estiveram no topo da pirâmide social e exerciam poder sobre suas mulheres brancas. Estas, historicamente, tiveram sua vida restrita ao lar e à família, bem como menos acesso aos estudos e à vida pública. O mesmo homem branco exercia, também, poder sobre os homens negros escravizados ou livres, submetidos a toda violência física e simbólica intrínseca ao sistema escravista e ao "ser negro" numa sociedade extremamente racista.

Sem dúvida, a opressão de gênero impacta profundamente todas as mulheres daquela sociedade. É fundamental a demarcação de que a associação da pobreza, do racismo e da opressão de gênero impôs à mulher da classe trabalhadora, especialmente às mulheres negras, um determinado lugar na nossa história. Nesse sentido, Safiotti afirma que

> [...] o papel representado pela mulher negra tinha caráter corrosivo e que cabia à escrava, além de uma função no sistema produtivo de bens e serviços, um papel sexual, via uma maior reificação e, simultaneamente, linha condutora do desvendamento do verdadeiro fundamento da sociedade de castas (2013, p. 236).

Portanto, as características medulares ao processo de consolidação do capitalismo no Brasil foram reproduzidas e aprofundadas a partir da conciliação entre os diferentes interesses dos setores da burguesia nacional e mundial. A tentativa era – e ainda é – de silenciar a classe trabalhadora para mantê-la oprimida e explorada. E, as mulheres, enquanto sujeitos desta classe, são atravessadas pelas formas históricas mais perversas de tentativas de apagamento e assujeitamento, adensadas pelas condições de uma sociedade de capitalismo dependente. A essa discussão, será dedicado o próximo tópico.

Capitalismo periférico e as marcas das opressões de gênero na formação social brasileira

Os contributos analíticos de Fernandes (1975) sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil a partir da integração do país na economia internacional advertiam que essa associação não foi concebida como uma "imposição" de fora para dentro, mas articulada aos próprios interesses da burguesia brasileira em reproduzir internamente as relações de dominação ideológica e exploração econômica. Para o autor, esse processo ocorre na sua acepção clássica: a desigualdade entre o desenvolvimento econômico e social

e entre a expansão das forças produtivas e as relações sociais. A tese do desenvolvimento desigual elaborada por Trotsky e problematizada por diversos autores que se debruçaram em pesquisas sobre a formação social brasileira – como Florestan Fernandes, Caio Prado Junior e Octavio Ianni – também mostram o tempo desigual entre as mudanças na produção e as formas culturais e jurídicas que refletem as alterações da vida dos sujeitos.

Desse modo, têm-se, ao mesmo tempo, avanços no desenvolvimento das forças produtivas convivendo com padrões retrógrados nas relações de trabalho. Um dos pilares dessas desigualdades de temporalidades históricas decorre do caráter antidemocrático da revolução burguesa no Brasil. As soluções políticas para as grandes decisões têm sido orientadas "de cima para baixo", reiterando a obstaculização da participação dos trabalhadores nos processos de importância para o desenvolvimento do país.

Segundo Fernandes (1975), trata-se de uma transição marcada por uma democracia restrita aos membros das classes dominantes, que universalizaram seus interesses pela mediação do Estado e organismos privados de hegemonia. O país transitou da democracia dos oligarcas à democracia do grande capital, com clara dissociação entre desenvolvimento capitalista e democracia, o que aponta o desafio de consolidar uma "cultura pública democrática" (Iamamoto, 1998) mediante o reconhecimento e a efetivação de condições necessárias ao exercício da participação crítica de todos na vida pública. Esse processo aprofundou nossa dependência em relação ao exterior e possibilitou a manutenção de nossa herança colonial, marcada pela subordinação da produção agrícola à exportação e pela permanência das formas de propriedade que – agora redimensionadas – passam a ser incorporada pela expansão capitalista.

Assim, o Brasil traz a marca de um "desenvolvimento desigual e combinado". São os elementos do "arcaico" (relações sociais e de produção pré-capitalista) e do moderno (relações sociais e de produção capitalistas) que, dialogando, produzem um padrão dual de expropriação: de um lado, a expansão monopolista no Brasil articulada com a dominação imperialista; de outro, a burguesia brasileira instrumentaliza o Estado, capturado como mecanismo de unificação da burguesia. Assim, ela impõe seus interesses e dissemina seus valores e ideologias para o conjunto da sociedade, tendo papel decisivo na "modernização pelo alto".

O que se conclui desse processo como característica fundamental da sociedade brasileira, embora não tenhamos "dois Brasis", é a existência, ao mesmo tempo, da sociedade industrial que se moderniza e ascende no *ranking* da economia no mundo ocidental; e uma sociedade que mantém parcelas significativas da sua população em

situação de pobreza absoluta e/ou relativa[4], em que as necessidades elementares estão longe de serem atendidas.

Nessa mesma linha argumentativa, Ianni, em *Ideia de Brasil Moderno*, afirma que

> [...] numa perspectiva histórica ampla, a sociedade em movimento apresenta-se como uma vasta fábrica das desigualdades e antagonismos que constituem a questão social. A prosperidade da economia e o fortalecimento do aparelho estatal parecem em descompasso com o desenvolvimento social. As dificuldades agudas da fome, a falta de habitação condigna, e as precárias condições gerais de saúde são produtos e condições dos mesmos processos estruturais que criam a ilusão de que a economia brasileira é moderna (Ianni, 1992, p. 92).

O arcaico e o moderno, o desenvolvimento e subdesenvolvimento se tensionam todo o tempo na formação sócio-histórica brasileira,[5] que marca o lugar do país em uma posição subalterna e dependente na divisão internacional do trabalho. E, assim, os setores denominados "atrasados" constituem condição essencial para a modernização do núcleo integrado ao capitalismo orgânico mundial (Ianni, 1992, p. 92)

O Brasil, portanto, nessa vasta fábrica de desigualdades e antagonismos, como caracteriza Ianni (1992), se apresenta como uma sociedade extremamente estratificada, tanto social quanto racialmente. É fundamental pontuar que se soma a essas desigualdades a de gênero, reservando para as mulheres um lugar profundamente subalternizado. Saffioti diz que "a persistência de sistemas produtivos, já superados, em certas economias de natureza capitalista é um fator da marginalização muito mais da mulher do que do homem do sistema de produção dominante" (2013, p.92).

Ao propormos uma discussão sobre as mulheres negras, cabe salientar que elas carregavam, além do estigma da raça e da pobreza, o encargo de serem mulheres numa sociedade fundada na desigualdade racial e na opressão de gênero. Nessa linha, as reflexões de Collins nos ajuda a avançar:

> A escravidão foi uma instituição profundamente patriarcal. Ela se apoiava no princípio dual da autoridade do homem branco e em sua propriedade, uma junção das esferas políticas e econômicas dentro da instituição familiar. A heterossexualidade era presumida e era esperado

[4] A pobreza absoluta e relativa no modo de produção capitalista é resultante do processo de acumulação privada do Capital, mediante a exploração (da mais-valia), na relação entre capital e trabalho, entre os donos dos meios de produção e os donos de mera força de trabalho, exploradores e explorados, produtores diretos da riqueza que se apropriam dos frutos do trabalho alheio (Marx, 2001)

[5] Para aprofundamento do debate sobre o tema, ver as contribuições de Fontes (2010). A autora aponta a possibilidade de compreender o Brasil-imperialismo como uma relação na qual é possível que a subordinação das economias de "capitalismo tardio" não impeça o protagonismo de países nas diferentes frentes de valorização do capital-imperialismo. Ou seja, não restringindo suas análises como uma dominação de um centro sobre uma periferia.

> que todos os/as brancos/as se casassem. O controle sobre a sexualidade das mulheres brancas abastadas foi central para a escravidão, uma vez que as propriedades deveriam ser passadas aos herdeiros legítimos dos senhores de escravos. Assim, assegurar a virgindade e a castidade dessas mulheres brancas estava intimamente atrelado à manutenção das relações de propriedade [...]. Além disso, o status das mulheres negras era fundamental para manter todas as mulheres brancas em seus devidos lugares. Controlar a fertilidade das mulheres negras era, também, fundamental para a continuidade da escravidão, já que crianças nascidas de mães escravas eram, elas também, escravas [...] negros eram submetidos aos mais duros tratamentos na escravidão que, assim, fizeram da escravidão uma instituição visivelmente racista. Raça, gênero e classe se entrelaçavam na organização, sistêmica e estruturante de dominação e subordinação da escravidão (Collins, 2015, p. 21 - 22).

O desenvolvimento do capitalismo dependente brasileiro teve, assim, origem na desagregação e no rearranjo da ordem social fundada no latifúndio, no trabalho escravo e no patriarcalismo (Saffioti, 2013). Não superou, dessa forma, antigos privilégios, mas sim produziu uma reorganização do uso das instituições oligárquicas no Brasil para viabilizar novos setores da burguesia e manter privilégios dos anteriores. Ao manter o conteúdo e mudar a forma da exploração e a sua base de produção, o capitalismo brasileiro se ajustou às demandas do capitalismo monopolista. Ele se apropriou de desigualdades históricas, como o racismo advindo dos séculos de escravidão e do patriarcalismo, além de ter influenciado a produção de políticas públicas para o Brasil e a reprodução de uma ideologia conservadora que reservava à mulher um lugar subalternizado. Saffioti (1987), sobre o patriarcado, coloca:

> Pode-se concluir que o patriarcado não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração. Enquanto a dominação pode, para efeitos de análise, ser situada essencialmente nos campos político e ideológico, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico (p.50).

Trazendo o debate para o cenário contemporâneo, a permanência de elementos conservadores é notória no Brasil. As mulheres são as maiores responsáveis pelo cuidado da casa e da família, pelo trabalho doméstico, que é fundamental para a produção e reprodução da vida. No plano superestrutural, se manteve a ideia de superioridade masculina e, no estrutural, na medida em que se desenvolveram as forças produtivas, a mulher foi colocada cada vez mais em lugares periféricos (Safiotti, 2013). A subalternidade das mulheres se revela na atual divisão sexual do trabalho que pode ser exemplificada com dados do Relatório Anual Socioeconômico da Mulher lançado, em 2014, pelo Governo

Federal. Em 2012, de um total de mais de seis milhões de pessoas de 16 anos ou mais ocupadas no trabalho doméstico, aproximadamente 92% eram mulheres. Além disso, 63,4% delas eram negras. As mulheres empregadas domésticas também estão em situação mais precária que os homens na mesma ocupação, o que é evidenciado pelo alto grau de informalidade: 28,4% das mulheres que eram empregadas domésticas possuíam carteira assinada. Em contraposição, 50,2% dos homens, na mesma ocupação, se encontram formalizados. As empregadas domésticas negras recebiam, em 2012, 86% dos rendimentos médios das empregadas domésticas brancas, o que confirma um cenário profundamente desigual para essas mulheres. Dados recentes do PNUD publicados pelo IBGE em 2021 complementam essas reflexões quando revelam a jornada de trabalho doméstico das mulheres, que é de 10h24m superior em relação aos homens por semana.[6] Esses dados foram coletados em 2019 e foram mais críticos no período pandêmico.

Além disso, se pensamos que o trabalho doméstico remunerado é a maior expressão da exploração feminina, especialmente das mulheres negras, nos certificamos o quanto essa relação de exploração é funcional ao sistema capitalista. Nesse sentido, podemos afirmar que a mulher trabalhadora geralmente realiza sua atividade de trabalho dentro e fora de casa, sendo duplamente explorada pelo capital. Se no âmbito público o fruto do seu trabalho é apropriado pelo capitalismo em troca de baixos salários, na sua vida privada, ela passa horas exercendo o trabalho não remunerado que viabiliza sua reprodução e de toda família.

Reproduzir a classe trabalhadora, cuidar da casa, do vestuário, dos filhos, da reprodução da força de trabalho no sistema, historicamente, foi função das mulheres diante da divisão sexual do trabalho. Como nos elucida Antunes (1999), é nessa esfera de trabalho, não diretamente mercantil, que as condições indispensáveis para a reprodução da força de trabalho de seus maridos, filhos e de si própria são criadas; condições essas consideradas indispensáveis para a reprodução do sistema capitalista. Assim, é salutar afirmar que a construção social das mulheres e sua "vocação" para cuidar, ser sensível, dócil, dedicada e "do lar" é apropriada como uma estratégia de intervir no cotidiano da classe trabalhadora, com objetivo de atender os interesses do capital.

> Por isso, a divisão sexual do trabalho e todas as habilidades, qualidades e características a ela associadas como naturalmente pertencentes ao sexo devem ser analisadas como construção histórica com nítida reprodução

[6] Cf. https://oglobo.globo.com/economia/celina/noticia/2020/06/aumenta-diferenca-na-carga-de-trabalho-domestico-entre-homens-mulheres-24461795.ghtml

> da desigualdade de gênero associada aos interesses dominantes (Cisne, 2012, p.49)

Essa marca desigual de gênero fica mais nítida quando a associamos à desigualdade territorial, típica da sociedade capitalista já que expressa, também, a forma como as mulheres se apropriam do espaço urbano. Desde sua constituição, as cidades são marcadas pela conformação desigual dos seus territórios que segregam e dividem a população entre os segmentos mais pauperizados da classe e os demais. Essa desigualdade, portanto, também vai expressar a forma como as mulheres acessam, circulam e experimentam o espaço urbano.

O (não) lugar da mulher e das mães no espaço urbano

O espaço urbano brasileiro é historicamente organizado conforme os interesses das classes dominantes. A parcela mais pauperizada da população, portanto, fica destinada a acompanhar esse processo. Nos estudos de Ermínia Maricato (2015), cidade é compreendida como o lugar da reprodução da força de trabalho, onde o capital busca adequar o ambiente às suas necessidades de acumulação. Dessa maneira, a cidade não se limita ao seu valor de uso,[7] que a princípio é o que interessa para a classe trabalhadora, que necessita de serviços públicos como moradia, infraestrutura e transporte mais baratos e de melhor qualidade para a sua reprodução. É, também, valor de troca, elemento fundamental para a acumulação do capital.

Atualmente, segundo dados do IBGE, cerca de 85% dos brasileiros vivem nas áreas urbanas que constituem as cidades e, desse percentual, a maioria é de mulheres. No que se refere às cidades brasileiras, são elas a expressão urbana de uma sociedade que não conseguiu superar sua herança colonial para construir uma sociedade que distribuísse de forma menos desigual as riquezas. Sua construção foi marcada pela concentração de terra e poder, pelo exercício do coronelismo e patrimonialismo. Com o rápido processo de urbanização fruto da industrialização, espaços diferenciados e segregados são produzidos demarcando nas cidades territórios desiguais.

Nesse processo de construção de cidades desiguais, o acesso a serviços e direitos também são desiguais. Quando o direito à moradia é violado, por exemplo, as mulheres são as mais impactadas. Entre os anos de 2009 e 2013, mais de 65 mil remoções foram

---

[7] O valor de uso de uma mercadoria, segundo Marx (2001), é determinado de acordo com a utilidade relacionada às suas propriedades físicas.

efetivadas na capital do estado. O prefeito do Rio de Janeiro Eduardo Paes promoveu mais despejos do que Pereira Passos e Carlos Lacerda juntos (Faulhaber, 2015). Essas remoções violam o direito à cidade, mas especialmente das mulheres, maiores responsáveis pelo cuidado da casa e da família ainda hoje. Nessa linha, quando uma família é removida de sua moradia, na maior parte das vezes a revelia de seus desejos e direitos, os integrantes passam a morar em áreas mais precárias e os impactos no cotidiano das mulheres e mães são enormes. Afinal, os investimentos em infraestrutura se dão justamente nas áreas das quais é expulsa a população mais empobrecida. Isso significa ter mais dificuldades para levar os filhos na escola, idosos e familiares nos hospitais e postos de saúde, já que a proteção social da família historicamente foi "destinada" às mulheres.

A remoção normalmente leva essa família e essas mulheres para longe das áreas centrais. A ausência de infraestrutura adequada nas cidades, especialmente nas periferias para as quais são "transferidas" essas moradias, também se expressa na possibilidade das mulheres terem menos acesso a transportes públicos, que circulam em menor quantidade, mais cheios e com trajetos menores nesses territórios. Essas mulheres, muitas vezes, circulam ou esperam esses transportes públicos em ruas mal iluminadas, potencializando a insegurança nesse urbano. Não por coincidência, os maiores índices absolutos de violência contra as mulheres no estado do Rio de Janeiro se expressam em áreas com menos investimentos públicos, como as regiões de Nova Iguaçu, Nilópolis, Mesquita e de São Gonçalo; conforme apresentam os dados do Dossiê Mulher produzido em 2015 pelo Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro.

Além das questões apresentadas, o modelo de segurança militarizado que dá sustentação à expansão do capital no urbano brasileiro é produtor de violências diversas para as mulheres. 77% dos 30 mil jovens assassinados no Brasil são negros, majoritariamente moradores de áreas de favelas e periferias, conforme dados da Anistia Internacional. O assassinato desses jovens é também violência para suas famílias, especialmente para as mulheres mães, como já mencionado, ainda maiores "responsáveis" pelo lar. A culpa e a solidão produzidas nessas mulheres, frutos desse modelo urbano militarizado, são violências profundas que, embora simbólicas e psicológicas, não são menores.

A atual configuração das políticas públicas destinadas aos espaços urbanos é produtora de medo, sobretudo para as mulheres. Vivemos em um período em que o medo é muito generalizado e tem alcançado todas as áreas da nossa vida: medo do desemprego; medo da fome; medo da violência; medo do outro. Esse medo generalizado, produzido

também a partir da violência crescente nos centros urbanos, interfere profundamente na dinâmica da relação das pessoas com a cidade, especialmente das mulheres, as quais têm mais medo da cidade à noite, da violência em geral, da violência sexual.

As estatísticas justificam esse medo. Segundo o Dossiê Mulher, produzido pelo Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP), as mulheres são maioria em quase todas as formas de violências analisadas. Dentre os casos de homicídio, lesão corporal dolosa, violência sexual, moral, patrimonial e psicológica denunciados à polícia no estado do Rio de Janeiro em 2014, as mulheres só não são ampla maioria quando se trata de homicídios. Nesse caso, quem morre mais são os jovens negros. Em todas as demais formas de violência, mulheres são maior número absoluto e percentual. Segundo o dossiê, houve um aumento de 20,7% de homicídios dolosos de mulheres do ano de 2012 para 2013 no estado do Rio de Janeiro. De 2013 para 2014, ainda aumentou em 18% o assassinato de mulheres, sendo quase 70% negras. Só no ano de 2014, mais de 56 mil mulheres foram agredidas fisicamente no estado do Rio de Janeiro. São 4.669 agressões por mês. Ao menos 155 mulheres são agredidas por dia no estado. Além disso, 4.725 mulheres foram estupradas, correspondendo a 83,2% do total dos casos de estupros. Nada menos que 13 mulheres por dia sofrem violência sexual no estado do Rio de janeiro. Esses dados, baseados apenas em denúncias em instituições policiais, são possivelmente mais brandos que a realidade. Na cidade de Niterói – que possui um IDH altíssimo - houve um aumento progressivo da violência de gênero. Os dados da Coordenadoria de Políticas e Direitos das Mulheres da Prefeitura de Niterói/RJ apontam um aumento de 191% das notificações de 2022 em relação ao ano de 2012.

A privatização do espaço urbano, que leva à precarização de serviços públicos essenciais, como os de saúde e educação, também é expressão da opressão da mulher na cidade, especialmente das mulheres pobres. Cisne afirma que "a classe irá determinar como essas mais variadas expressões de opressões irão ser vivenciadas por esses sujeitos. Com certeza, de modo bastante diferenciado entre a classe trabalhadora e a dominante" (2012, p.124). A falta de creches públicas, por exemplo, numa realidade em que mulheres ainda são mais responsáveis pelo "cuidado", contribui para a maior informalização do trabalho feminino e também para o aumento do desemprego entre mulheres. Para Pereira (2004), a família ocupa um papel de destaque na política social contemporânea como um importante agente privado de proteção social. Contudo, não só a família, mas sobretudo as mulheres. Segundo a autora, essa tendência está ligada à retração do Estado e ao declínio do compromisso estatal, o que sobrecarrega ainda mais as mulheres e amplia suas tarefas no

espaço doméstico, designando-a à reprodução e à proteção social daqueles que estão sob sua tutela.

Segundo o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher lançado em 2014 pelo Governo Federal, entre as mulheres registra-se um índice muito maior de desemprego[8]. Em 2012, segundo o mesmo documento, a taxa de atividade das mulheres de 16 a 59 anos era de 64,2%, bastante inferior à dos homens, que era de 86,2%. As desigualdades raciais apontadas são relevantes, as menores taxas de atividade foram verificadas entre mulheres negras (62,2%) e as maiores entre homens brancos (86,5%). O mesmo relatório aponta que 48,4% das mulheres negras estavam em trabalhos formais, frente a 64,6% de homens brancos. O relatório também apresenta dados que revelam a necessidade de melhorias nas ofertas de serviços públicos: a sobrecarrega das mulheres com os afazeres domésticos e de cuidado dificulta ainda hoje o acesso e a permanência no mercado de trabalho.

A precariedade na oferta de creches tem impacto profundamente negativo na vida das mulheres mães. Em 2012, somente 20,3% das mulheres com filhas/os de 0 a 3 anos tinham todas/os as/os filhas/os em creche. Em 2015, ano em que mais uma grave crise econômica se consolidou no país, esse cenário se confirmou. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que as mulheres são as maiores vítimas da recessão. De janeiro a novembro do ano passado de 2015, a taxa de desocupação feminina chegou a 7,9% – enquanto a média geral foi de 6,8%. Se considerarmos apenas as mulheres negras, o desemprego acumulado amplia para 11%.

Se pensarmos a forma como as mulheres e mães foram, ao longo da história, inviabilizadas nas cidades, percebemos uma conjunção de direitos violados. Os trens e metrôs cheios; os banheiros sem fraldários – e, mesmo quando possuem, são sempre localizados nos banheiros femininos, induzindo que essa atividade é exclusiva das mulheres; as pouquíssimas creches com berçários; a falta de espaços nos transportes públicos para os carrinhos de bebê; e os elevadores e escadas rolantes quebrados são exemplos importantes que evidenciam como o espaço urbano não se adequa à realidade das mães e seus filhos, ou seja, da mulher mãe. Quando se trata das mães no espaço público, ainda se conta com todas as sequelas dos elementos ideológicos de uma sociedade patriarcal que designa lugares de homens e de mulheres. A mãe refuta, por exemplo, a amamentação em público, atitude que reitera o corpo da mulher exclusivamente como objeto sexual dos desejos masculinos.

---

[8] Segundo o relatório a "taxa de desocupação feminina, em 2014, foi de 8,7%, enquanto que a masculina foi de 5,1%. Assim, temos que a taxa de desocupação feminina foi 70,5% superior à masculina. As desigualdades de gênero e raça confirmam-se também nos rendimentos-hora percebidos. Enquanto as mulheres negras recebem, em média, R$ 9,00 por hora trabalhada, os homens brancos recebem R$ 18,4" (Reasem, 2018, p. 17).

Para além desses elementos que circunscrevem o campo dos direitos, este texto ecoa as reflexões de Kern (2021), quando a autora afirma:

> Todas as formas de planejamento urbano se baseiam em um conjunto de suposições sobre o cidadão urbano "típico" seus planos de viagens diários, necessidades, desejos e valores. Chocantemente esse cidadão é um homem. Um marido, e pai provedor fisicamente apto, heterossexual, branco, do gênero cis. Isso significa que, embora as cidades tenham muitas vantagens em relação aos subúrbios, elas certamente não foram construídas com o objetivo de tornar mais fácil administrar "a dupla jornada" de trabalho remunerado e não remunerado das mulheres (2021, p. 55).

Portanto, as cidades retratam uma história. Sua estruturação está permeada pelas identidades de quem as pensa, as formula e as gesta. Suas estruturas são mantidas por uma concepção que não é feita pela e para as mulheres. As cidades, que sempre foram construídas pelas classes dominantes e pelos homens, que por muito tempo ocuparam o espaço público, mudou: a esfera pública também pertence à mulher. Assim, as cidades precisam ser reorganizadas sobre outras bases, já que a mulher também ocupa esse espaço de diferentes formas, exigindo uma cidade mais inclusiva não só para elas, mas para idosos e crianças.

Questionamentos e reflexões sobre *flanerie* e pertencimento à cidade - novas possibilidades

Em *O Espaço urbano*, Roberto Lobato Corrêa, ao relacionar essa categoria teórica ao capitalismo, nos fala que "o espaço urbano capitalista – fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas – é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo" (Corrêa, 1995, p. 11). Se, como pontuou o geógrafo, o tempo se apresenta como fator significativo, nosso objetivo, neste momento, é verificar, em diferentes marcos temporais, o (não) lugar da mulher no espaço urbano na cidade das letras, para usar o título e o conceito do pensador uruguaio Angel Rama (1985).

Na obra citada, Rama apresenta a rede física e a rede simbólica como constituintes do espaço urbano. Fragmentada e múltipla, é a física que pode ser percorrida. A simbólica submete-se à ordenação e interpretação. Assim, podemos relacionar a rede física à cidade real e a rede simbólica à cidade letrada. Esta, é importante pontuar, merece também atenção. É na cidade letrada que vivem os registros dessa urbe. Para Rama, "só ela é capaz de conceber como pura especulação, a cidade ideal, projetá-la antes de sua existência,

conservá-la além de sua execução material, fazê-la sobreviver inclusive em luta com as modificações sensíveis que introduz incessantemente o homem comum" (Rama, 1985, p. 53). Nesse sentido, esta reflexão entende a produção literária como significativa.

Em "Janelas indiscretas e ruas devassadas: duas matrizes para a representação da cidade" (2011), Renato Cordeiro Gomes se dedica às possibilidades de experiência urbana inspirado pelos textos "A janela de esquina do meu primo" (1822), de E. T. A. Hoffmann, e "O homem da multidão" (1840), de Edgar Allan Poe. A imagem da rua em Poe e a cidade mediada pela janela em Hoffmann serão a base para a formulação de uma teoria sobre experiência urbana.

No conto de 1822, é da janela de esquina que se vê a praça do mercado – ou seria a cidade? É desse ponto que o primo – um escritor que "perdeu completamente a força dos pés devido a uma obstinada doença" (p. 9) – ensina ao narrador a "arte de enxergar" (p. 17). A janela reaparece em "O homem da multidão", ponto de onde o narrador vê a cidade. No caso, Londres. Sentado num café, é pela janela que pratica a "arte de enxergar", até se deparar com "a estranha personagem" (p. 6) que motivará o narrador a "aventura-se a abrir caminho da multidão". É no caminhar pela cidade que ele busca desvendar esse enigma, mas sem êxito. O homem "es lässt sich nicht lesen", assim como a cidade, que não se deixa ler.

A partir desse conto, cabe trazer para o debate a figura do *flâneur*. Benjamin (1994) aponta que o surgimento do *flâneur* está associado à mudança da própria estrutura da urbe. O alargamento de calçadas e construção de galerias, por exemplo, possibilitou o caminhar pela cidade moderna e o flanar, que "não é simplesmente um modo de experimentar a cidade. É um modo de experimentá-la, olhando e contando o que se viu. Ao flanar, o sujeito urbano [...] se aproxima da cidade como quem vê um objeto em exibição", afirma Julio Ramos, em *Desencontros da Modernidade na América Latina* (2008). É nessa obra, ao realizar um estudo sobre literatura e política no século XIX, que Ramos apresenta o conceito "retórica do passeio", definida como "a narrativização dos segmentos isolados do jornal e da cidade representada, frequentemente, em função de um sujeito que, ao caminhar pela cidade, traça o itinerário – um discurso – no discorrer do passeio" (RAMOS, 2008, p. 146). Tal conceito se aproxima do que o historiador francês, Michel de Certeau, entende como jogo dos passos ou enunciação pedestre, em *A invenção do cotidiano*: "Os jogos dos passos moldam espaços. Tecem os lugares. Sob esse ponto de vista, as motricidades dos pedestres formam um desses sistemas reais cuja existência faz efetivamente a cidade" (Certeau, [1980] 2014, p. 176).

A partir do que Ramos define como "jogo dos passos" e Certeau como "enunciação pedestre", ou ainda pela própria *flânerie*, algumas questões se formulam: quem narra a cidade? Quem produz os discursos? Quem escreve essa cidade letrada? Quem pode captar o que o mapa da cidade deseja transmitir? Quem tem a possibilidade de experienciar o espaço urbano numa sociedade capitalista e patriarcal?

Se não houve e ainda não há lugar para a mulher no espaço urbano, a verdade é que, historicamente, a mulher foi, também, excluída da cidade letrada. Nessa linha, nos interessa, portanto, observar a emergência de vozes femininas que rompem com os marcos da tradição colonial presentes no espaço urbano, seja com sua escrita política, seja com seus corpos. O fervilhar de vozes aponta para o questionamento da delimitação dos espaços. A "guerra de relatos" (Certeau, 2003) é também uma guerra de poderes e de territórios. Nesse corpo que habita a cidade e produz discursos a partir de uma perspectiva diferente da história oficial, encontramos a escrita política. Sobre essa questão, em *Políticas da Escrita* (1995), o filósofo Jacques Rancière explica:

> O conceito de escrita é político porque é o conceito de um ato sujeito a um desdobramento e a uma disjunção essenciais. Escrever é o ato que, aparentemente, não pode ser realizado sem significar aquilo que realiza: uma relação da mão que traça linhas ou signos com o corpo que ela prolonga; desse corpo com a alma que o anima e com os outros corpos com os quais ele forma uma comunidade; dessa comunidade com a sua própria alma (Rancière, 1995, p. 7).

O filósofo ressalta ainda que a política presente na escrita não está relacionada ao poder ou saber, mas à constituição estética de uma comunidade. Essa potência política, materializada na escrita, questiona as matrizes coloniais a partir da questão de raça, classe e gênero, que torna visíveis opressões vividas por mulheres. É o caso de Carolina Maria de Jesus, escritora brasileira, que nasceu em Minas Gerais, em 1914. Quando se mudou para São Paulo, trabalhou como empregada doméstica e catadora de papel. Criou e sustentou seus filhos sozinha. Em seu primeiro livro, *Quarto de despejo*, publicado em 1960, faz um relato de sua vida na favela. Em uma de suas declarações mais impactantes, Carolina explica:

> Escrevo a miséria e a vida infausta dos favelados. [...] Eu era revoltada, não acreditava em ninguém. Odiava os políticos e os patrões, porque o meu sonho era escrever e o pobre não pode ter ideal nobre. Eu sabia que ia angariar inimigos, porque ninguém está habituado a esse tipo de literatura. Seja o que Deus quiser. Eu escrevi a realidade (Jesus, 2014, p. 195-197).

A figura feminina como resistência na literatura também encontra lugar em Conceição Evaristo. Atuante na valorização da cultura negra, a escritora, que nasceu em Minas Gerais no ano de 1946, teve uma infância difícil, como a maioria das mulheres negras:

> Mãe lavadeira, tia lavadeira e ainda eficientes em todos os ramos dos serviços domésticos. Cozinhar, arrumar, passar, cuidar de crianças. Também eu, desde menina, aprendi a arte de cuidar do corpo do outro. Aos oito anos surgiu meu primeiro emprego doméstico e ao longo do tempo, outros foram acontecendo. Minha passagem pelas casas das patroas foi alternada por outras atividades, como levar crianças vizinhas para escola, já que eu levava os meus irmãos. O mesmo acontecia com os deveres de casa. Ao assistir os meninos de minha casa, eu estendia essa assistência às crianças da favela, o que me rendia também uns trocadinhos. Além disso, participava com minha mãe e tia, da lavagem, do apanhar e do entregar trouxas de roupas nas casas das patroas. Troquei também horas de tarefas domésticas nas casas de professores, por aulas particulares, por maior atenção na escola e principalmente pela possibilidade de ganhar livros, sempre didáticos, para mim, para minhas irmãs e irmãos.[9]

Como meio de sobrevivência, a menina Conceição Evaristo teve seus primeiros anos de vida já roubados pelo trabalho. Filha de mãe solo, que pouco sabia sobre o pai, buscava sobreviver com "restos dos ricos, lixos depositados nos latões sobre os muros ou nas calçadas". Foi na escola que Conceição Evaristo compreendeu o que era ser pobre e negra, já que esse espaço, como o das cidades física e letrada, também não poderia ser ocupado por seu grupo social. Em 1973, a autora chegou ao Rio de Janeiro, após concluir o Curso Normal no Instituto de Educação de Minas Gerais, e se tornou professora primária. Foi em solo carioca que se graduou em Letras e recebeu os títulos de mestre em Literatura Brasileira e doutora em Literatura Comparada. Em suas pesquisas, um olhar preciso e atento para a cultura negra, que, obviamente, também marca sua produção literária, cuja estreia foi em 1990, com a publicação de contos e poemas na série *Cadernos Negros*. Nesse caminho, este trabalho destaca também a atuação dos coletivos artísticos Slam das Minas e Sarau das Pretas, protagonizados por mulheres, que, com a arte das palavras, fazem ecoar as opressões vividas pela figura feminina no cotidiano do espaço urbano.

É necessário reconhecer e salientar os movimentos de mulheres que denunciam a crueldade do Estado, cujos filhos foram vítimas de diferentes formas de violência. Com seus corpos, reivindicam seu lugar de fala, ressignificam e demarcam territórios, até então preenchidos por discursos hegemônicos. Impunidade, indignação e revolta fazem com que

[9] Disponível em www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/188-conceicao-Evaristo Acesso em 2 out. 2022.

essas mulheres mães precisem transformar o luto em luta. Foi o que aconteceu com o grupo Mães de Acari que, há 32 anos, busca por justiça. Desde a chacina de Acari, em 1990, surgem coletivos e movimentos sociais de mães cujos filhos foram vítimas da violência do Estado. Aqui, mencionamos o Movimento Posso Me Identificar? (2003); Movimento Moleque (2003); Coletivo Mães de Manguinhos (2013); Rede Nacional de Mães e Familiares de Vítimas do Terrorismo do Estado (2016); Rede de Mães e Familiares da Baixada Fluminense (2017), Mulheres em Movimentos da Maré (2018), fundamentais na luta por justiça e reparação. Em suma, são mulheres que se organizam coletivamente para reivindicar o fim da atuação violenta em espaços periféricos, pautando a necessidade de garantia da memória, justiça e de reparação. Se as vidas de seus filhos foram tiradas pela política de violência do Estado, ao se organizarem na luta coletiva, com suas vozes e corpos, elas não deixam morrer o legado. Constroem memória, resistência, reivindicam territórios e elaboram novas cartografias no espaço urbano.

As sementes de Marielle Franco

A atual configuração do espaço urbano brasileiro mostra que as cidades não são pensadas para as mulheres: desde o modelo de segurança pública ao acesso aos serviços, como transportes, creches públicas, ruas iluminadas etc. Ao contrário, as cidades se consolidam como cidades-mercadorias em detrimento de um modelo que garanta os direitos da maioria da população que nelas moram.

Há todo um processo de exacerbação do conservadorismo que reitera a antiga e atual lógica de naturalização da subalternidade da mulher, colocando-a como dócil, frágil e simultaneamente como sedutora responsável pelos "desvios" dos homens e que, portanto, precisa ser vigiada a todo tempo. É o lar, a casa, a maternidade, os locais mais próprios para coibir tais comportamentos e exercer o trabalho não pago.

Para tanto, das experiências que se contrapõem às cidades que não são feitas para as mulheres e mães, Kern (2021) diz que:

> Visões da cidade "não sexista" em geral centralizam questões de habitação, observando que a casa da família nuclear é uma forma realmente ineficiente de utilizar a mão de obra, que mantem as mulheres presas ao lar com pouco tempo ou energia para outras atividades. Conjuntos habitacionais que permitem que as famílias compartilhem o trabalho de cozinhar, limpar e cuidar dos filhos são características com muitos dos designers feministas (Kern, 2021, p. 69).

Contudo, o neoliberalismo e a restauração do capital, nos últimos tempos, não triunfaram sem confrontos e sem enfrentar resistências. Como diz Netto (2007, p. 164), "nada indica que, pouco perceptíveis por agora, as forças a eles contrárias tenham sido definitivamente vencidas ou estejam desaparecidas".

Nesse sentido, é importante salientar que as mulheres têm se apresentado como protagonistas em muitos processos de lutas nas cidades, mesmo que ainda se ouça que a rua não é lugar para as mulheres. São as mães moradoras de favela que enfrentam o modelo de polícia militarizada que assassina seus filhos; são elas as expoentes dos movimentos de lutas por moradia[10], as educadoras que ocupam as ruas por uma educação pública e de qualidade; as feministas que lutam contra a violência de gênero; as mulheres sem teto que exigem moradias dignas e lideram ocupações urbanas Brasil afora. Portanto, são mulheres que expressam uma profunda insatisfação com o modelo de cidade que se consolida e aprofunda nas urbes brasileiras, como o Rio de Janeiro. Assim, como disse Talíria Petrone (2021), uma das autoras deste trabalho, em entrevista, é urgente e necessária a presença de mulheres mães na política institucional: "o papel das mães na política é essencial para a promoção de pautas relacionadas à maternidade [...] nada melhor do que a gente ser representada nesses espaços por mulheres mães, porque essas mulheres vivenciam na pele o que são essas questões todas e, por isso, tendem a priorizar esses desafios". O Brasil é um dos principais exemplos da sub-representação feminina no parlamento.

Em julho de 2021, o Brasil ocupava a posição de número 140 no que se refere à participação política feminina, em ranking que considera 192 países pesquisados pela União Interparlamentar. Os dados revelam que o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo no que se refere à participação parlamentar de mulheres. Segundo a mesma pesquisa, no Brasil, a Câmara dos Deputados possui apenas 15% de mulheres e o Senado Federal ,12%. Em âmbito municipal, 900 municípios não tiveram sequer uma vereadora eleita nas eleições de 2020.

A superação da condição de subalternidade requer, como nos aponta Gramsci (1999), a construção de novas formas de pensar, a elaboração de uma concepção de mundo crítica e coerente, necessária para suprimir o *senso comum* e tornar as classes subalternas capazes de produzir outra hegemonia.

No país, a produção das desigualdades sociais para além das de gênero e das dificuldades associadas a forma como as mulheres ocupam o espaço público vem produzindo profundas resistências que se expressam nas cidades das letras (Rama, 1985) e

---

[10] Na ocupação realizada no município de São Gonçalo/ Rio de janeiro, as mulheres foram as que mais se destacaram no processo de luta. Para mais informações, ver Barros (2016).

no espaço urbano. No cenário que se constrói a partir de 2023, acende no país uma centelha de esperança. Mas é preciso muito mais: se a mulher mãe ainda não ocupa o devido lugar, como aponta este artigo, a escrita política de Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo; os corpos e as vozes do *Slam da Minas*, a presença de parlamentares mulheres e mães, e luta por justiça dos movimentos Mães de Acari; Mães de Manguinhos; Movimento Moleque entre outros, revelam a necessidade de elaborar outras cartografias a partir da voz e do corpo feminino, que sempre foram vagalumes, para usar a metáfora de Didi-Huberman,[11] e que serão, sempre, as sementes de Marielle Franco.

Referências

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a formação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

BARATTA, G. **Antonio Gramsci em contraponto**: diálogos com o presente. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

BARROS. C. **Ressuscita São Gonçalo**: a luta por moradia na ocupação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto. 2016. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional, UFF, RJ, 2016.

BUTTIGIEG, J. Educação e hegemonia. In: COUTINHO, C. N.; TEIXEIRA, A. de P. (org.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 39-50.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**: 1. artes de fazer. 22. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2014.

CISNE, M. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

CODIM - Coordenadoria de Políticas e Direitos das Mulheres de Niterói. Disponível em: http://www.niteroi.rj.gov.br/2023/03/06/prefeitura-de-niteroi-faz-balanco-das-acoes-protetivas-a-mulher-em-situacao-de-violencia-domestica/ Acesso em: 18 out. 2023.

COLLINS, P. H. Em direção a uma nova visão: Raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: MORENO, R. (org). **Reflexões e práticas de transformação feminista**. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2015.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ed. Ática, 2004.

FAULHABER, L. **SMH 2016**: remoções no Rio de Janeiro Olímpico. Morula editorial: Rio de Janeiro, 2015.

[11] Em *Sobrevivência dos vaga-lumes*, o filósofo e historiador da arte, Georges Didi-Huberman, apresenta essa metáfora para abordar as diferentes formas de resistência, inspirado no artigo escrito por Pier Paolo Pasolini em 1975.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro, Zahar editores, 1975.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1999. v. 1.

GOMES, R. C. **Janelas indiscretas e ruas devassadas:** duas matrizes para a representação da cidade. 2012. Disponível em: http://periodicos.pucminas.br/index.php/dispositiva/article/view/2500 Acesso em: 10 set. 2022.

HARVEY, D. **Espaços de esperança**. Loyola. São Paulo. 2004.

HOFFMANN, E.T.A. **A janela de esquina do meu primo**. (Trad.) Maria Aparecida Barbosa. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

IANNI, O. **A Ideia de Brasil Moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1992..

IANNI, O. **Raça e Classes Sociais no Brasil**. 2. ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1972.

JESUS, C. M. de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2014.

KERN. L. **Cidade Feminista** - a luta pelo espaço em um mundo desenhado pelos homens. Rio de Janeiro. Oficina Raquel. 2021

LEFEBVRE, H. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MARICATO, E. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MODONESI, M. Da subalternidade ao subalternismo: uma crítica gramsciana aos Subaltern Studies. In: DEL ROIO, M. (org.). **Gramsci**: periferia e subalternidade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017, p. 89-106.

MARX, K. **Sobre a questão judaica**. Apresentação Daniel Bensaid. Tradução Nelio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K. **O Capital** - crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

NOVACK, G. **A lei do desenvolvimento desigual e combinado da sociedade**. São Paulo, Ed. Rabisco, 1988.

PEREIRA, P. A. P. Mudanças estruturais, política social e o papel da família. In: SALES, M. A.; MATOS, M. C.; LEAL, M. C. (org.). **Política social, família e juventude**: uma questão de direitos. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2004.

POE, E. A. O homem da multidão. In: **Contos de Edgar Allan Poe**. (Trad.) José Paulo Paes, São Paulo: Cultrix, 1986.

RAMA, A. **A cidade das letras**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

RAMOS, J. **Desencontros da modernidade na América Latina**: literatura e política no século 19. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível**: estética e política. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2009.

RANCIÈRE, J. **Políticas da escrita**. Tradução Raquel Ramalhete. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes**: Mito e Realidade. São Paulo, Expressão Popular, 2013.

SEMERARO, G. O protagonismo das periferias e dos subalternos na alternativa desenhada por Gramsci. In: DEL ROIO, M. (org.). **Gramsci**: periferia e subalternidade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017, p. 107-126

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

CAPÍTULO 7

BALANÇO SOBRE O CRESCIMENTO E O ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO GOVERNO BOLSONARO

Ana Paula Ornellas Mauriel
Ana Paula Cardoso da Silva
Bianca Resende da Silva

Introdução

A existência da população em situação de rua está diretamente vinculada a fatores estruturais e conjunturais da sociedade capitalista, como as mudanças no mundo do trabalho, atuação do Estado burguês e as expressões da questão social, que leva os sujeitos a buscar diversos modos de sobrevivência, sendo um deles a vivência nas ruas. Assim, para analisar o crescimento dessa população no Brasil no contexto recente é necessário avaliar os principais desdobramentos de tais transformações sobre esse segmento. Nesse sentido, cabe considerar as determinações postas pela atual conjuntura de crise do sistema capitalista - agudizada pela pandemia da COVID 19, de regulação política neoliberal, com mudanças no mundo do trabalho e de expropriação de direitos – o que trouxe o aumento das taxas de desemprego estrutural, da desigualdade social, da pobreza e da fome. Compreende-se que tais transformações têm gerado um aumento significativo da população em situação de rua nos últimos anos. De acordo com Iamamoto: "O predomínio do capital financeiro sobre o capital produtivo faz com que o compromisso estabelecido pelas elites dominantes seja com as baixas taxas de inflação e não com o emprego e nem a produção" (2011, p. 115), o que tem intensificado o desemprego, o subemprego, o trabalho terceirizado, o trabalho informal, intermitente, plataformizado, ao mesmo tempo em que se tem uma luta cotidiana pelo acesso ao trabalho, assim como a luta por acesso a direitos e serviços que são essenciais para sobrevivência da classe trabalhadora.

Dessa forma, o estudo sobre o crescimento da população em situação de rua e de mudanças nas suas características socioeconômicas, tais como escolaridade, trajetórias nas ruas, histórico de saúde, uso/abuso/dependência de álcool e outras drogas, vínculos familiares e de trabalho, e o acesso aos serviços e programas, pode ser o caminho para elaboração, implementação e efetivação de políticas públicas que respondam a realidade

dessa população, sendo políticas protetivas de acesso aos direitos que, na maioria das vezes, são básicos para sua sobrevivência.

Diante disso, este capítulo propõe refletir sobre o crescimento da população em situação de rua no contexto recente no Brasil, particularmente observando o período da pandemia da COVID-19 e ainda realizar um breve balanço das políticas de atendimento à população em situação de rua (PSR) no governo Bolsonaro, com enfoque nas duas políticas públicas consideradas linha de frente na pandemia do novo Coronavírus no país: a Saúde e a Assistência Social, que foram imprescindíveis para a sobrevivência das pessoas mais pauperizadas, dentre elas, as que estão em situação de rua.

O texto é fruto de reflexão teórica com base em revisão bibliográfica e pesquisa documental. Na primeira parte apresenta breves reflexões teóricas sobre a origem e fundamentos da reprodução da população em situação de rua na sociedade capitalista e no capitalismo dependente brasileiro. Na segunda parte, apresenta uma análise do aumento da população em situação de rua no contexto recente. No último item, apresenta os principais desafios para seu atendimento durante a pandemia da COVID-19, por meio das ações de assistência social e saúde, ao mesmo tempo em que problematiza a atuação do Estado, tecendo mediações entre as medidas de enfrentamento à crise sanitária e as ações desenvolvidas para as pessoas que vivem em situação de rua.

População em situação de rua: notas teórico-metodológicas iniciais acerca do tema

> *"[...] Morar na rua é ser livre para não ser. É ser livre para não ter. [...] É andar sem destino, é ficar sem sentido. [...] Sair da rua é uma cidade – sim uma cidade – com gente dentro".* (fala de usuário em situação de rua citada por Marcelo Jaccoud da Costa no livro Flores Amarelas: um olhar sobre quem mora na rua: Histórias para inspirar um caminho) .[1]

Quando consideramos quem é a população em situação de rua no Brasil, de acordo com o Primeiro Censo Nacional e Pesquisa Amostral sobre População em Situação de Rua, realizados entre 2007 e 2008, observamos que 47,7% dessas pessoas nunca trabalharam de carteira assinada, apesar de 58,6 % informar ter alguma profissão (Brasil, 2008). Na maioria das vezes, suas atividades remuneradas estão relacionadas ao trabalho informal, tais como construção civil, serviços domésticos, de mecânica, dentre outros. Esses dados se mantêm no atual cenário de aumento do desemprego, de elevação dos níveis de pobreza, onde a rua

---

[1] COSTA, M. J. Flores Amarelas: um olhar sobre quem mora na rua: Histórias para inspirar um caminho. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Do autor, 2019, p.149-150.

se coloca como espaço de sobrevivência através do trabalho informal e pequenos ganhos remunerados.[2]

Compreender a gênese do fenômeno da população em situação de rua significa remeter à transição para o capitalismo na Europa ocidental como referencial fundamental para analisar o crescimento desse grupo na sociedade atual. Foi justamente nesse longo período que se passou entre os séculos XV e XIX que ocorreram várias transformações das quais resultaram em um crescente número de desempregados, "vagabundos", "ladrões", "mendigos", pessoas tidas como "incapazes" do ponto de vista do mercado de trabalho que se formava.

O ato criador do proletariado (despossuídos) é a expropriação, que funciona como um mecanismo que cria muito mais força de trabalho livre do que aquela que é capaz de ser absorvida pelo ritmo de acumulação de capital. Marx, ao detectar isso no livro I de O Capital, no capítulo XXIV, aponta que durante esse longo período o segredo da acumulação primitiva está na expropriação, que se manifesta em diferentes processos, mas "[...] acima de tudo, nos momentos em que grandes massas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência" (Marx [1867], 2017, p. 787). Contudo, os meios sociais de vida assumem diferentes formas históricas, daí que são continuamente transformados pelos processos de expropriação em meios de exploração do trabalho pelo capital.

Já no capítulo XXIII do livro I, observando o movimento de acumulação do capital, Marx diferencia e classifica o conjunto de expropriados entre os segmentos que estão ocupados (trabalhando para os capitalistas), um exército industrial de reserva (que está expropriado e em condições de entrar a qualquer momento nas relações capitalistas de produção). Tais segmentos "reservas" de força de trabalho são entendidos por Marx como uma superpopulação relativa (dividia em três grupos: latente, flutuante e estagnada) (Marx [1867], 2017). É nesse segmento estagnado, formado por uma massa que tem pouca ou nenhuma possibilidade de entrar nas relações formais de produção e consumo, que está o segmento que forma o pauperismo, que não constitui um "exército de reserva" propriamente dito, e que, por isso, as pessoas que compõem esse grupo vão buscar formas de subsistência informais, precárias, "bicos" etc. Logo, poderíamos inferir, que como parte dessa massa precarizada, pauperizada, lumpenproletarizada, nunca integrada aos circuitos

[2] Alguns exemplos desses pequenos trabalhos: catadores de material reciclável, vigia de carros (flanelinhas), engraxates, vendedores de materiais diversos (balas, brinquedos, antenas, controles, etc), além de sujeitos que vivem da mendicância (ato de esmolar).

de produção e consumo de forma sistemática, estão localizadas as pessoas em situação de rua.

No Brasil, sua gênese também está ligada ao processo de transição para o capitalismo dependente brasileiro. Aqui se trata de remeter a algumas das particularidades do processo de formação econômico-social do Brasil, o que não significa apenas dizer que se trata de uma forma distinta daquela que peculiariza a produção e reprodução capitalista de modo geral, mas se trata de considerar *que* formas particulares são essas.

Desde a invasão colonial de Portugal no Brasil há um pouco mais de 500 anos, quando ocorre a transição de modos de produção dos povos originários então existentes para os padrões coloniais, formas de dominação impuseram de fora padrões exógenos, modos de produção que não existiam. "O comunismo primitivo foi dizimado por uma política estatal de conquista do território e genocídio indígena que instaurou um sistema de dominação das populações locais e dos povos africanos" (Castelo, Ribeiro, Rocamora, 2020, p. 17), estabelecendo relações de trabalho com base em um tipo de escravismo.

A pilhagem e a escravização somadas à exportação de matérias-primas de baixo custo aqui serviram de base para ajudar a erigir a produção industrial e o trabalho assalariado na Europa. Nesse sentido, o período colonial brasileiro – assentado no latifúndio monocultor voltado para a exportação mediante mão de obra escravizada – contribuiu para dinamizar a expansão do capital comercial na Europa (especialmente na Inglaterra), colaborando para criar as condições estruturais para a formação do capitalismo (como parte do sistema colonial).

Os modos de produção coloniais organizados a partir de então tiveram como particularidade a vinculação à produção de mercadorias. Isso quer dizer que essa invasão já deixou determinações sobre o sentido da propriedade da terra, como propriedade privada, que vai ganhar uma conotação jurídica, legalmente organizada e também determinaram o sentido do trabalho: os povos originários ao serem separados violentamente da possibilidade de controle das relações de produção e os negros que chegavam escravizados, ao serem expropriados material e subjetivamente no processo de vinda pra cá, configuraram uma impossibilidade de acesso generalizado a qualquer meio de subsistência (Souza, 2020).

No momento de transição para o capitalismo dependente no Brasil – que ocorre a partir da segunda metade do século XIX[3] - o rompimento com a matriz colonial e a

[3] Vale destacar que há uma enorme controvérsia sobre os marcos temporais e as formas históricas de transição do Brasil para o modo de produção capitalista. Não temos como pormenorizar esse debate aqui. Para maiores detalhes, ver: Castelo (2021).

passagem para uma situação de independência política não representou uma ruptura com os diversos modos de dominação até então organizados. Pelo contrário, abriu caminho para novos processos de dependência e subordinação. Foi justamente utilizando a propriedade da terra e elementos da divisão racial e sexual do trabalho herdada no sistema colonial, que as classes dominantes vão gerenciando valores morais e costumes para configurar a mercantilização da força de trabalho que vai sendo liberada, baseando-se na racialização das relações sociais para configurar uma determinada hierarquização da força de trabalho (Souza, 2020).

A transição das formas de trabalho escravizadas para constituição de uma força de trabalho assalariada não é só uma mudança jurídica, promovem-se um conjunto de transformações e rupturas na forma de organização do trabalho. Tais mudanças também responderam a um fator essencial: as lutas de resistências de escravos/as contra a exploração e a opressão. E, durante esse longo processo de transição, o trabalho escravizado coexistiu com o trabalho livre em diversas regiões do país e setores econômicos, tanto na cidade como no campo (Castelo, Ribeiro, Rocamora, 2020)

Contudo, o desfecho dessa transição para o trabalho livre e assalariado, diante de políticas deliberadas por parte do Estado, gerou uma enorme oferta de trabalho criada pelo término da escravização e do comércio de pessoas escravizadas e, em parte pelas populações originárias, as quais jamais foram majoritariamente incorporadas aos processos produtivos e circuitos de consumo industriais.

Conforme demonstra Souza (2020), essa enorme oferta da força de trabalho “reserva” é a tônica do desenvolvimento dependente brasileiro desde a sua origem, e conforma o fundamento que vai permitir as condições de rebaixamento do valor da força de trabalho, intensificação da exploração e aumento das jornadas, ou seja, condição base para que a superexploração se realize. O que a autora demonstra é que a formação dessa superpopulação relativa trabalhadora vai muito além de um exército de reserva. Vai haver uma parcela dessa população que nunca vai chegar a ter nenhuma forma integração em nenhum circuito de produção ou consumo desde a origem do capitalismo dependente no país.

Dessa forma, vai se estabelecer aqui nessas terras um modo de vida, uma forma de organização social que não é para incorporar todos/as, deixando de fora os racializados como não brancos. Essas foram as condições para entrar na ordem imperialista. Nesse sentido, Florestan Fernandes (2005) vai indicar que o caráter dependente e subordinado do

capitalismo brasileiro é base de exclusão da maioria da população, o que leva à persistência dos traços autocráticos do Estado, para conter de forma violenta essa população.

O estar em situação de rua: o aumento exponencial dessa população no governo Bolsonaro

"Não se é das ruas, se está nas ruas. As ruas pertencem a todos e a ninguém".
Augusto Sampaio[4]

Para compreender o crescimento da população em situação de rua no período recente, é preciso entender que essa tendência já se apresentava no Brasil nos últimos anos antes da crise sanitária se apresentar. A nota técnica n. 73 do IPEA, utilizando fontes de dados variadas[5], aponta um crescimento 140% de pessoas vivendo em situação de rua entre 2012 e março de 2020 (antes da eclosão da pandemia), o que significa que saímos de 92.515 para 221.869 pessoas vivendo nas ruas. Ademais, o mesmo documento assinala que mais da metade dessa população se concentra na região sudeste (124.698, em março de 2020), mostrando que é nos grandes centros urbanos, em municípios de grande porte que essa população se localiza (81,5%) e é nesses locais que se observou uma taxa de crescimento maior (Natalino, 2020, p.12).

Tal aumento da população em situação de rua responde ao cenário que se seguiu a partir da crise de 2007/2008, quando findou o ambiente internacional favorável com taxas de juros baixas, levando consigo as poucas margens manobra que permitiam a implementação de políticas sociais, ainda que pontuais e focalizadas, que minimizassem os efeitos mais agudos da superexploração da força de trabalho e da miséria absoluta e promovessem melhoras na redistribuição de renda pela base.

Essas tendências que se colocaram na periferia latino-americana ganharam maior profundidade e densidade na realidade brasileira com os sinais de esgotamento da estratégia de conciliação de classes administrada pelos governos do Partido dos Trabalhadores, cujos atos conseguiram driblar os impactos imediatos da crise de 2008, com uma estratégia agressiva de expansão do crédito e de facilitação do consumo[6], o que assegurou a

[4] Vice-Reitor para Assuntos Comunitários da PUC-Rio em Prefácio de Livro População em situação de rua em tempos de pandemia da Covid-19 (2021).
[5] O estudo utilizou o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único); o Censo SUAS e registros mensais de atendimento socioassistencial (RMAs) a pessoas em situação de rua e de abordagem social na rua.
[6] "O governo tentou conter os influxos da crise, com desoneração tributária de alguns setores, expansão do credito para financiar o consumo das famílias e, com isso, garantir mercado para a produção que procurava ser mantida. Foi uma tímida política econômica anticíclica, não ortodoxa, mas ainda dentro da mesma estratégia neoliberal de desenvolvimento" (Carcanholo, 2018, p. 37).

finalização do segundo governo Lula garantindo a vitória de Dilma como sua sucessora de forma mais estável até 2013 quando estouraram as manifestações de junho.

O desfecho à direita dado a partir do Golpe de 2016, com o impeachment da presidente Dilma, dá início a uma nova fase do neoliberalismo no Brasil, cujas medidas contrarreformistas mais agudas aprofundaram o desfinanciamento das políticas sociais, ao mesmo tempo em que ampliou ultrafocalismo, o assistencialismo e o conservadorismo na assistência social, política central de atendimento à população em situação de rua. E, quando Temer assumiu a presidência, uma série de direitos foram expropriados. Além do poderoso ataque realizado com a Emenda Constitucional 95 (de 15 de dezembro de 2016) – a PEC do teto dos gastos, criadora de um novo regime fiscal (que congelou as despesas primárias por 20 anos, o que inclui as políticas sociais), Temer realizou a contrarreforma trabalhista e aprovou a Lei da Terceirização,[7] com severos impactos na precarização das relações e condições trabalhistas no país.

Esse foi o terreno preparatório para o governo Bolsonaro. Alimentado pelo golpe de 2016, o avanço da extrema direita, capitaneado pela burguesia e parcelas da classe média levou à eleição, em 2018, um governo ultraneoliberal na economia, conservador e reacionário no social, nos valores e costumes e crescentemente autoritário na política e na perseguição às lutas sociais, com avanço ainda mais acelerado da ofensiva contra os direitos sociais. Mesmo a transferência de renda, focalizada e minimalista, sofreu cortes: no Programa Bolsa Família, cerca de 1,1 milhões de famílias foram desligadas do programa entre maio de 2019 e janeiro de 2020, fora a fila de espera estimada, que já era de aproximadamente 1,7 milhão de famílias (Silva, 2020). Um golpe ainda mais duro contra o trabalho veio com a nova Reforma da Previdência (Emenda Constitucional n. 06/2019), que providenciou para a classe trabalhadora trabalhar mais tempo, usurpando ainda mais o fundo de vida dos trabalhadores.

A chegada da pandemia nas terras brasileiras se dá, portanto, sob um cenário catastrófico para trabalhadores/as, devido às sucessivas contrarreformas realizadas desde o início dos anos 1990 provocando uma verdadeira desertificação nos direitos sociais, ainda mais acirradas no pós-golpe 2016, que se somaram às atitudes negacionistas e reacionárias de enfrentamento à pandemia por parte do Governo Bolsonaro, o que aprofundou ainda mais as medidas neoliberais, colaborando para aprofundar as expropriações contemporâneas, retirando parte dos ganhos da força de trabalho para garantia da reprodução ampliada do capital. O aprofundamento da crise em conjunção com o

[7] Reforma Trabalhista (Lei n. 13.467/2017) e Lei da Terceirização (Lei n. 13.429/2017).

ultraconservadorismo bolsonarista repõe em bases ainda mais aviltantes os processos de expropriação.

A população em situação de rua foi um dos grupos mais atingidos pela pandemia, pois não possuem moradia, trabalho regulamentado, alimentação e condições para cumprir as medidas de isolamento e higiene (lavar as mãos, usar álcool em gel e máscaras), ações consideradas essenciais como medidas sanitárias pelas agências de saúde para restringir a circulação e contágio pelo novo Coronavírus.

A contradição entre o discurso e a ação do governo para com a população em situação de rua aparece no Plano Nacional de Operacionalização de Vacinação contra a COVID-19 (PNO), em sua 1º Edição de 16 de dezembro de 2020, quando esta população foi mencionada como grupo prioritário para vacina, porém no anexo II referente à discrição dos grupos prioritários não consta a nenhuma menção sobre as pessoas que vivem nas ruas. Já na 2º Edição do PNO, de 20 de janeiro de 2021, o segmento em situação de rua é estimado em 66.963 pessoas, muito aquém do mencionado em outras pesquisas e relatórios.[8]

Esse dado do PNO foi questionado por diversas entidades que atuam na defesa da população em situação de rua como Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), a Fiocruz, Pastoral da Rua, que tomaram como base na Nota Técnica nº 73 do IPEA de 2020, que já apontava números muito superiores (mais de 220 mil pessoas nas ruas).

Diante de uma agenda conservadora em relação às políticas públicas, uma visão negacionista sobre a pandemia e a cegueira orientada à população em situação de rua adotada pelo governo Bolsonaro, alguns prefeitos, governadores, universidades, movimentos sociais, entidades religiosas, realizaram ações e pesquisas direcionadas a esse grupo populacional com objetivo de mitigar os efeitos da pandemia.

O projeto "Incontáveis" é um exemplo dessa iniciativa. Utilizando como fonte de dados o Cadastro Único do Governo Federal para fazer a estimativa desse grupo populacional das ruas, o relatório apresenta dados referentes ao fenômeno da população em situação de rua no Brasil elaborado pelo projeto de extensão e pesquisa do Polos – UFMG, em parceria do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) e a Pastoral da Rua, com base em levantamento realizado durante a pandemia. Tal iniciativa partiu de uma solicitação da Defensoria Pública da União em Cuiabá, em 30 de março de 2021, para que o número de pessoas em situação de rua fosse retificado no PNO. De acordo com o documento, "com base no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal,

[8] Plano nacional de Operacionalização a vacinação contra a covid-19. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/vacinas/plano-nacional-de-operacionalizacao-da-vacina-contra-a-covid-19 Acesso em: jun. 2022.

160.097 é o número de pessoas em situação de rua cadastradas em sua base de dados, em março de 2021". Se considerarmos esse dado, o número indicado e inicialmente previsto no PNO só atingiria 43% das pessoas em situação de rua com faixas etárias vacináveis no país (Dias *et al.*, 2021, p.15).

O crescimento desse segmento populacional também pode ser atestado por estudos realizados em algumas grandes capitais durante a pandemia, como no caso da cidade de São Paulo, que realizou um censo sobre a população em situação de rua organizado pela Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) em 2021. Esse levantamento apontou o total de 31.884 pessoas vivendo nas ruas da capital paulista, sendo que entre estas 19.209 (60,2%) estão em logradouros e 12.675 pessoas (39,8%) nos centros de acolhida, sendo incluídas 178 crianças/adolescentes em situação de rua em acolhimento no Serviço de Acolhimento institucional para Crianças e Adolescentes (SAICA) [9]. A pesquisa atesta que a população de rua na capital aumentou 31% comparada com dados de 2019, quando eram estimadas 24.344 pessoas.[10]

A divulgação dos dados preliminares do Censo de São Paulo gerou diversas reportagens em janeiro de 2022, reforçando a denúncia de vários movimentos sociais acerca da subnotificação em várias estimativas, principalmente nos documentos oficiais do governo federal.[11]

Outro elemento a ser considerado nas estimativas tem sido as novas formas de moradia nas ruas. O crescimento da população em situação de rua durante a pandemia na cidade de São Paulo relata também o uso improvisado de barracas, que cresceu 3,3 vezes entre 2019 e 2021 e se popularizou também na periferia de da cidade.[12]

De acordo com relatório "Incontáveis", São Paulo é o estado com o maior número de pessoas em situação de rua (65.728), seguido do Rio de Janeiro com 12.867. De acordo com o livro "População em situação de rua em tempos de pandemia",[13] que apresenta

---

[9] SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE SÃO PAULO; Qualitest Inteligência em Pesquisa. Pesquisa censitária da população em situação de rua. São Paulo, 2021. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Produtos/Produto%209_SMADS_SP.pdf Acesso em: 30 jun. 2022.

[10] Reportagem do Jornal Metrópoles: https://www.metropoles.com/brasil/populacao-em-situacao-de-rua-em-sp-aumenta-31-segundo-prefeitura Acesso em: maio 2022.

[11] Reportagem do Jornal Hoje de São Paulo G1: Pesquisa mostra que população de rua na cidade de SP é 30% maior do que indica censo municipal; número chega a 42 mil pessoas. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/06/09/pesquisa-mostra-que-populacao-de-rua-na-cidade-de-sp-e-30percent-maior-do-que-indica-censo-municipal-numero-chega-a-42-mil-pessoas.ghtml Acesso em: 12 jun. 2022.

[12] Reportagem do Jornal Estadão: Crise Joga famílias nas ruas e barracas se espalham por São Paulo. Disponível em: https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,crise-joga-familias-nas-ruas-e-barracas-se-espalham-por-sao-paulo,70003965142 Acesso em: 02 jul. 2022.

[13] Livro elaborado pelo "Núcleo de Estudos em Saúde e Gênero (NEGAS), do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio, em parceria com a Universidade de Dundee (Escócia-UK), com a Pastoral do Povo da Rua, com a organização social Porto Com-Vida e tantos outros atores e atrizes, a realizar juntos o projeto de pesquisa População em Situação de Rua em

dados sobre o perfil da população nas ruas da cidade do Rio de Janeiro, 85% dos entrevistados foram homens e 15% mulheres; e em relação à raça, 73% são pessoas pretas ou pardas (Nunes *et al*, 2021). Se recuperarmos dados do perfil dessa população na pesquisa nacional realizada em 2007/2008 é possível perceber que, em relação à raça e gênero, não houve alterações significativas, mostrando que a pandemia e a crise sanitária atingiram, em sua maioria, a população negra e pobre que compõe maioria nas ruas, convergindo com a tendência dos estudos que apontam que o maior número de mortes pelo novo Coronavírus no Brasil ocorreu na população negra e periférica,[14] que compõe historicamente a maior parte da superpopulação relativa brasileira.

De acordo com dados da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz,[15] há novos integrantes da população em situação de rua: trabalhadores que perderam seus empregos e casas devido à pandemia e tiveram uma piora das condições materiais de vida na atual conjuntura, conforme explicita a coordenadora da Rede Rio Criança e integrante da Comissão Especial dos Direitos da População em Situação de Rua do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), Marcia Gatto: "Sem condições de continuar pagando por suas casas, essas pessoas foram para as ruas. Vemos famílias inteiras nas ruas: pais, mães e filhos. O número aumentou significativamente modificando o perfil". A referida Coordenadora alerta ainda que a mudança de perfil requer políticas públicas urgentes, de forma a evitar que essas pessoas permaneçam nas ruas, ressaltando a necessidade da ampliação da cobertura das políticas que já existem e criação de novas iniciativas, com enfoques no acolhimento institucional, moradia, trabalho e renda.

Desafios à proteção e ao atendimento da população em situação de rua na pandemia da covid-19: o protagonismo da Saúde e da Assistência Social

"Nos oferecem abrigos na modalidade de isolamento, mas quando essa pandemia passar teremos que voltar pras ruas? Pro tormento?"
José Vanilson Torres da Silva
(Coordenador do Movimento Nacional de População de Rua - MNPR)

Mesmo diante desse aumento assustador da população em situação de rua e, ainda que tenha sido considerada legalmente alvo prioritário pelo governo federal diante de sua

---

tempos de pandemia da Covid-19". Apresenta uma pesquisa amostral e aleatória realizada em 2020 (agosto, setembro e outubro), no período da primeira onda do Covid-19 que entrevistou 304 pessoas em situação de rua nas regiões do Centro, Sul, Norte e Oeste do Rio de Janeiro. Apesar de seu objetivo não ser realizar um censo ou estatística de pessoas em situação de rua, este documento traça o perfil dessa população no Rio de Janeiro durante a pandemia.

[14] Vide Observatório Covid-19 da Fiocruz que traz dados e pesquisas sobre a pandemia do novo Coronavírus.

[15] Vide mais em: https://portal.fiocruz.br/noticia/pandemia-de-covid-19-muda-perfil-de-populacao-em-situacao-de-rua

vulnerabilidade,[16] inúmeros desafios foram enfrentados por este segmento em relação ao acesso aos cuidados e proteção no período da pandemia, como número reduzido de vagas para moradias, a inadequação dos abrigos às normas de combate ao novo Coronavírus, os diversos obstáculos para acesso ao auxílio emergencial e a dificuldade de acesso à vacinação, que previa um número de pessoas em situação de rua que não reflete a realidade.

A primeira portaria do Governo Federal específica que trata dessa população só saiu 14 de maio de 2020, a portaria nº 69, mesmo com a pandemia tendo sido deflagrada em março de 2020. Durante esse período os equipamentos públicos das diversas políticas (saúde, assistência social, segurança e outros) atuaram sem direcionamento nacional específico no que se refere ao atendimento à população em situação de rua.

A portaria n.69/2020, que aprova recomendações gerais para garantia de proteção social à população em situação de rua, inclusive imigrantes, no contexto da pandemia da COVID-19, prevê importantes medidas que poderiam ter tido grande impacto nos cuidados e proteção a essa população, tratando principalmente de: itens de distribuição de itens básicos de subsistência, como por exemplo: alimentação, água potável, produtos de higiene, limpeza, máscara facial, vestuário e outros; da organização de espaços com materiais para a realização de higiene pessoal (banheiros e chuveiros) e higienização de roupas; de acesso a serviços de acolhimento, tipo moradia provisória, alojamento ou outras alternativas relacionadas e destinação de espaços específicos para acolhimento em casos de suspeita ou confirmação de contaminação; da inclusão no Cadastro Único, caso ainda não tivesse incluído e acesso a programas sociais e benefícios, a exemplo do Programa Bolsa Família, auxílio emergencial (criado no contexto da pandemia) ou Benefício de Prestação Continuada (Brasil, 2020, p.4).

Porém, a principal política que deveria promover o acesso a esses serviços e benefícios já vinha sofrendo desmonte e desfinanciamento. Os equipamentos sociais públicos de Assistência Social e da rede conveniada historicamente sempre padeceram de problemas sérios. Entre estruturas precárias e recursos humanos limitados (cujas relações e condições de trabalho são em sua maioria extremamente precarizadas), o rol de elementos que balizam as condições físicas dos estabelecimentos, onde são realizadas as atividades e serviços socioassistenciais sempre imputaram grandes dificuldades à consolidação de uma rede pública de serviços de qualidade.

Para além do desfinanciamento provocado pelo impacto da Emenda Constitucional 95, outras investidas conservadoras no âmbito dos programas assistenciais ajudaram a

---

[16] BRASIL, Ministério da Cidadania, Portaria n.69, de 14 de maio de 2020.

compor o quadro de desfinanciamento e precarização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), como o Programa "Criança Feliz" (governo Temer) e o "Pátria Voluntária" (governo Bolsonaro), ambos tendo as primeiras-damas como líderes representantes (Silva, 2020).

No censo realizado anualmente pelo Sistema Único de Assistência Social, o Censo Suas de 2019, apenas 1.593 municípios (29% do total) afirmam dispor de "levantamento ou pesquisa que aponte o número de pessoas em situação de rua no município", e, dentre estes, apenas 571 afirmaram considerar crianças e adolescentes, além dos adultos (Silva, Natalino, Pinheiro, 2020). A falta de informações, evidentemente, traz prejuízo à condução da política e ao controle social.

Com base na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Brasil, 2009), existem os seguintes serviços específicos para a população em situação de rua: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paefi); Serviço especializado em abordagem social; Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP); Serviço de acolhimento institucional (para adultos e famílias) e Serviço de acolhimento em repúblicas (para adultos em processo de saída das ruas).

Tomando-se apenas o exemplo dos Centros POP, segundo dados do Censo Suas 2019, o país contava com apenas 228 desses equipamentos no país, presentes em duzentos municípios, sendo 46,5% das unidades concentrados na região Sudeste. Em 2017, análise feita pelo Ministério da Cidadania mostrou que, dos municípios com mais de 100 mil habitantes e de regiões metropolitanas com 50 mil ou mais, 31,3% deles não contavam com algum tipo de serviço voltado para a população em situação de rua. Os CREAS, que também atuam no atendimento da população em situação de rua e cuja existência é condição para que os municípios sejam elegíveis ao cofinanciamento federal para os Centros POP's, apresentam um déficit de 242 unidades em todo o país, principalmente no Sudeste, onde ainda faltariam 131 unidades para garantir a oferta adequada, segundo as orientações técnicas emitidas pelo então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Silva, Natalino, Pinheiro, 2020).

No que tange à transferência de renda, o Auxílio Emergencial foi regulamentado pela Lei n. 13.982/2020, que previu pagamento de auxílio no valor de R$600,00, por três meses, a trabalhadores/as maiores de 18 anos, sem emprego formal e sem qualquer outro tipo de proteção social (incluindo os microempreendedores individuais), com renda per capta mensal de até ½ salário mínimo (R$522,50) e não ter recebido rendimento tributável acima de R$28.559,70 em 2018. Apesar de todas as dificuldades para acesso, 67,2 milhões

de pessoas tiveram o direito de recebimento aprovado, com uma média de benefício de R$901,00, o que significou atender 43,9% dos domicílios brasileiros (PNAD-COVID-19),[17] um aumento exponencial de demanda expressando a realidade de profunda precariedade material em que se encontra a classe trabalhadora brasileira.

Contudo, para população em situação de rua o acesso a esse auxílio passou por diversas barreiras, tendo como principais a falta de acesso à internet, computadores, celular para acessar o aplicativo e falta da documentação civil, o que fez com que muitos usuários tivessem de recorrer aos equipamentos da Assistência Social para realizar o requerimento do auxílio. Para aqueles que conseguiram acessar, essa renda emergencial foi essencial, pois a população que vive nas ruas também perdeu suas fontes de renda no período da pandemia: catadores de materiais recicláveis, flanelinhas, guardas noturnos, vendedores de balas e outros, tiveram suas atividades muito reduzidas ou impedidas devido ao distanciamento social.

Mesmo o Auxílio Brasil, que veio em substituição ao Bolsa Família e ao Auxílio Emergencial, teve um caráter fortemente eleitoreiro, com sua implementação realizada de forma improvisada, impactando negativamente em todo o sistema de transferência de renda que estava em funcionamento há quase vinte anos via Cadastro Único, trazendo um verdadeiro caos para o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Com isso, o programa provocou uma perda de foco no público-alvo atendido, levando milhões de pessoas para filas nas portas dos serviços socioassistenciais (CRAS e CREAS), os quais já se encontravam precarizados em termos de infraestrutura e recursos humanos. Além disso, as condicionalidades em saúde e educação foram alteradas e fragilizadas.

Em relação aos centros de acolhimentos, observando os grandes centros urbanos, com base nos dados do relatório das visitas de inspeção aos serviços para população em situação de rua da Comissão Extraordinária de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo de 2022, se vê a prefeitura disponibiliza aproximadamente 15 mil vagas de acolhimento,[18] o que é deficitário quando comparamos ao número de 31.884 pessoas em situação de rua registradas em março de 2021 no censo da mesma cidade. Em relação aos itens básicos de subsistência e higiene, o documento assinala situações que contrariam medidas sanitárias e de prevenção à saúde recomendadas, como presença de percevejos e

---

[17] Dados referentes a outubro de 2020.

[18] CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Comissão Extraordinária de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo. Relatório das visitas de inspeção aos serviços para população em situação de rua 2022. São Paulo, 2022, p. 99. Disponível em: https://www.saopaulo.sp.leg.br/wp-content/uploads/2022/06/2021_CDH_Relatorio_Visitas_Centros-de-Acolhida-2022-04-14.pdf Acesso em: 20 jul. 2022.

pombos nos refeitórios e quartos; condições insalubres dos banheiros; abastecimento irregular de água; refeições precárias.

Cabe destacar a escassez de itens de higiene fornecidos nos centros de acolhimento, haja vista que os "Kits higiene" foram extremamente necessários no período da pandemia para a prevenção da doença. Itens como sabonetes, toalhas, escovas e pasta de dentes disponibilizados pela Prefeitura para os Centros de Acolhida foram insuficientes ou não foram distribuídos. O relatório aponta que 44,4% dos locais visitados apresentaram problemas no conjunto de itens básicos de higiene e uma precariedade nos espaços para realização da higiene.

Na cidade do Rio de Janeiro o problema da moradia e acolhimento também persiste. De acordo com o Censo para População em Situação de Rua 2020[19] realizado pelo município, o número de pessoas em situação de rua foi de 7.272, sendo que a coleta foi realizada com 5.469 pessoas nas ruas e 1.803 pessoas acolhidas. A prefeitura do Rio disponibilizou em 2022 cerca de 2.200 mil vagas para acolhimento demarcando um déficit de mais de 5 mil vagas para atender a população em situação de rua no Rio de Janeiro.[20]

Apesar da persistência do déficit de abrigamento, as iniciativas municipais de grandes capitais tomaram a frente em várias ações emergenciais na defesa e garantia dos direitos a população em situação de rua, como a criação de novas unidades de acolhimento ou ampliação de vagas, abertura de restaurantes populares, orientação sobre os cuidados e prevenção da Covid-19, ações que envolvem higiene, ampliação ou intensificação dos serviços de saúde. Algumas ações foram realizadas em ações conjuntas dos movimentos sociais, universidades e entidades religiosas, como a distribuição de quentinhas, alimentos, Kits higiene, máscaras, instalação de pias nas ruas (Silva, Natalino, Pinheiro, 2020).

Outra problemática que veio à tona no contexto pandêmico foi sobre como as pessoas sem acesso à água seriam capazes de realizar atividades que parecem simples para os domiciliados, como lavar bem as mãos, ainda mais as que estão em situação de rua. Um projeto denominado "Pia do Bem" instalou mais de 100 pias móveis no município do Rio de Janeiro e Região Metropolitana a partir de abril de 2020. A prefeitura, então sob o comando de Marcello Crivella, anunciou em agosto do mesmo ano um projeto intitulado "Mapa da Pia" que previa a instalação de mais de mil pias na cidade, entretanto, não foi

---

[19] Censo realizado no período de 26 a 29 de outubro de 2020 pela empresa Qualitest – Inteligência e Tecnologia, mesma que realizou o Censo da PSR em São Paulo. Disponível em: https://www.data.rio/apps/PCRJ::censo-de-popula%C3%A7%C3%A3o-em-situa%C3%A7%C3%A3o-de-rua-2020-1/explore Acesso em: 05 jun. 2022.

[20] Reportagem do Jornal Brasil de Fato sobre a Frente fria: RJ tem déficit de vagas em abrigos para população em situação de rua. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2021/07/29/frente-fria-rj-tem-deficit-de-vagas-em-abrigos-para-populacao-em-situacao-de-rua Acesso em: 07 jul. 2022.

possível acessar o desdobramento do referido projeto pela ausência de dados nos sítios eletrônicos oficiais.[21]

Do ponto de vista dos direitos, além do acesso universal às políticas de saúde, com suas devidas adequações, a população em situação de rua conta com um serviço específico: o Consultório na Rua. Este se trata de estratégia constituída por equipes multiprofissionais da área de saúde que fazem atendimento fixo ou móvel para pessoas que se encontram em situação de rua, oferecendo cuidados básicos nos espaços da rua, prevenção, promoção da saúde e buscando a construção uma proteção maior dentro dos equipamentos da rede de saúde. As Equipes de Consultórios de Rua foram inspiradas em experiências locais e instituídas por meio da Portaria n 2.488/2011 e da Portaria n 122/2011, que define as diretrizes de organização e funcionamento dessas equipes.

A Portaria de nº 122, de início, propôs a criação de 92 equipes, as quais foram distribuídas no território nacional seguindo o número de população em situação de rua em cada município. Após 10 anos de implementação dessa estratégia, o Sistema Único de Saúde possuía 171 equipes, aquém do contingente considerado elegível de 307 equipes em 262 municípios (Machado; Rabello, 2022).

Contudo, diante do crescimento da população em situação de rua, o número de equipes se mostra insuficiente, e ainda que tenha tido um pequeno crescimento nos últimos 10 anos, neste período a organização dos serviços, os objetivos, os critérios de avaliação e monitoramento ainda se encontram em processo de implementação (Machado; Rabello, 2022). Ademais, se observa também o corte de verbas, fato que ameaça o atendimento de saúde para a população em situação de rua. Segundo dados do Cenário das Políticas e Programas Nacionais de Saúde Mental do IEPS e do Institutos Cactus, entre 2019 e 2021 houve uma redução de R$ 90 mil reais: no ano de 2019 o investimento foi de R$ 527.740; e em 2021 o investimento do Ministério da Saúde foi de R$ 490.436,00 (Freitas *et al.*, 2022).

Em 2021 foi sancionada a Portaria nº 1253, com caráter excepcional de incentivo financeiro para as equipes de consultórios de rua, visando o enfrentamento da COVID-19, porém ainda não é possível mensurar os impactos desta portaria sobre o atendimento à população em situação de rua, pois uma questão que se coloca como desafio é encontrar dados relativos aos atendimentos, vacinação, hospitalização, número de infectados pelo novo Coronavírus entre as pessoas que estão nas ruas.

O Governo Bolsonaro demorou em sancionar essa medida de extrema importância para o atendimento a essa população, e ainda utilizou dados da última pesquisa do IPEA de

[21] Disponível em: https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2020/04/projeto-pia-do-bem-espalhou-mais-de-100-pias-portateis-pelo-rio Acesso em: 20 fev. 2021.

março de 2020, em que consta 221.869 pessoas vivendo nas ruas, momento anterior à eclosão da pandemia. Por isso, existem diversas denúncias dos vários movimentos sociais acerca da subnotificação, principalmente acerca de documentos oficiais do governo federal.

O estudo realizado com a população em situação de rua em tempos de pandemia da COVID-19 que resultou no relatório "Incontáveis" já mencionado acima, ressalta os desafios encontrados com o desfinanciamento, ou financiamento inadequado, a baixa adesão dos municípios à estratégia de equipes de consultórios de rua, marcando que precisamos avançar bastante nas políticas públicas para a população em situação de rua.

A alta prevalência de doenças com cronicidade, que precisam de acompanhamento e dispensa de remédios continuamente, como tuberculose, HIV-Aids, doenças cardiovasculares e diabetes, os quais implicam na extrema necessidade de um cuidado em saúde contínuo, acaba acarretando em abandono ou descontinuidade do tratamento quando não há acesso ao acompanhamento à saúde e aos remédios. Entretanto, ainda há poucos Consultórios na Rua em Território Nacional. Todavia, cabe enfatizar que o atendimento à população em situação de rua não é prerrogativa exclusiva dos das equipes dos consultórios de rua, mas função de todos os serviços públicos de saúde.

Em pesquisa do IBGE, entre abril e maio de 2020, de 21,9 milhões de pessoas que realizaram teste para saber se estavam infectadas pela COVID-19, um quantitativo de 22% teve resultado positivo para a doença (PNAD-COVID-19). Com relação à população em situação de rua, o percentual dessa amostra que teve exame de confirmação para o novo Coronavírus foi de apenas 2%.

A baixa incidência de positividade nos testes para COVID-19 na população em situação de rua não necessariamente indica que ela estava protegida contra o vírus, haja vista que o acesso à saúde por parte dessa população possui barreiras e é precário, o que pode ter implicado em casos não diagnosticados. Outros fatores como falta de documentação e a não existência de um marcador para a população de rua nos óbitos podem ter tido, também, algum tipo de influência nos resultados. Outro ponto importante a ser levado em consideração é a baixa testagem realizada no país na primeira fase da pandemia, o que dificulta as ações de vigilância epidemiológica.

A condição das pessoas em situação de rua merece consideração especial, uma vez que essa população é naturalmente suscetível à infecção e pode correr maior risco de exposição graças às condições em que se encontra. A situação de rua leva a uma grande vulnerabilidade física, material e social, com dificuldades reconhecidas de acesso ao sistema de saúde brasileiro e à política de assistência social.

A inconsistência de dados oficiais sobre essa população no Brasil leva a refletir sobre como realizar a vigilância em saúde quando não há registro específico de dados e conhecimento sobre essa população nos sistemas de informação em saúde. Esta situação reproduz e reafirma a invisibilidade social dessas pessoas, em sua maioria, corpos pardos e negros que adoecem e morrem de várias causas, que por ausência de dados continuam desconhecidas. E, por não serem vistas, suas mortes são naturalizadas pela sociedade.

Ainda no campo da saúde, o governo Bolsonaro aprovou a Lei n.13.840/2019 que visou alterar a Lei n.11.343/2006 que estrutura no país ao Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas (Sisnad). Tais mudanças impactaram não apenas nas orientações e ações de prevenção e repressão ao uso e abuso de drogas/substâncias psicoativas, mas conforme Moreira (2019), as mudanças legais reverberaram sobre a política de saúde mental, sobre o atendimento e o cuidado das pessoas que fazem uso/abuso/dependência de álcool e outras drogas, sendo parte da população em situação de rua público-alvo desses atendimentos.

Os efeitos dessa Lei afetaram diretamente toda a rede de saúde mental, que vem sendo construída nos últimos anos desde a reforma psiquiátrica no sentido da desintitucionalização. A principal questão que se coloca na contramão da Política de Saúde Mental e outras drogas é a ênfase na internação involuntária das pessoas que fazem uso/abuso/dependência de drogas, assim como o direcionamento desses usuários para as comunidades terapêuticas. Além disso, esses marcos legais seguem a lógica do desfinanciamento dos serviços públicos, pois transferem para essas instituições privadas as ações de acolhimento e atendimento, sendo muitas delas de cunho religioso, as quais tratam o uso de álcool e outras drogas como um problema moral e de fraqueza individual.

Tais iniciativas abrem portas para trazer de volta ao universo da política de saúde e saúde mental tendências e práticas desumanas, violentas, de internação compulsória, que também têm impacto direto sobre a população em situação de rua, que muitas vezes estão nas cenas e territórios de uso/abuso/dependência de álcool e outras drogas. Aqui nos referimos ao retorno de ações conservadoras para sanar a questão do uso, abuso do álcool, drogas e da dependência química, por processos que vão retirando a questão da área da saúde pública e colocando para segurança e para o setor privado, com medidas mais punitivas, de recolhimento e enclausuramento, reeditando práticas higienistas.

Para reafirmar essas tendências conservadoras, os serviços de acolhimento para a população em situação de rua, que já estavam passando por diversas precarizações, recebem mais um golpe em 2020, em meio à crise sanitária, com a aprovação da Portaria Conjunta nº 4, que trata da orientação técnica para a atuação integrada entre a rede

socioassistencial e as Comunidades Terapêuticas no enfrentamento da pandemia junto à população em situação de rua usuária abusiva de substâncias psicoativas. A portaria previa ampliação de vagas nas entidades chamadas de comunidades terapêuticas em todo o país. A divulgação da portaria foi marcada por um evento que teve falas conservadoras de cunho religioso, que contrariam os princípios do SUAS e do SUS.

Simultaneamente, houve o sancionamento da Medida Provisória n. 953, de 15 de abril de 2020, que previa a disponibilização de mais de 10 milhões de reais para as comunidades terapêuticas. Com isso, em 2021 já estavam habilitadas 492 novas comunidades terapêuticas, com aumento surpreendente de vagas para acolhimento: em 2020, 13.246 vagas já estavam funcionando com esse repasse de recursos do governo, porém, o número de vagas praticamente dobrou em 2021, chegando a 23.832.[22]

Em matéria de 19/06/2022 do Jornal Globo[23] exibida no programa Fantástico, a realidade dessas comunidades terapêuticas foi evidenciada, mostrando que receberam verba do Poder Público para acolhimento de dependentes químicos, muitas delas com vínculos religiosos, oferecendo tratamento que contrariam a medicina, a ciência, a política de saúde mental e assistência social. As comunidades terapêuticas apresentadas na reportagem têm como forma de atuação o trabalho forçado, disciplina com castigo, tortura físicas e psicológicas, violência, preconceito, e espiritualidade vista como forma de cura do uso de álcool e outras drogas.

É possível observar o aumento do incentivo financeiro as comunidades terapêuticas durante o governo Bolsonaro pelo país, alguns municípios como Rio de Janeiro seguem essa lógica de repasse de verba a essas instituições, o que acarreta implicações para a implementação da Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e Drogas. No ano 2019, o chamamento público n. 001/2019 vinculado à Secretaria de Ordem Pública, deu início a ampliação do financiamento das comunidades terapêuticas no Rio de Janeiro, o edital propunha aumento de 225 vagas em comunidades terapêuticas, com um repasse de verba no valor de R$2.700.000,00 (dois milhões e setecentos mil reais). Esse incentivo às instituições privadas vem vinculado com desmonte das políticas públicas, sucateamento da rede de Atenção Psicossocial, da Atenção Básica de saúde e do SUAS (Passos *et al.*, 2020).

Em 2021 houve um novo chamamento público, o de n. 37/2021, agora vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, com previsão de abertura de novas 225 vagas e com valor total previsto de R$1,35 milhão de reais. De acordo com relatório "Imposição da

---

22 Dados do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (www.gov.br) - Com 492 centros habilitados, Governo Federal abre mais de 13 mil novas vagas em comunidades terapêuticas .
23 Link para acesso a reportagem do programa Fantástico: https://globoplay.globo.com/v/10682590/

fé como política pública: as comunidades terapêuticas no Rio de Janeiro", de 2022, ocorreu atraso no repasse das verbas. Com isso, algumas comunidades terapêuticas não receberam o valor do contrato até o fim do período do relatório.

Esse direcionamento dos recursos públicos demonstra as escolhas do governo municipal em financiar as instituições privadas e terceirizar seus serviços, revelando forte tendência que se expressa no país de privatização do atendimento com a influência de grupos religiosos dentro dos governos (Napolião; Castro, 2022).

Em meio à crise sanitária e econômica foi travada uma luta para aprovação do Projeto de Lei n. 827/2020, que proíbe o despejo ou a desocupação de imóveis, conhecido como Despejo Zero, o qual reconhece a moradia como direito essencial, o qual pode ser entendido como uma medida que ajudaria minimizar os impactos da pandemia da Covid-19 sobre a população em situação de rua. Sendo uma forma proteção para a população de baixa renda, que teve perda de rendimento, emprego, os preços dos aluguéis aumentados, assim como os demais itens da cesta básica ajustados pela inflação.

Este PL foi protocolado em abril de 2020, pela ala de oposição do governo, foi contestado e barrado pelo Congresso Federal, sofrendo dois vetos do Presidente Jair Bolsonaro. A nova Lei nº 14.216/2021 somente foi aprovada em outubro de 2021, após forte mobilização de movimentos sociais como Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MTS), o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM) e o Movimento Nacional População em Situação de Rua (MNPR), juntamente com deputados da ala da esquerda e progressistas. Sendo considerada uma vitória parcial, a derrubada do veto conseguiu fazer a Lei ficar com validade até 31 de dezembro de 2021.

Parte da pressão para aprovação dessa Lei veio do entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), através da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n.828 de junho de 2021, que suspendeu todas as remoções coletivas já em tramitação desde o início da pandemia, assim como os despejos por falta de pagamento de aluguel residencial. Nesse sentido, a Lei do Despejo Zero e a ADPF se complementaram formando uma barreira aos processos de despejo, remoção forçada, desocupação coletiva de imóvel público ou privado, urbano ou rural e reintegração de posse.

No contexto de crise sanitária, em que se presenciou lentidão no avanço da compra, produção e distribuição das vacinas, aumento do preço da cesta básica, luz, gás, aluguel, combustível, essa Lei se mostrou de extrema importância para os segmentos mais pauperizados e precarizados da classe trabalhadora. Porém, já nasceu com tempo

determinado, e, por forte pressão dos movimentos socais, teve sua primeira prorrogação até 31 de março de 2022. Após novas mobilizações junto ao STF ampliou o prazo para 30 de junho do mesmo ano. Mesmo com os casos de COVID-19 ainda em alta, tendo apenas diminuição nos números de mortos, o presidente Bolsonaro anunciou o fim da Emergência Sanitária em maio de 2022, abrindo questionamentos em relação a vários marcos legais, incluindo o de Despejo Zero, retomando as discussões sobre as desocupações, remoções e despejos.

Em junho de 2022 houve a última prorrogação da Lei n.14.216/2021 até 31 de março de 2023, através de um Projeto de Lei protocolado pelo senador Paulo Paim (PT), junto com a pressão nas redes socais da campanha Desejo Zero. Durante todo esse período a Lei de suspensão dos despejos e de desocupação de imóveis foi essencial para amenizar os efeitos causados pela pandemia e pela crise estrutural do capital.

Estudos do Mapeamento Nacional de Conflitos pela Terra e da Campanha Despejo Zero indicam que o fim da lei em março de 2023 poderia aumentar o número de desabrigados no país: mais de 1 milhão de pessoas seriam atingidas (1.000.888), mais de 37 mil famílias podem ser despejadas (37.117), fora as mais de 54 mil famílias que estavam, naquele momento, com processos de despejo suspenso tramitando (54.520). Dentre essas pessoas que seriam atingidas, 171.152 são crianças, 168.149 são idosos, 600.533 mulheres e desse total, 660.586 são pessoas negras.

O fim dessa lei pode gerar, em curto prazo, um aumento concreto da população nas ruas dos centros urbanos do país. A própria campanha do Despejo Zero relata que desde março de 2020, início da pandemia, mais de 23 mil famílias foram expulsas de suas moradias.[24]

Considerações finais

"...Pessoas em situação de rua, vocês existem e são valiosas para nós..."
Silvio Almeida[25]

A crise econômica pela qual vem passando o nosso país não se inaugura com a pandemia do Coronavírus. A pandemia e a crise sanitária não atingem a todos igualmente, ganham efeito mais pesado e desdobramentos mais disruptivos, sobretudo naqueles que não podem fazer frente a letalidade do vírus, realidade essa da população em situação de rua.

[24] Reportagem da Rede Brasil atual: Final do ano chega com risco de despejo para 123 mil famílias - Rede Brasil Atual
[25] Frase extraída do discurso de posse do Ministro dos Direitos Humanos do atual Governo Lula (2023).

No contexto mais recente vivenciamos um avanço de uma hegemonia ultraconservadora no Estado que tem sido cada vez mais blindado às demandas da classe trabalhadora, sendo muito mais funcional e submetido às determinações do capital, particularmente depois do golpe de 2016, cujo principal objetivo foi enquadrar ainda mais o governo na agenda neoliberal. Desde então vêm ocorrendo ajustes fiscais que são permanentes e cada vez mais intensos que se agudizam ainda mais neste período pandêmico.

Estes ajustes fiscais expropriam direitos da classe trabalhadora e disponibilizam esta classe para ser cada vez mais explorada pelo capital de forma que estas expropriações de direitos não ocorrem somente pela mercantilização de novos espaços, nichos de valorização e privatização a fim de garantir a ampliação do mercado, mas também como uma forma de reprodução da força de trabalho muito rebaixada, que mantém essa força de trabalho a se reproduzir a partir de um mínimo de consumo e com formas de inserção precárias com a participação direta da gestão do Estado. Dessa maneira se reproduz atualmente essa massa de trabalhadores reserva, cada vez mais pauperizada, desalentada, por ser expropriada, disponibilizada para o capital constituindo, portanto, aquilo que o Marx chamava de superpopulação relativa e, sobretudo, na sua dimensão estagnada, incluindo o pauperismo.

A pandemia pode ter ampliado o número da população em situação de rua, porém, seu término não trouxe a diminuição desse fenômeno, pois sua reprodução é componente estrutural da sociedade capitalista que produz e reproduz a superpopulação relativa, e particular ao capitalismo dependente brasileiro, cuja formação e reprodução da dependência traz essa superpopulação relativa racializada e precarizada como marca histórica.

No decorrer da pandemia da COVID-19 o fenômeno da população em situação rua ficou cada vez mais evidente, estampando o lado mais visível da desigualdade e da pobreza como expressões da questão social no Brasil atual, em que severos retrocessos para a classe trabalhadora atingem todas as determinações da vida social, como o Brasil estar de volta ao Mapa da Fome da FAO/ONU. Ou seja, durante o governo Bolsonaro foi intensificada de maneira exorbitante a realidade desumana e cruel da população mais pauperizada do país, com consequências mais agudas para a população em situação de rua.

Como mostramos ao longo do texto, diversos estudos, pesquisas e reportagens apontam o crescimento da população em situação de rua ao mesmo tempo em que se

evidencia o desfinanciamento nas políticas sociais e descaso quanto ao cumprimento das legislações e medidas emergenciais.

O texto também buscou apresentar um panorama das ações voltadas para a população em situação de rua no governo Bolsonaro, o qual deflagrou diversos ataques a população mais pauperizada, às mulheres, negros e negras, LGBTQIA+ e a população em situação de rua. A partir de novos marcos legais conservadores, contrarreformas com cortes de verbas, restrições na participação social, redirecionamento do orçamento, que impactaram diretamente no cuidado, defesa, promoção à assistência e à saúde, pudemos ver como a vida desse segmento social que vive nas ruas de todo o país, esteve sob risco durante a pandemia com muito menos recursos de proteção e defesa em relação à crise sanitária e ao contágio do novo Coronavírus.

No que se refere ao atendimento, se o acesso da população em situação de rua a serviços de saúde e assistência social já era limitado e encontrava problemas tanto na rede universal como nas iniciativas específicas, em contexto de crise como a vivenciada em uma pandemia, esses óbices são ainda mais agravados, a exemplo da redução da oferta de serviços públicos ou migração para atendimento remoto em algumas instituições. Diante desse cenário, muitos gestores públicos, além da sociedade civil organizada, procuraram responder a essa crise com ações específicas para esta população.

Mas sinais de tempos menos sombrios parecem estar entrando em cena. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), durante sua campanha eleitoral, no processo de transição de governo e já nas primeiras ações do governo, vem acenando com propostas voltadas para os direitos humanos que podem reverter direta e indiretamente para população em situação de rua. Ainda durante a transição, realizou encontro com o Movimento Nacional de População em Situação de Rua (MNPR) e com movimento de catadores de materiais recicláveis, prometendo revogação do Decreto n. 9759/2019 que reduz a participação social, editado pelo governo Bolsonaro, assim como a revisão do decreto n. 9894/2019 que impactou diretamente o Comitê Intersetorial de acompanhamento e monitoramento para População em Situação de Rua.

É essencial um outro olhar para população em situação de rua, que passe não só pela luta pelos seus direitos, com a ampliação das vagas nos centros de acolhimento, criação de centros para guarda de pertences, espaços para realização da higiene pessoal, programas de transferência de renda, alinhados com política de moradia e trabalho. É necessário ter como norte que a luta não pode ser somente pela redução número de pessoas em situação de rua ou por políticas públicas que amenizem esse fenômeno, a luta

deve seguir por uma outra sociabilidade, onde nenhuma pessoa precise fazer da rua sua moradia.

Referências

BRASIL, Decreto Lei n. 11.343 de 23 de agosto de 2006.

BRASIL, Decreto Lei n. 13.840 de 05 de junho de 2019.

BRASIL, Decreto Lei n. 14.216 de 7 de outubro de 2021.

BRASIL, Ministério da Cidadania, Portaria n.69, de 14 de maio de 2020.

BRASIL, Ministério da Saúde, Portaria n. 1.255, de 18 de junho de 2021.

BRASIL, Ministério da Saúde, Portaria n. 1253, de 18 de junho de 2021.

BRASIL, Ministério da Saúde, Portaria n. 2.488, de 10 outubro de 2011.

BRASIL, Ministério da Saúde, Portaria n.122, de 25 de janeiro de 2011.

BRASIL. Ministério Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua. Brasília, maio de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm Acesso em: 18 ago. 2022.

BRASIL. Relatório Final. Gabinete de Transição Governamental. Brasília, dezembro de 2022.

BRASIL. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Resolução CNAS nº 109 de 11 de novembro de 2009.

CARCANHOLO, M. A crise do capitalismo dependente brasileiro. MACARIO, Epitacio... [et al.]/[orgs.]. **Dimensões da crise brasileira:** dependência, trabalho e fundo público.1. ed. Fortaleza: EdUECE; Bauru: Canal 6, 2018. E-book disponível em: http://www.uece.br/eduece/dmdocuments/Dimenso%CC%83es%20da%20Crise%20Brasileira%20e_Book.pdf. Acesso em: 30 jun. 2022.

CASTELO, R. A violência como potência econômica na gênese da "questão social" no Brasil. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 21, n. 42, p. 94-109, jul./dez. 2021.

CASTELO, R.; RIBEIRO, V.; ROCAMORA, G. Capitalismo dependente e as origens da "questão social" no Rio de Janeiro. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 137, p. 15-34, jan./abr. 2020.

DIAS, A. L. F. *et al*. **Dados referentes ao fenômeno da população em situação de rua no Brasil** - Relatório técnico-cientifico – Plataforma de Atenção em Direitos Humanos, Programa Polos de Cidadania, Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG: Marginália Comunicação, 2021. Disponível em: https://polos.direito.ufmg.br/wp-content/uploads/2021/07/Relatorio-Incontaveis-2021.pdf . Acesso em: 30 jun. 2022.

FERNANDES, F. [1975] **A Revolução Burguesa no Brasil.** São Paulo: Globo, 2005.

FREITAS, R., R, D., BARRANCOS, L., F, M., QUARTIERO, R., T, R., & MASSA, E. ([s.d.]). **Cenário das Políticas e Programas Nacionais de Saúde Mental**. Org.br. Disponivel em: cenario-politicas-programas-nacionais-saude-mental-ieps-instituto-cactus.pdf Acesso em: 20 jan 2023.

IAMAMOTO, M. V**. Serviço social em tempos de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2011.

MACHADO, M. P. M. & RABELLO, T. E. Consultórios na Rua: uma revisão de literatura sobre seus objetivos, resolutividade e critérios de monitoramento e avaliação In: NUNES, N. R. de A., SENNA, M. de C. M., & CINACCHI, G. B. C. (2022). **População em situação de rua abordagens interdisciplinares e perspectivas intersetoriais.** Editora Rede Unida. Disponível em: Livro-Populacao-em-situacao-de-rua-abordagens-interdisciplinares-e-perspectivas-intersetoriais.pdf (redeunida.org.br) Acesso em: 10 fev. 2023.

MARX, K. **O Capital:** crítica da economia política. Livro I. O processo de produção do capital. [1867] São Paulo: Boitempo, 2017.

MOREIRA, S. As Implicações das Alterações na Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas para o Exercício Profissional de Assistentes Sociais no Brasil. **Nota técnica do CFESS 2019**. Disponível em: CFESS - Conselho Federal de Serviço Social Acesso em: 05 jan. 2023.

NAPOLIÃO, P.; CASTRO, G. Imposição **da fé como política pública: comunidades terapêuticas no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: CESeC, 2022. Disponível em: CESEC_comunid-terap_FINAL_050822.pdf. Acesso em: 28 fev. 2023.

NATALINO, M. A. C. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil (setembro de 2012 a março de 2020)**. Brasília: IPEA, Nota Técnica nº 73, junho/2020. Disponível em: NT_73_Disoc_Estimativa da populacao em situacao de rua no Brasil.pdf Acesso em: 10 jun. 2022.

NUNES, N. R. de A. *et al.* **População em situação de rua em tempos de pandemia da Covid-19**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2021. Disponível em: http://www.editora.pucrio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1011&sid=3 Acesso em: 05 jun. 2022.

PASSOS, R. G., FARIAS, J. S de., GOMES, T. M. da S., ARAUJO, G. de C. L. de A. (2020). Comunidades terapêuticas e a (re) manicomialização na cidade do Rio de Janeiro. **Argumentum,** 12(2), 125–140. Disponível em: https://doi.org/10.18315/argumentum.v12i2.29064 Acesso em: 20 jan. 2023.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIO – COVID-19. IBGE. Disponível em: https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/ Acesso em: 20 ago. 2022.

ROSA, D.; BARRANCOS, L.; QUARTIERO, M. F. R.; FREITAS, R. **Cenário das Políticas e Programas Nacionais de Saúde Mental**. Instituto de Estudos para Políticas de Saúde; Instituto Cactus. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: https://ieps.org.br/wp-content/uploads/2022/06/cenario-politicas-programas-nacionais-saude-mental-ieps-instituto-cactus.pdf Acesso em: 18 jan. 2023.

SILVA, M.M. A política de Assistência Social no contexto de ajuste fiscal: notas ao debate. GOUVEIA, R. (org.). **Assistência social, trabalho e care social:** implicações e desafios. Rio de Janeiro: UFRJ, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Escola de Serviço Social, 2020. Disponível em: https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/13099/1/RGouveia.pdf Acesso em: 20 jun. 2021.

SILVA, T.D.; NATALINO, M. A. C.; PINHEIRO, M.B. **População em Situação de rua em Tempos de pandemia:** um levantamento de medidas municipais emergenciais 2020. Brasília: IPEA, Nota Técnica nº 74, 2020. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10078/1/NT_74_Diest_Disoc_Populacao%20em%20Situacao%20de%20Rua%20em%20Tempos%20de%20Pandemia.pdf . Acesso em: 02 jun. 2022.

SOUZA, C. S. de. **Racismo e luta de classes na América Latina:** as veias abertas do capitalismo dependente. São Paulo: HUCITEC, 2020.

CAPÍTULO 8

O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO PERÍODO PANDÊMICO: tendência à desespecialização?

Natália Reis de Oliveira
Adriana Ramos

Introdução

O eixo fundamental pretendido neste artigo privilegia uma análise crítica sobre o trabalho de assistentes sociais na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), com enfoque no período pandêmico, trazendo o debate acerca dos impactos e tendências colocados para a profissão.

Parte-se da premissa de que se faz necessário recuperar as análises referentes à crise estrutural do capital que antecede ao contexto da pandemia, que se acentuou no golpe midiático ilegítimo de 2016. No curso presente da história, evidenciamos que a partir desse momento, se intensifica o agravamento das contrarreformas, atingindo substancialmente o campo da seguridade social e expressando fôlego para retomada da acumulação do capital financeiro, considerando que o governo Temer cumpriu a tarefa de criar os mecanismos e instrumentos para apropriação do fundo público pelo capital portador de juros.

Nesta linha argumentativa, podemos inferir que os dois anos do governo Temer, estabeleceram limites para as despesas primárias, mediante os impactos do congelamento com os gastos públicos, evidenciadas nas análises de Boschetti e Teixeira (2019). As autoras aprofundam as reflexões acerca do perverso quadro de achatamento da seguridade social, mais precisamente no campo da Assistência Social e da Previdência Social.

Neste sentido, podemos denotar um processo de desmonte das estruturas previstas no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), trazendo severos impactos para a direção de como foi concebido. "Sua fragilização, ou mesmo destruição, significa um retrocesso a uma condição de não política, quando à assistência social se restringe as ações filantrópicas geridas pelas entidades beneficentes como favor moral e não como dever legal", (Boschetti; Teixeira, 2019, p.86) que historicamente estão penetradas no processo de refilantropização desta política, frente à desresponsabilização do Estado em prol da ordem dominante,

obscurecendo o retrocesso no campo dos direitos sociais, permeados pelas contradições da acumulação capitalista e seus ditames.

Conforme as análises de Behring (2019), o golpe de Estado de 2016 criou condições para ascensão da extrema direita nas eleições de 2018, onde a característica desse projeto se subsidiou na proposta neodesenvolvimentista passando para um ultraneoliberalismo, que em menos de dois anos colocou o país numa barbárie social. Esse cenário defende os pressupostos das finanças do grande capital, que teve como um de seus representantes no governo de Jair Bolsonaro, Paulo Guedes como Ministro da Economia.

Nesta dimensão de análise, chamamos atenção para o acirramento da crise estrutural do capital e crise sanitária, agravada pela condução política e econômica do governo Jair Bolsonaro no cenário pandêmico, solapando o campo das políticas públicas e intensificando a regressão de direitos e o lucro em detrimento da vida. Agravando severamente as condições vida e sobrevivência da classe trabalhadora, sobretudo nos seus segmentos mais empobrecidos, radicalizando as expressões da questão social.

Salientamos que este cenário incidiu diretamente no trabalho de assistentes sociais, com requisições das antigas práticas, mas também com novos desafios. Para fazer um contraponto com a atual realidade posta ao trabalho de assistentes sociais no campo da Assistência Social no período pandêmico, os dados analisados são produto da pesquisa documental executada pela COFI, realizada no sul do estado fluminense nos anos de 2013-2014, acerca do exercício profissional do/a assistente social nos equipamentos dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Os dados fornecidos pelo CRESS/RJ 7ª Região são resultados das visitas programadas por área sócio-ocupacional realizadas pela COFI, previstas na Política Nacional de Fiscalização (PNF), analisados a partir de um estudo exploratório realizado na dissertação de mestrado de Oliveira (2021).[1]

O estudo evidenciou que a lógica gerencialista do Estado provocou, no SUAS, uma ampliação precarizada da inserção de assistentes sociais em tais serviços, estabelecendo uma padronização de procedimentos pré-estabelecidos de como operá-los. Sobre os equipamentos dos CRAS e CREAS, procurou-se destacar como se revela o exercício profissional de assistentes sociais, à luz do Projeto Ético-Político do Serviço Social. Percebemos na sistematização das análises dos dados, uma realidade com uma tendência à

[1] OLIVEIRA, N. R. **O Serviço Social na Política de Assistência Social:** uma análise sobre o exercício profissional a partir de um estudo exploratório. 2020, 175 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional. Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2021.

fragilização na articulação das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa na condução do exercício profissional.

Guerra (2016) explicita que o Estado gerencial tem sido potencializado e exige novas atribuições para o exercício profissional, em um novo formato das políticas sociais, "utilizando-se da assistência social para exercer o controle sobre os pobres e suas demandas, ainda de maneira indireta, formatando-as dentro do modelo da política e oferecendo respostas padronizadas" (Guerra, 2016, p. 99). Neste rumo aludido, podemos considerar de acordo com Guerra (2013), que a tendência de desespecialização é funcional à Política de Assistência Social, uma vez que há uma relação tensionada entre o direcionamento do trabalho hegemônico da profissão e o modelo de política social vigente que, na atualidade, oferta serviços socioassistenciais focalistas, pontuais e fragmentados. Para a autora, essa tendência que se apresenta na cultura profissional de assistentes sociais tende a contemplar outras profissões da área do social.

O exercício de estruturar a análise do trabalho profissional na Política de Assistência Social vem demonstrando como as exigências da política têm impactado o conteúdo das respostas profissionais. Essa dinâmica se faz necessária, na medida em que se reforça a necessidade de assistentes sociais, inseridas/os no cotidiano do exercício profissional, terem clareza da necessidade de construção do projeto de intervenção na instituição, no sentido de nortear suas ações e conferir visibilidade para o trabalho de assistentes sociais. Tal documento também atende a necessária identificação do objetivo do Serviço Social naquele determinado espaço sócio-ocupacional, configurando-se como um fragmento essencial para a não desqualificação profissional, na tentativa de evitar a reprodução das normativas institucionais.

É nesta direção que se pretende mostrar as tendências e questões referentes ao trabalho profissional de assistentes sociais na Política de Assistência Social, no bojo das transformações acirradas pelo período pandêmico e condução política e econômica do governo anterior que compreendeu o período de 2018 a 2022.

Configurações contemporâneas do contexto social, político e econômico da realidade brasileira: notas introdutórias

No período que escrevemos este texto, o cenário mundial atual estava submerso numa pandemia que trouxe rebatimentos para a realidade brasileira e, portanto, para o governo do período de 2018 a 2022, que se constituiu em meio a uma crise ética, política e social: vide a erosão de 13 anos de governos de caráter popular. O período petista é

findado com um "golpe de novo tipo" – como caracteriza Behring (2018) –, constituído por uma ofensiva conservadora e/ou reacionária contra o conjunto da classe trabalhadora brasileira, por meio da quebra do pacto de coalizão entre as classes. Resulta da crise de hegemonia da burguesa nacional (Demier; Melo, 2018) como mais um momento de disputa pelo fundo público, sendo este a expressão máxima do processo de acumulação da classe burguesa, que se movimenta para o aprofundamento das contrarreformas,[2] como resposta à crise do capital, fundamentais para a agudização da exploração da classe trabalhadora.

O *impeachment* de Dilma Roussef, comprometida com os interesses das elites economicamente dirigentes e a serviço do grande capital, consolidou a derrota da esquerda e o renascimento de perspectivas conservadoras e reacionárias, que supostamente estavam lateralizadas em nosso país. Com o governo ilegítimo de Michel Temer, se produz na sociedade brasileira, a partir de um conjunto de proposições que tendem se denominar "nova direita",[3] uma outra conjuntura. Com a proposta de seu projeto "Uma Ponte para o Futuro", afeita as perspectivas neoliberais, implementa pelo menos três reformas significativas: a sindical, a trabalhista e previdenciária. Este processo "[...] desemboca em um projeto de Estado mínimo que alimenta o capital financeiro e direciona o fundo público para os interesses do capital, no qual as políticas públicas se (des)universalizam, focalizam e precarizam ao mesmo tempo" (Tejadas; Junqueira, 2021, p. 103-104). Evidenciamos que a partir do golpe de Estado de 2016 se intensifica o agravamento das contrarreformas, atingindo substancialmente o campo da seguridade social. Expressando fôlego para a retomada da acumulação do capital financeiro, o governo Temer cumpriu a tarefa de criar os mecanismos e instrumentos para apropriação do fundo púbico pelo capital portador de juros. Segundo Souza e Soares (2019) analisam que:

> Face à crise crônica de superacumulação do capital e a recessão econômica que se agudiza entre 2015-2016, o que vislumbramos no período pós-golpe é a celeridade do ajuste fiscal, acompanhado de uma bruta deterioração das condições de vida e trabalho. O recuo civilizatório observado – expresso nos índices alarmantes de desemprego, o retorno do Brasil ao mapa da fome e uma crise sanitária – sinaliza para a ruptura com o "pacto social" inscrito na Constituição de 1988. Em detrimento dos direitos sociais e qualquer concessão aos "de baixo" aplica-se um programa de devastação social, justificável numa tônica conservadora e de intensa criminalização da pobreza (p. 13).

[2] Destaca-se que ao tratar da reforma do Estado Brasileiro, utilizaremos o termo "contrarreforma", entendendo que o que aconteceu concretizou um processo de retirada e fragilidades de direitos socialmente conquistados.

[3] Para aprofundar o debate sugerimos: PINHEIRO-MACHADO, R; FREIXO, A. de. Brasil em Transe: bolsonarismo, nova direita e desdemocratização. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.

Com isso se estabelecem as bases de sustentação dessa proposta que será potencializada pelo governo subsequente de Jair Bolsonaro, eleito em 2018, que marca a intensificação desse conjunto de contrarreformas (Tejadas; Junqueira, 2021). No governo Bolsonaro, "[...] iniciamos uma quadra histórica em que as conquistas, mesmo que parciais e ainda tímidas, garantidas pelas lutas travadas no regime democrático que teve início após a ditadura militar empresarial do Brasil [...], estão sob risco" (Farage, Santos e Cardoso, 2019, p.1). Assim a chegada dessa "nova direita", questiona a democracia, as instituições do Estado democrático de direito e constrói uma política funcional à sociabilidade do Capital com amplo apoio da bancada conservadora – representada por igrejas neopentecostais, por grupos de ruralistas, vinculados ao agronegócio, e nos "[…] grupos militares e paramilitares de direita e nas elites conservadoras nacionais, ávidas por conduzir o projeto neoliberal sem concessões […]" (Tejadas; Junqueira; 2021, p. 107). Nesse sentido ainda que se veicule que é um (des)governo, seu conteúdo está claramente articulado, a determinados interesses subsidiados num projeto ideológico, econômico e político. Observa-se que a "[...] proposta de governo [de] Bolsonaro, embora superficial, não permite dúvidas quanto ao seu cunho ultraliberal, que sinaliza a continuidade em relação às medidas assumidas pelo "governo ilegítimo" e até mesmo o aprofundamento das referidas" (Mauricio, 2021, p. 110).

Do ponto de vista econômico, o núcleo do governo Bolsonaro é constituído pelos representantes dos bancos e organizações financeiras, em tese, de setores modernos, e internacionalizados, ao lado do agronegócio exportador e do empresariado. Para além dessa constituição, a elite dirigente constrói estratégias e táticas que se fundamentam nas diversas expressões de ódio, das "fake news", e de narrativas moralizantes dos comportamentos. "Pode-se dizer que o governo Bolsonaro concilia economia ultraliberal com um Estado teológico (teologia da prosperidade), amparado na despolitização da sociedade […]" (Tejadas; Junqueira; 2021, p. 107).

Este governo deu continuidade a um pacote de medidas robustas como: o Projeto de Emenda Constitucional 95 (PEC-95) – que prevê o congelamento de gastos públicos pelos próximos 20 anos, que se configura como "[…] uma 'reforma' fiscal que pretende desvincular todos os gastos sociais do orçamento e intensificar a contrarreforma trabalhista, para tornar o trabalho ainda mais subsumido ao capital" (Boschetti; Behring, 2021, p.72). E, com certeza, a mais relevante já realizada: a aprovação da Reforma da Previdência.

Como sinalizado, a chegada de Bolsonaro ao poder integrou uma totalidade de avanços de governos de direita e extrema direita que se espalharam pelo mundo nos

últimos anos.[4] As características mais relevantes e que o particularizaram foram, sem dúvida, o autoritarismo e o pouco apreço à democracia. Considera-se também a sua simpatia ao fundamentalismo religioso, a pouca articulação técnico-política, o descomprometimento com as políticas sociais, com a ciência, cultura e educação, sendo as duas últimas, objetos políticos de ataques frequentes. Da mesma forma que, em seus discursos, nunca expressou alguma "preocupação" explícita com o social

Com a chegada da pandemia no Brasil, potencializaram-se as expressões da questão social, pois como mencionado, ela encontrou um país numa severa crise econômica, política e social. Nesse sentido a pandemia revelou uma crise sanitária que retirou o véu das desigualdades sociais brasileiras, produto de nossa formação sócio histórica, de um país de capitalismo periférico. Portanto, é neste cenário que pretendemos realizar uma análise introdutória sobre os impactos deste contexto na PNAS, através do SUAS, bem como no trabalho de assistentes sociais neste espaço sócio-ocupacional.

A Assistência Social no Brasil e suas expressões contemporâneas

A Política da Assistência Social é um espaço sócio-ocupacional que pode ser considerado aquele que mais ampliou o mercado de trabalho para assistentes sociais, nos últimos 15 anos. No bojo do processo de desenvolvimento sócio-histórico da profissão, sobretudo, a partir dos anos de 1990, tal política foi marcada por muita interferência e lutas de assistentes sociais, isto para que as ações assistemáticas localizadas neste âmbito, transitassem da esfera da benemerência e da filantropia para a esfera de uma política social. Dessa forma, estudar esse processo requer conhecer o desenho da Assistência Social no Brasil e suas expressões contemporâneas, para então localizar o papel que a política de assistência social vem atribuindo para o exercício profissional de assistentes sociais.

Historicamente a assistência no Brasil se fundamenta na matriz do favor, no apadrinhamento, no clientelismo, que são formas enraizadas na cultura política do país, principalmente no trato com as classes subalternas. Há também uma vinculação da assistência social com a atividade voluntária, filantrópica e solidária. Esses elementos contribuem para que mantenha, apesar de instituída como uma política de direito, esta

---

[4] Há no período experiências nacionalistas-conservadoras ganhando espaço como foi o caso do de Donald Trump, nos Estados Unidos, os governos da Hungria, Itália, Polônia. Destaca-se as experiências vizinhas da Colômbia (Ivan Duque) e outras da Argentina e mais recentemente no Chile, que retomam do ponto de vista ideológico os traços conservadores. Jair Bolsonaro esteve por quase 30 anos na qualidade de parlamentar. Aprovou apenas dois projetos e mudou de partido 7 vezes. Já esteve filiado ao PRP, passou pelo PP duas vezes. Esteve filiado também ao PTB e PF. Elegeu-se como presidente pelo PSL e está construindo um novo partido.

particularidade que já demonstra uma tendência a desprofissionalização, a descontinuidade do trabalho, fragmentando-o, e que se revela de certa forma, pelo seu imediatismo nas ações em conjunto com resquícios conservadores (Mauricio, 2021).

A Política de Assistência Social, é permeada por interesses contraditórios, sendo um espaço em que se sobrepõem as relações entre as classes e desta com o Estado. Sob esse ângulo, conferimos que historicamente a Assistência Social se encontra revestida pelas formas de tutela e controle das massas populares, designada para os segmentos da classe trabalhadora em extrema condição de pauperismo, travejada como política de alívio, neutralizando as demandas e reinvindicações. Por outro lado, é inegável que o processo constituinte trouxe avanços na arena das políticas sociais públicas, com destaque para os princípios e diretrizes democráticos que devem orientar a ação governamental: a universalização de direitos, a descentralização político-administrativa e a gestão democrática, que contempla a participação popular. Importa salientar que esse cenário ganhou contornos a partir de um denso processo constituinte vigente no país desde 1988: as políticas sociais brasileiras passam por uma nova conformação desde o momento em que foi promulgada a Constituição Federal de 1988, firmando um "pacto" com um projeto societário de caráter universalista e democrático para o enfrentamento da questão social. Sob esse prisma, integrou a Assistência Social ao lado da Saúde e Previdência no campo da Seguridade Social brasileira, num padrão de proteção social. Entretanto, o processo de constituição da Política de Assistência Social se constrói permeado por contradições e recuos. Por um lado, tem-se o reconhecimento dos direitos sociais e dever do Estado, trazendo para o âmbito público o enfrentamento às expressões da questão social, legitimando institucionalmente a Assistência Social. De outro lado, a intervenção estatal atrelada à regulação dos mercados com as políticas de ajustes neoliberais.

Somente nos anos 2000, na implementação do SUAS, objetiva-se que determinadas características históricas da Assistência Social, sejam subsumidas, transitando da lógica do favor para a lógica do direito. Tal política se assenta, como direito de cidadania e responsabilidade do Estado, pactuado no elo federativo. O SUAS define e organiza elementos essenciais para execução da política de Assistência Social, normatizando os padrões de serviços ofertados, além de subsistemas. Segundo a NOB/SUAS (BRASIL, 2012, p. 94), a rede socioassistencial corresponde ao conjunto integrado de ações de iniciativas públicas e da sociedade que operam benefícios, serviços, programas e projetos, como: 1) Benefício de Prestação Continuada (BPC); 2) Benefícios Eventuais: visam ao pagamento de auxílio por natalidade ou morte, ou para atender necessidades advindas de

situações de vulnerabilidade temporária, com prioridade para a criança, a família, o idoso, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e nos casos de calamidade pública; 3) Transferência de Renda: programas que visam o repasse direto de recursos dos fundos de Assistência Social aos beneficiários, como forma de acesso à renda, visando o combate à fome, à pobreza e outras formas de privação de direitos, que levem à situação de vulnerabilidade social. 4) Serviços, Programas e Projetos, que visam a melhoria da vida da população e cujas ações estejam voltadas para as necessidades básicas da mesma.

A implementação da PNAS e do SUAS, em todo território nacional, ocorre com diversas resistências, se expressando em um conjunto de forças políticas distintas, que defendem seus interesses, seja no âmbito progressista ou conservador e que disputam a direção social da Assistência Social. Nesse sentido, o processo de construção e legalização da Assistência Social e do SUAS se configura como uma conquista no que se refere às forças democráticas subsidiadas na luta de diversos segmentos da classe trabalhadora, incluindo categorias profissionais que primam pela defesa da proteção social no Brasil.

A PNAS se organiza a partir da proteção social, apresentada em dois níveis de atenção, a proteção social básica[5] e a proteção social especial[6] (de alta e média complexidade). O SUAS se utiliza da divisão de municípios por parte para propor ações de proteção social básica e ou especial de média e alta complexidade, que devem levar em conta a realidade local, assim organizada por número de habitantes. Até 20.000 - Pequeno Porte I; de 20.001 a 50.000 - Pequeno Porte II; entre 50.001 a 100.000 - Médio Porte; entre 101.000 e 900.000 - Grande Porte; e com mais de 900.000 - Metrópoles.

Assim os serviços de proteção social são divididos através do CRAS,[7] e os CREAS,[8] sendo que todos os municípios brasileiros possuem ao menos um equipamento público

[5] A proteção social básica "[...] objetiva prevenir situações de risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, visando a população em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (por ausência de renda, acesso precário ou nulo a serviços públicos), ou fragilização de vínculos afetivo-relacionais ou de pertencimento social, tais como nos casos de discriminação etária, étnica, de gênero ou por deficiência. A proteção básica prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias, incluindo pessoas com deficiências" (Vasconcelos; Morgado, 2005, p. 27).

[6] A proteção social especial "[...] destina-se a situações mais graves de exclusão social e de violação de direitos (abandono, maus-tratos, abusos, cumprimento de medidas socioeducativas, trabalho infantil, etc) particularmente de crianças, adolescentes, jovens, idosos e pessoas com deficiências, ou de grupos em situações de maior risco, como em situação de rua, migrantes e idosos abandonados. Assim, visam à reestruturação do grupo familiar e das redes de suporte social, bem como à reestruturação de serviços de abrigamento de indivíduos que não contam mais com família, em instituições não totais ou segregadoras. A dinâmica de planejamento, gestão e atuação profissional no nível da proteção especial requer uma estreita interface com as instituições de Justiça" (Vasconcelos; Morgado, 2005, p. 28).

[7] O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é a porta de entrada da Assistência Social. Trata-se de um local público, localizado prioritariamente em áreas de maior vulnerabilidade social, onde são oferecidos os serviços de Assistência Social, com o objetivo de fortalecer a convivência com a família e com a comunidade. A partir do adequado conhecimento do território, o CRAS promove a organização e articulação das unidades da rede socioassistencial e de outras políticas. Assim, possibilita o acesso da população aos serviços, benefícios e projetos de assistência social, se tornando uma referência para a população local e para os serviços setoriais". Disponível em: http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/cras. Acesso em: 02 ago. 2020.

que executa a política. Segundo o censo SUAS de 2019, são aproximadamente 8.357 CRAS, considerado a porta de entrada para o SUAS, 2.723 CREAS, e 228 Centros de Referência Especializados para Pessoas em Situação de Rua (CENTROS POP) no Brasil. Uma rede que cresce gradativamente, porém atuando com capacidade muito aquém do necessário.

Partindo desta lógica, a referida política sofre uma inflexão quando do contexto da pandemia. Ainda que seu público alvo sejam os "vulnerabilizados sociais", esta política passa a atender em larga escala, a grande quantidade de desempregados, através de um benefício denominado de auxilio emergencial, para além dos benefícios que já a constituem. Este auxílio, é considerado um programa de transferência de renda, como uma transferência monetária para atenuar os efeitos devastadores para diversos segmentos da classe trabalhadora, diante da pandemia. Benefício instituído pela Medida Provisória nº. 936, de 1 de abril de 2020, de caráter pontual, o auxílio-emergencial, foi relevante em um período que, conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Pnad/IBGE) realizado em novembro de 2020, demonstra que temos mais de 14 milhões de brasileiros/as desempregados/as e outros 24 milhões se apresentam sem perspectivas de inserção formal/informal no mercado de trabalho. Neste contexto, o atual governo se viu impelido a elaborar algum tipo de intervenção para os estratos mais pauperizados da classe trabalhadora, que foram duramente impactados diante desta crise entendida na sua totalidade. Portanto, foi com esta "preocupação" que o governo de Jair Bolsonaro implementou o auxílio emergencial, que se tratava de um benefício financeiro que foi pago provisoriamente até dezembro de 2022 "provisoriamente". Inicialmente no valor de R$ 600,00 destinado aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados, com o objetivo de fornecer proteção social no período de enfrentamento da crise causada pelo COVID-19.[9]

Importante registrar que "[...] os programas de transferência monetária [...] são também largamente influenciados por matizes de caráter liberal e conservador. [E também

[8] O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) é uma unidade pública da política de Assistência Social onde são atendidas famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados. A unidade deve, obrigatoriamente, ofertar o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), podendo ofertar outros serviços, como Abordagem Social e Serviço para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas famílias. É unidade de oferta ainda do serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto. Além de orientar e encaminhar os cidadãos para os serviços da assistência social ou demais serviços públicos existentes no município, no CREAS também se oferece informações, orientação jurídica, apoio à família, apoio no acesso à documentação pessoal e estimula a mobilização comunitária". Disponível em: http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/creas. Acesso em: 02 ago. 2020.

[9] Gradativamente o seu valor se tornou inferior ao inicial, chegando algumas famílias a receber a quantia de R$150,00.

atendem] aos interesses do capital, pelo amplo potencial de dinamizar as economias" (Silva.; Sousa.; Lima, 2021, p. 113). Os programas de transferência de renda são estratégias político-econômicas importantes para garantir minimamente a sobrevida da classe trabalhadora mais pauperizada "[…] de modo a garantir sua disponibilidade para a exploração; […] para controlar socialmente o pauperismo e os comportamentos das "classes perigosas" (Boschetti; Behring, 2021, p.79). Esse auxílio representa uma das

> [...] tímidas, reticentes e retardatárias medidas federais que seguiram a mesma política ultraneoliberal já em curso: parcos recursos para a saúde e para o auxílio emergencial e trilhões para bancos e empresários, conforme aprovado no chamado "orçamento de guerra" (EC nº 106/2020), que instituiu o "regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações para enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente da pandemia" (Boschetti; Behring, 2021, p. 77).

Na implementação desse benefício, ainda confusa e repleta de inconsistências por parte do governo federal, foi demonstrada uma ausência de planejamento e um alto grau de improvisação não só na seleção, mas na distribuição aos beneficiários. Muitos trabalhadores ficaram apartados do processo por motivos diversos: inconsistência e/ou ausência de acesso à internet, bem como, sem a inscrição prévia no Cadastro Único do Governo Federal (Cadúnico), centenas de pessoas sem Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou que nunca tiveram conta bancária, "[...] dificuldades de acesso às agências pagadoras; distorções na concessão e denúncia de uso indevido do auxílio; falta de transparência na seleção do público demandante; atrasos nos pagamentos; e demora no processo de análise das solicitações" (Silva.; Sousa.; Lima, 2021, p. 114):

> Inicialmente [...] ignoraram-se dados ou deixou-se de levantar informações prévias acerca do acesso às tecnologias da informação e comunicação e mesmo à internet por parte da população que seria o "alvo" do benefício, como pessoas em situação de rua, por exemplo. A operacionalização do auxílio ocorreu sem diálogo prévio com estados e municípios e as informações eram fornecidas de maneira truncada por parte do governo federal, havendo inclusive episódios de mudanças das datas de pagamento, entre outras, o que dificultava o acesso a adequadas orientações até mesmo por gestores(as) e trabalhadores(as) do SUAS (Freitas, 2021, p. 664).

Conforme análise de Boschetti e Behring (2021, p. 78) "[...] dos 108 milhões de trabalhadores(as) que solicitaram o auxílio emergencial, somente 68 milhões receberam, chegando a 44% dos domicílios brasileiros". Logo, estas implicações no campo da

Assistência Social, ocasionadas pelo contexto pandêmico, reverberam no exercício profissional de assistentes sociais incidindo nas suas atribuições e competências.

O trabalho de Assistentes Sociais e a tendência a desespecialização no âmbito da Assistência Social

A partir das ponderações anteriores, consideramos, conforme os parâmetros do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) (2011, p. 16) que o trabalho de assistentes sociais, neste espaço sócio-ocupacional, deve se "[...] afastar das abordagens tradicionais, pragmáticas, que reforçam as práticas conservadoras que tratam as situações sociais como problemas pessoais que devem ser revolvidas individualmente". E mais: o trabalho na Assistência Social requer:

> [...] apreensão crítica dos processos sociais de produção e reprodução das relações sociais numa perspectiva de totalidade; análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do Capitalismo no país e as particularidades regionais; compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; identificação das demandas presentes na sociedade, visando a formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado (CFESS, 2012, p. 19).

As atribuições e competências do Serviço Social pautam-se na Lei de Regulamentação da Profissão, requisitando do profissional, algumas competências que possibilitem a compreensão do contexto sócio-histórico em que se situa o exercício profissional. Por isso é fundamental pensarmos o que identificamos como "tendência à desespecialização", questão essa que se colocou de forma mais diretiva no contexto da pandemia, onde o discurso de que era necessário de que todos fizessem tudo, apresentou, para o Serviço Social, desvios na atuação profissional. Esse movimento pode produzir uma tendência à desespecialização, quando assistentes sociais realizam atividades que não necessariamente estavam vinculadas as suas atribuições e competências. "Uma das armadilhas mais perigosas neste período é o argumento de que 'todo mundo deve contribuir com tudo' e que todos e todas devem atuar na direção do bem comum, abandonando particularidades profissionais" (Freitas, 2021, p.669).

Assim, é possível observar que assistentes sociais vêm respondendo às demandas institucionais dentro de concepções que remetem ao passado da profissão, reforçando o caráter antagônico e os interesses distintos, onde na relação com a população usuária

intermedia as demandas dos segmentos atendidos e do escopo institucional, colocando aos profissionais desafios e tensões. "Isto tudo remete à tendência de respostas profissionais confundidas com respostas normatizadas pela política social, o que desqualifica e desespecializa a intervenção do serviço social" (Freitas, 2021, p. 672).

Aqui aparece a dificuldade em responder o que é o Serviço Social, ocasionada pela "[...] aparente inespecificidade operatória da profissão, que não a diferencia de práticas leigas, voluntárias e filantrópicas, sua polivalência [...] e a tendência de incorporar tudo aquilo que outros profissionais não fazem, não como algo emergencial [...]" (Freitas, 2021, p.672), mas como parte das suas "obrigações" e "compromissos". Esta forma de atuação diverge do nosso exercício profissional, e ela está conectada com a tendência à desespecialização. Tal tendência se encaixa na nossa profissão e se expressa no caráter assistencial e de urgência das demandas, cuja aparência é, realmente, aleatória e inespecífica, além do mito do desconhecimento sobre o que faz o assistente social (Guerra, 2017, p. 103).

Para a referida autora, dois processos estão indissociáveis: o primeiro processo diz respeito às tendências de polivalência, multifuncionalidade, desprofissionalização e diluição das competências e atribuições específicas que se encontram presentes na configuração atual das políticas sociais. Essa nova configuração exige de seus profissionais uma rápida adaptação, somada à ampliação de suas funções socioprofissionais, sob o discurso da falta de oportunidades do mercado de trabalho. O segundo processo está relacionado à padronização e à tecnificação do trabalho. Isso se dá na diluição dos conteúdos concretos do trabalho sob as funções de administrar e gerenciar sistemas, nos procedimentos padronizados e autoexplicativos, que de certa forma, não exigem muito trabalho intelectual e, também, aparentemente, não demonstram uma intencionalidade política.

Contudo, os dois processos salientados resultam na diluição das especificidades das profissões, isto é, a desespecialização. Outro aspecto importante a ser acentuado é a incorporação das tecnologias de informação na organização e gestão do trabalho nas políticas sociais, que se potencializaram no contexto da pandemia. Ainda que os dispositivos eletrônicos sejam equipamentos importantes em diversos âmbitos, é preciso considerar que produzem um efeito mais controlador sobre o trabalho, contribuem na avaliação fiscalizatória do desempenho e intensificam o ritmo e a velocidade do trabalho.

Na mesma linha de análise, Guerra (2016) nos revela que essa "tecnologização" introduzida nas políticas sociais faz parte da gestão racional do trabalho, a qual exige dos

profissionais resultados quantitativos, cumprimento de metas e indicadores supostamente neutros. Tais particularidades já existentes no campo da Assistência Social, se intensificam com a pandemia, ocasionando uma sobrecarga de trabalho, como por exemplo, o auxílio emergencial, e recoloca para assistentes sociais, demandas reatualizadas. Este tipo de gestão do trabalho, desfaz a dimensão ético-política das profissões, uma vez que, a resposta política tem sido apresentada na administração de sistemas, redes, registros, tendo como referência os indicadores sociais predeterminados, bem como pelas metas definidas e pelo conteúdo do controle social que é especificado em modelos.

Portanto, neste emblemático cenário, se reproduzem requisições de velhas práticas de controle das massas para ajustamento aos interesses da ordem instituída; assistentes sociais deixam de instrumentalizar a política social e transformam-se em um instrumento para atender as normativas e requisições institucionais, que se encontram ainda mais travejadas das contradições (Bezerra *et. al.*, 2019). Nesse sentido, torna-se importante sublinhar que os objetivos profissionais são distintos dos institucionais, o que já revela em si, tensionamentos para o exercício profissional.

Nesta direção, uma demanda institucional que vem se apresentado, é a realização de visitas domiciliares recorrendo a recursos tecnológicos, ou seja, o trabalho remoto, lembrando que existem atividades próprias do cotidiano profissional que apresentam incompatibilidades com esta modalidade de trabalho. Por outro lado, identificamos também como característica no âmbito institucional, a burocratização do trabalho de assistentes sociais, a " padronização de instrumentos das políticas, [o] aumento do tempo de trabalho na realização de atividades burocráticas para produção de dados que não serão apropriados com objetivos específicos pelo serviço social, além do adensamento de requisições para [...] policiamento de famílias" (Freitas, 2021, p.659).

Este contexto também trouxe, aliançado às modificações do mundo do trabalho, um aumento expressivo da demanda dos usuários da redesociassistencial, para acesso às orientações sobre como acessar o auxílio emergencial, aliado ao crescimento de demandas por orientações previdenciárias. Outra demanda institucional que se coloca para assistentes sociais são "[...] visitas domiciliares para entrega de cestas básicas, descaracterizando visitas como instrumento [em] acordo com objetivos profissionais" (Freitas, 2021, p.667). Nesta direção, profissionais são requisitadas/os "[...] para coleta e mesmo para "higienização" de "doações" de alimentos em "ações solidárias" (Freitas, 2021, p. 667).

Tais particularidades que efetivamente não são novas no campo da assistência social, mas que emergem com outra roupagem, contribuem para o exercício do

pragmatismo articulado a tendência de desespecialização, na medida em que ocorre uma dificuldade, pela dinâmica institucional, da realização de planejamento para determinadas atividades. No que se refere a diferenciação entre objetivos profissionais e institucionais, observam-se solicitações para a realização de ações inespecíficas, que não convergem com nossas atribuições e competências e que se subsidiam numa atuação tendo no horizonte, o "bem comum". Nesta linha de raciocínio, identifica-se a reatualização das tendências conservadoras no âmbito da Assistência Social, que remonta as concepções de "[...] caridade, imediatismo, ao pragmatismo e desassocia-a das conquistas normativas e organização institucional dos últimos anos, [e que foram] acirradas durante este período de pandemia" (Freitas, 2021, p. 667)

Estas considerações nos demonstram que algumas atribuições que institucionalmente nos são delegadas, caminham na direção contrária ao que temos como diretrizes mais gerais. São situações que, pela própria característica da pandemia, se colocaram como serviços emergenciais, imediatos, limitados, residuais e descontinuados. Nesse sentido, identificamos que um dos instrumentos para este enfrentamento a esta questão, posta no cotidiano de trabalho, pode ser a construção de um projeto de intervenção, onde estejam delimitadas as atribuições e competências de assistentes sociais.

O projeto de intervenção como uma possibilidade articulada ao projeto ético-político

Considerando estes elementos, defendemos que ter um projeto de intervenção pode se construir como um mecanismo, um instrumento que não somente expresse o trabalho de assistentes sociais, mas que também contribua para seu processo de organização no espaço sócio ocupacional. Tendo um projeto de intervenção, cria-se a tendência de uma visibilidade do trabalho profissional, diminuindo os equívocos sobre o que fazemos, clarificando nossas atribuições e competências, se particularizando como uma forma de enfrentamento à tendência de desespecialização problematizada anteriormente. Mas na realidade, sobretudo na pesquisa realizada, observamos que grande parte de assistentes sociais não trabalham com este instrumento, o que será apresentado e problematizado a seguir.

Esta análise introdutória subsidia-se na pesquisa realizada pela COFI[10] entre os anos de 2013-2014, no sul fluminense, acerca do exercício profissional de assistentes sociais nos

[10] Dados extraídos da Dissertação de Mestrado de Oliveira (2021). O estudo centrou-se em identificar, analisar e refletir como se revela o exercício profissional do assistente social na área da Política de Assistência Social, tendo como referência

equipamentos referentes aos CRAS e CREAS. Em relação ao percurso investigativo deste artigo, tomou-se como base a identificação e interpretação dos eixos de análise que perpassam os dados produzidos pela COFI, de alguns municípios que compõem a Seccional Sul Fluminense, que não foram nucleados pela Política Estadual de Nucleação.[11] Os eixos são especificados da seguinte forma: caracterização das Instituições, população atendida, programas e composição das equipes, caracterização do trabalho profissional)[12] (grifos nossos) e condições de trabalho, de modo a identificar possíveis implicações que permeiam o fazer profissional de assistentes sociais.

Outro ponto fundamental que merece ser destacado refere-se ao fato de que se trata da primeira pesquisa por visitas programadas em área sócio-ocupacional realizada pela COFI na região do Sul Fluminense. Nesta direção, destaca-se o ineditismo destes resultados e coloca em evidência a importância das ações da COFI, denotando as questões e tendências referentes ao exercício profissional no interior do Estado do Rio de Janeiro.

Assim, os municípios de Barra do Piraí, Barra Mansa, Pinheiral, Piraí, Valença, Volta Redonda e Rio das Flores ficaram sobre a referência das ações sede da Seccional. Deste modo, a pesquisa por visitas programadas foi realizada nos respectivos municípios, nos equipamentos de CRAS e CREAS entre janeiro de 2013 a janeiro de 2014 e foram realizadas 52 visitas, sendo em 46 CRAS e 6 CREAS, envolvendo 74 profissionais.

Na análise dos dados de realidade da COFI, evidenciam-se formas tradicionais historicamente desenvolvidas nesta área, pautadas em atendimentos de "demandas espontâneas", com ações pontuais, expressando dificuldades nas práticas interventivas e de apreensão crítica da realidade. A lógica de gerenciamento empresarial se configura como uma realidade, perpetrada pelo avanço das políticas de ajustes neoliberais, presentes nos processos de burocratização dos procedimentos operativos a serem realizados pelas equipes de trabalho. "Não raramente, cartilhas e manuais são distribuídos para orientar

---

as normativas e atribuições profissionais expressas na Lei de Regulamentação da Profissão e na perspectiva e direção do Projeto Ético Político, através dos dados produzidos pela pesquisa Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI) do Conselho Regional de Serviço Social/Rio de Janeiro (CRESS/RJ 7ª Região).O estudo evidenciou que a lógica gerencialista do Estado provocou, no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), uma ampliação precarizada da inserção do assistente social em tais serviços, estabelecendo uma padronização de procedimentos pré-estabelecidos de como operá-los. Sobre os equipamentos de CRAS e CREAS, procurou-se destacar como se revela o exercício profissional do assistente social à luz do Projeto Ético-Político do Serviço Social. Percebemos na sistematização das análises dos dados, uma realidade com uma tendência à fragilização na articulação das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa na condução do exercício profissional.

[11] A Política Estadual de Nucleação do CRESS/7ª REGIÃO na íntegra pode ser encontrada no site www.cressrj.org.br/download/arquivos/politica-de-nucleacao.pdf.

[12] Pela natureza deste artigo remeteremos nossa análise somente em um eixo, referente a caracterização do trabalho, exclusivamente no que tange as considerações acerca do projeto de intervenção, uma vez que este se configura nosso objeto de reflexões. Para maiores informações, consultar Oliveira (2021).

como o trabalho de assistentes sociais precisa ser realizado estritamente dentro dessa lógica gerencial" (Moreira, 2018, p. 123).

Tendo como referência as normativas e atribuições profissionais expressas na direção do Projeto Ético Político e com ênfase na Lei de Regulamentação da Profissão, a COFI entrevistou 74 assistentes sociais, através de formulário individual, e as principais questões abordadas foram: Intervenção profissional e requisições institucionais; autonomia profissional; principais instrumentos utilizados para identificar a população atendida; atuação da equipe e atribuições exclusivas do Serviço Social; participação profissional em espaços representativos da categoria, sindicato e conhecimento acerca das normativas e resoluções profissionais.

Os dados procedentes da pesquisa nos revelam que **81% dos assistentes sociais entrevistados não possuem projeto de intervenção profissional (grifos nossos);** 55% elaboram projeto ou outro instrumento a partir das demandas apresentadas pela população usuária; 61% dos entrevistados afirmaram que atendem demandas de outras instituições; **72% informaram que realizam atividades que não são próprias do escopo institucional do qual estão referenciados (grifos nossos);** e 48% relataram que os equipamentos cumprem sua função de acordo com a PNAS.

Nesse sentido, avaliamos que a questão da ausência de um projeto de intervenção nos diz algo, ou seja, em que medida a não existência de um projeto dificulta, inviabiliza, não confere visibilidade institucional a ação profissional na instituição? Porque consideramos que,

> A elaboração do projeto de intervenção parte da capacidade investigativa e interventiva dos profissionais contratados nos diversos espaços sócio-ocupacionais, mediados por demandas dos usuários, dos seus empregadores e da própria profissão. O processo de elaboração parte da mediação dessas múltiplas demandas orientado por um incômodo frente ao convite para reproduzir ações e ideais de forma mimética e imediata sem ultrapassar a superficialidade, aparência e imediaticidade dos fenômenos (Carvalho; Netto, 2005; Coelho, 2012). Esse convite recorrente à manutenção das rotinas, ritmos e rituais profissionais e institucionais parece ter no cotidiano uma chave heurística para apreender a força que arrefece os profissionais a desenvolver suas atividades sem conformar um projeto consciente de intervenção profissional (Lima, 2018, p. 133).

Seguindo essa linha de análise, consideramos que os limites impostos pela condição de assalariamento dos profissionais nos diferentes espaços institucionais, não devem ser inibidores de um trabalho comprometido com os interesses das/dos usuárias/os e com os

princípios que orientam e norteiam o projeto profissional construído pela categoria, que podem estar manifestos num projeto de intervenção.

Esta reflexão pode nos levar a identificar que com um projeto de intervenção, onde as ações profissionais estão sistematizadas, se torna explícita a atribuição deste profissional num determinado espaço sócio-ocupacional, contribuindo para combater a tendência a desepecialização, como já expressado.

Considerando que o projeto de intervenção se constitui como um instrumento de trabalho de assistentes sociais, cabe-nos algumas considerações sobre esta discussão. Ramos (2018) nos revela que os instrumentos e técnicas utilizados por assistentes sociais não são exclusivos da profissão, na realidade nos apropriamos deles para que atendam as nossas demandas profissionais. A autora reforça que a distinção se localiza na forma pela qual o Serviço Social se apropria, se referindo aos fundamentos teóricos, metodológicos e éticos e na finalidade que imprime ao utilizá-los. Com base nesta reflexão, importa localizar a concepção crítica e as influências teóricas que permeiam a utilização desses instrumentos em sintonia com os compromissos assumidos pelo Projeto Ético-Político (PEP).

Não obstante, podemos inferir que a direção que o profissional imprimirá na utilização desses instrumentos é o mais relevante, comprometidos com a direção do projeto profissional, logo, se faz de suma importância que as intervenções venham contribuir para ampliação de acesso às políticas públicas, e não como instrumentos meramente burocráticos de cunho fiscalizatórios. "Portanto não há instrumento conservador, mas uso indevido que expressa uma prática que vai de encontro à perspectiva ética-política que a profissão possui" (Santos; Melo, 2018, p.104).

Em relação às atribuições exclusivas do Serviço Social, os dados dessa realidade indicaram importantes elementos para análise sobre as atribuições privativas de assistentes sociais, visto que revelaram a não existência de atribuições exclusivas, nos equipamentos dos CRAS e CREAS, exceto casos eventuais como a elaboração de relatório social e supervisão de estágio.

Neste campo, enfatizamos a importância de aprofundarmos o debate sobre as atribuições privativas do/a assistente social, onde o trabalho em equipes interprofissionais deve ser destacado, como ocorre na política de assistência social. Os/as assistentes sociais partilham de atividades com outros profissionais, tais como: psicólogo, pedagogo, advogados, entre outros. Por isso,

> É necessário desmistificar a ideia de que a equipe, ao desenvolver ações coordenadas, cria uma identidade entre seus participantes que leva a

> diluição de suas particularidades profissionais. São as diferenças de especialização que permitem atribuir unidade à equipe, enriquecendo-a e ao, mesmo tempo, preservando aquelas diferenças. Em outros termos, a equipe é uma unidade de diversidade. Neste contexto, o assistente social mesmo realizando atividades partilhadas com outros profissionais, dispõe de ângulos particulares de observação na interpretação dos processos sociais e uma competência também distinta para o encaminhamento das ações, que o distingue do médico, do sociólogo, do psicólogo, do pedagogo etc (CFESS, 2012, p. 64).

Já em relação à realização de atividades incompatíveis com o Serviço Social, 61% revelaram que não exercem e 39% informaram que exercerem. Ou seja, se há uma sistematização sobre o trabalho da/o assistente social, condensado no projeto de intervenção, a tendência é que não solicitem demandas que não são da responsabilidade de assistentes sociais.

Nota-se, com base nos dados da pesquisa COFI, forte tendência posta ao exercício profissional nesta área de atuação, a não compreensão das/os assistentes sociais quanto à dimensão teórica-profissional e ético-políticas para a qualificação do exercício profissional na direção do PEP e das normativas da profissão. A elaboração dos projetos de intervenção é tratada por Lima (2018) como grande fomento das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico operativa, que articuladas permitem ao profissional manter o trabalho investigativo e interventivo perante a realidade.

As instituições empregadoras definem as requisições, as funções, as atribuições, as regulamentações de contrato e remuneração do trabalho, oferecem os recursos materiais, humanos e financeiros necessários para efetivação do trabalho, bem como recortam as expressões da Questão Social, que podem se tornar o objeto da ação profissional (Iamamoto, 2015). Por isso a necessidade de definirmos nosso trabalho, contribuindo para futuros equívocos que podem ocorrer.

Essas instituições articulam as condições indispensáveis para objetivação do trabalho, veiculam a possibilidade de materialização dos resultados projetados, propiciando também as condições sociais para a processualidade do projeto profissional com que o assistente social compactua (Iamamoto, 2015). Ou seja, é no contexto do cotidiano profissional que a relativa autonomia tem espaço para enfrentar os limites e explorar as possibilidades do exercício profissional.

Quando assistentes sociais tomam como referência exclusivamente as normativas e tipificações institucionais para nortear suas ações sem fazer o questionamento a partir da apreensão crítica da realidade, Guerra (2013; 2016) aponta que tendem a recorrer a conhecimentos instrumentalizáveis, que ofereçam subsídios imediatos, além de

superdimensionar o papel dos instrumentos e técnicas. Esta perspectiva passa a pautar suas ações em uma lógica produtivista (característica própria da ordem capitalista); bem como identificar a/o usuária/o de forma isolada das determinações sociais. Por isso, é necessário definir e priorizar as ações direcionadas para adaptação/modificação comportamental dos sujeitos, por meio do resgate da autoestima passando ao largo de privilegiar as ações que estimulem a mobilização popular, usando concepções que recusam a perspectiva de totalidade, como: empoderamento, vulnerabilidade social, risco social, caso social, fragilização de vínculos afetivos etc. Em síntese, esta lógica serve para reatualizar práticas conservadoras, que reduzem o exercício profissional ao cumprimento das requisições institucionais, favorecendo a funcionalidade da sociedade capitalista.

Para tanto, reforça-se a necessidade de assistentes sociais no cotidiano do exercício profissional, ter clareza tanto da necessidade do projeto de intervenção na instituição, tanto para identificação do objetivo do Serviço Social naquele determinado espaço sócio-ocupacional, quanto como um fragmento essencial para a não desqualificação profissional e reprodução das normativas institucionais.

Quanto aos dados que revelaram que 45% dos assistentes sociais entrevistados, não elaboraram nenhum instrumento para apreensão da realidade apresentada a partir das demandas da população usuária, atendida nos equipamentos de CRAS e CREAS, reforçamos a importância, para além da identificação das normativas institucionais, da necessidade de se (re)conhecer quem são as/os cidadãs/os usuárias/os desses serviços, quais são suas características, quais refrações da questão social que estão sendo objeto de atendimento, como eles organizam seu modo de vida e de resistência. E a partir desta compreensão pensar o projeto de intervenção, uma vez que ele deve estar vinculado aos interesses da população usuária, na direção das demandas mediadas por uma análise crítica, que ela venha apresentar. Nesse sentido há uma perspectiva de consolidação do trabalho de assistentes sociais não só institucionalmente, mas sobretudo com as/os usuárias/os, conferindo uma legitimidade mais do que necessária. Um projeto de intervenção que não guarde tais caraterísticas ou preocupações, tenderá ao fracasso ou ao engavetamento.

Portanto, o projeto de intervenção constitui uma das estratégias para dar visibilidade ao trabalho profissional, sem que requisições indevidas sejam insistentemente direcionadas ao Serviço Social, e é sobre essas bases que este documento deve ser construído. No projeto de intervenção há o espaço para de se refletir acerca dos objetivos e das estratégias possíveis e viáveis, considerando a análise da dinâmica institucional, as correlações de forças, as demandas profissionais, institucionais e das/os próprias/os

usuárias/os, como já mencionado. Para tal é necessária a análise crítica sobre a política e suas configurações atuais, seus recursos orçamentários, envolvimento da equipe de trabalho e da participação da/o usuária/o, para, na direção do projeto ético político, exercer a oposição e a resistência, dentro dos limites concretos, as requisições institucionais incompatíveis com as normatizações da profissão.

Portanto, é imprescindível o entendimento que o trabalho profissional se expressa através de ações "interventivas, formativas e investigativas e que a efetivação de cada uma dessas particularidades do exercício profissional é constituída pelas dimensões teórico-metodológico, ético-política e técnico-operativa". Ou seja, articular o exercício profissional a partir das três dimensões se coloca como possibilidade de entender o significado social da ação profissional. Assim, os/as profissionais poderão desenvolver ações compatíveis com as condições e o modo de vida das/os usuárias/os, no intuito de ofertar serviços de qualidade que estejam vinculados aos seus interesses e demandas, afirmando a política de assistência social como direito de cidadania, na sociedade burguesa (Santos, *et. al.*, 2017, p. 28).

Considerações

Não obstante, torna-se fundamental que assistentes sociais desenvolvam ações sistemáticas de pesquisa, ancorada na perspectiva teórico-crítica, e também, de intervenção sobre diversos conteúdos da realidade social, os quais estão em uma processualidade dialética. É necessário, portanto, que tais profissionais tenham conhecimento de questões raciais, orientação sexual, ciclos de vida, território dentre outras, mas sem desvincular tais questões da luta de classes, da exploração do trabalho e da concentração da riqueza socialmente produzida.

O diálogo entre assistentes sociais e as requisições sócio-profissionais pautado numa perspectiva da defesa dos direitos, exige uma formação profissional qualificada, tendo como horizonte o Projeto Ético-Político hegemônico do Serviço Social. Isso contribui no processo de leitura crítica da realidade concreta, das disputas em jogo, das correlações de forças, particularmente desmistificando o papel atribuído à família na proteção social e também decidindo com clareza a orientação de suas ações.

Assim, no que diz respeito aos dados referentes às principais ações desenvolvidas pelos assistentes sociais, para conhecer o perfil da população atendida, se faz necessária à realização de relatórios estatísticos, e avaliativos para traçar planos de intervenção nos equipamentos dos CRAS e CREAS. Localizamos como uma tendência importante a ser

sinalizada neste estudo, certa dificuldade na utilização de determinados instrumentos para apreensão dos objetos de intervenção profissional, que fundamenta, sobretudo no âmbito teórico, o trabalho profissional e a distingue de outros profissionais.

A partir dos dados empíricos revelados na pesquisa da COFI, constatamos que a lógica do trabalho na área da política de assistência social, assume um caráter de padronização do trabalho da equipe profissional de referência dos CRAS e CREAS por meio de abordagens, metodologias, concepções, sugestões e procedimentos interventivos previamente estabelecidos pelas normativas da política de assistência social. Essa padronização das ações profissionais desqualifica a cultura das profissões, bem como pode imprimir, segundo Guerra (2016), uma tendência à desespecialização das mesmas.

Durante o desenvolvimento das ações, assistentes sociais podem veicular processos que favoreçam a reflexão crítica, formulações, planejamento, sistematização, proposições que podem descortinar os processos sociais.

Dessa forma, cada ação profissional contém a possibilidade de contribuir ou fragilizar os processos democráticos. Nesse sentido, é fundamental que assistentes sociais tenham preparo teórico-metodológico, direcionamento ético-político e conhecimento técnico-operativo, tendo como referência o Projeto Ético-Político do Serviço Social para realização do trabalho profissional, de forma qualitativa, para que ultrapasse a mera execução terminal das políticas/programas/projetos/serviços sociais.

Por fim, podemos inferir que essas indicações não se dão de modo aleatório, pelo contrário, fazem parte das determinações neoliberais para execução das políticas/programas e serviço sociais focalizados, precarizados e minimalistas, hegemônicos na cena contemporânea. De tal modo, é essencial reafirmar a importância de avançar na implementação do projeto profissional, inscrevendo seus princípios no cotidiano do trabalho profissional, expressando como grande desafio a ser enfrentado em um cenário tão adverso.

Referências

BEHRING, E. Ajuste fiscal permanente e contrarreformas no Brasil da redemocratização In: SALVADOR, E.; BEHRING. E.; LIMA. R. L. (Orgs**). Crise do Capital e Fundo Público:** implicações para o trabalho, os direitos e a política social. São Paulo: Cortez, 2019.

BEHRING, E. "Estado no Capitalismo: notas para uma leitura crítica do Brasil recente". In: BOSCHETTI, I..; BEHRING, E; LIMA, R. de. (orgs.) **Marxismo, política social e direitos.** 1. ed. São Paulo: Cortez, 2018, p. 39-72.

BEZERRA, L. *et.al.* Realidade Brasileira e Serviço Social: Formação e Trabalho Profissional em Debate. In: MEDEIROS, E. et.al. (Orgs). **Formação Social e Serviço Social:** A Realidade Brasileira em Debate. São Paulo: Outras Expressões, 2019. p. 179-197.

BOSCHETTI, I.; TEIXEIRA, S.O. O draconiano ajuste fiscal no Brasil e a expropriação dos direitos da seguridade social. In: SALVADOR, E.; BEHRING, E.; LIMA, R. L. (orgs). **Crise do capital e fundo público:** implicações para o trabalho, os direitos e a política social. São Paulo: Cortez, 2019.

BOSCHETTI I., e BEHRING, E.R. Assistência Social na pandemia da covid-19: proteção para quem? **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 140, p. 66-83, jan./abr. 2021

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social** (PNAS). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília/DF, novembro de 2005.

BRASIL. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS** (NOB-RH/SUAS) – Resolução CNAS n. 269, de 13 de dezembro de 2006. Brasília, reimpresso em maio de 2012.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Política Nacional de Fiscalização. In: **Instrumentos para a fiscalização do exercício profissional do assistente social.** Brasília: CFESS, 2007.

CFESS**. Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social.** Série: Trabalho e projeto profissional nas Políticas Sociais. Brasília/DF, 2012.

DEMIER, F.; MELO, D. "Onda Conservadora, Crise Orgânica e o Cesarismo de Toga no Brasil". In: BOSCHETTI, I; BEHRING, E; LIMA, R. (orgs.) **Marxismo, política social e direitos.** 1. ed. São Paulo: Cortez, 2018, p. 253-272.

FARAGE, E; SANTOS, F. dos; CARDOSO, I. "Questão urbana, direito à cidade e o Serviço Social". In: RAMOS, A.; BARBOZA, D.; PEREIRA, L. D.; PEREIRA, T. D. (orgs.). **Desenvolvimento, Formação Social Brasileira e Políticas Públicas:** Subsídios analíticos para o Serviço Social.1. ed. Uberlândia: Ed. Navegando, 2019, v.1, p. 11-24.

FREITAS, R. M. de. Serviço Social, Assistência Social e a pandemia da COVID-19: desafios e apontamentos. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 21, n.2, p. 653-676, jul. / dez. 2021.

GUERRA, Y. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: SANTOS, C. M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. (orgs.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social:** desafios contemporâneos. 2. ed. Juiz de Fora: UFJF, 2013.

M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. (orgs.). Transformações societárias, Serviço Social e cultura profissional: mediações sócio-históricas e ético-políticas. In: MOTA, A. E.; AMARAL, A (Orgs.). **Cenários:** contradições e pelejas do serviço social brasileiro. São Paulo: Cortez, 2016.

IAMAMOTO, M. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche:** Capital financeiro, trabalho e questão social. 9. ed.; São Paulo: Cortez, 2015.

LIMA, R. de C. C. A biografia do projeto de intervenção orientado pelo projeto profissional hegemônico. In: RAMOS, A; SANTOS, F. H. C. dos. **A dimensão técnico-operativa no trabalho do assistente social:** ensaios críticos. Campinas: Papel Social, 2018.

MAURICIO, J. M. M. **Condição assalariada e consciência de classe dos assistentes sociais:** reflexões sobre o trabalho assalariado nos CRASs. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021.

Ministério da Cidadania Secretaria Especial do Desenvolvimento Social Departamento de Gestão do SUAS. **Censo** *SUAS 2019* - Resultados nacionais. Gestão Municipal Secretarias Municipais de Assistência Social. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social Departamento de Gestão do SUAS. Coordenação-Geral de Planejamento e Vigilância Socioassistencial. Brasília-DF, 2020.Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index2.php. Acesso em: 17 set. 2021.

MOREIRA, C. F. Notas críticas sobre o trabalho dos assistentes sociais com grupos In: RAMOS, A; SANTOS, F. H. C. dos. **A dimensão técnico-operativa no trabalho do assistente social:** ensaios críticos. Campinas: Papel Social, 2018, p. 109-129.

OLIVEIRA, N. R. **O Serviço Social na Política de Assistência Social:** uma análise sobre o exercício profissional a partir de um estudo exploratório. 2020, 175 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional. Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2021.

RAMOS, A. dimensão técnico-operativa do Serviço Social: notas introdutórias sobre instrumentos e técnicas e o projeto ético-político In: RAMOS, A; SANTOS, F. H. C. dos. **A dimensão técnico-operativa no trabalho do assistente social:** ensaios críticos. Campinas: Papel Social, 2018, p. 21-45.

RAMOS, A.; SILVA, A.P.C. da; OLIVEIRA, D.L. de; GUIMARÃES, E.M.de S.; PESSANHA, M.F.V.; PINTO, M.A.; MATOS, M.C. de; SOUZA, R. de O. Serviço Social no contexto da pandemia de Covid-19 no estado do Rio de Janeiro e a necessidade do planejamento do trabalho profissional na Saúde. SOARES, R.C.S.; MELO, D.C.S. de, VIEIRA, A. C.(orgs). **Serviço Social no enfrentamento à COVID-19**. Ed: UFPE, 2021, p. 220-244.

SANTOS, F. H.C. dos; MELO, T. V. de. Visita domiciliar no Serviço Social: instrumento de controle ou de garantia de direitos? In: RAMOS, A; SANTOS, F. H. C. dos. **A dimensão técnico-operativa no trabalho do assistente social:** ensaios críticos. Campinas: Papel Social, 2018, p. 87-109.

SANTOS, C. M.; *et. al.* A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: questões para reflexão. In: SANTOS, C. M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. (Org.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social:** desafios contemporâneos. 3. ed., São Paulo: Cortez, 2017, v. 1, p. 5-207.

SANTOS, J. S. A virada do CFAS ao CFESS e o exercício profissional hoje. In: SILVA, M. L. de O. (Org.). **Congresso da virada e o Serviço Social hoje:** reação Conservadora, novas tensões e resistências. 1. ed., São Paulo: Cortez, 2019, v. 1, p. 83-98.

SILVA, M. O. S.; SOUSA, S. M. P. S.; LIMA, V. F. S. A. "Auxílio emergencial e trabalho do Serviço Social no contexto da Covid-19". **Revista Em pauta:** UERJ. Rio de Janeiro, 2o Semestre de 2021, n. 48, v. 19, p. 107 – 123.

SOUZA, G.; SOARES, M. G. M. Contrarreformas e Recuo Civilizatório: Um Breve Balanço Do Governo Temer. In: **SER Social**, v. 21, n. 44, 13 mar. 2019, p. 11-28.

TEJADAS, S.S. e JUNQUEIRA, M.R. Serviço Social e pandemia. **Serv. Soc. Soc.,** São Paulo, n. 140, p. 101-117, jan./abr. 2021.

CAPÍTULO 9

SERVIÇO SOCIAL, DIREITO E JUSTIÇA: aproximações críticas

Grace Kelly Moura de Oliveira
Adrianyce A. Silva de Sousa
Ana Cristina Oliveira de Oliveira

Introdução

O Serviço Social, desde a sua institucionalização no Brasil, foi marcado por um *ethos tradicional*, que expressando a dinâmica da particularidade brasileira, tem na intervenção da Igreja Católica a base originária da composição valorativa e teórico-metodológica da profissão. Ao se sustentar no neotomismo – e posteriormente agregar perspectivas como o funcionalismo, fenomenologia –, o Serviço Social foi atravessado por discursos e consequentes ações profissionais balizadas pelo conservadorismo em todos os espaços de atuação até meados dos anos de 1970.

Na especificidade da atuação profissional na área sociojurídica[1] não foi diferente. A inserção profissional no Judiciário e no sistema penitenciário data, no Brasil, da própria origem da profissão[2] (CFESS, 2014) sendo assim marcado pelo modo como os vetores conservadores da sociedade, - a Igreja Católica, a burguesia, - responderam ao surgimento e agravamento da "questão social" no Brasil. Basta mencionarmos que as primeiras práticas na área voltadas a crianças e adolescentes eram marcadas pela compreensão dos "menores delinquentes". Ou seja, o desenvolvimento profissional está necessariamente

---

[1] Neste capítulo trabalhamos com a compreensão de área sociojurídica como aquela cujos espaços sócio-ocupacionais têm interface com o jurídico, isto é, com o *locus* em que o Estado utiliza sua impositividade para resolver os conflitos por meio da aplicação das leis (Borgianni, 2013). Sendo o jurídico a mediação do fazer das assistentes sociais nesta área, é possível depreender que essas profissionais lidam diretamente com a coercitividade estatal, que é uma marca destes espaços sócio-ocupacionais. Partindo dessa definição, consideramos que essa área compreende instituições do judiciário, segurança pública, forças armadas, Defensoria Pública, Ministério Público e até mesmo instituições de acolhimento. Segundo Borgianni (2013), o termo campo sociojurídico foi desenvolvido por Pierre Bourdieu e refere-se ao espaço no qual os "operadores do Direito" (juízes, advogados, etc) disputam pela aplicabilidade de sua compreensão acerca do Direito. Concordamos com Borgianni (2013) que o assistente social não está inserido nesta disputa por "dizer o Direito", portanto consideramos que o termo "área sociojurídica" é mais adequado para nos referirmos a esses espaços sócio-ocupacionais.

[2] Como destaca o documento "Atuação de assistentes sociais no Sociojurídico: subsídios para reflexão" do CFESS (2014, p.13) "[...] a elaboração do novo Código de Menores, em 1979, e do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, provocaram uma franca expansão das frentes de atuação do/a assistente social, o que levou a profissão a se debruçar de forma mais sistemática sobre as práticas desenvolvidas nessas instituições [...] No decorrer do processo histórico, o Serviço Social consolidou-se e ampliou sua atuação por meio da inserção profissional nos tribunais, nos ministérios públicos, nas instituições de cumprimento de medidas socioeducativas, nas defensorias públicas, nas instituições de acolhimento institucional, entre outras".

conectado ao trato oferecido à "questão social" pela lógica burguesa, que se dá sempre - não pela integralidade do fenômeno nem pela sua causa fundante, que é a exploração do trabalho pelo capital – mas pela fragmentação das suas manifestações, centrando-se na sua superficialidade. Isto é o que permite que ocorra uma individualização dos problemas sociais, bem como uma responsabilização dos indivíduos pela sua situação (Iamamoto, 1995; Netto, 1996).

Somente no processo de ruptura com o tradicionalismo profissional, a profissão abre a via para o questionamento de referencialidades como aquela. Consolida-se um projeto profissional, - o projeto ético-político, - balizado pela recorrência ao pensamento marxiano e marxista e que vai se repercutir teórico-metodologicamente expressando-se também do ponto de vista dos valores e da autoimagem profissional.

O projeto ético-político historicamente se constituiu como uma diretriz (Sousa, 2016) que expressa os avanços profissionais na crítica à sociabilidade burguesa no Brasil e, por isso, sempre esteve na contramão dos rumos da dinâmica social. Ao longo das últimas décadas no Brasil, e, particularmente a conjuntura que se abre nos marcos dos anos de 2016, com o golpe que destituiu a presidenta eleita Dilma Roussef, dá ares renovados ao conservadorismo e ao reacionarismo explicitando ainda mais a necessidade de reflexões e problematizações para o fortalecimento do projeto ético-político profissional. Neste sentido, dada a indissociabilidade das dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política do Serviço Social (Iamamoto, 2000), buscamos, neste capítulo, refletir acerca da concepção de Direito e/ou Justiça que tem norteado a ação profissional na área sociojurídica.

Para tanto, além de retomarmos os fundamentos que demarcam a compreensão de Direito e de Justiça expressa no projeto ético político, tecemos análises a partir de levantamento bibliográfico[3] realizado junto aos artigos publicados nos anais do 10º ao 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, a fim de compreender qual a concepção de Direito e de Justiça referenciada pelas assistentes sociais do sociojurídico.

Em termos metodológicos, considerando a compreensão de área sociojurídica destacada anteriormente, realizou-se um levantamento dos artigos que a debatiam, excetuando os CRAS e CREAS, pois, estas instituições só integram o sociojurídico em situações específicas, conforme explica Borgianni (2013). Após identificados os trabalhos que versavam sobre a área sociojurídica e excluídos os que debatiam CRAS e CREAS,

[3] Neste capítulo integramos parte da pesquisa e reflexões originalmente desenvolvidas na Dissertação de Mestrado intitulada "Serviço Social e o sociojurídico: uma análise da concepção de Direito e Justiça a partir da produção veiculada nos CBAS" defendida em 2021 no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional-PPGSSDR - Universidade Federal Fluminense.

contabilizou-se um total de 461 artigos. Em termos regionais,[4] deste total 30% pertenciam à região Leste do país, sendo a região com a maior quantidade de trabalhos publicados nos anais. A região com menos trabalhos publicados foi a região Norte, com 10% das produções. Em 79% dos trabalhos não foi possível identificar informações sobre a inserção profissional dos autores. Em 17% das produções foi informado que o autor atua como assistente social e em 4% os autores se identificaram como professores.

Como critério de exclusão selecionamos[5] apenas os trabalhos que mencionavam Direito e/ou Justiça no título e/ou no resumo. Contudo, identificamos que algumas produções não se debruçavam sobre o debate que buscávamos analisar e, portanto, foram descartados. A análise então, foi realizada em 18 artigos. Estes artigos serão indicados pela numeração aleatória que lhe foi atribuída na organização dos dados da pesquisa. Em nota de rodapé indicamos o título e o ano do CBAS ao qual o trabalho está vinculado, não fazendo a indicação nominal do autor.[6]

Desta forma, compreendemos que é fundamental refletir sobre Direito e Justiça e sobre a forma como esses vêm sendo apropriados pelo Serviço Social, tendo em vista que a compreensão acerca deles embasará o trabalho profissional das assistentes sociais, em especial daquelas inseridas em instituições que integram a área sociojurídica.

Projeto ético-político e os fundamentos para a crítica ao direito e à justiça burguesa

Como bem analisado na história profissional (Netto, 1998), dado o imbricamento dos estratos profissionais, em suas diversas dimensões com a autocracia burguesa, o questionamento efetivo das perspectivas tradicionais e, particularmente, da "perspectiva modernizadora" só ganha substrato quando o próprio regime que lhe deu sustentáculo começa a entrar em crise. É, pois, somente na segunda metade dos anos 1970 que se faz sentir no Brasil a repercussão das tendências que, na reconceituação, apontavam para uma crítica radical ao tradicionalismo. Conectada aos processos sociais, estas ressonâncias tornam-se cada vez mais expressivas quanto mais avançam as forças democráticas e

---

[4] Utilizamos como referência as regionais da ABEPSS, que são organizadas da seguinte forma: Norte (Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia, Pará, Amapá, Tocantins, Maranhão, Piauí), Nordeste (Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia), Leste (Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro), Centro-Oeste (Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal), Sul II (Mato Grosso do Sul, São Paulo), Sul I (Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul).

[5] Dentre os trabalhos estudados foi possível identificar que a maioria debateu questões sobre os Tribunais de Justiça, totalizando 07 (sete) trabalhos. Os demais trabalhos discutiram os Escritórios sociojurídicos, unidades prisionais, Central de Apoio e Acompanhamento a Medidas Alternativas, Aparelhos de Justiça e sobre o sociojurídico de forma geral.

[6] Ainda que os Anais dos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais sejam públicos, optamos por não fazer a indicação nominal dos autores neste capítulo.

progressistas na cena política nacional.

Criam-se, pois, as condições históricas que decorrerão em perspectivas teórico-políticas que viabilizam as bases para se pensar criticamente o Serviço Social, de modo que se constitui uma "maioridade intelectual e teórica da perspectiva de ruptura". Segundo Netto (1998), são justamente dois momentos - o da sua emersão, o da sua consolidação acadêmica - que possibilitam a "intenção de ruptura" agregar forças para o seu terceiro momento: o do espraiamento para o conjunto social. Favorecido pela transição democrática, dado o seu visível caráter de oposição à ordem instituída, o marco de 1982-1983 assinala a inserção das posições vinculadas à "intenção de ruptura" em todas as instâncias da vida profissional, dando o tom da produção intelectual, atingindo as organizações representativas das assistentes sociais e, posteriormente a categoria profissional como um todo. Sousa e Sousa (2012) denominaram este arco histórico "de processualidade da intenção de ruptura" e diz respeito ao momento em que se constitui uma autoimagem profissional alicerçada no referencial teórico marxista e que possibilitou também que na profissão se expressasse a referência em valores humanistas concretos. E, é esta mudança na cultura profissional que possibilitou que na entrada dos anos de 1990 o Serviço Social tivesse uma direção social crítica expressa no projeto ético-político profissional.

Neste momento, as mediações que estavam, em grande parte, ausentes no momento histórico anterior passam a ser sistematizadas nos valores, princípios e direção política extrapolando a endogenia e situando a sociedade no centro do debate profissional. Santos (2007) denominou este momento de "apropriação ontológica da vertente crítico-dialética" e pode ser constatado em pelo menos três debates e suas formulações centrais: a formulação do Código de Ética Profissional de 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão de 1993 e a Revisão Curricular de 1996.

Estas três formulações, que materializam[7] o projeto ético-político da profissão, articulam-se, a nosso ver, em torno de três categorias fundamentais: o trabalho, a "questão social" e a liberdade. Como analisado por Sousa (2016),

> [...] para a vanguarda profissional o caráter político-estratégico da sua afirmação está em defender o trabalho, como atividade humana fundamental, distanciando-se dos apologistas do capital, para os quais o desenvolvimento tecnológico suprime a centralidade do trabalho; ao mesmo tempo, defender o trabalho é operação que se conecta a todas as trincheiras de resistência à voga neoliberal. Esse ponto é tão mais

[7] Compreendemos, assim como Braz e Teixeira (2009, p. 191), que a dimensão jurídico-política da profissão integra outros componentes que dão materialidade ao projeto ético-político, além das dimensões teórico-metodológicas, ético-política e organizativas da profissão.

> estratégico quando referenciamos que todos os espaços profissionais são tensionados na era neoliberal: ou seja, do ponto de vista objetivo, a atuação profissional é afetada diretamente pela precarização das relações de trabalho, pela desresponsabilização do Estado em face das políticas públicas, da perda de direitos etc. [...]. Defender o trabalho, desde o território do Serviço Social, não é defender algo exterior à profissão, mas algo que articula diretamente os setores profissionais - porque o Serviço Social é tomado como trabalho. Ou seja, defende-se a própria profissão e os rebatimentos que nela se expressam das transformações em curso (Sousa, 2016, p. 204-205).

Esta compreensão da centralidade do trabalho com todas as suas derivações políticas e teóricas vai se expressar, ou deveria, na desnaturalização da "questão social" explicitando sua reprodução ineliminável da ordem do capital. Isto decorrerá num exercício profissional mais crítico que busca captar os reais interesses dos sujeitos atendidos e voltado a contribuir com o acesso a melhorias das condições de vida, satisfação das necessidades e colaboração com a organização política desses sujeitos.

A partir destas perspectivas é que o projeto ético-político - que deve ser tomado não como um modelo de intervenção do profissional na realidade, mas um referencial que possibilita que o sujeito profissional possa, nas suas condições objetivas, dar respostas profissionais qualificadas – passa a expressar esse caldo de acúmulos colocando como central para a atuação profissional: a "liberdade como um valor ético central", que aponta e sintetiza a necessária relação entre projeto profissional e projeto societário, uma vez que é por meio da liberdade que se coloca para a profissão a devida compreensão de tudo o que a ordem burguesa limita no sentido da plena realização do gênero humano e, necessariamente, remete para além da profissão a superação desta forma de sociabilidade. Como bem expresso por Netto, (2013, p.27 – destaque do autor).

> [...] A essencialidade da determinação concreta da liberdade reside nas exigências a atender para o seu efetivo exercício: a "autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais". Sem "definir" a liberdade, o Código patenteia que a concepção de liberdade que assume tem no seu núcleo a individuação que supera o individualismo: trata-se da expansão de indivíduos sociais emancipados porque autônomos e porque podem desenvolver livre e socialmente as suas potencialidades. O conteúdo concreto da liberdade é assim exposto de modo inequívoco e diz respeito a toda a humanidade, a todos os homens e mulheres sem qualquer discriminação ("por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física").

Neste sentido, considerando a crítica essencial que o projeto ético-político aponta no sentido dos limites do capitalismo, os princípios que se articulam a partir do valor ético

central (a liberdade) estabelecem mediações para o fazer profissional a partir de um eixo importantíssimo, a saber: a necessidade sistemática da crítica à ordem burguesa. Como explicita Behring (2013, p.17):

> Daí decorre a importância de uma agenda de luta pelos direitos no Brasil, o que estabelece mediações com a vida cotidiana de milhões de trabalhadores, de um lado, e mediações com a luta anticapitalista de outro. A luta pelos direitos escancara os limites dos mesmos, além de um efeito de politização e formação de consciência extremamente importantes. Evidentemente, esse curso depende da direção política.

Ou seja, as dimensões da sociabilidade burguesa devem ser postas ao crivo da crítica fundamentada a partir de uma dimensão dialética e a partir da perspectiva da totalidade. Contudo, ainda que este projeto tenha se tornado hegemônico na profissão isto não significou eliminação dos estratos conservadores. Pois, como Netto sinaliza, em sua análise prospectiva, entendemos que a questão fundamental que se põe na ordem do dia fomentando a polêmica no interior do corpo profissional é: "[...] manter, consolidar e aprofundar a atual direção social estratégica ou contê-la, modificá-la e revertê-la. Esta polêmica revela claramente a luta político ideológica no campo do Serviço Social" (Netto, 1996, p.125).

No caso da intervenção profissional na área sociojurídica torna-se, a nosso ver, estratégica a crítica ao direito e à justiça tal qual eles se apresentam na sociedade burguesa. Trata-se "[...] para os/as assistentes sociais, [...] de contribuir para trazer, para a esfera do império das leis, a historicidade ontológica do ser social, pela via das diversas possibilidades de intervenção profissional, balizadas pelo projeto ético-político profissional" (CFESS, 2014, p.15).

Neste sentido, ganham relevância análises que compreendam o complexo Direito e a função que assume no capitalismo para a manutenção da sociabilidade capitalista (Lukács, 1981 a*pud* Sartori, 2010), compelindo os sujeitos a agirem conforme os anseios do sistema econômico vigente. Do mesmo modo a ideia de justiça também é extremamente funcional aos anseios capitalistas e, indo além, desenvolveu-se a partir das relações sociais contraditórias como forma social que expressa as necessidades do modo de produção vigente.

Tanto o Direito quanto a Justiça burgueses, valendo-se de uma suposta neutralidade, agem para responder aos anseios da classe dominante. Ambos são compreendidos no senso comum como esferas neutras e acima das classes sociais e, portanto, capazes de resolver os conflitos de classes, entendendo que o Direito não existe de modo isolado,

como uma pretensa ciência que detém autonomia absoluta. Acerca disto, vejamos como Marx e Engels (2007, p. 76) expressam isto:

> Como o Estado é a forma na qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns […] segue-se que todas as instituições coletivas são mediadas pelo Estado, adquirem por meio dele uma forma política. Daí a ilusão, como se a lei se baseasse na vontade, e, mais ainda, na vontade separada de sua base real [realen], na vontade livre. Do mesmo modo, o direito é reduzido novamente à lei. […] No Direito privado, as relações de propriedade existentes são declaradas como o resultado da vontade geral. […] Essa ilusão jurídica, que reduz o direito à mera vontade, resulta necessariamente, no desenvolvimento ulterior das relações de propriedade.

No entanto, a noção do que é justo ou injusto depende do modo de produção vigente e satisfaz às necessidades de manutenção deste modo de produção (Marx *apud* Sartori, 2017, p. 329). Como explícito no documento do CFESS:

> Pensar o universo 'jurídico' parece, então, tarefa fundamental, uma vez que a sociabilidade vivida está repleta de leis e instituições que traduzem a defesa de bens socialmente determinados e que em nada representam o discurso de igualdade. Na realidade, demonstram a luta de classe e a defesa de bens jurídicos construídos com base em uma moral conservadora e/ou liberal, que em muito revogam o desenvolvimento do gênero humano pela lógica da emancipação. Nesse sentido, o bem maior é a propriedade, e a justiça será a constante permanência da lei e da ordem das coisas, que ao fim e ao cabo, são reprodutoras de desigualdades que existem e se reproduzem no cerne do modo de produção capitalista, este que é determinador da "questão social" (2014, p. 17).

Neste sentido, torna-se fundamental sob a projetiva ético-política do Serviço Social considerar aqui o que Lukács (2007, p. 28) tão bem analisou

> A liberdade e a igualdade não são simples ideais, mas formas concretas de vida dos homens, relações concretas entre eles, ou seja, relações concretas com a sociedade e, mediadas por esta, com a natureza; a realização da liberdade e da igualdade exige, portanto, a necessária transformação das condições sociais das relações humanas.

E, por isso, ganha especial relevância uma abordagem ontológica do Direito e da Justiça de modo a que efetivamente se estabeleça, no que se refere à inserção profissional na área sociojurídica, um desvelamento do sentido e da função que tanto o Direito como a Justiça exercem no capitalismo alicerçada na propriedade privada dos meios de produção.

Serviço Social na área sociojurídica: aproximação à concepção de Direito e de Justiça

Buscando refletir sobre os fundamentos tratados anteriormente, analisamos os 18 (dezoito) trabalhos selecionados, a partir dos critérios indicados na introdução deste capítulo, e identificamos que a maioria apresentou uma visão positivada do Direito e da Justiça, ou seja, uma perspectiva que reforça as bases do capitalismo. Em 08 (oito) trabalhos estavam presentes uma compreensão positivada do Direito e em 02 (dois) trabalhos verificamos um entendimento positivado da Justiça. Houve ainda 01 (um) trabalho que tratou o Direito apenas como uma área do conhecimento e 01 (um) que apresentou uma análise conservadora e uma base teórica eclética.

No trecho abaixo destacado identificamos uma visão positivada do Direito:

> [...] foi se percebendo que apenas o Direito, com todo o seu ordenamento jurídico, não é capaz de responder, sozinho, às demandas da sociedade [...] (Trabalho nº 9, p. 3).[8] [...] Nessa perspectiva, a introdução de profissionais no Poder Judiciário, dotados de conhecimentos científicos diferenciados, como por exemplo, o assistente social, o psicólogo e o pedagogo passaram a complementar a leitura da realidade social, constituindo um trabalho de cunho interdisciplinar com a matéria do Direito, mediante a competência de assessoramento técnico às decisões judiciais (Trabalho nº 9, p.3).

No trecho acima os autores não fazem problematizações sobre a funcionalidade do Direito na manutenção das relações de exploração. Eles analisam o Direito como algo criado para atender aos anseios da sociedade, sem considerar as relações desiguais que sustentam essa sociedade.

Vejamos outro exemplo de trabalho que apresente uma visão positivada do Direito:

> [...] em uma cultura pós-positivista, o Direito se aproxima da Ética, tornando-se instrumento da legitimidade, da justiça e da realização da dignidade da pessoa humana
> [...] Direito não é política no sentido de admitir escolhas livres, tendenciosas ou partidarizadas. Mesmo nas situações que, em tese, comportam mais de uma solução plausível, o juiz deverá buscar a que seja mais correta, mais justa, à luz dos elementos do caso concreto (Trabalho nº 13, p. 7).[9]

No fragmento acima os autores consideram o Direito como um instrumento para que se alcance o "bem comum", de modo que caberia ao juiz escolher entre a resolução

[8] Trabalho "Tribunal de Justiça do Espírito Santo: Implantação das Centrais de Apoio Multidisciplinar", publicado nos anais do CBAS 2013.

[9] Trabalho "Atividade Judiciária e Serviço Social como fontes e o humanismo como meta: uma decisão de princípios e legitimidades na tutela dos Direitos Fundamentais", publicado nos anais do CBAS 2016.

mais "correta" e mais "justa". Isto é, considera o juiz como um profissional neutro capaz de decidir pela solução mais correta. Ocorre que a concepção do que é "justo" e "injusto", "certo" e "errado" é construída com base nas necessidades do modo de produção vigente e os juristas não são profissionais neutros, mas moldados a partir de referenciais teóricos, políticos e sociais e da posição social que ocupam na luta de classes.

No que se referem às escolhas teórico-metodológicas identificamos uma prevalência da apropriação de autores juristas não marxistas em detrimento de autores do campo marxista. Isto porque 07 (sete) produções desenvolveram suas análises com base juristas, mas apenas 01 (um) utilizou as formulações de um jurista do campo marxista.

O trabalho nº 12 utilizou a obra de Pachukanis (1988) para embasar suas argumentações. Esse autor, embora seja um jurista, compõe o campo teórico marxista. Vejamos o trecho do artigo nº 12 em que identificamos a presença das ideias de Pachukanis, como podemos verificar

> À gênese do Direito situa-se no marco do desenvolvimento do capitalismo, o surgimento de categorias centrais como a propriedade privada, a partir da qual se desencadeia e se desenvolve toda uma superestrutura jurídica (Pachukanis, 1988). É pelo Direito que se colocam os liames necessários para a regulamentação da venda da força de trabalho e sua exploração, a necessidade de tornar legítimos, por meio de leis e resoluções, os interesses e privilégios burgueses, assim como a regulação das relações que se imbricam em torno dos interesses antagônicos de classe e as contradições daí oriundas (Trabalho nº 12, p. 5).[10]

No trecho a seguir é possível identificar que as formulações se desenvolvem com base nas ideias de Baratta (2013 e 2014), Andrade (2012), Zaffaroni e Pierangeli (2015) que, de acordo com nossas pesquisas, são juristas. Consideramos que este trabalho expressa um esforço crítico na análise do Sistema de Justiça, compreendemos sua função na manutenção da ordem vigente. Vejamos este fragmento que revela esta perspectiva:

> Autores como Baratta (2013 e 2014), Andrade (2012) e Zaffaroni e Pierangeli (2015) abordam, de uma perspectiva crítica, as características do Sistema de Justiça Penal. Os referidos autores relacionam este Sistema ao exercício do *poder* e do *controle social*, contribuindo para manutenção da ordem societária vigente. Outra característica salientada pelos referidos autores é a sua *seletividade* (Trabalho nº 17, p. 5).[11]

---

[10] Trabalho "Os litígios nas Varas da Família e Sucessões no Tribunal de Justiça de São Paulo: por uma intervenção na perspectiva da totalidade", publicado nos anais do CBAS 2016.
[11] Trabalho "Justiça Restaurativa e Serviço Social: um debate necessário", publicado nos anais do CBAS 2019.

Consideramos importante destacar um trecho de um dos artigos analisados, o qual expressa uma visão positiva do Direito e utiliza as concepções de um jurista como base de suas formulações:

> Um grande jurista contemporâneo, Santi Romano (*apud* Reale, 1998, p. 2) discordando de ver sempre o Direito sendo concebido como regra ou comando, concebeu-o como "realização de convivência ordenada". Podemos dizer que o Direito corresponde à exigência essencial de uma convivência ordenada, pois para a possibilidade de subsistência de uma sociedade é primordial um mínimo de ordem, de direção e solidariedade (Trabalho nº 4, p. 2).[12]

No fragmento acima destacado é possível perceber uma concepção positivada do Direito, como uma forma de organização para o bom convívio social. Ocorre que essa perspectiva desconsidera a função do Direito na manutenção das relações de exploração entre os sujeitos sociais. Podemos perceber uma compreensão parecida em outro trabalho:

> Na concepção doutrinária de Costa (2005) e Bobbio (2004), observa-se que o direito surgiu desde a origem da vida em sociedade e das consequentes relações entre os indivíduos, exigindo regras de conduta que possam disciplinar a interação entre membros da sociedade, com o objetivo de alcançar o bem-comum, a paz e a organização social, em outras palavras, onde há sociedade há o direito (*ubi societas ibi jus*) [...] (Trabalho nº 11, p. 2[13]).

Como observamos, o autor relacionou o Direito como um instrumento neutro utilizado para que se alcance o "bem-comum", como se não existissem conflitos de classes sociais e os interesses dos indivíduos fossem os mesmos, tal como o liberalismo conforma a compreensão de direito conforme Motta (2019, p. 1.120) nos alerta:

> Se o liberalismo, em suas diferentes vertentes, trata o direito de um ponto de vista neutro, e o associa ao conceito de justiça, o marxismo - a despeito de suas distinções internas - define o direito pelo seu aspecto coativo de força ou violência estatal para a manutenção da ordem.

Essa visão, portanto, desconsidera as relações de exploração que sustentam o modo capitalista de produção e reforça a ideia predominante no senso comum sobre o que seriam o Direito e a Justiça. Em particular, chamou-nos atenção o fragmento de artigo que destacamos na sequência, no qual diz-se que:

---

[12] Trabalho "A interface entre o Direito e o Serviço Social no Direito de Família", publicado nos anais do CBAS 2007.

[13] Trabalho "O Serviço Social no espaço sociojurídico: relato de experiência do Núcleo de Prática Jurídica do Centro Universitário FACEX-Natal/RN", publicado nos anais do CBAS 2013.

> A justiça tem o dever de punir os criminosos, seja de que estirpe for, use chinelos ou paletós, de uma única forma, sem privilégios ilegais ou "jeitinhos brasileiros", a fim de dar uma resposta à sociedade que vem demonstrando total descrédito com as instituições de segurança e os poderes do país (Trabalho nº 8, p. 1).[14]
> A justiça tem sido alcançada quando se refere ao tema das relações do Direito de Família, assim, princípios fundamentais como o da dignidade da pessoa humana e, também o da solidariedade, vem norteando decisões que cercam o tema Brasil a fora, outros princípios gerais como o da igualdade, liberdade, afetividade, dentre outros, também são usados pelos operadores do direito (Trabalho nº 8, p. 4).

Identificamos assim uma presença, como demonstra o trabalho supracitado, de uma visão muito similar à difundida no senso comum de que a Justiça seria uma esfera neutra e de punição de criminosos e aponta um suposto descrédito da população com as instituições brasileiras. O autor não tece nenhuma problematização acerca do sistema econômico vigente e reforça ideias amplamente difundidas no senso comum, que se tornaram ainda mais intensas nos últimos anos e foram utilizadas para construção do atual cenário político brasileiro.

Dessa forma, com base nas concepções e bases teóricas presentes na maioria dos trabalhos analisados é possível demarcar a existência de uma tendência, na compreensão acerca do Direito e da Justiça, carente de uma crítica contundente ao capitalismo e a função social que àqueles desempenham nessa lógica, o que, a nosso ver, reforça ou dá como tácita a existência das "regras do jogo" no sistema capitalista. Ao mesmo tempo, também se evidencia uma quase inexistência de abordagens marxianas e marxistas acerca do Direito e Justiça.

Exploração e conservadorismo na esteira do Direito e Justiça: breves considerações finais

As questões abordadas anteriormente ganham relevância se considerarmos, na compreensão da relação dialética entre teoria e prática, que é a dimensão teórico-metodológica que orienta o trabalho profissional e pode conduzir a escolha técnico-operativa que reforça o distanciamento ético e redundam em escolhas conservadoras, podendo em alguns casos, reforçar até mesmo uma lógica reacionária que nos últimos anos tem sido forte na sociabilidade brasileira rebatendo no ataque direto aos direitos e interesses da classe trabalhadora, como temos visto mais intensamente nos últimos anos no Brasil.

[14] Trabalho: "A busca da materialização dos direitos das relações homoafetivas nas prisões do Rio Grande do Norte", publicado nos anais do CBAS 2013.

A conjuntura recente desafia os avanços profissionais, dada a complexidade que a particularidade da formação social brasileira do capitalismo *sui generis* (Marini, 2005) impõe como luta permanente. Esta particularidade que remete à superexploração da força de trabalho (Marini, 2005; Bambirra, 2013) pelo consumo do fundo de vida do trabalhador com a intensificação da força de trabalho.[15]

O agravamento da "questão social" - provocados pela ampliação de casos e de mortes por Covid -19, barbárie social, violência estrutural e institucional contra a população pobre, periférica e preta, contra a população LGBTQIA+, indígenas, liquidação de territórios nacionais por meio do desmatamento e da degradação ambiental, o negacionismo da pandemia e pouco incentivo à vacinação, a hiper militarização do governo federal as ações de desestabilização da democracia e ataques às conquistas civilizatórias e de direitos fundamentais, em destaque no aumento exponencial de famílias despejadas e ameaçadas de permanecer em suas casas durante a pandemia, - expressa a atualidade da lei geral da acumulação capitalista.

Dessa maneira, consideramos fundamental o desvendamento dos "nós" da exploração da força viva de trabalho que assumem a luta de classe e se expressam no Direito e na Justiça. Estamos falando de uma conjuntura baseada num conservadorismo reacionário sem precedentes no país. Por isto, entendemos que devemos aglutinar esforços para adensar a formação profissional e os ganhos organizativos da profissão de Serviço Social de forma a fortalecer o projeto ético-político.

Urge considerar que vem se renovando um conservadorismo reacionário que é distinto daquele que impregnou a gênese do Serviço Social com a doutrina social da Igreja Católica, assim como no período da ditadura empresarial militar. Um conservadorismo reacionário que pela via da extrema direita ganha espaço no pensamento social reivindicando uma pesquisa mais sistemática por se tratar de um fenômeno mais recente e que ganha força com as condições sócio-históricas abertas a partir de 2007-2008 com uma crise financeira que ameaçou o capitalismo.

[15] "A categoria da superexploração da força de trabalho elaborada por Ruy Mauro Marini ao analisar o capitalismo dependente imbricado na divisão internacional do trabalho explica o fundamento da dependência como modalidade *sui generis* do capitalismo" (Mathias, 2013, p. 171-172). Para Marini (2005 [1973], p. 156-157), "[...] a característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho [...] seja porque se obriga o trabalhador a um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; [...] [seja] porque se lhe retira inclusive a possibilidade de consumir o estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal." "Na condição de superexploração, o capital se apropria do fundo de consumo e/ou do fundo de vida do trabalhador" (Mathias, 2013, p. 172). Para uma reflexão sobre a categoria superexploração da força de trabalho, conferir também Marini (2005); Bambirra (2013); Mathias (2018) e Osorio (2009; 2018).

Deste modo consideramos que a profissão não está imune a como este processo baliza ideologias/teorias conservadoras influenciando a leitura de como o Serviço Social responde às demandas na área sociojurídica, e em cuja dimensão teórico-metodológica expressa compreensões de Direito e Justiça compatíveis a esses avanços conservadores.

Os elementos destacados nos 18 (dezoito) textos analisados nos apontam nuances conservadoras que devem ser problematizadas de modo a fortalecer a crítica substantiva e embasada em fundamentos teórico-metodológicos para o enfrentamento do conservadorismo. que se renova.

Nesta esteira, é imperativo que o estudo sobre o conservadorismo reacionário e o capitalismo contemporâneo esteja na pauta da compreensão da crise estrutural que o alicerça. Existem retrocessos na história das conquistas de trabalhadores/as (como direitos trabalhistas, direitos sociais e políticas públicas), nas manifestações de profundo conservadorismo reacionário atravessando o país que reproduzem os preconceitos ancestrais da elite brasileira, por meio dos grandes veículos de comunicação.

Esta compreensão é necessária para alimentar a massa crítica frente às análises apartadas da ontologia social, o que podemos observar nas análises dos artigos públicos no CBAS. Nesta direção, reforçar que o pensamento jurídico e, consequentemente, que as leis expressam aquilo que estrutura o modo de produção capitalista é fundamental. Como enfatizado por Mascaro (2014, p. 294):

> Marx altera a compreensão do direito; não mais aquela filosofia do direito moderna, na qual o fenômeno jurídico era pensado a partir de uma ideia ou um conceito de justo. O direito não é um produto histórico do melhor aclaramento da consciência do jurista, nem tampouco da melhor elaboração dos conceitos. Na verdade, o direito se constitui pela necessidade histórica de as relações produtivas capitalistas estabelecerem determinadas instâncias que possibilitem a própria reprodução do sistema.

Diante disso, consideramos que o aprofundamento da apropriação de bases teóricas marxistas em especial, a apropriação ontológica, para uma compreensão crítica do Direito e da Justiça, mostra-se como uma questão fundamental para as questões e problematizações que se apresentam no cotidiano profissional das assistentes sociais inseridas na área sociojurídica.

Referências

BAMBIRRA, V. **Capitalismo dependente latino-americano**. Coleção Pátria Grande – Biblioteca do Pensamento Crítico Latino-Americano. Tradução Fernando Correa Prado e Marina Machado Gouvêa. 2. ed. Florianópolis: Insular/IELA, 2013.

BEHRING, E. R. Ética, política e emancipação: a atualidade das nossas escolhas. In: **Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social.** Rio de Janeiro: CRESS/RJ, 2013.

BORGIANNI. E. Para entender o Serviço Social na área sociojurídica. In: Revista **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 115, p. 407-442, jun./set. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282013000300002&script=sci_arttext. Acesso em: 30 out. 2020

BRAZ, M., TEIXEIRA, J. B. O projeto ético-político do Serviço Social. IN: **Serviço Social**: direitos e competências. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

CFESS. Atuação de assistentes sociais no Sociojurídico: subsídios para reflexão. Brasília. 2014. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESSsubsidios_sociojuridico2014.pdf Acesso 09 jul. 2022.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: Trabalho e formação Profissional. São Paulo: Cortez, 3. ed., 2000.

IAMAMOTO, M. V; CARVALHO, R. de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 1995.

IASI, M. L. Onde Vem o Conservadorismo? **Blog Boitempo**. Publicado em 15/04/2015. Disponível em: https://blogdaboitempo.com.br/2015/04/15/de-onde-vem-o-conservadorismo/. Acesso em: 08 out. 2017.

IBGE. **Desemprego**. IBGE 2020. Disponível em: https://www.ibge.-gov.br/explica/desemprego.php. Acesso em: 12 set. 2020.

LUCE, M. S. Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora? **Debate**. Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 11 n. 1, p. 169-190, jan./abr. 2013.

LUCE, M. S. **Teoria Marxista da Dependência. Problemas e categorias - Uma visão histórica.** São Paulo: Expressão Popular. 2018.

LUKÁCS, G. **O jovem Marx e outros escritos filosóficos**. Tradução por Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: STÉDILE, J. P.; TRASPADINI, R. (Orgs). **Ruy Mauro Marini:** vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. São Paulo, Boitempo, 2007.

MASCARO, A. L. **Filosofia do direito**. São Paulo: Atlas, 2014.

MOTTA, L. E. Marxismo e a crítica ao Direito moderno: os limites da judicialização da política. **Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 02, 2019, p. 1118-1148.

NETTO, J. P. Liberdade: o valor ético central do código (três notas didáticas).IN: **Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social.** Rio de Janeiro: CRESS/RJ, 2013.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64, 4. ed., São Paulo: Cortez.1998.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**, 2. ed., São Paulo: Cortez, 1996.

OLIVEIRA, G.K.M. **Serviço Social e o sociojurídico**: uma análise da concepção de Direito e Justiça a partir da produção veiculada nos CBAS. 2021. 180 f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional-PPGSSDR - Universidade Federal Fluminense. 2021.

OSORIO, J. Dependência e superexploração. In: MARTINS, C. E.; SOTELO VALENCIA, A. (org). **A América Latina e os desafios da globalização:** ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

OSORIO, J. Sobre superexploração e capitalismo dependente. **Caderno CRH**, Salvador, v. 31, n. 84, p. 483-500, set./dez. 2018, p 483-500.

SARTORI, V.B. Apontamentos sobre Justiça em Marx. In: **Revista Nomos**. Fortaleza: UFC, v.37.1, p.321-353, jan/jun. 2017. Disponível em: http://periodicos.ufc.br/nomos/issue/view/562/100. Acesso em: 06 set. 2019.

SANTOS, J. S. **Neoconservadorismo Pós-moderno e Serviço Social Brasileiro**, Coleção Questões da Nossa Época, n. 132, São Paulo: Cortez. 2007.

SOUSA, A. A. S. de. **Lukács e o Serviço Social brasileiro**. 1. ed. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

SOUSA, A. A. S. de; SOUSA, D. N. Do Congresso da Virada ao projeto ético-político: a maturação da intenção de ruptura. In: **Revista Praia Vermelha**, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, v. 21, n. 02. Rio de Janeiro: Outras Expressões. 2012.

CAPÍTULO 10

REFLEXÕES SOBRE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E PRODUÇÃO TEÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL NA ARTICULAÇÃO COM OS DEBATES DE MOVIMENTOS SOCIAIS, EDUCAÇÃO POPULAR E QUESTÃO URBANA

Eblin Farage
Sabrina dos Santos Dias

Introdução

O presente capítulo, fruto de uma pesquisa documental em curso vinculada ao Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Favelas e Espaços Populares (NEPFE) da UFF e ao CNPQ, faz parte de um processo investigativo que, desde a primeira metade da segunda década dos anos 2000, tem como foco a relação entre: Serviço Social – Movimentos Sociais – Questão Urbana – Educação Popular. Nas diferentes fases da pesquisa, a ênfase do processo investigativo recaiu sobre um ou dois aspectos da formação e da produção teórica profissional, de forma articulada, buscando complexificar essa relação e identificar sua existência e profundidade na formação e ação profissional, considerando o tripé ensino-pesquisa-extensão.

No âmbito da formação profissional, a investigação se centra na dimensão do ensino, pesquisando os currículos dos cursos de Serviço Social, buscando inicialmente pelo nome das disciplinas, a partir de palavras chaves e, em um segundo momento, analisando as ementas das disciplinas. No âmbito da produção teórica da categoria, a investigação se pauta no levantamento de trabalhos apresentados no CBAS, ENPESS e ENPS, na primeira fase, e nos artigos publicados em algumas revistas da área, na segunda fase. Em cada fase da pesquisa, fazemos um recorte e, com o passar do tempo, vamos acumulando reflexões sobre esses debates que consideramos essenciais para o fortalecimento do Projeto Ético Político (PEP) do Serviço Social.

À medida que cada fase da pesquisa era desenvolvida, novos questionamentos surgiram e conformou-se, também, a hipótese ora analisada: de que a formação, apesar da direção hegemonicamente crítica e progressista, proporciona baixa aproximação dos discentes de Serviço Social com o debate de movimentos sociais e experiências nestes espaços.

Entre 2013 e 2014 tiveram início as primeiras reflexões mais sistemáticas, a partir de uma pesquisa que buscou identificar a inserção de assistentes sociais em movimentos

sociais do Rio de Janeiro. Entre os dez movimentos entrevistados, nenhum tinha relação com assistentes sociais, e os relatos apresentaram uma análise crítica sobre os profissionais, indicando que não identificam aproximação política com a categoria. No final de 2014, o NEPFE iniciou uma parceria com o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) que, após 10 anos afastados, estavam buscando retomar as ações no estado do Rio de Janeiro. A iniciativa do movimento de construir trabalho de base e ocupações nos municípios de São Gonçalo e Niterói veio ao encontro das expectativas do NEPFE naquele momento, que buscava uma maior inserção em território mais próximo à UFF.

A experiência com o MTST, a partir da realização de projetos de extensão e pesquisa, abriu uma nossa fase para as investigações e produções do NEPFE. De 2014 a 2019,[1] a pesquisa desenvolveu-se através de uma interação mais profícua com o movimento social de luta por moradia e ampliou os debates e reflexões sobre o potencial e a relação estabelecida entre Serviço Social e movimentos sociais, partindo das reflexões e práticas da educação popular. Nesse período, foi realizado o primeiro levantamento dos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos de Serviço Social de Instituições públicas vinculadas à Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Também foi iniciado um primeiro levantamento sobre os trabalhos apresentados nos principais eventos do Serviço Social, como Congresso Brasileiro de Assistentes Social (CBAS) e Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS). Em ambos os casos, a aproximação com movimentos sociais expressa em inserção de disciplinas no currículo dos cursos e de artigos apresentados nos eventos nacionais, foi ínfima. Diante desses resultados, buscamos ter uma amostra da percepção dos estudantes de Serviço Social da UFF sobre a relação entre a profissão e os movimentos sociais. Para tal foi construído e aplicado um questionário junto a estudantes de graduação da UFF, dos períodos iniciais e finais, para identificar o grau de relação com movimentos sociais e o quanto a formação havia contribuído para tal.

No período de 2021-2022, que compreende o recorte apresentado na última parte desse artigo, a pesquisa desenvolvida sob o título "Serviço Social e Formação Profissional: Sujeitos Sociais, Questão Urbana e Educação Popular",[2] teve como foco investigar: 1) os projetos políticos pedagógicos (PPP) dos cursos de Serviço Social de instituições públicas vinculadas à ABEPSS; 2) artigos publicados no Congresso Brasileiro de Serviço Social (CBAS) e nos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), no intervalo de 2010-2020, sobre a temática; e 3) o levantamento de artigos publicados sobre a

[1] Nos anos de 2016-2017; 2017-2018 e 2018-2019, as pesquisas desenvolvidas tiveram apoio de bolsistas PIBIC-UFF.

[2] A referida pesquisa teve apoio de bolsista PIBIC-UFF no edital de 2021-2022.

temática, no período de 2010-2021, em quatro revistas da área: Serviço Social e Sociedade, Katálysis, Temporalis e Libertas.

Por se tratar de pesquisa ainda em curso, serão apresentadas algumas reflexões e dados parciais oriundos dos levantamentos já realizados. Mesmo que ainda em processo de sistematização de dados, é possível traçar reflexões e apontamentos sobre o eixo condutor da investigação, que podem ser sintetizados na relação do Serviço Social com os sujeitos sociais, membros da classe trabalhadora organizados em movimentos sociais. Relação abordada da dimensão do ensino no processo de formação profissional até sua expressão nas produções teóricas.

A metodologia investigativa partiu do materialismo histórico e dialético, buscou considerar a totalidade da realidade social e as determinações conjunturais e estruturais, e trouxe reflexões que visam contribuir para o desvelar do imediato no âmbito da formação e da produção teórica do Serviço Social. Sem a pretensão de ser uma pesquisa conclusiva ou que abranja todas as dimensões da realidade, considera-se, como afirma Minayo (2012, p. 11) que a pesquisa social "é uma possibilidade concreta de tratarmos de uma realidade da qual nós próprios, enquanto seres humanos, somos agentes". As sistematizações ora apresentadas objetivam contribuir para uma análise crítica dos desafios que temos que enfrentar, no âmbito da formação e da ação profissional, para fortalecer o PEP e a direção social da ação profissional em tempos de avanço do conservadorismo, do fundamentalismo religioso e do ultraneoliberalismo.

A regressão social e os desafios ao Serviço Social em tempos de ultraneoliberalismo: diálogos necessários com educação popular e movimentos sociais

Há ampla reflexão, por Iamamotto (1995), Netto (1994), entre outros, sobre as origens do Serviço Social e sua vinculação com diretrizes conservadoras e de manutenção do *status quo*. Também já foi amplamente debatido por esses e outros autores, como Abramides (2019), o processo histórico em que, a partir do Movimento de Reconceituação em sua vertente de Intenção de Ruptura e da aproximação do Serviço Social ao campo da teoria crítica, a profissão fez um giro político e teórico, rompendo, sem, contudo, eliminar, com o conservadorismo e a perspectiva reformadora e adaptadora que preponderou até a década de 1960/70.

> O projeto profissional de ruptura com o conservadorismo, coletivamente construído e conquistado pelos profissionais, articula-se ao projeto societário de emancipação humana ancorado em um referencial teórico-

> metodológico, ético-político, técnico-operativo em instrumentos jurídicos que o sustentam (Abramides, 2019, p. 22).

Contudo, como afirmam os autores, mesmo promovendo uma ampla revisão teórica no Serviço Social, que reconfigura a profissão a partir da reformulação do Currículo, da construção do Código de Ética da profissão (Resolução nº 276), da Lei que Regulamenta a Profissão nº 8662/93, e a construção das entidades da categoria, como o conjunto CFESS/CRESS, ENESSO e ABEPSS, não foi eliminada a perspectiva conservadora, que por vezes é até reacionária. Essa perspectiva expressa-se em práticas profissionais abusivas e violadoras de direitos e, também, em Projetos Políticos Pedagógicos (PPP), especialmente em instituições privadas de ensino e na modalidade de educação à distância, que reafirmam o reacionarismo, agora revertido de uma nova roupagem, o ultraneoliberalismo.

Como uma profissão que se ancora na Questão Social e em suas expressões candentes na vida da classe trabalhadora, a realidade social e a conjuntura são elementos centrais a serem considerados na luta pela direção social da ação profissional. Com uma profissão enraizada na realidade social, a quadra histórica que vivenciamos, de profundas regressões sociais, demanda elaborações teóricas, atuação profissional e formação dos futuros assistentes sociais comprometidas com um projeto societário contra-hegemônico, que tenha como eixo a emancipação humana. Assim, tão importante quanto considerar a crise estrutural do capitalismo, como aponta Mézáros (2011), é compreender os desdobramentos particulares em um país de capitalismo tardio, como o Brasil, que busca a partir da refuncionalização do Estado, necessidade premente do capital, revitalizar suas formas de apropriação privada da riqueza socialmente produzida.

Ao longo da história, a profissão buscou romper com a perspectiva conservadora e se aproximar dos movimentos organizados e autônomos da classe trabalhadora, tendo inscrito essa intenção política nos documentos, leis e elaborações do Serviço Social. Como explicitado nos princípios do Código de Ética da profissão, a categoria tem compromissos com "reconhecimento da liberdade como valor ético [...]", "defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo", "ampliação e consolidação da cidadania [...]" e "defesa do aprofundamento da democracia [...]" (CFESS, 1993). Esses elementos, entre outros, nortearam a construção do Projeto Ético Político na década de 1980 e seguem sendo relevantes após sua consolidação na década de 1990.

Porém, a construção do PEP, como conjunto de diretrizes para orientar a direção social da profissão e, também, como expressão do próprio movimento de luta pela

redemocratização do país, após o fim da ditadura empresarial-militar (1964-1985), conflita com questões advindas do processo de reconfiguração do Estado diante das exigências da crise capitalista. Iniciamos a década de 1990 com certa maturação na profissão, a partir das bases teóricas, do avanço do Serviço Social nas universidades (graduação e pós-graduação), do engajamento político advindo da articulação com outras categorias da classe trabalhadora e movimentos sociais na busca pela redemocratização do país, o que incluiu a luta pela promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/88). Como afirma Abramides (2019, p.23), "a década de 1980 afirmou a direção social da profissão [...] e a década de 1990 conferiu maturidade teórica ao PEP", mas terminamos a década de 1990, com a implementação do projeto neoliberal no país, tendo como marco inicial o governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992), sendo amadurecido e impulsionado nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002) e apresentando continuidades e descontinuidades nos governos seguintes.

Para o Serviço Social, ainda em consolidação da direção social da profissão, a luta pela construção de políticas públicas e sociais, tendo como referência os avanços possíveis na CF/88, passou a ser um marco e uma referência para a ação profissional. Porém, nem mesmo havíamos consolidado as conquistas, e o projeto neoliberal, a partir de um esvaziamento das responsabilidades do Estado diante das demandas de reconfigurações para socorrer o capitalismo, que visa recuperar suas taxas de lucro, torna cada vez mais distante a implementação das conquistas e direitos concernentes à classe trabalhadora.

Nesse processo contraditório de aproximação do Estado, luta por políticas públicas, maturação política e teórica da profissão, outro movimento também se processa, qual seja, o real afastamento dos movimentos sociais e das entidades de classe efetivamente autônomas, que ocorre como expressão: i) da crise estrutural do capitalismo e ii) da crise do chamado socialismo real (Netto, 1995), que implicaram em processos de esfacelamentos e retrocessos na organização dos trabalhadores em várias partes do mundo. A simbiótica relação entre crise estrutural do capitalismo, implementação do processo de acumulação flexível e crise no âmbito da organização dos trabalhadores, tem derivado em perda de autonomia das entidades representativas de classe, retrocesso nas políticas públicas e sociais e avanço do conservadorismo. Elementos estes importantes para a compreensão da realidade brasileira a partir da segunda década dos anos 2000.

A crise estrutural do capitalismo supera em termos de qualidade e importância as crises cíclicas e é marcada, a partir da década de 1970, pela impossibilidade de recuperar as taxas de lucro do capital. Assim, o capitalismo busca novas formas para garantir sua

ampliação e reprodução, podendo ser resumido em seis elementos estruturantes, quais sejam: a) o aprofundamento da desigualdade e a ampliação do fosso entre ricos e pobres no interior de cada país e entre os países; b) a necessidade de reconfiguração do papel do Estado, com restrição de sua ação social; c) a ampliação do uso da força para a manutenção do controle social sobre os trabalhadores; d) o aumento do pauperismo; e) uma nova morfologia do trabalho, que redesenha o mundo do trabalho e f) o recrudescimento do conservadorismo, na busca de ampliação do domínio social.

Por outro lado, e não com menor importância, vivemos em âmbito mundial uma crise no campo da organização dos(as) trabalhadores(as) imposta pelo chamado "fim do socialismo real" com a queda do muro de Berlim em 1989 e o fim da União Soviética em 1991. Os impactos dessa crise, entre muitos e complexos aspectos, podem ser condensados em alguns elementos: a) crise no interior das organizações de esquerda; b) fragmentação das organizações e entidades no campo dos trabalhadores; c) busca pela reforma do sistema na perspectiva de "humanização" do capital e não mais pela sua superação; e d) descrença, por uma parte da esquerda, na possibilidade de superação da ordem do capital, limitando a luta e as ações políticas a reformas e lutas institucionais dentro da ordem, desencadeando uma priorização da luta institucional (parlamentar e governamental) em detrimento da organização autônoma dos(as) trabalhadores(as).

A crise cíclica e estrutural do capitalismo impõe uma reconfiguração do papel do Estado, de forma a atender as exigências imediatas para a recuperação do sistema capitalista, em especial a partir da tentativa de elevação de suas taxas de lucro. A cada crise, alternativas no campo político e econômico são gestadas, com rebatimentos importantes na vida social, cultural e política da classe trabalhadora. Já foram construídas como alternativa à crise capitalista diferentes formas de gestão do Estado e da desigualdade social. Em alguns países da Europa, a partir da década de 1950, gestou-se um modelo de Estado "protetor", o Estado de Bem-Estar Social. Esse modelo buscou superar a crise capitalista da década de 1930 e repercutiu, em várias partes do mundo, como um modelo almejado de Estado mais "humano", dentro da ordem do capital. Nesse contexto, de alternativas dentro da ordem, a reafirmação do Projeto Ético Político (PEP) do Serviço Social, torna-se imprescindível, desafiando os profissionais a um outro fazer.

Se com o projeto neoliberal a situação de regressão social vivenciada pela classe trabalhadora já estava intensa, com o recrudescimento do conservadorismo, ascensão da extrema direita e avanço de uma política ultraneoliberal, a situação foi acirrada. No Brasil, dada a particularidade de um país colonizado e historicamente subordinado à economia

internacional e um dos últimos do mundo a abolir a escravidão, os traços ultraneoliberais fundem-se com os conservadores, em uma simbiótica relação entre mercantilização e militarização da vida, fundamentalismo religioso, machismo, racismo, lgbtfobia e capacitismo que ganha sua expressão máxima na eleição do presidente Jair Bolsonaro em 2019.

Nesse contexto, é mister reconhecer, uma nova fase se abre na sociabilidade capitalista. Ainda mais recrudescida, com menores possibilidades de conquistas por parte dos trabalhadores e a implementação de uma sociabilidade violenta que impregna o cotidiano da vida social. Recrudescimento que se expressa no aumento da violência, do autoritarismo e do pauperismo. Sabedores, como afirmou Marx (2001, p. 721), que "[...] produzir mais valia é a lei absoluta desse modo de produção [...]", faz-se necessário identificar as distintas formas de apropriação privada da riqueza socialmente produzida e os efeitos, identificados como expressões da "questão social", que compõem a quadra histórica do desenvolvimento capitalista, na particularidade de um país de capitalismo dependente como o Brasil.

Santos Neto e Canel (2020) sinalizam que a ascensão da extrema direita e também do neofascismo[3] não são produtos do acaso, mas estão intrinsecamente ligados ao movimento do capital. O capitalismo pode engendrar formas políticas distintas, podendo ser a democracia burguesa, uma ditadura militar, o fascismo ou nazismo, a depender das necessidades da burguesia. "Não se pode esquecer que a democracia burguesa sempre prepara o terreno para a ascendência da extrema direita, da ditadura militar, do bonapartismo e do fascismo ou neofascismo" (Santos Neto, Canel, 2020, p, 27). Os autores destacam que fascismo e nazismo surgiram a partir da necessidade de expansão do capital nas economias de capitalismo tardio, em decorrência do aprofundamento da crise econômica. Eles indicam ainda a relação do neoliberalismo com o neofascismo, visto que ambos possuem o mesmo objetivo: garantir a expansão do capital.

O neoliberalismo exacerba a prioridade de aumento das taxas de lucro e expansividade do capital, que se sobrepõem a direitos dos trabalhadores, cujas relações sociais passam a ser regidas pela lógica da mercadoria. O neoliberalismo, assim como a ascensão da extrema direita e o neofascismo, são recursos do capital para responder a sua crise estrutural.

---

[3] Os autores indicam que o fascismo "[...] foi um movimento que emergiu como uma espécie de vingança da burguesia contra a classe trabalhadora e fracassou na tentativa de operar a revolução socialista na Alemanha e na Itália das décadas de 1920 e 1930" (Santos Neto, Canel, 2020, p. 27). Já o neofascismo é produto do desenvolvimento das políticas neoliberais e acentuação da crise, a extrema direita expressa esse processo. Santos Neto e Araújo (2020) ao citar o pensamento de Zetkin (1923): "[...] fascismo é um mecanismo de ofensiva da burguesia em um momento de crise do capital e que toma o desespero dos "desiludidos" como arma para impor ideologicamente a necessidade da ordem do capital, assim como, o recurso à coerção àqueles que não se adequarem a esta" (Santos Neto, Araújo, 2020, p.112).

Sob esta lógica, o Brasil se torna, durante a pandemia, ainda mais desigual, com maior concentração de renda, que se expressa na acumulação privada da riqueza socialmente produzida. Nas mãos do 1% mais rico encontra-se 51% da riqueza, e o 1% com os maiores rendimentos, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), representa 38,4 vezes mais que o rendimento médio dos 50% que ganham menos. Esses movimentos e aumento da desigualdade social são expressos em outros dados. Segundo o IBGE, "de 2020 para 2021, apesar do aumento da população ocupada, a massa do rendimento mensal real de todos os trabalhos caiu 3,1%" (IBGE, 2022). Também o desemprego aumentou, atingindo, segundo o IBGE, cerca de 14 milhões de pessoas, além de cerca de 6 milhões de desalentados, aqueles que sequer buscam emprego, pois não mais possuem esperança de encontrar. Junto com a desesperança, aumentaram a fome e os casos de venda e/ou fila para pegar doação de ossos, que repercutiram nacionalmente durante a pandemia. Junto com o desemprego e o aumento da fome, também aumentaram a violência contra mulheres e pessoas LGBTQIA+, segundo o Atlas da Violência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

É nesse contexto absolutamente desalentador, em que o autoritarismo e a venda de armas para civis aumentam, e que o ensino à distância reverbera como um grande "balão de ensaio", como afirma Farage (2021), que se torna desafiador recuperar e reafirmar o Projeto Ético Político do Serviço Social e a fundamentação das diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) em articulação com dois debates centrais para a presente pesquisa: a relação do Serviço Social com os Movimentos Sociais e com a Educação Popular.

Como afirma Gohn (2000, p. 11), os movimentos sociais devem ser compreendidos "[...] segundo um cenário pontuado por lutas, conflitos e contradições, cuja origem está nos problemas da sociedade dividida em classes, com interesses, visões, valores, ideologias e projetos de vida diferenciados". Nesse sentido, os movimentos sociais são espaços de fundamental articulação política, profissional e organizativa para o Serviço Social, considerando: i) o norte do PEP que tem no horizonte a superação da ordem do capital, como processo histórico e tarefa da classe trabalhadora organizada; ii) as necessárias articulações para a legitimação e luta na defesa dos serviços públicos e sociais, como direitos do conjunto da classe trabalhadora e espaços sócio-ocupacionais de assistentes sociais; iii) os movimentos sociais como espaços organizativos, formativos e informativos no que tange aos direitos dos trabalhadores, portanto, parceiros da difusão de direitos; e iv) parceiros importantes no processo de formação continuada dos próprios assistentes sociais,

pois como afirma Freire (2001, p. 79) "ninguém nasce feito. Vamos nos fazendo aos poucos, na prática social de que tomamos parte".

> [...] movimento social refere-se à ação dos homens na história. Esta ação envolve um fazer – por meio de um conjunto de práticas sociais – e um pensar – por meio de um conjunto de ideias que motiva ou dá fundamentação à ação. Trata-se de uma *práxis*, portanto (Gohn, 2000, p.12-13 *grifo original*).

A articulação com movimentos sociais, como estratégia para a legitimação do PEP e avanço no âmbito dos direitos da classe trabalhadora, passa, em nossa reflexão, pelos debates da educação popular que, considerando "[...] de forma dialética as relações entre consciência e mundo, implica necessariamente uma nova maneira de entender a História. A História como possibilidade [...]" (Freire, 2001, p. 97).

Como possibilidade a História é construída, não está dada, e no caso da relação entre Serviço Social e Movimentos Sociais, passa por uma incorporação transversal da temática desde a formação profissional e pelo desenvolvimento de práticas que, considerando a educação popular como uma forma de orientação profissional, busquem na ação pedagógica dos assistentes sociais, como afirma Abreu (2002), uma possibilidade de contribuir para uma conformação cultural, na busca de um outro horizonte de sociabilidade antagônico ao do capital.

Dados da investigação: um recorte sobre a formação profissional e a produção em revistas de Serviço Social

Fortalece-se um discurso no interior do Serviço Social, com o avanço do conservadorismo, de que o PEP não possui sentido, na medida em que não pode ser materializado. Sobre essa questão cabem algumas reflexões. A primeira é que de fato, no interior da ordem burguesa, os princípios do PEP não podem ser realizados em integridade, eles são antagônicos ao capitalismo. Mas o que se perde ao falar da materialização é que, de fato, o PEP tem como horizonte a superação do capitalismo, portanto, o que o PEP projeta é uma direção social alinhada a esse propósito. Não é possível extinguir todas as formas de preconceito, ainda na ordem burguesa. No entanto, o PEP significa o compromisso com uma ação profissional que combata tais preconceitos e, assim, reafirma-se o compromisso com a destruição dessa ordem. A segunda observação é que, ao questionar a inviabilidade de materialização do PEP, se carrega, ainda que

implicitamente, a ideia de que uma profissão poderia engendrar a revolução social. De forma alguma isso seria possível. Novamente, trata-se do compromisso com uma direção social de alcance do comunismo. Obviamente que isso indica também a necessidade de articulação com a totalidade da classe trabalhadora e suas lutas. Materializar o PEP, desse modo, significa criar estratégias de resistência da direção social e política adotada, de ruptura com o conservadorismo.

Faz-se necessário destacar também que, ao dizer que a hegemonia do Serviço Social hoje é alinhada ao PEP, isso não significa que a totalidade dos assistentes sociais possui esse compromisso. A categoria não é monolítica e a presença de profissionais conservadores não deixou de existir. A diferença é que a direção social, e, portanto, as entidades reguladoras da ação profissional e da formação estão comprometidas com a recusa ao conservadorismo.

A tarefa colocada para a categoria dos assistentes sociais é, portanto, estabelecer estratégias de defesa do PEP. A conjuntura é de desafios, não só dentro da categoria, mas para o conjunto da classe trabalhadora no que tange a sua organização.

> O PEP sofreu mutações, reorganizações, embates e muitos desafios, mas sua direção social-hegemônica, [...], permanece e se fortalece na perspectiva que a conquistamos. Essa conquista não pode, em momento algum nos tirar, como não nos tem tirado, de um processo permanente de debate e combate, no interior da categoria e no conjunto da classe trabalhadora, na articulação entre projeto profissional e projeto societário na direção da emancipação humana (Abramides, 2019, p. 255).

Apenas coletivamente há possibilidade de sustentação do PEP, construído a partir do processo de ruptura com o conservadorismo. A possibilidade de retrocesso é real e está colocada. Uma das estratégias possíveis, aqui defendida como uma das principais, é a articulação com as organizações e processos de luta da classe trabalhadora, assim como um redimensionamento na formação profissional. Não apenas institucionalmente, mas nos movimentos de base. Como indicado anteriormente, essa aproximação fertilizou o solo para a gestação do PEP e, do mesmo modo, neste momento sua defesa demanda essa articulação. Além disso, defende-se também que a formação profissional é o espaço privilegiado para fomentar a imbricação dos assistentes sociais com os processos de luta. Múltiplos podem ser os caminhos de defesa do PEP, os quais coletivamente a categoria deve construir. Estar articulada aos processos de lutas e resistências dos trabalhadores é um deles, e é imperativo.

No que tange à formação profissional, a presente pesquisa investiga a dimensão do ensino, a partir de levantamento dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) dos cursos de

Serviço Social das unidades de formação acadêmicas (UFA) públicas vinculadas a ABEPSS. Como uma pesquisa longitudinal, o presente levantamento encontra-se em um segundo momento. No primeiro levantamento, realizado entre 2015-2017, foram analisados a grade curricular e os PPP de 18 cursos, que à época estavam filiados a ABEPSS. Nesta primeira fase, vale destacar, houve grande dificuldade de acessar uma lista atualizada das UFA junto à ABEPSS, assim como os currículos e os PPP de forma pública, nos sites das unidades de formação. Na segunda fase da pesquisa, entre 2021-2023 (ainda em processo), o acesso a lista já foi facilitando, apesar de em algumas UFA o acesso as grades curriculares e PPP, permanecer difícil.

Como um recorte metodológico, além da escolha dos cursos públicos vinculados à ABEPSS, também foram delimitadas palavras chaves para fazer a busca nos títulos das disciplinas, quais sejam: Movimentos Sociais, Educação Popular e Questão Urbana. No primeiro momento da análise, tanto da primeira fase como da segunda, a busca foi realizada por palavras chaves, nos nomes das disciplinas. Na primeira fase, concluída, chegamos às ementas, na segunda fase, em andamento, ainda estamos em processo de análise.

Entendendo que os Projetos Político Pedagógicos (PPP) dos cursos de Serviço Social materializam a direção ideopolítica que irá nortear a formação profissional, a partir do arcabouço teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, a pesquisa realizou uma análise nos processos formativos dos assistentes sociais. Buscou-se, nesta via, compreender os avanços e as lacunas da formação profissional no que tange à vinculação com a temática e a articulação com os movimentos sociais, que representam um caminho para o fortalecimento do PEP.

Foi realizado um levantamento dos Projetos Político Pedagógico (PPP) e Grades Curriculares (GC), referentes ao ano de 2017, das universidades públicas vinculadas à ABEPSS. Assim, ocorreu a análise das temáticas fundamentais para o Serviço Social, de acordo com seu Projeto Ético-Político, sob o recorte da conexão com os Movimentos Sociais. Há o total de 22 instituições de ensino no recorte adotado em todo o Brasil, duas possuem polos de extensão, UFF e UNIOESTE, 2 e 1 polos respectivamente, o que aumenta para 25 o número de PPP sendo analisados na pesquisa. Algumas instituições disponibilizam os projetos pedagógicos em seus respectivos sites, contudo, boa parte foi conseguida através de contato por e-mail. Não foi possível o acesso a cinco PPP. Na primeira fase (até 2017), entre 18 cursos e PPP, foram levantadas apenas as disciplinas que tratam de movimentos sociais. Foi possível identificar 31 disciplinas, sendo que apenas 1 instituição de ensino apresentava 5 disciplinas na grade que envolviam a temática, 7

instituições apresentam apenas 1 disciplina, 5 instituições têm 2 disciplinas na grade, 3 instituições com 3 disciplinas e 2 instituições sem nenhuma disciplina. Na segunda fase da pesquisa (entre 2021-2022) foram identificados 14 novos cursos vinculados à ABEPSS, dos quais 1 instituição com 4 disciplinas, 1 instituição com 2 disciplinas, 9 instituições com 1 disciplina e 3 instituições sem nenhuma disciplina da temática.

Tabela 1: Relação geral das disciplinas nos PPP dos cursos pesquisados

GERAL EM RELAÇÃO ÀS PALAVRAS-CHAVE	
Total de instituições de ensino pesquisadas nas duas fases	**32**
Total de Disciplinas	**58**
Disciplinas com Palavras-chave relacionadas à questão urbana	**14**
Disciplinas com Palavras-chave relacionada aos movimentos sociais	**47**

Fonte: Elaboração NEPFE.

No que tange a uma das expressões da ação profissional, publicações em revistas da categoria, quando levantamos os artigos da última década em quatro importantes periódicos da área de Serviço Social, como demonstra o quadro abaixo, identificamos pouca produção sobre os temas da pesquisa. Vale destacar que um artigo da revista Libertas possui em seu título a intercessão das palavras chaves "Movimentos Sociais" e "Educação Popular", portanto, perfilando ambas as colunas da tabela a seguir.

Tabela 2: Levantamento de artigos por área temática

Dados das Revistas do Ano de 2010 a 2021:				
Revistas Verificadas:	**Total de Artigos sobre as temáticas**	**Artigos sobre Questão Urbana**	**Artigos sobre Movimentos Sociais**	**Artigos sobre Educação Popular**
Serviço Social e Sociedade	10	2	5	3
Katálysis	13	5	8	0
Temporalis	17	6	11	0
Libertas	20	15	4	2
Total de Revistas:	**Total de Artigos Utilizados:**	**Total de artigos sobre Questão Urbana:**	**Total de artigos sobre Movimentos Sociais:**	**Total de artigos sobre Educação Popular**
4	61	28	29	5

Fonte: Elaboração NEPFE.

No levantamento realizado nas revistas, escolhidas pela relevância acadêmica e teórica na área, foram definidas palavras-chaves para a busca pelo título dos artigos, de forma mais ampla, foram pesquisadas as palavras-chaves abaixo:

Tabela 3: Palavras-chaves utilizadas no levantamento dos dados nas revistas

Referenciais de Pesquisa:	
Eixos Centrais:	Educação Popular; Movimentos Sociais; Questão Urbana.
Palavras-Chave:	Educação Popular, Espaço(os) Popular(es), Favela(s), Luta(s) Social(is), Movimentos Sociais, Movimentos Urbanos, ONG(s), Organização Política, Periferia, Questão Urbana, Sociedade Civil (CIP), Terceiro Setor, Território.

Fonte: Elaboração NEPFE.

Abaixo uma tabela que possibilita uma melhor leitura e reflexão sobre a expressão dos debates de movimentos sociais, educação popular e questão urbana em uma das expressões da produção teórica do Serviço Social, que são as revistas da área. Cientes de que esse é apenas um recorte, que não expressa o todo, consideramos ser fundamental provocar a categoria, seja na função de docentes ou de assistentes sociais inseridos em políticas públicas e sociais, e outras áreas, nas motivações, ou na ausência desta, para estudos, pesquisas, projetos de intervenção, extensão, estágios, que possibilitem reflexões sobre as temáticas.

Tabela 4: Panorama geral das revistas: total de artigos e percentual na temática

Dados das Revistas do Ano de 2010 a 2021:					
Revistas Verificadas:	**Grau da Qualis** (De Acordo com o Último Levantamento do CNPQ de 2016):	**Números de edições do período:**	**Total de artigos nas revistas:**	**Número de artigos relacionados à temática:**	**Porcentagem de artigos relacionados à temática por revista**
Serviço Social e Sociedade	A1	50	393	10	2,54%
Katálysis	A1	31	427	13	3,04%
Temporalis	B1	23	341	17	3,85%
Libertas	B4	24	266	20	7,51%
Total de Revistas:		**Total de Edições:**	**Total de Artigos nas Revistas:**	**Total de Artigos Utilizados:**	
4		128	1427	61	

Fonte: Elaboração NEPFE.

Uma das hipóteses trazidas na pesquisa é de que, apesar do caráter fundamental dessa relação, o Serviço Social, nas duas últimas décadas, afastou-se, de forma efetiva, dos movimentos sociais, tanto em nível de articulação prática, quanto de discussão teórica.

Mesmo com o amadurecimento da profissão e do próprio PEP, contraditoriamente, houve o afastamento com relação aos movimentos sociais. A profissão imbrica-se majoritariamente na institucionalização, voltada para a construção de políticas públicas e sociais, que possuem evidente importância, mas que não deveriam substituir a relação com os movimentos sociais, e, sim, somar-se a ela.

Ressalta-se a necessidade dessa aproximação na prática profissional, no entanto, é necessário que a formação profissional também a fomente. Considerando a conjuntura de retrocessos e contrarreformas da educação superior, entende-se que o incentivo a essa relação, através da formação profissional, não é uma tarefa simples, mas imprescindível. Vale destacar que compreendemos que as duas últimas décadas foram de retrocessos no âmbito da organização autônoma dos trabalhadores, o que impacta a organização dos movimentos sociais, prejudicando, na prática, a vinculação da profissão aos movimentos.

Nesta quadra histórica está colocada a possibilidade de retrocessos no interior do Serviço Social, e é impreterível a construção de processos de resistência e defesa do projeto profissional no interior da profissão. De acordo com Duriguetto (2014), uma estratégia do Serviço Social para enfrentar esta ofensiva do capital à classe trabalhadora seria exatamente as intervenções nos processos organizativos e de mobilização popular. Esse tipo de atuação profissional possibilita revigorar o projeto ético-político, mas também a criação de novas formas do próprio fazer profissional.

Assim sendo, o vínculo com os movimentos sociais, de direcionamento anticapitalista, possibilita estar realmente em alinhamento com os interesses da classe trabalhadora. O assistente social possui necessariamente em sua atuação uma face pedagógica, ou formadora da cultura, que em sentido gramsciano significa a incisão no modo de pensar e agir dos sujeitos, como apontam Abreu, Cardoso e Lopes (2014).

> Nessas mediações, a função pedagógica que exerce na dimensão interventiva apresenta-se diversificada pelos vínculos contraditórios que estabelece com os próprios projetos societários das classes sociais que na sociedade disputam a hegemonia e materializa-se por meio dos efeitos da ação profissional na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos nos processos interventivos. Tais processos, sob a forma de prestação de serviços de ordem material e ideológica, incidem na reprodução física e subjetiva desses segmentos e na própria constituição como profissão. Através do exercício desta função, a profissão inscreve-se no campo das atividades formadoras da cultura, constituindo-se elemento integrante da dimensão político-ideológica das relações de hegemonia, base em que gesta e desenvolve a própria cultura profissional (Abreu, Cardoso, Lopes, 2014, p. 199).

A aproximação real com as lutas da classe trabalhadora é fundamental em dois sentidos: para fortalecer o projeto ético-político profissional que tem como pressuposto esta articulação; e pelos ganhos da classe trabalhadora em si, pois é frequente que os assistentes sociais tratem a classe trabalhadora com externalidade, como se não fizesse parte dela, conforme sinaliza Raichelis (2011). A inserção real de assistentes sociais nesses espaços, assim como uma maior aproximação teórica, é perpassada por desafios, e apenas coletivamente é possível criar estratégias que possibilitem essa aproximação. Precarização do mundo do trabalho, desemprego, sucateamento das universidades e repressão aos movimentos sociais constituem alguns desses desafios e, a partir deles, faz-se necessário moldar caminhos coletivos.

Conclusão

A conjuntura de contrarreformas na educação, mas também em todas as esferas da vida social, e o avanço do conservadorismo engendram um terreno árido para a luta do conjunto dos trabalhadores, com rebatimentos também para o Serviço Social. Intensifica-se a realidade laboral de profissões que possuem como direção social a crítica à atual ordem societária. O Serviço Social, em razão das ameaças diretas à hegemonia do PEP, encontra-se com a tarefa de criar estratégias para o fortalecimento de sua direção social. Mais além, enquanto comprometidos com a superação da sociedade burguesa, é necessário fortalecer-se enquanto oposição à ofensiva do capital aos trabalhadores. Há múltiplas estratégias possíveis para tal. No entanto, compreende-se que aproximar-se à luta dos trabalhadores, aos movimentos sociais, desde a formação profissional, é primordial. A construção de um Serviço Social de hegemonia crítica teve como um dos eixos basilares a aproximação com as lutas da classe trabalhadora. A sustentação dessa perspectiva, em razão de tudo que ela estrutura de benéfico ao conjunto dos trabalhadores, traz demandas às quais devemos oferecer respostas.

A articulação entre formação profissional e produção teórica da categoria, se mediada por uma práxis articulada pelo projeto ético político do Serviço Social, coloca como desafio aproximações aos temas que consideramos essenciais na presente pesquisa, quais sejam, a articulação teoria e prática com movimentos sociais e debates de educação popular, considerado a classe trabalhadora, em suas diferentes realidades e consubstanciadas com o debate de gênero e raça, os potenciais sujeitos de uma outra História. Uma História, que construa uma outra experiência de sociabilidade que, como

afirma Freire (2001, p. 12), “[...] implica em decisões, rupturas, opções, riscos”, mas que nos colocam em movimento.

Referências

ABRAMIDES, M. B. C. **O Projeto Ético-Político do Serviço Social Brasileiro** – Rupturas com o conservadorismo. São Paulo: Editora Cortez, 2019.

ABREU, M.M.; CARDOSO, F. G.; LOPES, J. B. O caráter pedagógico da intervenção profissional e sua relação com as lutas sociais. *In*: **Movimentos Sociais e Serviço Social:** uma relação necessária. SP: Cortez, 2014.

ABREU, M. M. **Serviço Social e organização da cultura:** perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

ATLAS DA VIOLÊNCIA. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA). Disponível em: https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/. Acesso: 27 ago. 2022.

BRASIL. Lei nº 8662/1993 – **Regulamentação da Profissão de Serviço Social.** Brasília, 1993.

CFESS. Resolução CFESS nº 273 - **Código de ética da Profissão**. Brasília: CFESS, 1993.

DURIGUETTO, M. L. **Movimentos Sociais e Serviço Social no Brasil pós 1990**. *In*: Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária. SP: Cortez, 2014.

FARAGE, E. Contrarreformas da educação superior: aproximações ao balão de ensaio do período pandêmico. **Revista Libertas**, v.21 n. 2(2021). Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/35253. Acesso em: 27 ago. 2022.

FREIRE, P. **Política e Educação**. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

GOHN, M. da G. 500 anos de lutas socias no Brasil: movimentos sociais, ONG´s e terceiro setor. **Revista Mediações**, Londrina, v.5, n. 1, p.11-40. Jan-Jun 2020.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil –** Esboço de uma interpretação histórico metodológica**.** São Paulo: Editora Cortez, 1995.

INTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Em 2021, rendimento domiciliar per capita cai ao menor nível desde 2012**. Brasília, 10/06/2022. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34052-em-2021-rendimento-domiciliar-per-capita-cai-ao-menor-nivel-desde-2012#:~:text=Entre%20os%205%25%20de%20menor,50%25%20com%20as%20menores%20remunera%C3%A7%C3%B5es. Acesso em: 25 ago. 2022.

MARX, K. A chamada acumulação primitiva. In: **O Capital – Crítica da Economia Política,** Livro 1, v. 2. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2001.

MINAYO, M. C. de S. O desafio da pesquisa social. *In*: MINAYO, M. C. de S. (org) Pesquisa Social – **Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Editora Boitempo, 2011.

NETTO, J. P. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Editora Cortez, 1995.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social** - uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Editora Cortez, 1994.

RAICHELIS, R. O assistente social como trabalhador assalariado*:* desafios frente à violação de seus direitos. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.107, jul./set.2011.

SANTOS NETO, A. B. dos; ARAUJO, L. M. F. de. Pandemia da Covid-19 no Brasil: expressão do caráter de classe do Estado. *In*: SANTOS NETO, A. B.; FERNANDES, E. N. S. (orgs.). **Coronavírus e crise do capital**: impactos aos trabalhadores e à natureza. Goiânia-GO: Editora Phillos Academy, 2020.

SANTOS NETO, A. B. dos; CANEL, J. J. C. Neoliberalismo, Neofascismo e Pandemia. *In*: SANTOS NETO, A. B.; FERNANDES, E. N. S. (orgs.). **Coronavírus e crise do capital**: impactos aos trabalhadores e à natureza. Goiânia-GO: Editora Phillos Academy, 2020.

SOBRE AUTORES(AS)

Adriana Ramos – Assistente Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestra em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutora em Serviço Social pela UFRJ. Professora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense/Niterói (UFF) e do corpo docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional (PPGSSDR). Coordena o Núcleo de Estudos dos Fundamentos do Serviço Social (NEFSS). E-mail: adriana.ramos.4791@gmail.com

Adrianyce A. Silva de Sousa - Assistente Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pós-Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense/Niterói (UFF) e do corpo permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional (PPGSSDR). Coordena o Núcleo Interinstitucional de Estudos e Pesquisas sobre Teoria Social, Trabalho e Serviço Social (NUTSS). E-mail: adrianyce@gmail.com

Aline Novaes: Jornalista e bacharel em Letras, Mestre em Comunicação Social e Doutora em Literatura, Cultura e Contemporaneidade pela PUC-Rio. Pós-Doutorado em Letras (PUC-Rio). Professora do Departamento de Comunicação Social da PUC-Rio. Integra os grupos de pesquisa TOPUS - Grupo de Pesquisa sobre Espaço, Literatura e outras Artes - UnB; Teorias do Jornalismo e Experiências Profissionais - PUC-Rio e Núcleo de Estudos Interfaces da Comunicação (NEICOM) - Ibmec. E-mail: alinenovaes@gmail.com

Ana Carolina Sampaio Ferreira – Assistente Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestranda em Serviço Social e Desenvolvimento Regional (PPGSSDR/UFF). Integra o Grupo de Estudos Marxismo e Realidade Brasileira (GEMARB – UFF). Integra o Núcleo de Pesquisa e Extensão sobre Trabalho, Educação e Serviço Social (TEIA). E-mail: sampaiocarolinaa@gmail.com

Ana Cristina Oliveira de Oliveira – Assistente Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestra em Ciências pela Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ). Doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense/Niterói (UFF) e do corpo docente, como colaboradora, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional (PPGSSDR). Integra o Núcleo Interinstitucional de Estudos e Pesquisas sobre Teoria Social, Trabalho e Serviço Social – NUTSS e o Núcleo de Estudos e Pesquisas Habitacionais e Urbanos (NEPHU/UFF). E-mail: anacoliveira60@gmail.com

Ana Paula Cardoso da Silva – Assistente Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestra em Serviço Social e Desenvolvimento Regional (PPGSSDR/UFF). Assistente social da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e do Hospital Federal dos Servidores do Estado. E-mail: as.anapaula@gmail.com

Ana Paula Ornellas Mauriel – Assistente Social e Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense/Niterói (UFF) e do corpo permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional (PPGSSDR). Coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Desenvolvimento Capitalista, Trabalho e Política Social (GPODE). E-mail: apmauriel@gmail.com

Andreza Telles dos Santos Ferreira – Assistente Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestra em Serviço Social e Desenvolvimento Regional (PPGSSDR/UFF). Doutoranda em Serviço Social pela Universidade de Brasília (UnB). Integra o Núcleo de Pesquisa e Extensão sobre Trabalho, Educação e Serviço Social (TEIA). E-mail: andreza.telles@gmail.com

Bianca Resende da Silva – Assistente Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestranda em Serviço Social e Desenvolvimento Regional (PPGSSDR/UFF). Assistente social da Prefeitura de Niterói. E-mail: binharesende@yahoo.com.br

Douglas Ribeiro Barboza – Assistente Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre e Doutor em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense/Niterói (UFF) e do corpo docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional (PPGSSDR). Vice-coordenador do PPGSSDR/UFF (gestão 2019-2023 e 2023-2027). Coordenador do Grupo de Estudos Marxismo e Realidade Brasileira (GEMARB-UFF). Integra o Núcleo de Pesquisa e Extensão sobre Trabalho, Educação e Serviço Social (TEIA). E-mail: douglasrb@id.uff.br

Eblin Farage – Assistente Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense/Niterói (UFF) e do corpo docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional (PPGSSDR). Coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Favelas e Espaços Populares (NEPFE). Bolsista de Produtividade em Pesquisa Nível 2 pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: eblin_farage@id.uff.br

Francine Helfreich – Assistente Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense/Niterói (UFF) e do corpo docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional (PPGSSDR). Coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Favelas e Espaços Populares (NEPFE) e integra o Núcleo de Estudos e Pesquisas Habitacionais e Urbanos (NEPHU/UFF). Pesquisadora Visitante do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS- ULISBOA) (2023/2024). E-mail: francinesantos@id.uff.br

Grace Kelly Moura de Oliveira – Assistente Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestra em Serviço Social e Desenvolvimento Regional (PPGSSDR/UFF). Assistente social da Prefeitura de Niterói. E-mail: gracekelly.moura@gmail.com

Kátia Lima – Assistente Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutora em Educação pela UFF. Professora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense/Niterói (UFF) e do corpo docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional (PPGSSDR). Coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Serviço Social (GEPESS) e integra a Rede Capitalismo Dependente, Educação e Serviço Social (CADESS). E-mail: katialima@id.uff.br

Lana Carrijo de Felipe Rodrigues - Assistente Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestra em Serviço Social e Desenvolvimento Regional (PPGSSDR/UFF). Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: lana.carrijo@gmail.com

Larissa Dahmer Pereira – Assistente Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestra e Doutora em Serviço Social (UFRJ). Pós-Doutora em Educação (PPGE/UFRJ). Professora Titular da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense/Niterói (UFF) e do corpo docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional (PPGSSDR). Coordenadora do PPGSSDR/UFF (gestão 2019-2023 e 2023-2027). Coordena o Núcleo de Pesquisa e Extensão sobre Trabalho, Educação e Serviço Social (TEIA) e integra a *Red Iberoamericana de Investigaciõn en Trabajo Social*/Rede Iberoamericana de Investigação em Serviço Social. Bolsista de Produtividade em Pesquisa Nível 2 pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: larissadahmer@id.uff.br

Larissa de Moura Paquiella – Assistente Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestra em Serviço Social e Desenvolvimento Regional (PPGSSDR/UFF). Integra o Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Serviço Social (GEPESS) e a Rede Capitalismo Dependente, Educação e Serviço Social (CADESS). Assistente social da Prefeitura Municipal de Maricá. E-mail: lari.paquiella@gmail.com

Natália Reis de Oliveira – Assistente Social pelo Centro Universitário de Volta Redonda. Mestra em Serviço Social e Desenvolvimento Regional (PPGSSDR/UFF). Assistente social pela Prefeitura de Barra do Piraí. Professora no curso de Serviço Social da UNIVACVEST. E-mail: nataliareisoliveira@bol.com.br

Priscila Silva Leite Cruz - Assistente Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestra em Serviço Social e Desenvolvimento Regional (PPGSSDR/UFF). Assistente social da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: sl.priscilaleite@gmail.com

Rayanne Tropiano dos Santos - Assistente social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestranda do programa de Serviço Social e Desenvolvimento Regional (PPGSSDR/UFF). Atua como assistente social em Instituição de Longa Permanência para pessoas Idosas (ILPI). Integra o Grupo de Estudos Marxismo e Realidade Brasileira (GEMARB – UFF). Integra o Núcleo de Pesquisa e Extensão sobre Trabalho, Educação e Serviço Social (TEIA). E-mail: rayannetropiano@id.uff.br

Sabrina dos Santos Dias – Assistente Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestra em Serviço Social e Desenvolvimento Regional (PPGSSDR/UFF). Integra o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Favelas e Espaços Populares (NEPFE). Assistente social da Prefeitura Municipal de Saquarema. E-mail: sabrinadossantos.dias@gmail.com

Sandhro Luiz de Almeida Abrahão – Assistente Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Serviço Social e Desenvolvimento Regional (PPGSSDR/UFF). Doutorando em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Integra o Núcleo de Pesquisa e Extensão sobre Trabalho, Educação e Serviço Social (TEIA). E-mail: sandhro123@hotmail.com

Talíria Petrone - Historiadora, Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense (PPGSSDR/UFF). Deputada Federal pelo PSOL. E-mail: taliriapetrone@camara.leg.br

Tatiana Dahmer Pereira – Assistente Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestra e Doutora em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ). Pós-Doutora em Políticas Públicas em Direitos Humanos (PPGPPDH/UFRJ). Professora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense/Niterói (UFF) e do corpo docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional (PPGSSDR). Integra o Núcleo de Pesquisa e Extensão sobre Trabalho, Educação e Serviço Social (TEIA). Bolsista de Produtividade em Pesquisa Nível 2 pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: tatianadahmerpereira@gmail.com

Valdemar Sguissardi - Prof. Dr. Titular (aposentado) da UFSCar (1992). Licenciado em Filosofia pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - Unijui (1966), mestrado em *Science de l'Éducation pela Université* de Paris-X, Nanterre, Fr (1972) e doutorado em *Sciences de l'Éducation, pela Université* de Paris-X, Nanterre, Fr (1976). Prof. aposentado da Universidade Metodista de Piracicaba (2010). E-mail: vsguissardi@gmail.com

Viviane de Queiroz – Assistente Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestra em Serviço Social e Desenvolvimento Regional (PPGSSDR/UFF). Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH/UERJ). Integra o Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Serviço Social (GEPESS) e a Rede Capitalismo Dependente, Educação e Serviço Social (CADESS). Assistente social da UERJ. E-mail: vivi-queiroz@hotmail.com

Yolanda Guerra – Assistente Social, Mestra e Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora aposentada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e docente do quadro permanente do PPGSS/UFRJ. Professora Visitante do PPGSSDR/UFF (2022-2024). Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre os Fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade (NEFESSC/UFRJ). Coordena a *Red Iberoamericana de Investigacĩon en Trabajo Social*/Rede Iberoamericana de Investigação em Serviço Social e integra a Rede de Pesquisas sobre o Trabalho do Assistente Social – RETAS. Bolsista de Produtividade em Pesquisa Nível 1A pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: yguerra1@terra.com.br

Oriundo da produção docente e de egressos/as do PPGSSDR, o livro que o leitor tem em mãos nos convida a apreciar os principais temas presentes no debate da profissão e da área das ciências humanas e sociais aplicadas.

Composto por dez capítulos, retrata a qualidade e a direção social do conhecimento que a pós-graduação em Serviço Social brasileira tem produzido, com destaque para temas candentes e inéditos que demandam uma análise rigorosa e crítica na perspectiva de subsidiar o trabalho profissional no âmbito das diversas políticas sociais e de diferentes espaços sócio-ocupacionais. Demonstra não apenas o quanto o Serviço Social, com sua formação generalista e crítica, vem aportando subsídios ao adensamento de temas relevantes a toda a sociedade, mas, sobretudo, quanto o PPGSSDR, nos seus tenros 10 anos de existência, tem contribuído para o amadurecimento desses debates, o que o coloca hoje numa posição de destaque e de reconhecimento regional e nacional no que tange à produção qualificada, inserção social e impacto na formação profissional, reconhecimento este expresso na elevação de sua nota na última avaliação da CAPES (2017-2020).

Yolanda Guerra